



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITOR

Marcone Jamilson Freitas Souza

VICE-REITOR

Célia Maria Fernandes Nunes

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

William Augusto Menezes

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Glícia Salviano Gripp

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Clézio Roberto Gonçalves

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM**

José Luiz Vila Real Gonçalves

Revista Caletrosκόpio / Programa de Pós-Graduação em
Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de
Ouro Preto – Ano 2, Nº 2 (Jan./Jun. 2014) – Mariana: UFOP,
2014.

213 p.

Semestral

ISSN 2317-0409

1. Linguagem. 2. Memória cultural. 3. Tradução. 4. Práticas
discursivas. I. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa
de Pós-Graduação em Letras.

CDU: 81:82.09

Catálogo: bibichs@sisbin.ufop.br

REVISTA CALETROSCÓPIO

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Rua do Seminário, s/n – Mariana/MG

CEP: 35420-000

Tel. (31) 3557 9418

e-mail: caletroscoPIO@ichs.ufop.br

caletroscópio



Ano 2 | Nº 2 | Jan./Jun. 2014 | Semestral
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2317-0409

EDITORES

Ana Paula Antunes Rocha – UFOP
Carlos Eduardo Lima Machado – UFOP
William Augusto Menezes (Presidente) – UFOP

ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Nárllel Dayane Advíncula-Miguel – UFOP

CONSELHO EDITORIAL

Abel Barros Baptista (Universidade Nova de Lisboa – Portugal)
Amanda Eloina Scherer (UFMS)
Ana Zandwais (UFRS)
Andréia Schurt Rauber (UFSC)
Antônio Luiz Assunção (UFSJ)
Beth Brait (PUC SP)
Carlos A. M. Gouveia (Universidade de Lisboa)
Dirce Waldrick do Amarante(UFSC)
Emílio Róscoe Maciel (UFOP)
Eni Puccinelli Orlandi (UNIVAS)
Fábio de Souza Andrade (USP)
Geoff Thompson (University of Liverpool)
Helcira Maria Rodrigues Lima (UFMG)
Ida Lúcia Machado (UFMG)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)
José Carlos de Almeida Filho (UnB)
José Luiz Vila Real (UFOP)
Leandra Batista Antunes (UFOP)
Leila Bárbara (PUC SP)
Lineide Salvador Mosca (USP)
Lorenzo Vitral (UFMG)
Luiz Francisco Dias (UFMG)
Márcia Zimmer (Universidade Católica de Pelotas)
Maria Antonieta Amarante Cohen (UFMG)
Maria Carmen Aires Gomes (UFV)
Maria Célia Pereira Lima Hernandes (USP)
Maria Clara Versiani Galery (UFOP)
Maria Eduarda Giering (UNISINOS)
Melânia Silva de Aguiar (PUC MG)
Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)
Patrick Charaudeau (Université Paris XIII)
Paulo Henrique A. Mendes (UFOP)
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (Universidade Estadual de Feira de Santana)
Roberto Acízelo (UERJ)
Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Ruth Amosy (Tel-Aviv University)
Sebastião Pinho (Universidade de Coimbra)
Sérgio Medeiros (UFMG)
Silvio de Almeida Toledo Neto (USP / Universidade de Lisboa)
Thais Christófaros-Silva (UFMG)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG)
Walter Carlos Costa (UFSC)
Wander Emediato de Souza (UFMG)

Sumário

- 7 **Editorial**
- 9 **Miguilim vai ao cinema**
[*Miguilim go to the cinema*]
ELZIRA DIVINA PERPÉTUA E ANITA LEANDRO
- 23 **“Manar de ...”: reconfigurações do conceito de lar no conto “Manar of Hama” de Mohja Kahf**
[*“Manar of ...”: reconfigurations of the concept of home in Mohja Kahf’s “Manar of Hama”*]
PRISCILA CAMPOLINA DE SÁ CAMPELLO
- 35 **Geraldo Viramundo: um grande mentecapto**
[*Geraldo Viramundo: the great madman*]
MARAIZA ALMEIDA RUIZ DE CASTRO
- 53 **O espelho invertido de Íon: o percurso do dizer-a-verdade na narração de Padre Justino, em *Crônica da casa assassinada***
[*The inverted Ion mirror: the path to truth-telling in the story of Padre Justino in Crônica da casa assassinada*]
PATRÍCIA CHANELY SILVA RICARTE
- 75 **Teorizar em “português brasileiro”? (Monolinguismo, tradução, ex-apropriação)**
[*Theorizing in “Brazilian Portuguese”? (Monolingualism, translation, ex-appropriation)*]
NABIL ARAÚJO
- 105 **Aspectos de crenças de tradutores em formação**
[*Aspects of beliefs from translation students*]
DÉBORA MENDES NETO
- 123 **Subvertendo a gramática**
[*Subverting the grammar*]
BÁRBARA AMARAL DA SILVA

- 149 **A categorização e a recategorização do frame Acre no processo de referenciação de uma desnotícia**
[*The frame Acre's categorization and recategorization in a desnotícia referention process*]
KARINE SILVEIRA
- 171 **O que fazer com o seu dinheiro: o discurso prescritivo em manchetes de capa de jornais sobre finanças pessoais**
[*What to do with your money: the prescriptive discourse in newspaper headlines about personal finances*]
LEUSA CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS
- 195 **Índices linguísticos e para-linguísticos da gestão da emoção e da projeção de ethos no discurso de Marina Silva, no programa Jô 11/2**
[*Linguistic and paralinguistic marks of the emotion management and ethos-building in Ms. Marina Silva's discourse, in the talk show Jô 11/2*]
CLÁUDIO HUMBERTO LESSA

Editorial

A segunda edição da Revista Caletrosκόpio – uma publicação do Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto – apresenta dez trabalhos inéditos escritos por pesquisadores do mundo das Letras. Os autores deste número abordam as diferentes formas da manifestação da linguagem, por meio de pesquisas fecundas em torno de objetos tais como o conto, a narração, a prosa, a tradução, a gramática, a desnotícia e o discurso político. A Caletrosκόpio compreende, assim, uma rica possibilidade de construção de um objeto comum – o conhecimento na área de Letras e Linguística – seja na produção linguística, seja nas teorias literárias.

A Revista Caletrosκόpio busca promover, divulgar e contribuir no desenvolvimento de pesquisas com um alcance temático amplo e interdisciplinar, possibilitando o diálogo entre a linguagem e as diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, contamos também com a sua colaboração, enviando-nos artigos e resenhas que possam ampliar ainda mais a área de inserção da Caletrosκόpio, tornando-a uma publicação de referência em nossa área.

Agradecemos aos membros do Conselho Editorial, à Assistente de Edição, aos autores e a todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para o segundo número da Revista Caletrosκόpio.

Boa leitura!

Editores



Miguilim vai ao cinema

[*Miguilim go to the cinema*]

ELZIRA DIVINA PERPÉTUA

Elzira Divina Perpétua é Doutora em Literatura Comparada pela UFMG; Professora da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.
[elzira@ichs.ufop.br]

ANITA LEANDRO

Anita Leandro é Doutora em Cinema e Audiovisual pela Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle; Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[anita.sleandro@gmail.com]

RESUMO

Algumas observações a respeito da filmografia da obra de Guimarães Rosa nos levaram ao pressuposto de que a linguagem roseana contém uma potencialidade sonora e visual que estabelece proximidades entre escrita e cinema. Tal aproximação, antes de se configurar como um dado facilitador das adaptações, transforma-se num desafio para os cineastas, que procuram na imagem em movimento diferentes formas de atualizar o texto do escritor mineiro, fundando, assim, uma relação de memória com a escrita de Rosa. Apresentaremos as reflexões sobre o modo como o espaço sertanejo, os personagens infantis e os animais domésticos são retomados do texto e inseridos nos filmes *Mutum*, de Sandra Kogut, e *Animaizinhos*, de Anita Leandro e Elisa Almeida, as duas adaptações cinematográficas da novela *Campo Geral*.

Palavras-chave

Memória; Guimarães Rosa; *Mutum*; *Campo Geral*.

ABSTRACT

*Some observations about the filmography of the work of Guimarães Rosa led us to the assumption that Rosean language contains a sound and visual capability laying nearby between writing and cinema. Such an approach, prior to configuring as a facilitator since the adaptations, becomes a challenge for filmmakers looking for in the cinema different ways to update the text mining writer, thereby founding a relationship between Rosean writing and memory. We will present reflections on the mode like countryman space mode, the infantile and the domestic animals are taken from the text and inserted into *Mutum*, by Sandra Kogut, and *Animaizinhos*, by Anita Leandro and Elisa Almeida, the two film adaptations of the novel *Campo Geral*.*

Key-words

Memory; Guimarães Rosa; *Mutum*; *Campo Geral*.

Nossa proposta de estabelecer relações entre memória, texto literário e filme serão tratadas, aqui, por meio da análise comparativa de *Mutum*, de Sandra Kogut (2006), e *Animaizinhos*, de Anita Leandro e Elisa Almeida (2009), filmes que retomam a novela *Campo Geral*, escrita por Guimarães Rosa em 1956. Consideramos que a adaptação de obras literárias para o cinema oscila entre o resgate do passado e a captura do presente. De lado, a memória cristalizada no texto é atualizada pelo cinema; de outro, a memória é inventada nas filmagens. No primeiro caso, a *mise en scène* se desloca em direção ao texto original, buscando, nele, suas referências temporais; no segundo, o texto é transportado para o momento da adaptação, encontrando, no mundo filmado, um espaço de atualização.

Linguagens midiáticas diferentes podem comportar diferentes correspondências, como acontece nas relações de tradução interlingual livre com a tradução interlingual literal. Ao comparar diferentes adaptações de obras literárias para o cinema, Brunilda Reichmann (2013) desenvolve os conceitos de adaptação remissiva e adaptação digressiva, considerando que as diferenças entre as linguagens das mídias podem ou não afetar o resultado da transposição. Segundo Reichmann, a adaptação seria remissiva em relação ao texto narrativo quando,

apesar da diferença entre as linguagens empregadas pelas mídias, a adaptação não implica subversão, desconstrução, desmonte, transculturação etc., do hipotexto. O texto serve de guia na escritura do roteiro e os eventos narrados são, na sua maioria, mantidos na ordem em que aparecem no texto. Narrativa e narração são reconhecidas pelo espectador. As personagens mais importantes, o lugar e o tempo também são preservados (...). (REICHEMANN, 2013, p. 131)

Assim, na adaptação remissiva, o espectador reconhece, ao assistir ao filme, a narrativa e a narração do hipotexto ou texto de partida. Já na adaptação digressiva o espectador reconhece, ao assistir ao filme, apenas a narrativa do hipotexto. Na digressiva há quebra de correspondência com o texto narrativo, pois,

além das diferenças provenientes das linguagens empregadas pelas mídias, há subversão, desconstrução, desmonte, transculturação, interpolações, eliminação de elementos importantes do texto narrativo, entre outros. O texto serve apenas como ponto de partida para uma nova criação, na qual a narrativa é reconhecida pelo espectador, mas a narração sofre profundas transformações. (REICHEMANN, 2013, p. 132)

A autora chama a atenção para a incidência de adaptações que pertenceriam a ambas as classificações ou mesmo serem, ao mesmo tempo, remissiva

e digressiva. Contudo, argumenta, “essa indefinição serve como excelente argumento para que ‘leituras’ de adaptações sejam ricas, controversas e suscitem um debate profícuo sobre o processo” (REICHEMANN, 2013, p. 132).

O conceitos de adaptação remissiva e digressiva de Reichmann, apesar de expressarem diferenças fundamentais em transposições de obras literárias para o cinema, mostram-se insuficientes para sustentar uma discussão que busca apoio nas relações entre texto, filme e memória. Além disso, por diferentes caminhos, ao se depararem com a questão mnemônica do texto, as duas transposições de *Campo Geral* em imagem vão além da representação da narrativa. Trata-se menos de uma recuperação do texto de Guimarães Rosa do que de “gestos de memória” ou de “movimentos de memória”, termos através dos quais Lúcia Castello Branco (1994) evoca as fulgurações do vivido expressas em textos autobiográficos, apontando, assim, a impossibilidade de garantir às escritas da memória uma especificidade sem problemas e sem contaminações. De maneira similar, os diferentes modos que o cinema retoma um texto literário também se configuram como gestos de memória, uma vez trazidas às telas as cintilações da memória textual.

1 Texto e filme, memórias do sertão

Trata-se de dois métodos diferentes de adaptação: *Animaizinhos* é uma narração de trechos de *Campo Geral*, retomados em sua materialidade literária, respeitando a pontuação do texto, as pausas, entonações, sonoridades e ritmos indicados pelo escritor. Todos os nomes próprios são, por consequência, mantidos no filme; já *Mutum* conserva a estrutura básica do texto original, porém os nomes dos personagens são substituídos pelos nomes verdadeiros dos atores. No filme de Sandra Kogut, a história de Miguilim se inscreve no cotidiano de uma família de camponeses pobres, perfeitamente contemporânea, como deixam transparecer, entre os elementos que assinalam a transposição do texto literário para o presente, o vocabulário dos personagens, suas vestimentas, o cenário natural e os vários utensílios de plástico no ambiente filmado.

Embora diversos na aparência, os dois métodos de adaptação têm em comum a abordagem do texto como um lugar de memória. Em ambos os filmes, a história do menino Miguilim, na fazenda do Mutum, ressurgem como um abrigo do tempo, seja para resgatar as sobrevivências do passado que o texto carrega, seja para fundar, graças a esse mesmo texto, uma memória no presente.

Em *Mutum*, com exceção de quatro atores profissionais (João Miguel, Izadora Fernandes, Rômulo Braga e Eduardo Moreira), o elenco é majoritariamente composto por moradores do sertão mineiro, adultos e crianças do meio rural, que nunca haviam feito cinema ou teatro. Atores e atrizes não profissionais, as crianças são chamadas por seus próprios nomes – Miguilim é Thiago (Thiago da Silva Mariz), Dito é Felipe (Wallison Felipe Leal Barroso), Chica é Juliana (Maria Juliana Souza de Oliveira), Drelina é Brenda (Brenda Luana Rodrigues Lima) e Tomezinho é João (João Vítor Leal Barroso). Também os animais domésticos recebem outros nomes, como a cadelinha Rebeca (a Pingo de Ouro de *Campo Geral*) e o Louro (o papagaio Papaco-o-Paco). Para que as crianças possam melhor se apropriar de seus personagens, o filme trabalha com uma margem de improvisação nos diálogos que permite integrar ao texto da novela o vocabulário dos pequenos atores. O silêncio dos personagens, filmados em *close*, assim como uma atenção particular aos gestos do trabalho e das brincadeiras, participam da construção de uma imagem que condensa o texto original para inscrevê-lo no presente das pessoas filmadas. A cumplicidade entre elas e a equipe de filmagem se insinua no tom intimista dos diálogos, no realismo das brincadeiras, no riso solto dos meninos e em suas falas monossilábicas, muitas vezes sussurradas.

Sandra Kogut é documentarista e conhece bem as técnicas do cinema de observação. Mais do que uma fidelidade ao texto, sua *mise en scène* procura uma proximidade com o mundo filmado, como se pode constatar nas declarações da diretora no *site* do filme. Sem se prender a uma fidelidade ao texto literário, a *mise en scène* estabelece uma relação lúdica com as crianças. As cenas em que os meninos riem, por exemplo, e que pontuam todo o filme, têm sua origem na situação vivida diante da câmera e não necessariamente no conteúdo narrativo da história contada. As crianças não fingem o riso. Thiago ri de verdade, às gargalhadas, diante do papagaio, ao ponto de contagiar as outras crianças ao redor.

Animaizinhos, por sua vez, retoma trechos de *Campo Geral* sob um modo recitativo. A narração do texto é feita por crianças e adolescentes da cidade de Morro da Garça, cenário do filme e de uma outra novela de Guimarães Rosa, *O Recado do Morro*. Filmadas em planos frontais, separadamente, com o olhar dirigido à câmera e numa postura hierática, as crianças narram os momentos em que Miguilim e os demais personagens da novela se relacionam com os bichos de estimação – cachorro, gato, papagaio – e com os animais silvestres do cerrado: tatus, tamanduás, coelhos, passarinhos. Os trechos narrados foram escolhidos por Elisa Almeida, que, ao longo de um ano, em oficinas de narração, preparou as crianças para a memorização e interpretação do texto. Juntamente com Dôra Guimarães,

Elisa Almeida dirige o grupo Tudo Era Uma Vez, especializado na narração da obra de Guimarães Rosa e responsável, há mais de quinze anos, pela formação dos narradores do Grupo Miguilim de Contadores de Estórias de Cordisburgo e do Grupo de Contadores de Estórias de Morro da Garça. Os narradores de *Animaizinhos* nasceram e cresceram na região que inspirou o escritor mineiro. A fauna e a flora descritas pelo escritor lhes são familiares e os casos que as crianças encontram em seus livros têm uma curiosa semelhança com os que ouvem de seus pais, tios e avós. Habitadas a uma história regional e familiar marcada pela pobreza e, às vezes, pela violência, elas compartilham com os personagens de Rosa o sentido trágico da existência.

2 O nome próprio e a memória

Como é sabido, o campo da memória possui tal abrangência que é necessário circunscrever um campo de discussão de suas relações. Por ora, nossas observações serão restritas ao modo como o nome próprio exemplifica as complexas relações que os filmes estabelecem com o texto de Rosa.

Semelhante ao *engrama* warburguiano – símbolos culturais que armazenam “energia mnêmica” que podem ser descarregadas “mesmo sob circunstâncias históricas modificadas ou em locais distantes” (ERLL & NÜNNING, 2003, p.8) –, o nome próprio cristaliza a energia e a emoção transmitidas tanto pelo texto literário, como vemos em *Animaizinhos*, quanto pela história de vida das pessoas filmadas, como em *Mutum*. Real e imaginário, História e estória, presente e passado, memória atual das pessoas e memória virtual do texto, as distinções entre uns e outros, aqui, não procedem. No campo da historiografia, Rancière diz que “é sempre possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos de ficção ou de substituição, e acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais” (RANCIÈRE, 1994, p. 9-10). Assim, ao nomear a atividade narrativa da disciplina histórica, ele prefere falar de uma “poética da História”, do saber histórico (RANCIÈRE, 1994, p. 15). História e estória: trata-se mais de uma homonímia do que de termos antagônicos, não de uma coisa *ou* outra, a história *ou* a não-história (RANCIÈRE, 1994, 14). Há uma ambivalência do nome da História: a narrativa do passado que ela torna possível é uma obra da política e da literatura, ao mesmo tempo (RANCIÈRE, 1994, 16).

O nome próprio é muito mais do que uma simples denotação. Ele distingue o sujeito, os personagens e o lugar. Para a psicanálise, como lembra Amariles Hill, “a nomeação é o ato de inserção através do qual o indivíduo entra na ordem simbólica, a linguagem, numa língua determinada” (HILL,

2012, p. 21). Tanto na realidade quanto na ficção, o Nome tira do anonimato seres e coisas. Desta forma, o nome do protagonista de *Campo Geral*, Miguilim, ao tornar-se sujeito da literatura, extrapola o circuito restrito de um apelido proveniente de um sertão longínquo, aos ouvidos do espectador de hoje. Por meio da canonização da obra roseana, “Miguilim” entra no terreno do mito, no sentido aristotélico do termo, sinônimo de narrativa. Mais do que um personagem, o nome Miguilim evoca, hoje, toda uma trajetória exemplar e imemorial do rito de passagem da infância à adolescência. Da mesma forma que a novela de Rosa, no passado, o filme de Kogut, hoje, também nomeia os anônimos do sertão – Thiago, Felipe... –, o que só é possível em virtude da substituição dos nomes ficcionais pelos nomes dos atores não profissionais do filme. Assim, pela infidelidade ao texto, o cinema se associa, por outras vias, ao trabalho do romancista.

Na obra de Guimarães Rosa, o Nome carrega o destino dos personagens e do lugar. Atentemos para a frase de abertura de *Campo Geral*: “Um certo Miguilim morava com sua mãe, seu pai e seus irmãos, longe, longe daqui, muito depois da Vereda-do-Frango-d’Água e de outras veredas sem nome ou pouco conhecidas, em ponto remoto, no Mutum” (ROSA, 1994, p.465). Sem nos debruçarmos numa análise minuciosa, a primeira leitura já direciona para o sentido minimalista e imemorial da narrativa, ao preceder o nome do protagonista com dois artigos indefinidos – “um certo Miguilim” – a repetição do adjunto de lugar “longe”, com fonemas anasalados que prolongam o sentido da palavra, seguido do referente dêitico – “longe, longe daqui” –, aliados a quase nenhuma indicação do endereço – “muito depois da Vereda-do-Frango-d’Água e de outras veredas sem nome ou pouco conhecidas, em ponto remoto, no Mutum”.

Em sua leitura da obra de Rosa, “à luz do nome de seus personagens”, Ana Maria Machado examina, nesse sentido, a relação entre o sistema onomástico e a estruturação da narrativa roseana: “o nome próprio não se limita a ser apenas um indício ou um elemento indicador” (MACHADO, 2003, 23). Eles “significam em seu sistema a própria significação, provando que não é possível falar de um sentido único para um texto, mas obrigando à incorporação de uma pluralidade de leituras” (MACHADO, 2003, p. 196). Em torno do sistema de significação proveniente do Nome “formam-se as frases do texto, cristaliza-se a escrita, desenvolve-se a narrativa” (MACHADO, 2003, p.198). E, por fim, poderíamos acrescentar, funda-se uma memória.

Assim é que, em *Campo Geral*, os apelidos familiares prevalecem e se imortalizam, embora o nome completo das crianças seja fixado por meio da fala de Drelina: “– Bobo! Eu me chamo Maria Andrelinha Cessim Caz. Papai é Nhô Bernardo Caz! Maria Francisca Cessim Caz, Expedito

José Cessim Caz, Tomé de Jesus Cessim Caz... Você é Miguilim Bobo...” (ROSA, 1994, p.468). Nota-se, na passagem, que apenas Miguilim e a mãe, Nhanina, permanecendo no diminutivo, são privados do nome de família. Contudo, os apelidos permanecem dotados de novas simbologias: enquanto o nome do irmãozinho precocemente falecido, “Dito”, já aponta para o pretérito – Dito “era menor, mas sabia o sério e pensava ligeiro”, era “levado e esperto”, ou seja, a vida que passa rápido –, o de Tomezinho e Miguilim, no diminutivo, são indícios do futuro, meninos que ainda vão crescer. De fato, vão reaparecer, mais tarde, como Miguel e Tomé, personagens adultos em *Noites do Sertão*, outra novela do *Corpo de Baile*.

Entre o passado e o futuro de um sertão indefinido e vasto, o campo geral do título, o Nome singulariza também os espaços, uma geografia. Desta forma, “Mutum”, palíndromo de origem tupi, é termo que designa não somente a ave galinácea do sertão, mas também um mundo cíclico: a cada nova adaptação cinematográfica, o Nome evoca, por si só, um espaço infinitamente aberto à inscrição misteriosa do tempo que passa. Mutum aparece no início e no final da novela de Rosa, primeiramente como um lugar feio, do ponto de vista da mãe de Miguilim, e depois, como um lugar bonito, quando o menino, através dos óculos do médico, descobre um Mutum nunca visto antes por seus olhos míopes. São vários os Mutuns. O tio Osmundo de Miguilim já dizia “que aquele lugar ali de primeiro se chamava era Urumutum, depois mudou, se chamando Mutum, mais tarde ainda outros nomes diferentes podia ter” (ROSA, 1994, p.529). Observa-se a manutenção do sentido cíclico do nome no prefixo *uru*, outro palíndromo, que quer dizer “ave”, em tupi.

Desse modo, as adaptações de que tratamos aqui preservam a memória do espaço e do nome imortalizados literariamente. No filme de Sandra Kogut, o nome do lugar se conserva, como um vestígio do passado. Enquanto os personagens mudam de nome para que o filme integre o presente, a dimensão documental do nome próprio das pessoas, o *Mutum* permanece, soberano, no título da obra, também como um refúgio do tempo. Em *Animaizinhos*, o Mutum se confunde com o Morro da Garça, lugar de onde vêm os contadores de histórias e onde eles foram filmados. Os narradores, ao fazerem um retorno ao texto, para dele se apropriarem em sua materialidade, levam consigo sua experiência do lugar e atualizam o passado literário à luz desse presente. Da mesma forma, a paisagem contemporânea do Morro da Garça potencializa as imagens e sonoridades de um Mutum perdido e reencontrado.

Lugar, imagem e memória sempre perfizeram um espaço singular na cultura ocidental desde Cícero, e os estudos da mnemônica intertextual hoje estão intimamente ligados ao conceito de memória. Este, por sua vez,

atribui grande importância aos lugares em sua relação com as imagens. O conceito foi deduzido através do mito de que o poeta grego Simônides de Ceos identificara os mortos de um banquete, desfigurados por um desabamento, porque guardara na memória o lugar de cada um à mesa do banquete (YATES, 2007, p.17-18).

No campo mesmo da experiência da escrita memorialista, o próprio Proust considera a primazia do espaço da lembrança sobre o tempo lembrado, e a supremacia do nome evocado. No primeiro volume da *Recherche*, há variados exemplos em que tempo, espaço e nomes se relacionam, como aquele em que, descrevendo os sonhos de conhecer o Atlântico e a Itália, afirma o narrador que, para fazê-los renascer, bastava-lhe pronunciar seus nomes “no interior dos quais acabara por se acumular o desejo” de ver os lugares que eles designavam. E conclui: “Aquilo que minha imaginação aspirava e que meus sentidos só percebiam no presente de modo incompleto e sem prazer nenhum, eu o havia encerrado no refúgio dos nomes, e como eu ali acumulara sonho, esses nomes imantavam agora os meus desejos” (PROUST, 1979, p.225-226).

Quanto às pessoas recordadas, buscadas nos lugares outrora percorridos, Proust constata “a contradição que existe em procurar na realidade os quadros da memória, aos quais faltaria sempre o encanto que lhes vem da própria memória e de não serem percebidos pelos sentidos”, para concluir, por fim, que “a recordação de certa imagem não é senão saudade de certo instante” (PROUST, 1979, p.247).

Já para Foucault, o Nome é monumento. Há uma monumentalidade essencial dos documentos com os quais o historiador se depara. O método arqueológico por ele desenvolvido é uma “transformação regulada do que já foi escrito”, quase uma citação, uma “descrição sistemática de um discurso-objeto”, um discurso já proferido (FOUCAULT, 1969, p.183). Escrever a História não é mais, simplesmente, interpretar documentos, mas cartografar monumentos. A apropriação do documento pelo historiador corresponde à retomada de uma matéria monumental, ou seja, já habitada, trabalhada pelo discurso, pelo poder. E não é outro o trabalho da literatura e do cinema, ao abordar o Nome como sistema de significação que remete ao passado e ao presente. Só se erige monumentos ao que já se foi.

Compreendemos, desta forma, que a memória e os nomes se estendem às razões pelas quais Miguilim, após a morte do Dito, repetia as palavras de dor de Nhanina, a indagar o que a mãe sentiu no momento da perda e, “a outras pessoas, o que pensavam do Dito, o que achavam dele, de tudo por junto; e de que coisas acontecidas se lembravam mais” (ROSA, 1994, p.524). Pela mesma memória do nome, os outros personagens não podem

suportar que o Papaco-o-Paco pronuncie, enfim, mas tarde demais, o nome do irmãozinho morto. A evocação do nome pelo papagaio traz de volta um vestígio do Dito vivo na imagem do Dito morto. “Miguilim agora tirava isso, da deslembração, como as memórias se desentendem”. Ele não pode mais se lembrar: “Antes as estórias” (ROSA, 1994, p.534).

“Miguilim, me dá um beijim!” Dito ensinara o papagaio a repetir o nome do irmão, mas o bicho não aprendera a falar seu próprio nome, apesar da grande insistência de Miguilim, que desejava dar esta alegria ao irmão moribundo. “Já pejei, Miguilim”, diz a Rosa, “tem certos nomes assim, eles teimam de não entender”. O nome singulariza e perpetua. Para Miguilim, se o Papaco-o-Paco pudesse pronunciar o nome do Dito, seu irmãozinho sobreviveria, de certa forma, como nas palavras dos outros personagens “porque o que Miguilim queria era assim como algum sinal do *Dito morto* ainda no *Dito vivo*, ou do *Dito vivo* mesmo no *Dito morto*” (ROSA, 1994, p.525).

3 A memória do texto

Em *Animaizinhos*, o papagaio e a narradora, Roberta Fernandes, são filmados num plano sequência fixo e frontal, de dois minutos e meio de duração. Empoleirado na alcandora, ao lado de Roberta, Papaco-o-Paco olha fixamente para ela. O texto é longo e a performance da narradora bastante complexa: ela imita a voz do louro, assume a fala das crianças e dos adultos, alterna canto e narração, na primeira e na segunda pessoas, e se dirige, ao mesmo tempo, ao espectador e ao papagaio, para quem ela reserva sorrisos e olhares langorosos, às vezes condoídos, segundo o conteúdo da narrativa. O cravo começa, então, a dialogar com Roberta: ele fala com ela (“dá o pé, louro!”), canta, abre em leque o rabo grande e multicolor, sobe e desce no poleiro, olha para câmera e depois para a menina, aproxima delicadamente seu bico do rosto dela e, por fim, quando o tom de voz de Roberta anuncia a proximidade do término da narração, a avezinha defeca, como que em resposta à expressão carinhosa de sua interlocutora.

Papaco-o-Paco é o papagaio, na língua de Tomezinho, o irmão caçula de Miguilim, que ainda não sabe falar direito. As raras intervenções da fala de Tomezinho no texto vêm pontuar a pequena tragédia sertaneja com termos engraçados e inventivos, principalmente ao nomear os animais domésticos, como gato, que ele chama de *Quóquo*. A cena do Papaco-o-Paco reitera a importância dos nomes próprios na novela.

Roberta é uma das jovens narradoras que conseguiram penetrar mais profundamente na essência trágica do texto roseano: oralidade e mnemônica

do método recitativo; o traço da voz... Numa abordagem etnográfica, vários registros audiovisuais de narrações dos contadores de histórias de Cordisburgo e Morro da Garça vêm sendo feitos por Elisa Almeida, Dôra Guimarães e Anita Leandro nos últimos anos, buscando compreender a dimensão sonora e visual da obra roseana, que essas narrações potencializam.. Cristalizado no vocabulário de Rosa, o passado retorna ao presente através dessas narrações, ressurgindo com toda a sua força no espaço das filmagens, onde o texto reverbera, seja na voz dos narradores, seja nos sons e silêncios do Sertão. Para dar ênfase à materialidade do texto, ao contorno das palavras e ao rico trabalho sonoro de Rosa, os narradores são filmados em plano único, frontal e aproximado e, na maioria das vezes, ao ar livre, trazendo para dentro do quadro um microcosmo da imensa paisagem que se estende fora de campo. A forma busca, assim, acolher com simplicidade um texto complexo, de maneira que tudo possa convergir em direção a um mesmo objetivo: captar o sopro vital da arte de contar histórias, forma de expressão popular e regionalmente reconhecida como parte integrante do patrimônio cultural do sertão mineiro. O resultado, como acontece em *Animaizinhos*, tem sido o registro do reencontro do texto literário com uma forte tradição oral que até hoje, em alguns lugares de Minas, se transmite de geração em geração, mantendo vivos o sotaque, o vocabulário, a memória e os ritmos sertanejos.

Graças ao método desenvolvido por Dôra Guimarães e Elisa Almeida, os narradores de Cordisburgo e de Morro da Garça comunicam a sobrevivência de um gesto ancestral e revigoram a tradição de transmissão oral na região. As filmagens dos recortes de textos por elas elaborados amplificam essa potencialidade da narração. O método de *mise en scène* é desenvolvido de forma compartilhada com os narradores, atento às exigências de sua arte, baseada na economia de gestos e na duração dos planos, na fidelidade ao texto e na proximidade com o real, no resgate da memória e no registro do instante presente. A literatura instrui o presente sobre seu próprio passado, enquanto o presente, apoiado na filmagem, alimenta o texto com seu mistério e vitalidade. O cenário do registro audiovisual das narrações são as veredas e paisagens desertas do cerrado, a fazenda Serandi, em Cordisburgo, onde Rosa passou a infância, e a cidade de Morro da Garça, lugares que inspiraram suas histórias. A trilha sonora é o canto dos periquitos, dos gaviões e da rolinha fogo-apagou, o aboiar dos vaqueiros ao cair da tarde e o uivo particular do vento que no curral faz a curva, envolvendo homens e bois num redemoinho de poeira e palha. Os figurantes são os boiadeiros, os tocadores de viola, os amigos e os parentes dos contadores de histórias.

No caso de *Animaizinhos*, as narrações são intercaladas por sequências não narrativas em que vemos a paisagem, seus habitantes, os animais e

os contadores de histórias em atividades cotidianas, brincando, cantando, jogando baralho, dançando. O conteúdo da narração penetra essas cenas cotidianas e o passado do texto ecoa nas imagens do presente.

Em *Mutum*, há a mudança de nome próprio como o que vincula a ficção ao mundo real das crianças-personagens, movimento da ficção em direção o documentário, atualização do texto no presente. Kogut faz do sertanejo, o não-ator, um ser dramático. Proveniente do documentário, a cineasta certamente viu, na manutenção do nome próprio dos atores, um artifício de *mise en scène* facilitador da apropriação do texto por parte das crianças. Num estilo neorrealista, o filme mistura atores profissionais ao elenco de moradores da região. Não somente os nomes dos personagens, como também parte do texto literário é colocada em segundo plano, em benefício de uma relação privilegiada da direção do filme com o real, com as pessoas do lugar. Do momento presente das filmagens, do encontro entre os sertanejos e a equipe de fora, nasce o texto dos diálogos. A novela é um pré-texto, uma narrativa que se adapta ao mundo filmado em que os diálogos são improvisados com as palavras das próprias crianças.

Considerações finais

Ao tomarmos o texto de Guimarães Rosa como memória dos filmes aqui analisados, ponderamos que estes comportariam traços do mundo representado no texto, pinçados da ficção para se transformarem em sons e imagens de outras ficções. Desta forma, chegamos às mais marcantes diferenças na realização dos dois filmes sobre a mesma obra. Enquanto em *Mutum* os traços físicos dos personagens de Rosa refletem-se na tela, em *Animaizinhos* o traço da voz do texto roseano ressoa na voz dos narradores. Em ambos os filmes, paira a memória da história do menino Miguilim, um dos personagens mais marcantes da narrativa brasileira, que vai ao cinema por caminhos diversos.

Referências bibliográficas e filmográficas

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *A traição de Penélope*. São Paulo: Annablume, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris: Les Editions de Minut, 2004.

ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar. Where Literature and Memory Meet: towards a systematic approach to the concepts of memory used in Literary Studies. In: *Literature, Literary History, and Cultural Memory*, v.21, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel. Sur la sellette (entretien avec J.-L. Ezine). *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001.
- HILL, Amariles Guimarães. *Os nomes de Rosa: interpretações*. Teresópolis: Daimon Editora, 2012.
- KOGUT, Sandra (Dir.). *Mutum*. Ficção, 35 mm, cor, 95 min, 2007.
- LEANDRO, Anita; ALMEIDA, Elisa (Dir.). *Animaizinhos*. Documentário, 2010 (inédito).
- MUTUM filme. Site: www.mutomofilme.com.br. Acesso em 21 jun. 2012.
- PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad. Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MACHADO, Ana Maria. *Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- MARTINS, Nilce Santana. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: Edusp, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. EducPontes: São Paulo, 1994.
- REICHMANN, Brunilda. Adaptação remissiva e digressiva: transposição de metaficção para o cinema. In: *Itinerários*, Araraquara, n. 36, p.129-144, jan./jun. 2013.
- ROSA, João Guimarães. Campo geral. In: _____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 465-542.
- ROSA, J. G. *Noites do Sertão*. In: _____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 803-988.
- YATES, Frances A. *A arte da memória*. Trad. Flávia Bancher. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



**“Manar de ...”: reconfigurações do
conceito de lar no conto “Manar of
Hama” de Mohja Kahf**

[*“Manar of ...”: reconfigurations of the
concept of home in Mohja Kahf’s “Manar
of Hama”*]

PRISCILA CAMPOLINA DE SÁ CAMPELLO

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Mi-
nas, Belo Horizonte, Minas Gerais.

[priscilaccampello@yahoo.com.br]

RESUMO

As experiências vivenciadas no exílio são individuais e únicas. Para alguns, elas operam uma aproximação entre a nova cultura e aquela que eles trazem consigo. Para outros, pode ser uma experiência de divisão, de subtração. O presente trabalho pretende analisar como a protagonista do conto “Manar of Hama”, da autora árabe-estadunidense Mohja Kahf, lida com o sentimento de deslocamento e isolamento diante da sua nova vida nos Estados Unidos. Pretende-se discutir também a mudança de perspectiva em relação ao conceito de lar. Se, em um primeiro momento, todas as suas referências de lar estão relacionadas à Síria, em um segundo, o conto apresenta um deslocamento dessa percepção. E o que lhe é mais familiar nos EUA também passa a constituir um espaço de pertencimento e conforto.

Palavras-chave

Exílio; Lar; Mohja Kahf; Pertencimento.

ABSTRACT

Experiences in exile are individual and unique. For some individuals, they bring the new and their own culture together. For others it may be an experience of division, subtraction. This paper discusses how the protagonist of the short story “Manar of Hama”, written by the Arab-American author Mohja Kahf, deals with the feeling of isolation and displacement towards her new life in the United States. We also intend to analyze how her perspective changes regarding the concept of home. If, at first, all of her references of home are related to Syria, in a second moment, the text presents a shift in that perception. Whatever is perceived as familiar in the U.S. can also become a space of belonging and comfort.

Key-words

Exile; Home; Mohja Kahf; Belonging.

As experiências vivenciadas no exílio são individuais e únicas. Para alguns, elas operam uma aproximação entre a nova cultura e aquela que eles trazem consigo. Para outros, pode ser uma experiência de divisão, de subtração. Enquanto uns se adaptam facilmente, aprendem a outra língua, procuram viver seguindo as regras e costumes do novo lugar, outros se fecham ao novo e continuam a viver como se ainda estivessem em seu país de origem. Estes evitam qualquer tipo de contato com a comunidade local, continuam a falar suas próprias línguas, tanto no âmbito privado quanto no público, restringindo sua rede de relacionamentos às pessoas nas mesmas condições e de mesma procedência. Em outras palavras, há o deslocamento físico, geográfico, mas não há uma atualização mental e emocional. A tentativa de perpetuar o passado, continuar com os mesmos costumes e manter o vínculo com as raízes contribui para a formação de pequenas comunidades étnicas.

Porém, há também um terceiro posicionamento, diverso dos citados anteriormente, que se configuraria como um ponto de equilíbrio, em que os exilados tentam lidar com o novo, desfrutando do que lhes é oferecido, sem cortar relações com as suas origens. Eles fazem uma ponte entre os dois mundos e se permitem gostar do novo sem necessariamente romper com o passado. De fato, há até uma gradação entre esses três grupos, e os indivíduos tendem a se mover entre eles, em alguns momentos exaltando o exílio, em outros sofrendo de saudades, ou até mesmo rindo de sua condição.

O presente trabalho pretende analisar como a protagonista do conto “Manar of Hama”, da autora árabe-estadunidense Mohja Kahf, lida com o sentimento de deslocamento e isolamento diante da sua nova vida nos Estados Unidos. Pretende-se discutir também a mudança de perspectiva em relação ao conceito de lar. Se, em um primeiro momento, todas as suas referências de lar estão relacionadas à Síria, em um segundo, o conto apresenta um deslocamento dessa percepção. E o que lhe é mais familiar nos EUA também passa a constituir um espaço de pertencimento e conforto.

Há vários aspectos a serem considerados quando se trata da vida dos exilados no país hospedeiro. Cada um desses aspectos afeta esses indivíduos e influencia, de maneira positiva ou negativa, a sua adaptação e convivência no novo lugar. No conto “Manar of Hama”, Mohja Kahf, de origem síria, relata passagens que marcam a experiência da protagonista Manar Abdalqader Sharbakly nos Estados Unidos, uma vez que a presença de elementos de identificação cultural, como língua, comida, e roupas, para citar alguns, ajuda a delinear o sentimento desses estrangeiros em relação ao novo lugar, como também contribui para a forma como eles lidarão com a vida no exílio e com a memória do lugar deixado.

A presença dos elementos apontados acima provoca, inicialmente, um sentimento de deslocamento, de não pertencimento e de insegurança que os exilados experimentam ao se depararem com novas e diferentes situações, dando origem, posteriormente, a uma aprendizagem acerca da necessidade de uma constante negociação entre o velho e o novo, o familiar e o diferente, o aceitável e o viável devido às circunstâncias.

A escritora *chicana* Cherríe Moraga (1994, p. 301) afirma que “[o]s Estados Unidos é meu país, mas não é minha pátria”.¹ Percebe-se, através dessa proposição, que ela não apenas diferencia as duas categorias — pátria e país — como também aponta para o significado que os Estados Unidos têm para ela. Moraga esclarece que país diz respeito a um território político, delimitado geograficamente, onde o indivíduo nasceu ou reside, possui a cidadania e recebe um passaporte, não passando assim por nenhum envolvimento emocional. Ser cidadão de um determinado país acaba sendo uma contingência, uma vez que o indivíduo não escolhe onde quer nascer, mas pode vir a ser uma opção. E essa escolha é um ato político por excelência. O indivíduo que opta por residir em um país que não considera como sua pátria o faz em decorrência de diversas outras questões que não necessariamente as sentimentais e afetivas.

Diferentemente, para Moraga, ao chamar um lugar de “pátria”, sentimentos de afeto e identificação prevalecem. Pátria seria o espaço onde os sentimentos de familiaridade, segurança, proteção e felicidade são vivenciados exponencialmente. Esses sentimentos não dizem respeito à localização geográfica da casa, mas sim ao espaço onde há pessoas, objetos, situações e até mesmo a presença de um idioma que possibilita ao indivíduo fazer parte desse lugar, onde é tratado como membro e é reconhecido. Decorre disso o fato de algumas escritoras de origem latino-americana, principalmente as *chicanas*, utilizarem a expressão *motherland*, pátria-mãe, para se referirem ao local de origem de seus antepassados, o que também se configura como um ato político, conforme explicação de Rosemary Marangoly George (1999, p. 6), no prefácio do livro *The politics of home: postcolonial relocations and twentieth-century fiction*. A denominação de pátria-mãe torna-se paradoxal, porque, ao mesmo tempo em que é uma forma de essas escritoras se situarem contra o sistema patriarcal desses países, enfatizando a ligação com o feminino e o laço maternal que as une, a pátria aparece também como uma mãe que, em algum momento da história, “as expulsou” de casa. Assim, esse local que elas acreditam ser o lar passa a representar também um espaço de tensão. Ele deixa de ser um lugar estável, de proteção, nutrição, acolhimento e referência (GEORGE, 1999, p. 1) e

1 “Los Estados Unidos es mi país, pero no es mi pátria”.

torna-se uma terceira margem, o entre-lugar. Ao dar continuidade à sua conceituação sobre o lar, George (1999, p. 9) pontua que

[o]s lares são manifestos nos níveis geográficos, psicológicos e materiais. São lugares que são reconhecidos como tais por aqueles de dentro e aqueles de fora. São lugares de violência e nutrição. Um local que é flexível, que se manifesta de várias formas e ainda onde cada reinvenção parece seguir o padrão básico de inclusões/exclusões. O lar é um lugar para onde se escapar e de onde se escapar. Sua importância está no fato de que não é igualmente disponível a todos. O lar é o lugar desejado pelo qual se disputa e é estabelecido como o domínio exclusivo de poucos. Não é um lugar neutro.²

Tal pontuação sugere certa instabilidade do conceito de lar, assim como do de entre-lugar. Ao mesmo tempo em que os indivíduos são atraídos por e para o lar e desejam estar nesse ambiente, ele também se constitui como espaço de conflito, de estranhamento e de sofrimento.

No caso do conto analisado aqui, é possível perceber que, mesmo se tratando de outro país, com contextos histórico e econômico diferentes, ainda assim a personagem principal estabelece a mesma diferenciação proposta por Moraga quando inicialmente se refere à Síria como a sua pátria ou o seu lar.

Logo no início do conto, a protagonista e narradora Manar descreve a comida. Ela, seu marido e seu filho são refugiados que há poucos meses vivem no meio-oeste dos Estados Unidos, após o bárbaro massacre ocorrido em Hama, sua cidade natal, em fevereiro de 1982, no qual toda a sua família – exceto um irmão que é preso, mas de quem ela não tem notícias – é assassinada pelo governo do presidente Hafez al-Assad:

A comida aqui é horrível. A carne tem cheiro repugnante. Não há pão, nem café, nem azeitonas nem queijo de verdade. Eles têm um tipo nojento de queijo amarelo e até mesmo o leite [...] não tem gosto. Até mesmo os ovos têm a gema descorada. Não sei o que comer na América. Já perdi cinco quilos nesses meses desde que deixamos a Síria.³ (KAHF, 2009, p. 111).

Nesse primeiro parágrafo, Manar já se vale de quatro fortes expressões adjetivas – horrível, repugnante, nojento e sem gosto – sinalizando também

2 “Homes are manifest on geographical, psychological and material levels. They are places that are recognized as such by those within and those without. They are places of violence and nurturing. A place that is flexible, that manifests itself in various forms and yet whose every reinvention seems to follow the basic pattern of inclusions/exclusions. Home is a place to escape to and a place to escape from. Its importance lies in the fact that it is not equally available to all. Home is the desired place that is fought for and established as the exclusive domain of a few. It’s not a neutral place”.

3 “The food here is terrible. The meat smells disgusting. There is no real bread, or coffee, or olives, or cheese. They have a nasty yellow kind of cheese and even the milk [...] is tasteless. Even the eggs are pale-yolked. I don’t know what to eat in America. I have lost five kilos already in the months since we left Syria”.

para a maneira como ela percebe tudo que está à sua volta no país hospedeiro. A falta de gosto da comida ou o seu gosto ruim não se referem apenas ao seu estranhamento pela comida em si, mas pela sua própria vida longe do que lhe é familiar e agradável. Suas comparações se estendem à língua que ela pouco compreende e aos novos comportamentos que, em tão pouco tempo, seus filhos já imitam:

Meus filhos já conseguem se expressar em inglês e olham para a mãe que não consegue dizer duas palavras para a secretária da escola e sei que eles estão envergonhados. Eles já estão em um outro mundo, um mundo que eu não entendo. Eles fazem coisas de deixar o cabelo branco como se fossem coisas normais de fazer. Os meninos conversam com as meninas, as meninas conversam com os meninos na escola e sentam lado a lado.⁴ (KAHF, 2009, p. 111).

O comportamento de Manar ilustra aquilo que Storti (1990, p. 87-88) enfatiza ao se referir às consequências psicológicas acarretadas pelo exílio: não ter domínio fluente da língua local implica a infantilização e a inferiorização do indivíduo:

Relacionada [ao] sentimento de impotência, há a perda da auto-estima que surge com a inabilidade de conversar na língua local. Adultos medianos, articulados — capazes de tantas outras maneiras — que são de repente transformados em mudos virtuais, que conseguem apenas acenar com a cabeça e sorrir ridiculamente quando bem-intencionados nativos monolíngües dirigem-se a eles, acham a experiência aviltante. Pela competência que possuem, eles sentem — e, de certo modo, são — inferiores ao vizinho de três anos que deve ainda estar fazendo xixi na calça, mas ao menos sabe contar até dez.⁵

A comparação estabelecida por Storti parece um tanto hiperbólica, mas não deixa de apontar a dimensão do dano que tal situação pode causar. Para Manar, não parece um exagero. O domínio social e linguístico que ela exercia na Síria desaparece nos Estados Unidos, conforme relata:

No meu lugar de origem eu era uma mulher inteligente e capaz, que conseguia se virar no mundo. [...] No meu lugar de origem eu era a primeira da minha

4 “My children can babble away in English by now and they look at their mother who cannot speak two words to the school secretary and I know they are embarrassed. They are already in another world, one I don’t understand. They do things that make the hair go white as if these were normal things to do. Boys talking to girls, girls talking to boys in school and sitting next to them”.

5 “Related to [the] sense of helplessness is the loss of self-esteem that comes with the inability to converse in the local language. Average, articulate adults – capable in so many other ways – who are suddenly transformed into virtual mutes, who can only nod and smile foolishly when addressed by well-intentioned, monolingual locals, find the experience demeaning. For all their competence, they feel – and in a sense, are – inferior to the three-year-old neighbor child who may still wet his pants but at least knows how to count to ten”.

turma. Aqui eu sou a rainha dos burros. Eu não consegui aprender mais de dez palavras de sua desprezível língua caótica. Acho que essas pessoas inventaram o inglês como uma espécie de tortura mental para estrangeiros e recém-chegados.⁶ (KAHF, 2009, p. 111).

O que se pode perceber em sua fala é que o desconhecimento da língua atinge proporções gigantescas, a ponto de ser comparado a uma tortura mental destinada aos que ali chegam. A sua limitação linguística a impede de exercer atividades banais e corriqueiras, fazendo com que ela compare suas duas vidas constantemente. O que mais chama atenção em seu relato é que sua comparação passa pelos extremos dos dois mundos. Na Síria, ela era a primeira da turma, enquanto, nos Estados Unidos, ela é “a rainha dos burros”. Nota-se, portanto, uma discrepância significativa no posicionamento do indivíduo nas diferentes sociedades pelas quais ele transita. Muitas vezes, essas posições não coincidem, e um sujeito que antes estava no “topo” passa a se situar em um lugar secundário. Não há um meio termo para ela, assim como ainda não há uma negociação entre os dois lugares. Além disso, a falta de competência linguística também contribui para que sua dignidade fique comprometida diante de seus filhos. Tal situação expõe uma fragilidade que não existia em sua vida anteriormente e aponta para uma desconstrução da imagem de “mulher maravilha” que os filhos geralmente fazem das mães. Vale ressaltar, no entanto, que tudo isso é dito pela voz da personagem, e como ela ainda se situa no lugar da rejeição, da crítica e da comparação negativa, não consegue distanciar-se para ter uma percepção mais realista daquilo que está à sua volta.

Amy Kaminsky (1999, p. 68) ratifica a relevância de se dominar a língua falada no exílio, uma vez que a

[l]íngua adquire uma repercussão particular no exílio. [...] ser colocado em um lugar onde a língua não é familiar é regressar a um estado de dependência e ser percebido como incompetente intelectualmente. Essa mudança extrema no status social ocorre simultaneamente ao sentimento de deslocamento físico a que está ligada, e isso pode fazer com que até diferenças linguísticas aparentemente menores repercutam diferenças maiores de prestígio e poder.⁷

6 “Back home I was a smart, capable woman who could make her way around in the world. [...] Back home I was top of my class. Here I am queen of the dunces. I have not been able to learn more than ten words of their miserable chaotic language. I think these people invented English as a sort of mind-torture for foreigners and newcomers”.

7 “Language takes on particular resonance in exile. [...] to be set down in a place where the language is unfamiliar is to be returned to a state of dependency and to be perceived as intellectually incompetent. This extreme shift in social status occurs simultaneously with the sense of physical dislocation to which it is connected, and it can make even apparently minor linguistic differences resonate with major distinctions in prestige and power”.

O conto trata, portanto, da sensação de incapacidade por que passa o indivíduo que não consegue compreender o que as pessoas ao seu redor estão falando, sentindo-se totalmente desamparado e perdido. Sentir-se na Torre de Babel desestabiliza esse indivíduo porque ele passa a não ter controle sobre si próprio. Ele fica à mercê do outro, depende da boa vontade do outro em querer entendê-lo e ter paciência para ensiná-lo. Sente-se diminuído e humilhado porque todo o seu conhecimento, toda a sua capacidade profissional, social, relacional perdem-se nesse ambiente hostil. Dessa forma, aprender a língua falada no país hospedeiro torna-se um meio de sobrevivência (KAMINSKY, 1999, p. 70-71). Manar, inclusive, informa que não tem com quem conversar, já que, na cidade onde moram, há apenas uma outra família árabe, e como a mulher é palestina, mas nascida nos Estados Unidos, ela esquecera suas raízes.

O mesmo estranhamento que a comida dos Estados Unidos gera em Manar também pode ser visto em relação às roupas utilizadas pelas mulheres. Enquanto a mulher árabe muçulmana geralmente se veste com vestidos e túnicas compridas, a mulher ocidental usa roupas mais curtas, calças e até exhibe partes do corpo, conforme a passagem a seguir:

Olho para ela com hesitação, porque eu uso o tipo de vestido que, em nosso círculo social lá no meu lugar de origem e entre pessoas que têm gosto, é a única coisa digna para uma mulher usar. Lá, ela e suas calças seriam vistas por aquilo que são: de mau gosto, má educação, indecoroso.⁸ (KAHF, 2009, p. 112).

Novamente, tem-se um olhar preconceituoso e calcado na própria cultura. Várias vezes, Manar lança mão do adjetivo “sem gosto/sabor” ao longo do texto para classificar aquilo que não está de acordo com os seus valores e costumes. O fato de essa mulher usar calças compridas confere-lhe certos rótulos negativos, demonstrando que Manar só consegue enxergar as diferenças culturais a partir de uma perspectiva negativa e inferiorizada. Ela não considera o lugar onde elas se encontram, os costumes locais, ou até mesmo a praticidade de tal vestimenta. Mais adiante, no conto, ao encontrar um grupo de pessoas em uma comunidade hippie ou sufista ou até mesmo cigana (Manar não sabe defini-la com precisão), o visual e as roupas lhe chamam a atenção mais uma vez: “Os sufistas não vestiriam jeans rasgados. Nunca. Barrigas de fora — longos cabelos rebeldes — grânulos e bandanas — essas pessoas devem ser ciganas.”⁹ (KAHF, 2009, p. 114). E, ao avistar outra moça do grupo, descreve: “Uma menina alta e loura em

⁸ “I look backward to her because I wear the kind of dress that, in our social circle back home and among people who have taste, is the dignified thing for a woman to wear. There, she and her pants would be seen for what they are: tasteless, ill-bred, and unbecoming.”

⁹ “Sufis would not be wearing cut-off jeans. Never. Bare midriffs – long wild hair- beads and bandanas – these people must be gypsies.”

uma longa saia esguia – que à primeira vista pensei ser o único vestuário modesto no grupo até que vi que havia fendas até na coxa em três lugares [...]”¹⁰ (KAHF, 2009, p. 115).

É justamente no contato com essa comunidade que ocorre a mudança de Manar. Na primeira parte do conto, observa-se uma mulher que critica o novo e o diferente, sempre à procura de algo que lhe seja familiar e lhe traga algum tipo de conforto e ligação com a sua terra natal. É durante uma incessante busca por temperos, comidas e sabores conhecidos e apreciados que Manar se depara com um cheiro conhecido, o cheiro da pimenta-da-Jamaica. O encontro se dá em uma mercearia, onde a personagem sente o tal cheiro e o segue, conforme ela narra:

Só recentemente ousei ir à mercearia sozinha, tão receosa fico de me perder longe de casa e não ser entendida, porém quando senti o cheiro da pimenta-da-Jamaica, deixei tudo e segui. Aqui estava um aroma de casa!¹¹ (KAHF, 2009, p. 114).

O cheiro familiar, do lar, de um tempero comumente utilizado nas comidas sírias, leva Manar a seguir tão cega e obstinadamente a mulher que o exalava, que a acompanha de carro até um acampamento nos arredores da cidade.

A partir da chegada de Manar a esse lugar, onde as pessoas estão comendo, bebendo, dançando e cantando algo em uma língua cujas palavras ela reconhece, mesmo que mal pronunciadas, ela começa lentamente a se sentir mais à vontade. Se, em um primeiro momento, há um estranhamento em relação às roupas das moças, à presença de um homem negro, nunca visto pessoalmente por ela, ao toque de um homem em seu ombro, ao contato físico de homens e mulheres, assim como à sua própria atitude em seguir alguém desconhecido a um lugar também desconhecido, a sentar-se com estranhos e comer alimentos preparados por pessoas de unhas sujas, em um segundo momento, Manar não só começa a identificar alguns pontos conhecidos – alguns tipos de comida, como a pasta de grão de bico, o iogurte e o pão (semelhante ao pão árabe) que lhe oferecem – como também é calorosamente recebida por aquelas pessoas. Sua chegada à comunidade não gerou nenhum tipo de mal-estar, rejeição ou suspeita, mas sim interesse, acolhimento e afetividade por parte daquelas pessoas. Odile Ferly (2001, p. 2) explica que:

10 “A tall blond girl in a long willowy skirt – which I at first thought was the only modest garment in the lot until I saw that it was slit up to the thigh in three places [...]”

11 “I only recently dared go to the grocery store by myself, so scared am I of getting lost away from home and not being understood, yet when I smelled the allspice I dropped everything and followed. Here was a scent of home!”

Embora o exílio geralmente ocasione uma forte sensação de deslocamento, é verdade que para as mulheres a experiência raramente vem a ser totalmente negativa. De fato, as sociedades para as quais elas imigram são muitas vezes tidas como menos machistas do que aquelas de onde elas provêm. Para muitas, o exílio oferece aspectos positivos, visto que ele elimina algumas das pressões sociais do lugar de origem.¹²

Desse modo, a vida das mulheres no exílio passa a ser um duplo desafio, pois, além de se depararem com o desconhecido do ponto de vista do estrangeiro, elas também necessitam enfrentar uma nova situação que passará por duas esferas, tanto pública quanto privada.

Percebe-se que, pela primeira vez desde sua chegada aos Estados Unidos, Manar não se sente deslocada nem rejeitada. Ali não se importavam com a sua origem, a sua crença, ou até mesmo com o porquê de estar naquele lugar. Ali as pessoas estavam abertas ao diferente, ao estrangeiro, à diversidade e, pela primeira vez na vida, Manar se permite fugir das regras e costumes impostos pela sua cultura. Além disso, o mantra cantarolado por eles lhe soa familiar e ela revela a Suzy, a moça que a leva de volta ao seu carro: “Você dizia: *la ilaha illa allah*”, eu disse. ‘Isso, da minha crença.’¹³ Ao dizer isso, Manar a indaga sobre a sua religião: “Então você é — você é —” Eu estava incrédula, mas perguntei. ‘Você é — muçulmana? Você é sufista?’¹⁴, a que ela responde: “Somos tudo. Sufistas, budistas, hindus, cristãos, judeus — [...] Taoístas, indígenas, pagãos. Tudo é bondade. Tudo é amor”¹⁵ (KAHF, 2009, p. 117).

Embora a resposta não tenha sido satisfatória para Manar, pois, para ela, se tudo fosse bondade e amor, sua família não estaria morta, nem sua cidade totalmente destruída, ela agora toma o caminho de volta para uma casa que não é mais o regresso ao lar na Síria, mas o retorno a um novo lar, onde sua vida fora reconstruída. Se, antes, o sentimento era de uma “[...] vida sem o sabor de vida”¹⁶ (KAHF, 2009, p. 113), agora, abrem-se as possibilidades da negociação e da aproximação.

Desse modo, o exílio permite que esses sujeitos hifenizados se posicionem entre dois países, duas culturas, duas línguas, dois mundos, e até, por que não, duas pátrias, reforçando a fragmentação dos eus. A partir do momento em que Manar percebe poder transitar entre esses dois lugares, mesmo que

12 “Although exile often brings about a strong sense of dislocation, it is true that for women the experience hardly ever turns out to be entirely negative. Indeed, the societies to which they emigrate are often seen as being less sexist than those they come from. For many, exile offers positive aspects, in that it removes some of the social pressures found at home.”

13 “You said: *la ilaha illa allah*”, I said. “This, from my faith.”

14 “Then you are—are you—” I was incredulous, but I uttered it. ‘Are you—Muslim? Are you Sufi?’

15 “We’re everything. Sufi, Buddhist, Hindy, Christian, Jewish— [...] Tao, Native, pagan. All is good. All is love.”

16 “[...] life without the taste of life.”

a Síria seja apenas o lugar das recordações, a personagem encontra uma âncora para a sua sobrevivência. Agora, a aceitação da diversidade e a capacidade de se abrir ao “outro” passam a integrar o passaporte para a convivência em meio a tanta diferença e possibilitam a ela conseguir chamar os Estados Unidos de lar também.

O texto reflete o percurso da protagonista, que se desloca de um lugar de total rejeição e crítica ao novo para outro em que se abre para o desconhecido. Esse movimento só é possível porque houve a descoberta de pontos de intercessão entre os dois mundos e também pela recepção carinhosa que o grupo lhe ofereceu. Ao intitular este trabalho de “Manar de ...”, deixo em aberto as possibilidades oferecidas pelas reticências. A Manar de Hama, do início do conto, pode ser também a Manar de Sonora Falls, Illinois ou simplesmente uma Manar Hama hífen Sonora Falls. Ela não precisa necessariamente estar atrelada ao lugar de origem; afinal a identificação da personagem se constitui na realidade de todos aqueles lugares pelos quais transita. E é exatamente isso o que a torna um sujeito-traduzido, para utilizar o termo de Salman Rushdie.

Referências bibliográficas

FERLY, Odile. Giving birth to the island: the construction of the Caribbean in Julia Alvarez's fiction. *Mots Pluriels*, n.17, abr. 2001. Disponível em: [<http://motspluriels.arts.uwa.edu.au/MP1701of.html>]. Acesso em: 21 dez. 2013.

GEORGE, Rosemary Marangoly. *The politics of home: postcolonial relocations and twentieth-century fiction*. Berkeley: University of California Press, 1999.

KAHF, Mohja. Manar of Hama. In: KALDAS, Pauline; MATTAWA, Khaled (Eds.). *Dinarzad's Children: An Anthology of Contemporary Arab American Fiction*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2009. p. 111-117.

KAMINSKY, Amy. *After exile: writing Latin American diaspora*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MORAGA, Cherríe. Art in América con acento. In: FERNÁNDEZ, Roberta (Ed.). *In other words. Literature by Latinas of the United States*. Houston, TX: Arte Público Press, 1994. p. 300-306.

RUSHDIE, Salman. *Imaginary homelands: essays and criticism, 1981-1991*. London: Granta Books, 1991.

STORTI, Craig. *The art of crossing cultures*. Yarmouth, ME: Intercultural Press, 1990.



Geraldo Viramundo: um grande mentecapto

[*Geraldo Viramundo: the great madman*]

MARAIZA ALMEIDA RUIZ DE CASTRO

Mestranda da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil; Bolsista CAPES.
[maraiza_ruiz@hotmail.com]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a complexidade e a ambivalência de Geraldo Viramundo, protagonista do romance brasileiro *O Grande Mentecapto*, de Fernando Sabino. Nessa análise, serão discutidas as identidades e máscaras do personagem, além de seu comportamento desviante, sua figura física grotesca e seu discurso incomum. Dessa maneira, será possível mostrar que *O Grande Mentecapto* é uma obra que se filia à tradição literária carnalizada, pois tem um protagonista multifacetado que, por meio de sua percepção crítica, revela o absurdo das situações e luta pela liberdade e pela dignidade humana. Portanto, Geraldo Viramundo traz as inversões, o princípio cômico e a visão crítica e renovadora dos anti-heróis carnalizados. Para isso, serão utilizados principalmente os estudos de Bakhtin (1999) a respeito da carnalização.

Palavras-chave

Carnalização; O grande mentecapto; Anti-herói.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the complexity and the ambivalence of Geraldo Viramundo, protagonist of the novel O Grande Mentecapto, by Fernando Sabino. In this analysis, we will discuss the character's identities and masks in addition to his deviant behavior, his physical grotesque figure and unusual speech. Thus, it will be possible to show that O Grande Mentecapto is a work that joins to the carnivalized literary tradition, because it has a multifaceted protagonist that, through his critical perception, reveals the absurdity of the situations and the struggle for freedom and for human dignity. Therefore, Geraldo Viramundo brings the inversions, the comic principle and the critical and renewing view of carnivalized antiheroes. Bakhtin's studies (1999), regarding to the carnivalization, will mainly be used for this discussion.

Key-words

Carnalization; O Grande Mentecapto; Antihero.

Introdução: a literatura carnalizada

Para que se possa compreender como Geraldo Viramundo é, em uma obra carnalizada, um protagonista complexo e ambivalente, é necessário primeiramente entender as características e a origem dessa tradição literária. A esse respeito, Bakhtin (1999), em seu estudo sobre a obra de Rabelais, afirma que a literatura carnalizada está intimamente relacionada aos rituais carnavalescos medievais. Nessa época, os festejos oficiais possuíam um tom sério por terem a finalidade de consagrar o regime social vigente. Em contraposição a essa festa oficial, surgiram os rituais carnavalescos que tinham como principais características o caráter não oficial, a abolição das relações hierárquicas, o contato livre e familiar e o princípio cômico.

Esses rituais duravam cerca de três meses e constituíam a segunda vida do povo, pois, no carnaval, a população fugia dos moldes da vida ordinária e passava a viver o jogo carnavalesco: [...] “o jogo fazia o homem sair dos trilhos da vida comum, liberava-o das suas leis e regras, substituía às convenções correntes outras convenções mais densas, alegres e ligeiras” (BAKHTIN, 1999, p. 204).

Nessa época, o povo abandonava a rotina diária e os papéis sociais para assumir as máscaras carnavalescas, ou seja, outros papéis sociais. Assim, um camponês poderia fantasiar-se de banqueiro e vice-versa. Durante o carnaval, o povo não trabalhava e saía às ruas todas as noites para viver o jogo carnavalesco, retornando ao lar somente pela madrugada. Vale ressaltar a importância dos espaços públicos nesses rituais, porque eles representam a liberdade da população em oposição ao espaço fechado da residência. Além disso, o princípio cômico é um elemento fulcral na medida em que tem uma potencialidade renovadora, pois o riso marca a percepção de um desvio ou da quebra de um padrão estabelecido. Portanto, o carnaval é um período de suspensão autorizada da ordem.

Com base nos rituais carnavalescos, surge a literatura carnalizada, que conserva algumas das características desses festejos populares. Segundo Bakhtin (1999), tal tradição literária se faz presente desde a Idade Média, com a obra de Rabelais, e opõe-se à seriedade da ficção idealizada. Nas obras carnalizadas há, por exemplo, a sátira, a polifonia, o dialogismo, o burlesco, o grotesco, a ironia, o baixo material e corporal, o princípio cômico e a figura do anti-herói. Portanto, a carnalização é uma linhagem literária que faz com que o leitor perceba determinada realidade a partir de um ponto de vista que não seja idealizado, mas crítico e renovador.

A literatura carnalizada caracteriza-se por uma linguagem que contém uma estrutura dialógica aberta, na qual vários discursos, vozes,

estilos e línguas relacionam-se de modo a compor um diálogo múltiplo. Essa estrutura opõe-se ao padrão monológico da ficção idealizada, no qual há apenas uma voz dominante. Além disso, a linguagem irônica das narrativas carnavalizadas apresenta um olhar crítico e cômico a respeito do aspecto que está sendo discutido, contrapondo-se a uma linguagem séria que busca a reafirmação desse aspecto narrado. Assim, a linguagem empregada nas obras carnavalizadas indica uma postura múltipla e crítica sobre o assunto narrado.

A presença da sátira nessas narrativas também está relacionada a essa postura crítica e realista, pois representa a realidade a partir de um ponto de vista destrutivo para renová-la, isto é, ao satirizarem determinado aspecto da realidade, as obras carnavalizadas apresentam uma nova possibilidade de construção do real, que nasce a partir dessa percepção de que algo não está funcionando da maneira como deveria. Quando uma narrativa apresenta uma sátira aos policiais militares, por exemplo, representando-os como violentos e alienados, ela realiza uma devoração crítica do papel desses militares e mostra aos leitores a possibilidade de revisão desses papéis sociais. Dessa maneira, a sátira é fundamental na construção de uma visão crítica e renovadora da realidade, porque mostra um desvio que precisa ser corrigido, ou seja, é uma destruição que visa à reconstrução.

Diversas vezes essa criticidade presente por meio da ironia e da sátira aparece juntamente com um princípio cômico, visto que o riso carnavalizado representa uma libertação do indivíduo frente às regras sociais estabelecidas. No caso das obras carnavalizadas, o riso traz a alegria libertadora, a renovação por meio do rebaixamento, da ridicularização de algum aspecto. Esse riso está relacionado também à concepção de corpo grotesco e ao baixo material e corporal, que se opõem à ideia de corpo perfeito e acabado presente na ficção idealizada. Nas narrativas carnavalizadas, o corpo é responsável pela deglutição, pelos atos excretórios e reprodutores. Portanto, o corpo destrói outro corpo vencido, transforma-o e renova-o, em um processo orgânico.

Além dessa ideia de corpo, outro elemento típico da carnavalização é a figura do bobo sábio ou do anti-herói, que se opõe ao herói idealizado. O anti-herói carnavalizado é um indivíduo astuto e capaz de atitudes baixas, pois não possui a nobreza de caráter do herói idealizado. Quanto à figura do bobo sábio, este é considerado louco pelo restante da sociedade por ter uma percepção apurada da realidade, ou seja, por ser capaz de enxergar aquilo que os outros não enxergam. Assim, o anti-herói carnavalizado está também relacionado ao riso, à inversão de posturas, ao desvio de padrões de comportamento e de caráter.

Considerando as características apontadas, é possível identificar algumas obras que se filiam a essa linhagem literária. Entre elas podem-se citar, por exemplo, o romance latino *O Asno de Ouro*, o romance espanhol *Dom Quixote*, os romances picarescos *Lazarillo de Tormes* e *Guzmán de Alfarache* e o romance brasileiro *Memórias de um sargento de milícias*. Assim, percebe-se que as narrativas carnavalizadas estão presentes em várias épocas e em vários lugares, o que evidencia a ampla abrangência dessa tradição literária.

Dentre as obras citadas, pode-se acrescentar o romance brasileiro *O Grande Mentecapto*, de Fernando Sabino, publicado em 1979, pois nele é possível observar a presença e o funcionamento dos elementos típicos da carnavalização de modo a construir um todo significativo que expressa uma visão crítica e renovadora. Esse jogo carnavalesco é vivido na narrativa por meio do protagonista Geraldo Viramundo.

As identidades e os nomes do protagonista

O protagonista de *O Grande Mentecapto*, Geraldo Viramundo, é um personagem complexo e ambivalente, pois passa por várias transformações ao longo da narrativa e assume diferentes identidades, utilizando diferentes nomes, o que lembra a importância da máscara para as obras carnavalizadas. É possível citar, entre as figuras com as quais o protagonista se assemelha, os personagens literários Dom Quixote, Lázaro, protagonista da obra *Lazarillo de Tormes*, e Leonardo, protagonista de *Memórias de um sargento de milícias*. Além disso, pode-se notar que o protagonista da narrativa em questão guarda semelhanças também com personagens históricas como Antônio Conselheiro e Tiradentes e com o personagem bíblico Jesus Cristo.

De Lázaro, Viramundo toma a origem, a relação com o rio e com a estrada, o caráter burlesco e a astúcia. Quanto à origem, nota-se que a família de Lázaro é pobre e baixa: o pai é um ladrão e a mãe é uma prostituta. A origem familiar de Viramundo, embora não seja considerada baixa ou torpe, também é pobre e vítima de suspeitas: algumas pessoas insinuavam que seu pai e sua mãe, um português e uma italiana, mudaram-se para Minas Gerais porque estavam fugindo da justiça.

Sobre a relação com o rio e a estrada, observa-se que Lázaro nasceu dentro do rio Tormes e, por isso, recebeu o nome de Lázaro de Tormes. Assim, sabe-se que o rio faz parte da constituição de Lázaro, servindo-lhe de sobrenome e designando seu lugar natal. Além do rio, a estrada também tem papel fundamental na trajetória de Lázaro, porque ele percorre várias cidades ao longo da narrativa. Viramundo, por sua vez, também estabelece

uma relação íntima com o rio da cidade de Rio Acima, onde nasceu, pois, em seus mergulhos, ele desafiava a natureza e os limites entre vida e morte tentando permanecer embaixo d'água o maior tempo possível. Igualmente, a casa em que Viramundo nasceu ficava à beira da estrada e ele cresceu brincando nela. A estrada era uma parte da casa da família Boaventura, portanto o lar de Viramundo.

Outro traço que aproxima o protagonista da figura do pícaro é sua astúcia, visto que ele tem uma esperteza natural, conseguindo resolver situações complicadas com grande facilidade. Essa astúcia é um elemento típico da literatura carnalizada, porque deflagra a esperteza do anti-herói, que consegue tirar o máximo de proveito possível das situações. No caso do pícaro, essa astúcia se faz presente desde a infância, pois ele aprende desde menino que a realidade não lhe é favorável e cabe-lhe enfrentá-la para conseguir alcançar seus objetivos. A astúcia é o principal método empregado pelo pícaro nesse enfrentamento. No quarto capítulo de *O Grande Mentecapto*, por exemplo, quando é internado contra sua vontade em um hospício na cidade de Barbacena, Viramundo consegue fugir do local deixando outro personagem em seu lugar.

Quando chega à referida cidade, o protagonista dirige-se à granja do alemão Herr Bosmann com a finalidade de comprar rosas. Como não possui dinheiro para pagar por elas, o alemão o expulsa do local de maneira violenta. Na mesma cidade, Viramundo conhece o vendedor de esterco Barbeca, com o qual faz amizade e planeja vingar-se de Bosmann destruindo seu roseiral. Os dois amigos logram vingar-se, mas Barbeca acaba preso e Viramundo recolhido a um hospício por apresentar um comportamento desviante dos padrões estabelecidos. Depois disso, o alemão vai até o hospício para conferir se o protagonista efetivamente foi internado no local. Nesse momento, Viramundo veste um jaleco de médico e afirma a dois enfermeiros que:

[...] ali na sala de espera estava um perigoso paciente que ele viera trazer, sujeito a crises de cólera nas suas alucinações, dizendo-se estrangeiro e dono de extensos roseirais na cidade; urgia fosse imediatamente internado, tanto mais que, na sua sandice, dizia-se vítima dele próprio, Dr. José Geraldo Peres da Nóbrega e Silva, renomado alienista, com longa prática nos hospitais de Berlim e Viena e que, transvertido num vagabundo qualquer, teria destruído suas roseiras. (SABINO, 2006, p. 91).

Valendo-se desse artifício, os enfermeiros internam Herr Bosmann e Viramundo foge pela porta da frente do hospício vestido como médico. Além dessas características que aproximam o protagonista do pícaro espa-

nhol, podem-se citar o caráter anti-heroico, a ruptura dos padrões, o desajuste diante da realidade. Vale ressaltar, porém, que o pícaro busca ascender socialmente pela trapaça e Viramundo aceita a exclusão social que sofre, buscando transformar a realidade.

Leonardo Filho, protagonista de *Memórias de um sargento de milícias*, que integra essa linhagem de anti-heróis carnavalizados, assim como o pícaro espanhol, também é astuto e procura ascender socialmente pela trapaça, mas um traço que o diferencia de Viramundo é a sua rejeição ao trabalho. Leonardo não aceita ter de trabalhar e acaba realizando um casamento vantajoso, que lhe garante uma alta posição social e uma boa condição financeira. Viramundo, por sua vez, não é avesso ao trabalho, pois, quando completa quinze anos, passa a trabalhar na olaria do pai, juntamente com seus irmãos. Com o passar de alguns anos, como o pai prospera nos negócios, ele não permite que o protagonista continue trabalhando na olaria, porque considera o trabalho no local exaustivo demais.

Outra figura com quem Viramundo se assemelha é a de Cristo, herdando-lhe a pureza de sentimentos, a obstinação, a submissão e a humildade. Assim como Cristo, ele é um indivíduo bastante despojado de bens materiais, corajoso, disposto a defender os mais fracos e oprimidos, a suportar dores em silêncio e a sacrificar-se pelos outros. A figura de Cristo, além de ser respeitada universalmente, representa um ser conflituado e incompreendido que traz o divino e o humano dentro de si. Enfim, Cristo é o símbolo do ideal de ser humano, é a síntese entre o sublime e o humano.

Como é possível observar, Viramundo também é um indivíduo conflituado e ambivalente, que oscila entre as categorias de herói e anti-herói, pois possui, concomitantemente, a astúcia anti-heroica e a pureza de sentimentos e de caráter heroica. Além de Cristo, Dom Quixote também pode ser lembrado como uma referência para a constituição da personagem Geraldo Viramundo. Dom Quixote, da mesma forma que Cristo e Viramundo, considera o sacrifício como um dever, submete-se ao seu destino e está decidido a cumprir sua missão. Além desses ideais cavalheirescos em comum, o protagonista de Cervantes tem uma relação de amor cortês com Dulcineia, assim como Viramundo tem uma relação com Marília Ladisbão, a filha do Governador Geral da Província de Minas Gerais.

No terceiro capítulo do romance, quando caminhava pelas ruas de Ouro Preto, Viramundo quase foi atropelado pelo cortejo de carros do Governador e, por causa de uma confusão, conhece Marília:

Ora, acompanhava o Governador Ladisbão sua filha Marília, gentil senhorita de ricas prendas e bela de porte, esbelta de maneiras, moça de fino trato e esmera-

da educação. E Viramundo, ao vê-la pela primeira vez, devido a um lamentável equívoco, viu nela o ente escolhido de seu coração.

Foi o caso que Viramundo ia seguindo por um princípio de estrada certa tarde, a caminho do barracão do velho Elias, um cego com quem travara amizade no adro de uma igreja e a quem regularmente visitava, quando surgiu atrás dele um grande cortejo de carros: era o Prefeito que levava o Governador Ladisbão a inaugurar a ponte Governador Ladisbão, construída no distrito Governador Ladisbão. Distraído, Viramundo não ouviu a insistente buzina do automóvel a poucos metros pedindo passagem. Não fora o chofer, enraivecido, ter botado a cabeça para fora e gritado “saia da frente, imbecil”, eu estaria fadado a colocar neste instante o ponto final no relato de suas aventuras, desventuras e peregrinações. Assustado com o grito, Viramundo deu um salto para o lado, não sem que o para-lama dianteiro do automóvel o atingisse, atirando-o à distância: o grande mentecapto deu duas voltas no ar e focinou de cheio a poeira. O carro deteve-se pouco adiante e foi então que ele, ainda aturdido com o choque, ouviu a bela Marília exclamar para o chofer:

– Você quase matou o vagabundo!

Antes nunca o tivera ouvido: ouviu mal, pois entendeu que ela dissera “Você quase matou o Viramundo”. E seu coração se encheu de gratidão, ao sentir que pela primeira vez alguém reconhecia que ele, embora sendo o Viramundo, não era qualquer pessoa que se atropela e mata pelas estradas apenas porque o senhor Governador está com pressa. (SABINO, 2006, p. 63-64).

Com base no trecho acima, é possível perceber que o protagonista é um indivíduo excluído e o fato de um andarilho como ele apaixonar-se pela filha do Governador é irônico porque revela o abismo social existente entre ambos. Assim, o episódio revela uma crítica à desigualdade social e, por meio de Viramundo, apresenta ao leitor a possibilidade da existência de uma relação amorosa entre pessoas pertencentes a classes sociais distintas, como ocorria no amor cortês. Evidentemente, a gratidão e o amor que o protagonista tem por Marília são desencadeados por um equívoco e a relação entre os dois não passa de um devaneio de Viramundo.

A partir desse momento, alguns estudantes de Ouro Preto passam a escrever cartas ao protagonista fazendo-se passar por Marília, e Viramundo, pensando ser correspondido, nutre pela filha do Governador um amor muito puro e sincero ao longo de vários anos, até descobrir que tudo não passou de uma farsa e sentir-se arrasado. Essa frustrada relação amorosa entre os dois traz uma crítica também à crueldade humana dos estudantes em abusarem da inocência e da nobreza de sentimentos do protagonista. Observa-se ainda que essa relação amorosa pode estar fazendo referência ao texto árcade de Tomás Antônio Gonzaga, denominado *Marília de Dirceu*, no qual o amor idealizado também se faz presente.

Vale ressaltar, porém, que a principal semelhança entre Dom Quixote e Viramundo é a temática da loucura:

Presentimos sempre no louco algo que não lhe pertence, como se um espírito não-humano se tivesse introduzido na sua alma. [...] o grotesco empregou de maneira radicalmente diferente o motivo da loucura: a fim de liberar-se da falsa 'verdade deste mundo' e contemplá-lo com um olhar liberto dessa 'verdade' (BAKHTIN, 1999, p. 43).

Como é possível observar, Viramundo tem alguns comportamentos incomuns porque enxerga a realidade a partir de outro ponto de vista. Por conta disso, ele é considerado louco em diversos episódios da narrativa, visto que sua percepção apurada da realidade e suas posturas que não se adequam aos padrões revelam o absurdo de algumas situações e expressam uma crítica. De acordo com Bakhtin (1999), o louco está muito próximo da figura do bobo-sábio, ou seja, daquele indivíduo que é considerado bobo pela sociedade, mas que conserva uma grande sabedoria por ser capaz de perceber o mundo de maneira crítica. Assim, possuído de uma loucura quixotesca, Viramundo torna-se um personagem revolucionário, que busca transformar a realidade com a qual se depara.

No quinto capítulo do romance, por exemplo, quando Viramundo é obrigado a servir como soldado em uma guerra sem sentido, de maneira semelhante à Dom Quixote, ele ataca um rebanho de cabras:

[...] eis que Viramundo se despenha desembestado morro abaixo, como se estivesse debaixo de bala num cavalo a galope, e, brandindo seu rebenque, investe contra um rebanho de cabras que pastava bucolicamente nas fraldas do outeiro, julgando tratar-se de tropa inimiga. E o fez de maneira tão quixotesca que, para fielmente descrever o que se passou, terei de fazê-lo em espanhol:

Las cabras huían sin rumbo, ganando el campo, a los berridos y enloquecidas, pues el gran mentecato repartía rebencazos a troche y moche como si pretendiese aniquilar a todo un ejército. Entreverávanse entre las piernas de los soldados, perturbando su embestida y echando a perder toda la estrategia que el capitán Papi-tas había planeado en detalle. El mismo, desesperado, erguíase en la cumbre de la colina, equilibrando sus anteojos de larga vista. Barajaba la hipótesis de que una bala imaginaria del enemigo pudiese cogerle de sorpresa. Y sus gritos estridentes rebotaban en la llanura:

– Sujetad a ese loco! Liquidádlo antes que él me embadurne la guerra!

Extenuado, después de haber dado fuga al rebaño que se desparramaba por el valle, Viramundo detúvose, jadeando, y alzó la mirada con aire arrogante, con la certeza de que recogería los laureles de la victoria. Mientras tanto el Sargento Baldonado, cumpliendo religiosamente las órdenes del comandante, consiguió alcanzarle y aplicó un tremendo puñetazo, arrojándole al suelo, desfallecido.* (SABINO, 2006, p. 123-124).

Ao transcrever o suposto texto de Cervantes para a narrativa, o narrador coloca Viramundo no papel de Dom Quixote e realiza uma renovação

do texto espanhol, fazendo uma crítica à violência e à alienação militar, pois nenhum personagem da narrativa sabia o motivo da guerra na qual estava lutando. Portanto, os personagens limitavam-se meramente a obedecer às ordens dos comandantes sem questioná-las, o que revela a falta de senso crítico desses indivíduos. Ao colocar Viramundo no papel de Dom Quixote, o narrador relata um episódio cômico no qual o ataque às cabras é tão descabido e ridículo como a própria guerra vivenciada.

Nessa medida, a loucura do protagonista é, na verdade, um procedimento por meio do qual *O Grande Mentecapto* opera uma inversão da realidade oficial, mostrando o falso, a sordidez dessa realidade. Por meio do olhar de Viramundo, o leitor consegue notar aspectos da realidade nunca antes percebidos e pode refletir criticamente sobre esses aspectos considerados pela sociedade como normais e aceitáveis. No segundo capítulo, por exemplo, uma multidão enfurecida vai à casa da viúva Correia Lopes e tenta apedrejá-la porque ela adota um comportamento moral condenável. Nessa oportunidade — que lembra o episódio bíblico do apedrejamento da então prostituta Maria Madalena —, Viramundo percebe tal atitude como descabida e defende a viúva:

– Matem, matem logo! Mas me matem a mim primeiro! Ninguém encosta a mão num fio de cabelo dessa mulher sem passar por cima do meu cadáver! Jesus disse para os fariseus: “Aquele dentre vós que está sem pecado, seja o primeiro que lhe atire uma pedra”. São João, capítulo oito, versículo sete. Pois atirem a primeira pedra (SABINO, 2006, p. 49).

Nesse episódio, a obra de Sabino questiona os limites entre a razão e a loucura e satiriza determinados comportamentos por meio do olhar liberto do protagonista e de sua diferente percepção da realidade. Além dos aspectos apontados, é possível destacar mais algumas aproximações entre Dom Quixote, Cristo e Viramundo: os três ambos são andarilhos, percorrem variados espaços para cumprirem sua missão e vivem em outro mundo, agem de acordo com outra lógica. Por fim, pode-se dizer que eles têm algo de trágico expresso em suas trajetórias de vida e nos momentos de suas mortes.

Vale ressaltar que a semelhança entre a morte de Cristo e a de Viramundo representa a esperança da vinda, da construção de uma nova realidade. Conforme destacado anteriormente, o protagonista é um indivíduo revolucionário, que assume o papel de porta-voz dos fracos e oprimidos, ou seja, dos socialmente marginalizados. Assim, no final do romance, ele lidera uma revolução na cidade de Belo Horizonte, para exigir do Governador Ladisbão condições dignas de vida aos marginalizados, mas o Governador não atende às suas reivindicações. Depois disso, Viramundo parte em jornada cívica

com seus amigos, o Capitão Batatinhas e Barbeca, saindo de Minas para levar seu protesto ao *Chefe das Nações*, que pode referir-se ao Presidente da República ou a Deus.

Nessa viagem, o protagonista e seus amigos acabam retornando à cidade de Rio Acima, terra natal de Viramundo, que não reconhece o lugar. O Capitão Batatinhas e Barbeca apanham um queijo, um pacote de biscoitos de polvilho e um pedaço de tocinho em um armazém da cidade, mas Viramundo recusa-se a comer com eles. Quando ambos retiram-se para buscar água no rio, o protagonista, sentindo-se angustiado e abandonado, é morto pelas mãos do irmão mais velho, Breno, que era dono do armazém que foi de seus pais:

Não ficou muito tempo sozinho. De súbito ouviu vozes e se viu rodeado de vários homens irados, alguns armados de pedaços de pau, que se abateram sobre ele:

– Foi este mesmo!

– Olha o saco ali no chão.

Atordoado com as pancadas que recebia de todo lado, pensou apenas que esta era a emboscada temida [...]. Agora era ficar bem quieto para não denunciar ao inimigo a presença dos companheiros, talvez eles escapassem. Nem percebeu quando alguém apareceu com uma corda e o amarraram na árvore, continuando a castigá-lo aos socos, pontapés e pauladas:

– Pra você aprender a roubar a sua mãe, seu canalha.

Se Viramundo pudesse abrir os olhos já cegos pelo sangue que escorria, talvez reconhecesse o que falara, de nome Breno, e que era dono do armazém.

Quando seu corpo já pendia sobre as cordas que o amarravam, aparentemente sem vida, aquele que se chamava Breno convocou os companheiros:

– Vamos embora, pessoal, que ele já recebeu sua lição.

Um jovem, fazendo trejeitos, ainda espetou com uma vara o corpo inerte, à altura do tórax, cantando “Judas já morreu! Quem manda aqui sou eu!”, e se afastou rindo, em meio aos demais (SABINO, 2006, p. 226-227).

Tendo uma morte semelhante à de Cristo e sendo um personagem que luta pela liberdade e pela dignidade humanas, Viramundo apresenta a possibilidade de uma nova construção do real, pois, assim como Cristo ressuscita no terceiro dia, espera-se que, após sua morte, Viramundo retorne trazendo consigo uma nova realidade, mais justa e humana. Portanto, a morte é representada não só em seu aspecto negativo, mas também em seu aspecto positivo, na medida em que traz a esperança da construção de uma nova realidade brasileira e universal.

Vale destacar que o protagonista é, em diversos momentos da narrativa, também comparado a Tiradentes e a Antônio Conselheiro, por ter esse caráter revolucionário e adotar posturas que desafiam aqueles que detêm o poder. Dessa maneira, mesmo tendo características anti-heroicas, ele luta

por seus ideais e revela a esperança na construção de uma nova realidade. Nisso reside o caráter transformador e renovador dos protagonistas das obras carnavalizadas.

Por trabalhar com temas inerentes à condição humana — dramas, questionamentos, medos, fraquezas, sonhos —, *O Grande Mentecapto* tem como protagonista um indivíduo com o qual os leitores se solidarizam, porque suas aventuras e desventuras são inerentes à condição humana. Viramundo é uma mistura de diversos traços, é a síntese entre o elevado e o baixo, entre a razão e a loucura, entre a fantasia e a realidade, entre o ideal e o burlesco, entre o sublime e o grotesco, entre o herói e o anti-herói, seu lugar é o entre, e essa ambivalência gera a complexidade da personagem. Mais que isso, Viramundo é um instrumento por meio do qual se apresenta a cosmovisão carnavalizada, porque é através de sua postura, de seu discurso, de suas aventuras e seu olhar que a sátira se constitui e a carnavalização acontece.

A respeito dos diferentes nomes adotados pelo protagonista, que estão vinculados aos mascaramentos e identidades que este assume, é possível dizer que o nome de batismo de Viramundo é, na verdade, Geraldo Boaventura, o que soa irônico, pois é considerado bem-aventurado aquele que se encontra em uma situação de plena felicidade. Nota-se que Geraldo sofre muito durante toda a sua vida, não estando nessa situação de felicidade. Além disso, o termo “bem-aventurado” também se aplica àquele que, depois da morte, desfruta da felicidade celestial e eterna.

Considerando o sobrenome de Geraldo segundo esse ponto de vista e as circunstâncias de sua morte, é possível pensar que tal sobrenome não é descabido, pois a morte de Geraldo tem uma dimensão divina na medida em que ele pode ter encontrado a felicidade ao morrer, ou seja, ao cumprir seu destino, fazendo a passagem para outro plano, e encontrar-se com o *Chefe da Nação*. A promessa de uma vida celestial e eterna feliz aparece logo no início do romance, por meio de uma epígrafe na qual se cita o *Evangelho de Mateus* (1990, Mt 18, 4): “todo aquele, pois, que se fizer pequeno como este menino, este será o maior no reino dos céus”.

Ao longo de sua vida, o protagonista coleciona os mais variados apelidos, mas conserva em todos eles o nome Geraldo. A diversidade de apelidos é grande e a maneira como eles estão formalmente dispostos no livro chega a constituir uma paródia das conhecidas ladainhas religiosas:

[...] Geraldo Sitibundo
Geraldo Vila Rica
Geraldo Facada
Geraldo Pancada
Geraldo Boi

Geraldo Carneiro
Geraldo Capelinha
Geraldo Uai
Geraldo Pitimba
Geraldo, o Cagado de Arara
Geraldo Passa-Quatro [...] (SABINO, 2006, p. 53).

Vale destacar, porém, que Geraldo recebe essas alcunhas por causa das aventuras que vivencia, mas o principal apelido de Geraldo Boaventura é *Viramundo* e as condições em que o protagonista recebe a alcunha são peculiares. No episódio do trem de ferro, Geraldo, em uma brincadeira infantil, desafia uma locomotiva em movimento, colocando-se sobre os trilhos até fazer com que a mesma pare. O protagonista sai vitorioso, mas depara-se pela primeira vez com a ameaça da morte, que lhe trará graves consequências.

Ao parar o trem, Viramundo é considerado pelos demais um herói, mas um de seus amigos, ao tentar imitar seu feito, é morto pelo trem. Essa primeira morte trágica é marcante na vida de Viramundo, porque, além da tristeza que ele tem de enfrentar pela morte do amigo, toda a cidade passa a considerá-lo culpado dessa morte. A partir desse momento, Viramundo é excluído da sociedade, torna-se a ovelha negra da família e passa a ser um menino solitário e triste. Depois do falecimento do amigo, Viramundo passa a sentir medo da morte e desejo de partir de Rio Acima, de atender ao chamado da estrada. Assim, Viramundo tenta identificar-se com o Padre Limeira por perceber que ele também era tratado de maneira distinta e decide partir para o seminário da cidade de Mariana.

No seminário, adota uma postura incomum, envolve-se em uma confusão e acaba expulso dessa cidade. Com essa nova exclusão, Geraldo assume seu nome e sua condição de Viramundo, iniciando uma trajetória de aventuras pelas mais variadas cidades sem nunca sair de Minas Gerais: “voltou-lhes as costas, começando a palmilhar a longa estrada noite adentro, sob a claridade da lua e das estrelas. E foi assim que, aos dezoito anos, Geraldo se tornou Viramundo” (SABINO, 2006, p. 51).

A palavra “viramundo” designa o andarilho, a pessoa que peregrina pelas estradas, e também o grilhão que se prendia à perna dos escravos para impedi-los de fugir, simbolizando a opressão e o escravizado. Portanto, viramundo é um termo ambivalente que simboliza, ao mesmo tempo, a liberdade e a prisão. Considerando os dois significados do apelido, pode-se dizer que ele se adequa bem ao protagonista, pois este é um andarilho que nunca consegue cruzar as fronteiras de Minas Gerais. Assim, o espaço mineiro alegoriza a prisão.

Segundo Bakhtin (1999), esses apelidos são próprios das obras de natureza carnavalesca, pois ajudam a compor uma forma dialógica ambivalente e não se distanciam das raízes populares. Considerando outros elementos formais e diegéticos do livro, é possível notar que o título, *O Grande Mentecapto*, também faz uma menção ao protagonista. Nele, o termo “mentecapto” designa o louco, mas combinado com o adjetivo “grande”, a palavra passa a designar também o superior, o generoso. Portanto, Viramundo é designado como grande e mentecapto, ou seja, ele é concomitantemente superior, nobre e louco, assim como Dom Quixote. Dessa maneira, o protagonista ganha um verniz de respeitabilidade que faz com que o leitor e o próprio narrador se afeiçoem a ele.

A inversão de posturas

Pode-se notar que, durante toda a sua trajetória, Viramundo inverte as posturas consideradas habituais, comportando-se de modo incomum. Por conta disso e de sua sinceridade e inocência, muitas vezes o protagonista participa de confusões. Quando está no seminário da cidade de Mariana, por exemplo, Geraldo Viramundo ouve a confissão da viúva Correa Lopes e esta, pensando estar diante do Padre Tibério, revela-lhe que seu falecido marido tinha o desejo de manter relações sexuais com ela. Diante disso, o protagonista indigna-se com a atitude da viúva e decide dizer-lhe o que realmente pensa sobre o assunto:

- Estou esquisito, primeiro, porque não sou o Padre Tibério. Segundo, porque acho esquisito é a senhora...
- Hein? O quê? Não é o Padre Tibério?
- ...vir me dizer sem mais nem menos que o seu marido, até depois de morto, ainda queira fornicar com a senhora. Pois não foi disso que ele morreu? Terceiro, porque se a senhora também quer...
- Quem é o senhor? Quem é o senhor?
- Sou um seminarista. Se a senhora também quer, então isso quer dizer que...
A viúva dava gritinhos:
- Um seminarista? Então eu me confessei com um seminarista? E o Padre Tibério? O que é que o senhor está fazendo aí dentro?
Geraldo Viramundo prosseguia, imperturbável:
- ...quer dizer, de duas, uma: ou o seu marido não morreu e a senhora então não tem nada que estranhar ele querer, ou ele morreu mesmo e — que a paz do Senhor esteja com ele! — a senhora está querendo fornicar com alguém mais. Os mortos não fornicam, Dona Peidolina (SABINO, 2006, p. 39).

Como se pode observar, a sinceridade excessiva de Viramundo e sua atitude anti-heroica de esconder-se para dormir dentro de um confessionário fazem com que ele envolva-se em cômicas confusões. É possível citar muitos outros episódios nos quais os comportamentos anti-heroicos do protagonista desencadeiam aventuras e desventuras desse ao longo da narrativa. Quando está na cidade de Tiradentes, por exemplo, Viramundo faz amizade com o presidiário João Tocó e este lhe narra sua triste história de vida. Compadecido com a atual situação do presidiário, o protagonista age da seguinte maneira:

– Tem seis anos que você não vê sua mulher e seus filhos?

João Tocó assentiu, os olhos cheios de lágrimas:

– Não sabem nem onde é que eu tou.

– Vou ajudá-lo a sair daqui, se você prometer que volta — disse Viramundo. E contou-lhe o que estava planejando.

Esperaram que escurecesse e somente então Viramundo chamou o carcereiro:

– Abre aqui que eu quero ir embora!

O carcereiro veio abrir, rindo:

– Pensei que você queria ficar aqui pra sempre.

Na meia luz da cadeia, não viu que foi João Tocó quem deslizou para fora em lugar de Viramundo, pois os dois haviam trocado de roupa (SABINO, 2006, p. 157).

Depois da troca, Viramundo permanece preso por um ano e dois meses, porque João Tocó nunca mais volta. O episódio acima é cômico, porque o protagonista mostra-se astuto e ingênuo ao mesmo tempo: utiliza sua astúcia para planejar a fuga de João Tocó e é ingênuo por acreditar que o presidiário visitará sua família e voltará para a cadeia. Essa ambivalência de Viramundo é um dos traços que gera sua complexidade.

Além desses comportamentos, a figura física do protagonista é considerada grotesca, pois o corpo do protagonista é apresentado por meio de uma concepção carnalizada, segundo a qual os órgãos do sistema digestivo, excretor e reprodutor também são considerados. Nas narrativas idealizadas, o corpo é representado de maneira acabada e perfeita e ações como comer, beber, excretar, manter relações sexuais e dar à luz — relacionadas ao baixo material e corporal — não são enfatizadas. Em *O Grande Mentecapto*, porém, há várias situações nas quais essas ações estão presentes. Pode-se mencionar, por exemplo, a ocasião em que se oferece um baile em honra ao Governador Ladisbão na cidade de Ouro Preto.

Nessa festa, Viramundo come exageradamente e, acometido por uma diarreia, irriga o salão do baile com suas fezes:

Ao fim, viu-se às voltas com inadiável necessidade de aliviar-se de tanta comilância, agrilhado por uma ingente, urgente e pungente dor de barriga.

Correu ao toalete, encontrou-o ocupado. Aguardou alguns minutos preciosos, mas como não pudesse mais se conter e temendo um desastre, embarafustou-se pelos corredores do clube, subiu correndo uma escadinha de ferro em espiral. Suspirou, aliviado, vendo-se sozinho no sótão escuro e abandonado. Premido pela urgência, mal pôde dirigir-se à boca de um cano aberto a um canto, e já baixava as calças. Era provavelmente um cano de esgoto, portanto mais do que propício, e...

Jamais poderia eu descrever o que se passou então. Faltam-me engenho e arte para dar idéia da cena dantesca que se seguiu. Direi apenas que o referido cano não era de esgoto, mas mera entrada de ar para um ventilador que girava diretamente sobre o salão de baile (SABINO, 2006, p. 79).

Considerando-se, que, nas narrativas carnavalizadas, o baixo material e corporal apresenta uma dimensão positiva – pois nos sistemas digestivo, excretor e reprodutor estão situados os órgãos responsáveis por dar vida aos indivíduos –, o corpo de Viramundo é responsável pelo processo de devoração, transformação e renovação do outro corpo vencido. Assim, seu corpo é carnavalizado.

Além disso, a linguagem do protagonista é vista como desviante, pois ela inverte os significados de algumas palavras, colocando o discurso do romance ao lado da multiplicidade, do dialogismo e da polifonia carnavalizados. Portanto, a linguagem de Viramundo é fundamental na construção de um discurso romanesco singular, capaz de proporcionar a renovação linguística e a libertação dos padrões discursivos estabelecidos.

No terceiro capítulo, por exemplo, quando conhece o estudante Dionísio na cidade de Ouro Preto, Viramundo tem com ele o seguinte diálogo:

- Onde é que você mora? – perguntou.
 - Ainda não fixei residência.
 - Pois então venha comigo. Moro numa república.
 - Muito obrigado. Sou monarquista, mas respeito os regimes legalmente constituídos.
 - Você tem algum dinheiro? – insistiu o estudante.
 - No momento estou desprevenido. Lamento não poder atendê-lo.
- E acrescentou, metendo a mão no bolso:
- Ou por outra: se não me falha a memória, disponho desta moeda, que achei ali na rua. Cuja, aliás, vou dá-la de esmola. A César o que é de César, a Deus o que é de Deus (SABINO, 2006, p. 60-61).

Nessa conversa, Viramundo inverte o sentido da palavra “república”, porque a toma no significado de regime político e não de residência dividida por vários estudantes. Além disso, o protagonista inverte a pergunta de Dionísio sobre sua situação financeira e procura ajudar o estudante,

ao invés de ser ajudado por este. Essas inversões de comportamentos e de discursos fazem com que Viramundo seja considerado pela sociedade como um louco.

Conclusão: a ambivalência e a complexidade

Com base nos elementos acima discutidos sobre a natureza do protagonista de *O Grande Mentecapto*, pode-se perceber que essa obra filia-se à tradição literária carnalizada, pois, por meio de Geraldo Viramundo, apresenta muitas de suas características típicas. O protagonista do referido romance é um indivíduo complexo e multifacetado, que oscila entre as categorias de herói e anti-herói, de sublime e grotesco, de louco e lúcido e de brasileiro e universal. Assumindo diferentes identidades e nomes, Geraldo Viramundo é um personagem marginalizado que desafia o poder, lutando por condições dignas de vida, pela redução da desigualdade social e pela liberdade.

Além disso, ele é o porta-voz da sátira no romance, pois, por meio de sua visão, sua figura, seu discurso, seus comportamentos é que a carnalização se realiza e o romance nos traz um posicionamento crítico em relação à realidade brasileira e humana representada. Portanto, Viramundo atua como um instrumento de ruptura e de luta pela liberdade, sendo fundamental na construção de uma visão renovadora da cultura brasileira e resgatando o diálogo do romance brasileiro contemporâneo com a tradição carnalizada. Assim, o romance apresenta ao leitor a possibilidade de rever a realidade a partir de outra lógica.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SABINO, F. *O Grande Mentecapto: relato das aventuras e desventuras de Viramundo e de suas inenarráveis peregrinações*. 67. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006.

SOCIEDADE BÍBLICA CATÓLICA INTERNACIONAL. *Bíblia Sagrada*. Ed. Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.



**O espelho invertido de Íon: o percurso
do dizer-a-verdade na narração de
Padre Justino, em *Crônica da casa
assassinada***

*[The inverted Ion mirror: the path to truth-
telling in the story of Padre Justino
in Crônica da casa assassinada]*

PATRÍCIA CHANELY SILVA RICARTE

Doutoranda em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina –
UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, bolsista da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.
[patricarte@gmail.com]

RESUMO

Com base no pensamento de Michel Foucault, no curso *O governo de si e dos outros*, examino, neste artigo, o percurso da parrésia ou dizer-a-verdade nos cinco capítulos do romance *Crônica da casa assassinada*, de Lúcio Cardoso, atribuídos ao narrador Padre Justino. Nessa perspectiva, minha análise se atém a dois tipos de parrésia muito semelhantes aos que Foucault identifica e classifica na peça *Íon*, de Eurípides, como oracular e confessional. Enquanto em *Íon* esses discursos apresentam a função de instituir uma genealogia para a cidade de Atenas, em *Crônica da casa assassinada*, os atos parresiásticos empreendidos por Padre Justino e Ana Meneses possuem, em seu conjunto, um sentido inverso ao da peça euripidiana, na medida em que estão a serviço da abolição de uma tradição familiar.

Palavras-chave

Crônica da casa assassinada; Lúcio Cardoso; parrésia.

ABSTRACT

Based on the ideas of Michel Foucault in the course The Government of Self and Others, I examine in this article the route of parrhesia, or truth-telling, attributed to the narrator Padre Justino in the five chapters of the novel Crônica da casa assassinada, by Lúcio Cardoso. From this perspective, my analysis focuses on two types of parrhesia, very similar to those from the play Ion, by Euripides identified and classified by Foucault as oracular and confessional. While such discourses in Ion have the function of creating a genealogy for the city of Athenas, in Crônica da casa assassinada the acts of parrhesia by Padre Justino and Ana Meneses have, as a whole, the opposite function, serving for the abolition of a family tradition.

Keywords

Crônica da casa assassinada; Lúcio Cardoso; parrhesia.

A leitura da obra *O governo de si e dos outros*, de Michel Foucault (2010), em que foram publicadas as aulas do curso ministrado por este filósofo entre 1982 e 1983 no Collège de France, me faz pensar de que modo a parrésia¹, enquanto procedimento do dizer-a-verdade, que este filósofo francês resgata e reconstitui historicamente nessas aulas, poderia trazer uma nova luz sobre um tema que estudei durante alguns anos e pelo qual ainda guardo fundamental interesse, a saber: a busca existencialista da verdade no romance *Crônica da casa assassinada*, publicado em 1959, pelo escritor brasileiro Lúcio Cardoso.

Crônica da casa assassinada narra a decadência dos Meneses, uma tradicional família mineira que vive numa Chácara nos arredores de Vila Velha. O fato propulsor de todo o enredo é a chegada da bela Nina à velha casa da família. Nina, uma carioca com quem se casara Valdo, o filho mais novo dos Meneses, provoca, ao chegar à Chácara, uma grande comoção em seus habitantes. Sua extraordinária beleza causa uma profunda inveja em Ana, mulher de Demétrio, o irmão mais velho de Valdo, e uma forte agitação em Timóteo, que há anos se trancara no próprio quarto. Sem falar no amor que levaria o jovem Alberto à morte por causa da patroa; no fascínio por parte da governanta Betty, para quem Nina se distinguia dos outros seres humanos especialmente por sua beleza singular; e mesmo na dorida e sufocada paixão que Demétrio converteu em ódio pela cunhada. Com um escândalo em torno do suposto adultério entre Nina e Alberto, o jardineiro da Chácara dos Meneses, ela se separa de Valdo e, grávida, volta para o Rio de Janeiro, onde tem seu filho. André cresce supondo ser o filho de Nina que, ainda recém-nascido, teria sido levado para viver com a família do pai. Quinze anos após ter deixado Vila Velha, Nina volta à casa dos Meneses, ao descobrir que sofre de uma doença muito grave. É nesse período que ela manterá uma relação incestuosa com André, ao mesmo tempo em que será levada à morte por sua terrível doença.

Nesse romance cardosiano, a busca pela verdade percorre um caminho que passa da pergunta trágico-cristã em torno da existência de Deus ao resgate antimetafísico ou fenomenológico do humano². Nessa perspectiva, recorro ao pensamento foucaultiano, em *O governo de si e dos outros* – especialmente na parte sobre a parrésia verificada na peça *Íon*, de Eurípides, na qual são apontados alguns procedimentos empreendidos no percurso do dizer-a-verdade – com o objetivo de examinar os cinco capítulos de *Crônica*

1 Na tradução brasileira da obra de Michel Foucault, *O governo de si e dos outros*, este termo aparece grafado na forma “parrésia”.

2 Tal aspecto é discutido por mim em dissertação de mestrado intitulada *Um grito para o céu: arte e pensamento em Crônica da casa assassinada*, defendida em 2007 junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.

da casa assassinada atribuídos ao narrador Padre Justino. A meu ver, nesses capítulos que constituem a “Narração de Padre Justino”, é possível depreender alguns episódios do percurso do dizer-a-verdade que se estabelece, no romance em questão, a partir de um “enviesado de caminhos” (Cf. CARDOSO, 1999, p. 507), na medida em que se trata de uma obra composta pela narrativa de outros nove narradores, cujos discursos, assim como o de Padre Justino, se voltam para uma mesma questão, a saber: a crônica da decadência da família Meneses, representante da tradição católica mineira.

1 Padre Justino e a noção de parrésia

Em *O governo de si e dos outros*, a questão do dizer-a-verdade diz respeito ao modo pelo qual “o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros” (FOUCAULT, 2010, p. 42). Nessa perspectiva, o objetivo do curso foucaultiano será, em última instância, compreender “o dizer-a-verdade, nos procedimentos de governo e na constituição de [um] indivíduo como sujeito para si mesmo e para os outros”, sendo que, para tanto, o filósofo recorrerá ao resgate da noção grega de parrésia. Segundo Foucault (2010, p. 42-43),

[u]m dos significados originais da palavra grega *parresía* é o “dizer tudo”, mas na verdade ela é tematizada, com muito mais frequência, por fala franca, liberdade de palavra, etc. Essa noção de *parresía*, que era importante nas práticas da direção de consciência, era, como vocês se lembram, uma noção rica, ambígua, difícil, na medida em que, em particular, designava uma virtude, uma qualidade (há pessoas que têm *parresía* e outras que não têm a *parresía*); é um dever também (é preciso, efetivamente, sobretudo em alguns casos e situações, poder dar prova de *parresía*); e enfim é uma técnica, é um procedimento: há pessoas que sabem se servir da *parresía* e outras que não sabem se servir da *parresía*. E essa virtude, esse dever, essa técnica devem caracterizar, entre outras coisas e antes de mais nada, o homem que tem o encargo de quê? Pois bem, de dirigir os outros, em particular de dirigir os outros em seu esforço, em sua tentativa de constituir uma relação consigo mesmos que seja uma relação adequada. Em outras palavras, a *parresía* é uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige a consciência dos outros e os ajuda a constituir sua relação consigo.

Essa noção de parrésia, enquanto dizer-a-verdade, ou seja, como a “fala franca”, a “liberdade de palavra”, que se constitui como uma virtude, uma técnica e um dever a serem desempenhados pelo homem que tem a responsabilidade de dirigir ou governar os outros, surge durante a Antiguidade, quando da consolidação da cultura de si, a qual consiste em uma relação

consigo que implica necessariamente a relação com o outro. De acordo com Foucault (2010, p. 43),

não se pode cuidar de si mesmo, se preocupar consigo mesmo sem ter relação com outro. E o papel desse outro é precisamente dizer a verdade, dizer toda a verdade, ou em todo caso dizer toda a verdade necessária, e dizê-la de uma certa forma que é precisamente a *parresía*, que mais uma vez é traduzida pela fala franca.

Com base nessa noção foucaultiana, proponho, aqui, a análise do narrador Padre Justino, de *Crônica da casa assassinada*, como esse outro que diz a verdade necessária, ou seja, como um sujeito parresiástico que, ao se dirigir a Valdo Meneses e, em especial, a Ana, sua cunhada, vê-se nessa incumbência de expressar uma fala franca como resposta às questões que angustiam esses indivíduos, sendo que a principal destas questões é justamente aquela que é fulcral ao discurso trágico-cristão, qual seja: a pergunta pela existência de Deus.

Em sua narração, vemos como Padre Justino assume, em alguns momentos, sua missão de “ministro de Deus” no sentido de proferir o dizer verdadeiro: “E de repente, como por uma graça divina, eu achei o meio de me encaminhar ao seu coração. Nada mais do que a verdade – apenas a verdade – porque, no bem como no mal, é a única coisa que satisfaz a essas almas sequiosas de absoluto” (CARDOSO, 1999, p. 290). Entretanto, conforme a concepção foucaultiana, penso que não é simplesmente pelo seu estatuto de pároco, ou seja, daquele que tem por encargo cuidar de um rebanho, que Padre Justino vem a se configurar como um parresiasta. Creio que assim podemos caracterizar esse narrador pelo fato de que, como sujeito que fala a verdade, ele é afetado pelo próprio acontecimento do seu enunciado. Nesse sentido, vale sublinhar as palavras de Foucault (2010, p. 65-66) acerca do que ele chama “dramática do discurso”:

Trata-se, de fato, com a *parresía*, de toda uma série de fatos de discurso em que não é a situação real de quem fala que vai afetar ou modificar o valor do enunciado. Na *parresía*, o enunciado e o ato de enunciação vão, ao mesmo tempo, afetar de uma maneira ou de outra o modo de ser do sujeito e fazer, pura e simplesmente – considerando as coisas sob a sua forma mais geral e mais neutra –, que aquele que disse a coisa tenha dito efetivamente e se vincula, por um ato mais ou menos explícito, ao fato de tê-la dito. Essa retroação, que faz com que o acontecimento do enunciado afete o modo de ser do sujeito ou que, ao produzir o acontecimento do enunciado, o sujeito modifique ou afirme, ou em todo caso determine e precise, qual é seu modo de ser na medida em que fala.

Há, portanto, na parrésia, uma dramática do discurso em que o próprio acontecimento da enunciação pode afetar o seu enunciador e que “revela o contrato do sujeito falante consigo mesmo no ato do dizer-a-verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 66).

Em *Crônica da casa assassinada*, Padre Justino vem a se caracterizar como um sujeito parresiástico também pelo fato de ser aquele que exerce sua coragem e sua liberdade de dizer a verdade, proferindo um discurso de repúdio ou mesmo de condenação aos valores e pensamentos assumidos pelos membros da família Meneses. Segundo Foucault (2010, p. 64), “a *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresía* é a ética do dizer-a-verdade, em seu ato arriscado e livre”.

Além disso, o ato parresiástico envolve um risco para o sujeito, na medida em que “sempre há *parresía* quando o dizer-a-verdade se diz em condições tais que o fato de dizer a verdade, e o fato de tê-la dito, vai ou pode ou deve acarretar consequências custosas para os que disseram a verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 55). Penso que, nesse sentido, seria importante observar de que maneira essa noção de parrésia, aplicada a uma obra literária moderna, pode receber sentidos e funções também engendrados pelo próprio enunciado narrativo, o qual, no caso de *Crônica da casa assassinada*, é organizado a partir da incorporação de gêneros primários pelo gênero romanesco secundário, conforme Bakhtin (2003), procedimento que, a meu ver, também serve para afetar ou deslocar o modo de ser dos sujeitos narradores.

Neste artigo, investigo apenas um dos dez sujeitos narradores do romance de Lúcio Cardoso, procurando analisar os percursos do dizer parresiástico na narrativa desse sujeito. Veremos, adiante, que a função parresiástica exercida por esse narrador – Padre Justino – o modificará e perturbará tanto como religioso quanto como ser humano, até porque, na sua condição de conselheiro espiritual, ele professará uma verdade cuja linguagem em muito se distancia do que convencionalmente se espera de um padre católico.

2 A leitura foucaultiana de *Íon* e o percurso invertido do dizer-a-verdade na narração de Padre Justino

A partir da lenda do nascimento de Íon, filho de Creusa, princesa de Atenas, e do deus Apolo, Eurípides cria, em sua peça intitulada *Íon*, uma genealogia que justifica a centralidade política dos atenienses. Nessa genealogia, Íon é colocado como o ancestral dos iônios ou jônios, povo sobre o

qual Atenas pretendia exercer sua dominação política na época em que fora escrita a peça, ou seja, durante a Paz de Nícias, a grande trégua da Guerra do Peloponeso, na qual se opuseram atenienses e espartanos. No enredo da peça, Creusa, filha de Erecteu, o rei de Atenas, foi violentada por Apolo e desse estupro nasceu Íon, o qual foi abandonado pela mãe, ainda recém-nascido, na mesma gruta em que fora concebido, e depois levado por Hermes, a mando de Apolo, para ser criado no templo de Delfos, onde passou a ser um servidor do deus. Sem jamais ter dito a ninguém o segredo sobre o filho que teve com Apolo, Creusa é dada em casamento a Xuto, um estrangeiro que a recebe como prêmio por ter lutado na Guerra do Peloponeso ao lado dos atenienses. A peça começa quando Creusa e Xuto vão até o templo de Delfos, cuja divindade é o próprio Apolo, para perguntarem ao deus se terão um descendente, já que precisam de um filho para garantir a continuidade da sua dinastia em Atenas. Chegando a Delfos, a primeira pessoa com quem o casal e seu séquito se deparam é justamente Íon, que varre o terreiro do templo. A partir daí, uma série de peripécias vai culminar na descoberta da verdade, por parte dos três protagonistas – Íon, Creusa e Xuto – acerca do nascimento de Íon, o qual volta para Atenas com a mãe e Xuto, nas condições de ser o novo chefe político dessa cidade.

Nessa peça de Eurípedes, Foucault (2010) aponta um uso da palavra *parresía* que se refere mais ao estatuto dos indivíduos que à estrutura política. Nesse texto eurípidiano, destacam-se, de acordo com o filósofo, três modos do dizer-a-verdade que estão implicados entre si. São eles: o discurso oracular, o discurso da confissão e o discurso político. Na aula de 19 de janeiro de 1983, Foucault (2010, p. 72) explica que seu interesse por *Íon* se deve ao fato de esta peça estar inserida em uma tragédia – a de Eurípedes – “inteiramente consagrada à *parresía*” ou “percorrida de cabo a rabo por esse tema da *parresía* (do dizer tudo, do dizer-a-verdade e da fala franca)”. Trata-se de um texto aletúrgico, isto é, em que a descoberta da verdade ou a produção da mesma ocorre na forma de acontecimento. Essa aleturgia, na peça, tem como sua condição o dizer-a-verdade oracular por parte de Apolo e o dizer-a-verdade confessional por parte de Creusa, na medida em que ambos, como pais de Íon, e que ocultaram o segredo acerca da união que deu origem ao herói, são, portanto, os únicos que sabem da sua verdadeira origem. De acordo com Foucault (2010, p. 77), somente com esses dois modos de desvendamento da verdade, complementares entre si, é que será possível reintegrar Íon a Atenas, onde este nasceu, e permitir que ele possa exercer outro tipo de *parrésia*, qual seja: o direito político de falar à cidade, “de dirigir à cidade uma linguagem de verdade e uma linguagem de razão”, ou seja, o direito de governar nessa cidade.

Todo o discurso do dizer-a-verdade, na peça de Eurípides, tem a função, segundo Foucault (2010, p. 72), de fundar a genealogia política da cidade grega de Atenas:

Íon é um personagem que não pertence a nenhum dos grandes conjuntos míticos da herança grega, que não tem lugar em nenhuma das práticas culturais. É um personagem tardio, é um personagem artificial que parece ter surgido, primeiro, com uma existência bem discreta, nas genealogias eruditas de que se faz uso a partir do século VII e que foram reavivadas com frequência no século V. Tratava-se, por meio dessas genealogias eruditas, [...] de assentar e justificar a autoridade política e moral de alguns grupos familiares. Ou ainda, tratava-se de dar ancestrais a uma cidade, reivindicar os direitos dessa cidade, justificar uma política, etc. Nessas genealogias políticas, artificiais e tardias, Íon aparece (eu ia dizendo: como seu nome indica) como o ancestral dos iônios. Ou seja, criou-se até mesmo o nome de Íon para dar aos iônios, que desde havia muito tempo foram chamados por esse nome, um ancestral.

A essa perspectiva de fundação, indicada por Foucault em *Íon*, eu gostaria de contrapor o percurso da parrésia na narrativa de Padre Justino, em *Crônica da casa assassinada*, na qual o dizer-a-verdade está a serviço de um discurso de abolição ou de demolição da tradição familiar e cristã representada pelos Meneses. Assim, o que vamos encontrar, nesse narrador cardosiano, é uma simetria invertida, um espelho invertido da aleturgia verificada na peça euripidiana, na medida em que procedimentos parresiásticos muito similares aos de *Íon* resultarão em um acontecimento inverso ao da criação de uma genealogia. O que se produzirá, em *Crônica da casa assassinada*, será justamente a destruição da genealogia dos Meneses. A verdade sobre o nascimento de André, revelada por Ana na narração de Padre Justino, libertará o “homem novo” – André – de uma ascendência familiar, ao mesmo tempo em que o questionamento do discurso trágico-cristão acerca da existência de Deus, na forma como ele se configura dentro dessa mesma narração, permitirá que esse homem novo abandone as prerrogativas do cristianismo, como se pode verificar na leitura da parte do romance de Lúcio Cardoso que é narrada pelo próprio André.

No *Diário de terror*, um dos antetextos de *Crônica da casa assassinada*, Lúcio Cardoso proclama a criação de um “homem novo”, o qual deveria nascer das ruínas do mundo constituído pelas crenças e valores da tradição cristã. Vejamos:

Sei que d'agora em diante todos os meus escritos, bons ou maus, devem traduzir o sentimento da desesperada esperança. Desesperada porque não acreditando mais no tempo em que vivo, nem em suas possibilidades e nem em sua sobre-

vivência, isto deve me causar pânico, como todas as transformações essenciais; esperança porque é o homem novo que vislumbro além dessas ruínas. Do momento em que reconheço isto, é criminoso da minha parte não precipitar o caos – é retardar o começo e pactuar com a sobrevivência dos cadáveres. Minha mais constante vontade deve ser a de um arrasamento contínuo. Meu trabalho é o de desagregar e fazer empunhar armas. Porque aí vem o tempo em que não subsistirá pedra sobre pedra, como diz o Evangelho. E o homem novo que deve surgir me impregna de tal entusiasmo, sua intuição me faz vibrar numa tão impetuosa corrente de vida, que eu muitas vezes hesitante ainda, não posso duvidar mais e caminho no mundo conhecido como entre as formas de um universo desvitalizado e sem arrimo. (CARDOSO, 1996b, p. 747)

Mas, para chegar à criação desse homem novo e desse novo discurso representado por André, quais são os caminhos empreendidos por Lúcio Cardoso em *Crônica da casa assassinada*? Tendo em vista essa questão, o que me interessa, neste artigo, é a análise de um dos percursos através dos quais o dizer-a-verdade, conforme a perspectiva foucaultiana em *O governo de si e dos outros*, promove a transição do discurso trágico-cristão para o discurso antimetafísico ou fenomenológico no romance. Para tanto, optei por investigar os procedimentos parresiásticos que aparecem na parte do romance que é narrada pela personagem Padre Justino, na qual se revela justamente a verdade até então omitida pela personagem Ana acerca do nascimento de André. Por essa razão, creio ser útil a aproximação ou diálogo, ainda que indireto, entre essa narrativa atribuída ao Padre e os acontecimentos da peça *Íon*, de Eurípides, analisada por Foucault (2010), e que também consiste na história do nascimento do herói. Percebo, na narração de Padre Justino, dois tipos de dizer-a-verdade muito semelhantes aos que Foucault identifica na peça *Íon* como oracular e confessional, ressaltando que, na sua relação com o todo de *Crônica da casa assassinada*, esses dois tipos de discurso apresentam um sentido inverso ao do percurso da parrésia que se verifica na peça de Eurípides.

2.1 A parrésia de Padre Justino: o discurso trágico-cristão e a condenação dos Meneses

A respeito da parrésia de tipo oracular, cabe perguntar em que sentido ela poderia se apresentar na narração de Padre Justino, visto que esta se trata de uma narrativa inserida em um contexto de questionamento trágico-cristão da existência de Deus. A meu ver, o que vamos encontrar em Padre Justino é justamente a impotência ou impossibilidade desse discurso oracular, em um mundo – a casa dos Meneses – marcado pela ausência de

Deus. No primeiro capítulo de sua narrativa, o Padre nos fala de sua dificuldade ante a falta de esperança de Ana Meneses, a qual, arrasada pela morte de Alberto, sucumbe à precariedade das coisas do mundo:

Que poderia eu responder àquele grito onde ressoava toda a sua incompreensão da misericórdia divina? Abaixei a cabeça, implorando apenas a Deus que iluminasse aquela triste alma prisioneira de si mesma – e enquanto assim o fazia, senti que uma visão se impunha ao meu pensamento, uma visão daquilo que lhe faltava, que faltava a todos nós, ao mundo inteiro – e cuja carência devia ser motivo de um combate cotidiano e áspero: a presença de Cristo. Ou melhor, sua ausência. Uma ausência tão decisiva, tão presente e tangível, que à nossa volta era quase como se formasse um vácuo de intensa e acusadora lembrança. (CARDOSO, 1999, p. 179)

É em função da ausência de Deus no coração de Ana, que Padre Justino empreenderá um ato parresiástico nessa primeira parte de sua narração: “A verdade veio espontaneamente aos meus lábios: – É preciso que compreenda. Deus quis que a senhora o perdesse”. (CARDOSO, 1999, p. 179).

Se em *Íon*, como o demonstra Foucault (2010), o discurso oracular é reticente, por causa da vergonha do deus Apolo diante da falta que ele mesmo cometera, na narração de Padre Justino, a dificuldade do discurso cristão deve-se à ausência de fé na existência de Deus por parte dos Meneses. No diálogo entre o Padre e Valdo Meneses, narrado na primeira parte da “Segunda narração de Padre Justino”, vemos que a dificuldade do dizer-a-verdade assume um caráter constrangedor, ao ponto de o Padre preferir conter a sua fala e deixar que o próprio ambiente, o próprio espaço da casa, em sua “aura fantástica e cega”, responda à pergunta de Valdo acerca do que seria o inferno:

O Sr. Valdo abaixou a cabeça, pensando – em torno de nós tudo silenciou, houve uma grande pausa na atmosfera; ao longe, desferindo o vôo, um pássaro deixou tombar seu grito áspero. Seria difícil vencer aquele ambiente iluminado, e apesar disto, como um ímpeto incontido que se elevasse infrene e sinuoso, que girou em torno de nós como uma grande aura libertada. Aquilo me fez estremecer e voltei a cabeça para o lado do Sr. Valdo, ao mesmo tempo que ele erguia a sua e recomeçava a falar: “Esta casa, Senhor Padre, é a esta casa que o senhor quer se referir?” (CARDOSO, 1999, p. 281)

É da boca do próprio Valdo, também envolvido pela atmosfera da varanda da Chácara, que sai a resposta para a pergunta que ele mesmo fizera ao Padre. Em seguida, diante de outra interrogação de Valdo, agora sobre a existência do diabo, Padre Justino se abstém, mais uma vez, de verbalizar aquilo que para ele mesmo já era tão claro e evidente. Vejamos:

“É preciso...”, retornou num tom de voz de quem fosse perdendo a força aos poucos, “é preciso acreditar em Deus... para saber que o diabo existe?” Novamente ele me colocava numa posição falsa, e eu procurava as palavras com certa ansiedade. Poderia responder logo, e liquidar de vez a questão, mas não iria suprimir assim a possibilidade de ouvir o que ele tinha a me dizer? Não me era custoso afirmar, por exemplo, que os sinais da presença do demônio – não é este mundo o seu principado? – costumavam ser infinitamente mais positivos do que os da presença de Deus. Pelo menos mais audaciosos, mais grosseiros. No entanto, limitei-me a perguntar aquilo que já sabia de antemão: “O senhor não acredita em Deus, não é mesmo?” (CARDOSO, 1999, p. 281-282)

A verdade que Padre Justino pretende dizer a Valdo e que prefere manter em silêncio diz respeito a uma ideia trágico-cristã do inferno como uma espécie de “mansão de repouso”, ou seja, como o lugar escolhido, paradoxalmente, por aqueles que optaram pelo bem como medida da vida. Em *Crônica da casa assassinada*, a certeza e o repouso, que podem ser concebidos, no contexto da narrativa de Padre Justino, como sinônimos, são a “medida humana que [os Meneses] haviam eleito como norma suprema da existência” (CARDOSO, 1999, p. 508). Nesse sentido, pode-se afirmar que a causa da desgraça dessa família é a ausência de Deus (ser dinâmico e revelador) que o Padre percebe na “graça austera e sólida de seu renome”, ou seja, no repouso, que ele classifica como uma “paixão” dessa família (CARDOSO, 1999, p. 279-282).

Na segunda parte da “Segunda narração de Padre Justino”, há ainda certa aflição e certo embaraço por parte do Padre no sentido de dirigir seu dizer-a-verdade a Ana:

(Ah, nós, padres, como nos sentimos ridículos às vezes! Tinha certeza de que ela sabia quais as palavras que eu iria pronunciar, e assaltava-me a consciência de minha impossibilidade – mas de que modo me exprimir, como atingir o cerne daquele coração? Se as palavras pareciam usadas, se os meios eram pobres para comovê-la, é que eu necessitava de gestos, e os gestos de amor são difíceis e perigosos. Era como padre que eu devia falar – e as mesmas verdades tão velhas, as mesmas repetidas revelações, quando o que se tornava necessário era um ímpeto forte, um impulso de todo o meu ser em direção àquela alma desmantelada, um único e definitivo gesto de ternura e de compaixão. E apesar de tudo, miserável, ali me achava eu – e antes de começar já sabia que estava perdido tudo o que eu dissesse, como sementes lançadas num terreno sáfaro. Mas um padre tem a sua missão – dizia eu a mim mesmo à guisa de consolo – e devo ser padre, ainda que não creia na eficácia da minha ação.) (CARDOSO, 1999, p. 290)

No trecho acima, Padre Justino reconhece os riscos de sua empreitada, que são justamente os de ver, como o semeador da parábola bíblica, sua

palavra perdendo-se em “terreno sáfaro”, que, no caso, é o coração sem fé de Ana Meneses. Mas é neste diálogo com Ana que ele vai expressar tudo aquilo que não ousara dizer, anteriormente, a Valdo, colocando-se como um autêntico sujeito parresiástico, ou seja, como aquele que se arrisca a dizer a verdade por meio de uma fala franca. Pode-se perceber que, a partir daí, ele avança no diálogo com Ana, exercendo com coragem o seu ato de dizer a verdade, e consumando, portanto, a concepção cardosiana de um cristianismo baseado no conflito e na ação, a partir da influência de Miguel de Unamuno e Sören Kierkegaard. É com base nessa concepção trágico-cristã que o narrador Padre Justino, o qual, como o próprio nome indica, representa o justo ou o juiz, proclamará, como veremos em seguida, a condenação dos Meneses. Por ora, fiquemos com esse diálogo travado em um momento de extrema claridade, em que a luz do sol incandescia a varanda da casa da referida família, e que se fez propício para o ato parresiástico do Padre diante de Ana:

– Se o inferno existe, Padre Justino, é aqui nesta casa. O senhor nem pode conceber em que desordem...

[...]

– Eu sei – interrompi com uma voz que readquiria todo o domínio sobre si mesma – eu sei, e mais do que você pensa. Ao entrar aqui, trazia um grande segredo. Ei-lo: não é de hoje que o diabo tomou conta desta Chácara.

Vi que levava uma das mãos à boca, como para conter uma exclamação – depois, ante o meu silêncio, abaixou-a e compreendi que somente ocultara um sorriso desdenhoso.

– Não é um grande segredo, Senhor Padre – disse.

Então, erguendo a cabeça – apesar de continuar a me sentir, talvez pelo efeito do sol, pequeno e mesquinho como me sentia desde que pisara naquela varanda – continuei:

– O diabo, minha filha, não é como você imagina. Não significa a desordem, mas a certeza e a calma. (CARDOSO, 1999, p. 290-91)

E o repúdio a toda a tradição que a casa dos Meneses representa chega, então, a seu ápice. Atenção para os movimentos que esse ato parresiástico produz no narrador:

Agora, ditas as primeiras palavras, era fácil continuar. Sem dúvida ela permanecia quase de costas para mim – o desgosto, a náusea que eu devia lhe causar – mas isto já não me importava mais. Ela me ouvia, e era o que bastava. O que eu escamoteara ao Sr. Valdo, ou melhor, o que não ousara lhe dizer, agora vinha aos meus lábios com extraordinária força:

– Que é que você imagina como uma casa dominada pelo poder do mal? (Essas palavras, tão vulgares – o poder do mal – e sobre que eu escorregava, indiferente

ao seu manuseio e à pobreza que patenteavam...) É uma construção assim, firme nos seus alicerces, segura de suas tradições, consciente da responsabilidade do seu nome. Não é a tradição que se arraiga nela, mas a tradição transformada no único escudo da verdade.

Hesitei – mas um instante apenas – enquanto a réstia do sol mais uma vez fulgurava aos meus olhos.

– É o que poderíamos chamar de um lar solidamente erguido neste mundo. (Impossível a mim mesmo não observar que minha voz havia se tornado singularmente calma.) Não há nele, de tão definitivo, nenhuma fenda por onde se desvende o céu. (CARDOSO, 1999, p. 291)

Nesse instante, ao ver que Ana passava a se entregar totalmente ao impacto de suas palavras, o dizer-a-verdade de Padre Justino chega a assumir o caráter de uma confissão:

– Muitas vezes – e agora era eu quem confessava – em dias passados, imaginei o que poderia tornar esta casa tão fria, tão sem alma. E foi aí que descobri a terrível imutabilidade de suas paredes, a gelada tranquilidade das pessoas que habitam nela. Ah, minha amiga, pode acreditar em mim, nada existe de mais diabólico do que a certeza. Não há nela nenhum lugar para o amor. Tudo o que é firme e positivo é uma negação do amor. (CARDOSO, 1999, p. 291-292)

Foi preciso muito esforço do Padre para chegar até o momento de poder dizer essa verdade no seio da casa dos Meneses, visto que, nesse terreno marcado pela ausência de Deus, somente assumindo-se como “homem de carne e osso” (UNAMUNO, 1996), ele poderia tentar falar ao coração de Ana, na medida em que não há, nesse ambiente, a possibilidade de o homem se dirigir diretamente ao próprio Deus. Não há lugar, nessa narrativa, para uma verdade oracular. É por isso que Padre Justino reivindica o pecado (e também, eu diria, a dúvida) como única forma de o homem se colocar diante de Deus, o qual deve revelar-se na própria tragicidade da existência humana, o que se daria, mais uma vez, sob a influência do pensamento de Unamuno e de Kierkegaard.

Assim, é dominado por um “autêntico” movimento e se entregando à “violência” de seu próprio pensamento (Cf. CARDOSO, 1999, p. 292) que esse narrador conclui seu ato parresíástico nesse momento da narrativa:

– Minha filha, falo sobre o pecado. (Eu sabia o quanto era difícil dizer aquilo – mas de que modo atingir aquela alma empedernida, como arrastá-la na esteira dos meus interesses? Torno a dizer, a verdade brutal, a revelação decisiva é a única chave para certos seres.) Quero reinstalar o pecado na sua consciência, pois há muito que você o baniu do seu espírito, que o trocou definitivamente pela certeza – que aos seus olhos é a única representação do bem. Não há caos,

nem luta e nem temor no fundo do seu ser. Quero reinstalar nele a consciência do pecado, torno a dizer, não pelo terror dele, mas pelo terror do céu. Imaginemos o céu a tal altura que a simples lembrança da morte do Filho de Deus nos arrebate o sossego para sempre. Minha filha, o abismo dos santos não é um abismo de harmonia, mas uma caverna de paixões em luta. (CARDOSO, 1999, p. 292)

E completa:

– Quero dizer que nossa essência é deste mundo mesmo, e imaginarmos toda a salvação com nossos pobres olhos é diminuir a grandeza de Deus. Calculemos primeiro nossa derrota, que é a parte do homem, depois o triunfo, que é a parte de Deus. Pois não pode haver triunfo sobre a inexistência – que é a virtude sem luta, a conquista sem fermentação? – e sem a existência do pecado não há triunfo. Compreende agora? (CARDOSO, 1999, p. 293).

Entretanto, todo o esforço de Padre Justino é vão. No capítulo intitulado “Fim da narração de Padre Justino”, que é, na verdade, o fim de sua segunda narração, o ódio confessado de Ana por Nina, bem como a sua falta de esperança, que, para o Padre, vem a ser o “pecado máximo” daquela mulher, fazem com que o discurso trágico-cristão proferido por ele fracasse:

Senti que havia cavado ainda mais a distância existente entre nós dois; agora, era quase possível apalpar o mal-estar que se estabelecera no ambiente após minhas palavras. Não havia dúvida, eu havia fracassado no meu intento, não encontrara a expressão exata que atingisse aquele coração aparentemente empedernido. Porque eu tinha absoluta convicção de que não há mal irremediável – eu é que não tivera forças para encontrar meu caminho e estivera aquém da minha missão de sacerdote. Desanimado, os braços pendentes, examinava minha sotaina esgarçada nalguns pontos. Como tudo era inútil, como era poderosa a lei do mundo e de seus amargos impulsos. (CARDOSO, 1999, p. 306-307)

Diante do ódio cego de Ana, Padre Justino sente-se malgrado enquanto sacerdote. Aqui, na medida em que a confissão de Ana parece colocar em xeque o discurso trágico-cristão professado pelo Padre, creio que podemos pensar naquela ideia foucaultiana no sentido de que o modo de ser do sujeito é afetado pelo enunciado e pelo ato de enunciação exercido no dizer parresiástico. No entanto, de um modo diferente do que acontece com Platão no texto de Plutarco, mencionado por Foucault (2010), não é o risco da prisão ou da morte que Padre Justino sofre por dizer a verdade, mas o questionamento de seu estatuto de missionário cristão preocupado em levar às almas o consolo e a revelação divina.

No último capítulo de *Crônica da casa assassinada*, intitulado “Pós-escrito numa carta de Padre Justino”, em que o Padre narra a morte de Ana Meneses, ele já não consegue dizer a ela mais nada que possa redimi-la, visto que: “O crime de que eu não podia desvendar-lhe a origem não era ela ter ocultado o fruto dos seus amores, nem ter em silêncio permitido o pecado da outra [Nina] – não. O que eu lhe reprovava era não ter ela própria compreendido e aceitado sua falta, e no anonimato envolto seu único grito pela salvação” (CARDOSO, 1999, p. 508).

E todo o dizer-a-verdade por parte do Padre nesse momento fica apenas no plano imaginativo e intencional ou, quando muito, numa voz direcionada ao narratário de seu texto, pois ele percebe que Ana, encerrada em “sua incompreensão e seu desamparo”, ou seja, em sua falta de fé, não teria condições para entender suas palavras:

Que dizer, que responder naquele momento final? Creio que foi a única vez em que cheguei a lamentar minha carreira de sacerdote – se aquilo que me subiu ao peito fosse lamento, e não um gemido de tristeza, de mágoa funda e sem remédio, ante a irremediável cegueira da coisa humana, ante sua incompreensão e seu desamparo. Por que se dirigir precisamente a mim, eu, um homem velho, doente, um padre sem conhecimentos, sem luzes especiais, cujo único objetivo neste mundo fora servir e temer a Deus, e não deslindar esses intrincados problemas do homem? Que imaginam que seja um padre, um padre da roça como eu, além de um animal triste, um cavalo de serventia indistinta, um homem cego e estonteado como outro qualquer, unicamente diferente por esse desejo constante, aflito, de jamais sair dos caminhos certos? Mas os caminhos certos, como defini-los nesse enviesado de caminhos diferentes, como situar a justiça e apontar a atenção de Deus? Afastei-me, e enquanto ela implorava, num misto de palavras incoerentes e de lágrimas, coloquei-me junto à grade e fitei o céu que anoitecia. Um vácuo imenso se fez em minha alma, como se nela mais nada subsistisse, nem o temor e nem a lembrança de Deus, como uma negativa ou uma renúncia – e um gosto amargo, lancinante, subiu de um jato à minha boca. Não, eu não podia dizer coisa alguma. (CARDOSO, 1999, p. 506-507)

Portanto, o dizer-a-verdade de Padre Justino, ao ser dirigido a esse outro que é Ana, vai tanto consumir a condenação da tradição cristã dos Meneses quanto revelar a impotência do discurso trágico-cristão diante do sofrimento e da precariedade do ser humano. Essa condenação dos Meneses e esse fracasso do trágico-cristão são necessários à criação do “Homem Total” (Cf. CARDOSO, 1970, p. 244) pretendida por Lúcio Cardoso. Em *Crônica da casa assassinada*, André vem a ser esse homem em sua “forma decisiva e total”, “sem amputações”. Para que ele possa exercer sua liberdade absoluta, como diria Sartre (1973), para que ele possa ultrapassar-se a si

mesmo no seu projetar-se para o ser, como diria Heidegger (1973), será necessário que, além de não mais ser condicionado pelo discurso trágico-cristão, ele perca o seu vínculo genealógico com a tradição, ou seja, com a família. Assim como no *Íon*, de Eurípides, em que a parrésia oracular e a parrésia confessional se complementam para possibilitarem que a parrésia política seja exercida, na narração de Padre Justino, a parrésia sacerdotal do Padre, que consiste na expressão do discurso trágico-cristão e na condenação da tradição dos Meneses, vai se complementar com a parrésia confessional de Ana, no último capítulo do romance, que consiste na revelação da verdadeira origem de André.

2.2 O dizer confessional de Ana: o discurso do desabafo e a revelação sobre o nascimento de André

O dizer confessional de Ana, que constitui a outra face da parrésia na narração de Padre Justino, aparece em três formas de discurso. São eles: o discurso do desabafo, o discurso da revolta e o discurso do desespero propriamente dito. A meu ver, todos esses três tipos de discurso enquadram-se na concepção kierkegaardiana do desespero, enquanto doença mortal, ou seja, como esse “desesperar de nem sequer poder morrer” (KIERKEGAARD, 2004, p. 23). No entanto, penso que esse desespero aparecerá no dizer de Ana primeiramente sob as facetas do desabafo e da revolta, para só depois se manifestar como desespero propriamente dito, no momento da morte da personagem.

Na “Primeira narração de Padre Justino”, numa espécie de gesto parresiástico determinado pelo sofrimento, Ana expressa sua fraqueza diante do amor que sentia por Alberto, fraqueza que a levou até mesmo a desejar a morte do jardineiro. Negando o discurso trágico-cristão de Padre Justino, que lhe diz que foi pela vontade de Deus que ela perdera o amado, Ana confessa:

– Não, não foi Deus, fui eu mesma quem quis perdê-lo. E o pior, Padre, é que mesmo se fosse meu, se fosse inteiramente meu, talvez ainda quisesse perdê-lo. Era demais para mim, era forte demais para as minhas forças.

[...]

– Depois que ele se matou, compreendi tudo, finalmente: viver sem ele ainda era pior do que viver com ele. Mil vezes pior. É ir e vir, e saber o vagar dos dias, e o desinteresse de tudo... Agora que ele já não me escuta, e nem responde mais às minhas palavras, tenho horror do que aconteceu. Não sei fazer nada, nem caminhar, nem comer, nem falar com os outros. (CARDOSO, 1999, p. 180)

Esse discurso de desabafo ou de lamento predomina na fala de Ana ao longo de toda a narração de Padre Justino. Tanto na segunda parte da “Segunda narração de Padre Justino” quanto no último capítulo do romance, “Pós-escrito numa carta de Padre Justino”, veremos que o discurso confessional propriamente dito, através do qual Ana confidencia 1) seu amor e sua relação sexual com Alberto, 2) seu ódio por Nina e o desejo de matar a cunhada, e 3) a concepção e o abandono de André, o filho que ela teve do jovem jardineiro suicida, é expresso, em sua maior parte, de forma indireta, ou seja, através da voz do narrador Padre Justino, que, aliás, dá pouca importância para o conteúdo de tal confissão, considerando, em primeiro lugar, o caráter patético da fala dessa mulher tão atormentada:

como que um muro interior se abatera dentro dela, e as palavras começavam a chegar, vindas não sei de onde, com esse retinido e essa sombria eloquência das expressões durante muito tempo subjugadas no fundo do ser. Não me lembro mais exatamente do que disse, nem posso repetir o que ouvi, mas sei que se tratava do que existia nela de mais intenso e mais duradouro, possivelmente a expressão de sua própria alma, crucificada entre suas inibições e seus anseios. Seria inútil tornar a falar em Deus como o fizera um dia – era o mundo que se exprimia pelos seus lábios, o que de mais violento existe neste mundo – o ímpeto da paixão. Talvez paixão da carne, que de todas é a mais feroz, pois lavra calada no interior como um câncer maligno. (CARDOSO, 1999, p. 293)

Pela descrição do Padre, Ana fala, nessa confissão, como que se dirigindo a si mesma, o que me faz pensar em seu ato parresiástico, nesse momento, como uma espécie de desabafo. Vejamos:

Não me lembro do nome, nem sei mais do que se tratava, se bem que tudo pudesse revelar aqui, já que não a ouvia em segredo de confissão. Mas fatos como este não têm valia, o importante é sua repercussão. Também, provavelmente o auditor não a interessava, pois falava de um modo automático, como se o seu único interesse fosse se livrar do peso daquele silêncio. Ouvindo-a, pensava comigo mesmo que realmente devia ser assim, pois quem a escutaria melhor senão esse outro lado de sua pessoa, esse constante combatente que fora talvez o maior antagonista de sua vida. (CARDOSO, 1999, p. 293)

Nesse desabafo, Ana também confessa o seu ódio por Nina e o seu desejo de assassinar a rival. Empunhando um revólver que trazia guardado no seio, ela grita: “E ‘ela’, Padre, que castigo merece ela agora? [...] Quis matá-la – disse – mas não tive coragem” (CARDOSO, 1999, p. 304). Para Ana, Nina é a própria presença do demônio. Ela culpa a cunhada pela morte de Alberto e, além de tudo, julga que, por ser bela, Nina não sofre como os

demais seres humanos. É do embate com essa rival que parte todo o discurso de revolta de Ana, a qual expressa a seguinte imprecisão contra o Deus cristão: “Deus é injusto, nega tudo a um, para acumular outros de graça. [...] Se Deus existe, por que... por que...”

Aqui, temos uma primeira semelhança entre Ana e Creusa, que, no *Íon*, acusa Apolo pela injustiça de tê-la violentado, de não querer ajudá-la a encontrar o filho que ela teve dele e também por ter indicado um filho para Xuto, seu esposo. Em sua revolta contra Deus, Ana vai colocando em xeque o cerne do discurso cristão de Padre Justino, o qual sente estremecer, em certo momento, a base de suas mais caras convicções:

(Não, não havia ironia em sua voz. Tremi de novo, não sei por quê. Singular poder o da rebelião! A mim mesmo, um pouco perdido, indaguei o que era realmente a Graça. Um prêmio? Neste caso, quais seriam os contemplados? A quem dirige Deus sua voz primeira? Sim, Deus existe. Mas se formos eternamente esperar de joelhos que Ele distribua seus dons – ah, eu, um sacerdote! Não estava ali o núcleo de todas as minhas lutas do passado, de combates entre teorias e doutores da Igreja? – então nada mais nos resta senão contemplarmos a longa fila de seres que não conseguiram entender Sua voz.) (CARDOSO, 1999, p. 305)

O que ocorre é que o discurso de revolta de Ana consiste em um ato parresiástico que afirma a noção de um Deus ausente e incompreensível, ao mesmo tempo em que evidencia a desgraça de todos aqueles seres que, como chega a admitir Padre Justino, “não conseguiram entender Sua voz”. Em seu ódio, em sua rebelião, Ana chega a duvidar da existência de Deus:

– Padre, vamos que eu acredite em Deus. Quem sou eu, para arvorar despudoradamente as minhas dúvidas? Não, imaginei sim, imaginei muitas vezes que essa mulher [Nina] fosse humana, que sofresse também, cega, girando em sua órbita como qualquer um de nós. Chegaria até a esquecê-la, se ela estivesse ausente. Mas como perdoá-la, como supor a justiça de Deus, vendo-a existir entre nós, e destruir, e fomentar toda espécie de mal? [...] Não me ensinaram desde cedo que Ele existia, e atendia misericordiosamente aos nossos rogos? Espero que a tarde desça, imaginando comigo: “Ela ainda não apareceu, deve estar morta lá no meio da estrada”. E assim que começa a escurecer saio correndo, abro o portão, caminho, investigo – e não a vejo estendida em lugar algum. (CARDOSO, 1999, p. 306)

É na hora de sua própria morte que Ana exerce o dizer-a-verdade de revelação daquilo que ela própria considera como a sua maior falta na vida: o fato de ter escondido – e, de certa forma, abandonado – André, fruto de

seus amores com Alberto. O relato dessa confissão vai aparecer no último capítulo de *Crônica da casa assassinada*, um pós-escrito de uma carta em que Padre Justino diz: “a última das coisas a que o Todo-Poderoso nega seu beneplácito é à eclosão da verdade” (Cf. CARDOSO, 1999, p. 495). Nesse momento, Ana se encontra aos cuidados de um ex-escravo nas ruínas do que tinha sido outrora a imponente Chácara dos Meneses. A casa que era sede da fazenda não mais existe, e Ana jaz, como “única herdeira da orgulhosa família Meneses” (Cf. CARDOSO, 1999, p. 496), no mesmo quarto do velho Pavilhão que foi o cenário das últimas horas de Alberto, bem como dos encontros amorosos entre Nina e André. Será nesse cenário, ou seja, nos escombros de toda a tradição e de todos os valores representados pelo nome daquela família, que vamos ouvir da boca dessa protagonista o relato acerca da verdadeira origem de André, em um ato parresiástico que vem a ser o passo que faltava para a libertação desse homem novo que é André em relação às prerrogativas morais daquele velho mundo combalido.

Em sua última confissão, Ana conta ao Padre que, no passado, houvera quase forçado Alberto a manter uma relação sexual com ela, que ficara grávida do jardineiro naquela ocasião. Ela teria escondido a gravidez e, tendo sido encarregada por Demétrio e Valdo de buscar o filho que Nina estava esperando no Rio de Janeiro para trazê-lo para a casa dos Meneses, se aproveitara da oportunidade para fazer uma troca e colocar o seu bebê, que ninguém sabia que existia, no lugar do filho de Nina. Assim, o menino que chega à Chácara como sendo filho de Valdo e Nina é André, que, na verdade, é filho de Ana e Alberto. Com esse feito, Ana consegue enganar tanto os Meneses quanto a própria Nina, que tinha dado o seu rebento a uma enfermeira do hospital onde deu à luz, e para quem Ana disse que se encarregaria de pegar de volta a criança para levar para a casa do pai, Valdo. Todo esse relato de Ana é narrado de forma resumida por Padre Justino, que, mais uma vez, prefere dar ênfase ao modo como o dizer dela afeta o próprio sujeito desse dizer, essa mulher que à beira da morte resolve contar o segredo que guardou por toda a vida, como uma espécie de triunfo sobre a sua maior rival: “Padre, tudo isto eu fiz. André era meu filho, e não dela” (CARDOSO, 1999, p. 505).

Nesse ato parresiástico de Ana, vemos um processo invertido ao que se configura no *Íon*, em que o dizer-a-verdade de Creusa, a mãe do herói, tem a função de integrar Íon a Atenas. Ora, ao afirmar que André é filho seu e do jardineiro, Ana revela que ele não tem o sangue dos Meneses, dando-lhe, portanto, uma nova genealogia. Fato irônico é que Ana justifica seu ato de não assumir o filho justamente pelo seu interesse em preservar o estatuto que adquiriu ao entrar para a família, contraindo matrimônio com Demétrio

Meneses: “Que me importava que fosse meu filho? Não existia, não tinha tudo o que desejava? Como podia aceitá-lo, ou encará-lo como um filho meu, se a esta simples ideia meu se paralisava, imaginando o olhar de meu marido, sua reprovação, meu castigo? Ah, Padre, não é impunemente que se entra para a família dos Meneses”. (CARDOSO, 1999, p. 505)

Mas, por que Ana decidia revelar agora esse segredo? Certamente para tentar, nesse momento de desespero extremo que é a morte em seu sentido trágico-cristão, justificar a sua existência, a sua passagem por este mundo; passagem essa, marcada pela culpa, pelo ódio e pelo medo:

– Ah, esta questão, o peso exato da culpa – Padre, acho que foi isto que secou para todo o sempre meu coração..

E então, pressentindo possivelmente a condenação formulada naquela troca estranha, cujo alcance só agora ela compreendia – Nina, responsabilizando-se por uma falta que não era sua, ela ocultando a que cometera, por medo de se perder aos olhos dos Meneses – sua voz explodiu vibrante dentro do quarto:

– Padre, e eu, não estou salva também, não pequei como os outros, não existi? (CARDOSO, 1999, p. 506)

No entanto, esse último ato parresiástico de Ana não lhe garante a redenção. De fato, ele vem a ser o último golpe da verdade sobre aquele mundo de ilusão e de erro criado por ela, que, embora fosse uma agregada, era a principal defensora dos valores dos Meneses. Além disso, esse dizer-a-verdade de Ana revela a origem de André como o filho de um pagão (Alberto) e de uma mulher que perdera totalmente a sua fé na existência de Deus. Sem contar que essa revelação explica, inclusive, a ausência de qualquer espécie de edipianismo no discurso de André quando, em seu diário, ele narra sua relação (supostamente) incestuosa com Nina.

Nesse sentido, se pensarmos nas questões apontadas por Foucault acerca do percurso do dizer-a-verdade na peça *Íon*, de Eurípides, em que a complementação do discurso oracular do deus com o discurso confessional de Creusa é o condicionante do discurso político de fundação de Atenas, por parte de Íon, creio ser possível afirmar que a narração de Padre Justino é a parte de *Crônica da casa assassinada* em que podemos perceber um percurso bastante semelhante no que se refere à criação da parrésia do homem novo cardosiano, ou seja, André, o qual, nos dez capítulos do romance que são atribuídos a ele, sob o título de “Diário de André”, expressará um discurso bastante ligado ao existencialismo ateu e antimetafísico, em voga na primeira metade do século XX. Aliás, trata-se, a meu ver, de um discurso no qual se pode vislumbrar a concepção heideggeriana da verdade como abertura entre clareira e obnubilação, ou

seja, como *alethéia*, aspecto que já tentei demonstrar em estudo anterior acerca dessa obra cardosiana³.

Considerações finais

A análise que aqui empreendi acerca do percurso do dizer-a-verdade na narração de Padre Justino, no romance *Crônica da casa assassinada*, de Lúcio Cardoso, requer, como seu complemento e, inclusive, como corroboração de alguns de seus elementos, o enfoque de outras partes da obra em questão, em especial dos capítulos atribuídos ao narrador André, em que se consoma, a meu ver, a transição do discurso trágico-cristão, tão caro a Lúcio Cardoso, em quase toda a sua obra de ficção, para o discurso existencialista antimetafísico, em voga na primeira metade do século XX, sobretudo em autores como Sartre e Heidegger.

Espero, com esta análise, ter trazido uma nova luz para a interpretação filosófica desse romance cardosiano, a partir de um confronto entre ele e a peça *Íon*, de Eurípides, que, conforme a leitura de Michel Foucault (2010), trata-se da história da fundação do dizer-a-verdade na ordem da política. Procurei demonstrar de que modo o diálogo entre o percurso da parrésia em *Íon* e na narração de Padre Justino se configura como uma espécie de espelho invertido, visto que, enquanto no texto euripídiano temos uma história de nascimento do herói com a função de fundar uma genealogia, na narrativa do Padre cardosiano temos o caminho parresiástico que resulta na demolição de um mundo tradicional e que permite a criação de um homem novo, em cuja existência originária, prescinde de fundamento e de fé, ou seja, um homem cuja trajetória no mundo não se justifica por seu berço ou por seu nome, mas por seu projetar-se em relação a si mesmo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARDOSO, Lúcio. *Diário completo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

³ No artigo “O homem como projeto: uma leitura do narrador André, de *Crônica da casa assassinada*”, publicado em 2008 na revista *Palimpsesto*, do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ano 7, número 7, analiso mais detidamente essa questão.

_____. *Crônica da casa assassinada*. Edição crítica de Mario Carelli. 2. ed. Madri: Allca XX/ Scipione Cultural, 1996a, p. 743-749.

_____. Diário de terror. In: _____. *Crônica da casa assassinada*. Edição crítica de Mario Carelli. 2. ed. Madri: Allca XX/ Scipione Cultural, 1996b, p. 743-749.

_____. *Crônica da casa assassinada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Inventário do Arquivo Lúcio Cardoso. RANGEL, Rosângela Florido & LEITÃO, Eliane Vasconcellos, Rio de Janeiro: Centro de Literatura Brasileira, 1989.

HEIDEGGER, Martin. Sobre o “humanismo”. In: _____. *Os pensadores*. Lisboa: Guimarães Editores, 1973.

KIERKEGAARD, Sören. *O desespero humano*. Trad. de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

RICARTE, Patrícia Chanelly Silva. *Um grito para o céu: arte e pensamento em Crônica da casa assassinada*. Dissertação de Mestrado (Estudos Literários), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2007.

_____. O homem como projeto: uma leitura do narrador André, de *Crônica da casa assassinada*. In: *Revista Palimpsesto*, ano 7, volume 7, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: _____. *Os pensadores*. Trad. Vergílio Ferreira. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

UNAMUNO, Miguel de. *Do sentimento trágico da vida*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Teorizar em “português brasileiro”?
(Monolinguismo, tradução,
ex-apropriação)
[Theorizing in “Brazilian Portuguese”?
(Monolingualism, translation,
ex-appropriation)]

NABIL ARAÚJO

Mestre e doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; professor substituto de Literatura Comparada na Faculdade de Letras da UFMG.
[nabil.araujo@gmail.com]

RESUMO

Esforçando-se por pensar um modo próprio de teorização lusófona no Brasil que escape tanto da importação/tradução aculturadora de textos teóricos estrangeiros que caracteriza em larga medida a vida intelectual e acadêmica do país quanto da teorização nacionalizante baseada numa “subtração” de tudo que seria estrangeiro, mas também da falsa solução a essa dicotomia representada pelo influente discurso da “Antropofagia”, este ensaio delinea, com base em Derrida, a perspectiva da tradução ex-apropriadora em português brasileiro como prática discursiva contra-hegemônica.

Palavras-chave

Português brasileiro; Monolinguismo; Tradução ex-apropriadora; Desconstrução.

ABSTRACT

Attempting to think an own way of lusophone theorization in Brazil, one that escapes both the acculturative import/translation of foreign theoretical texts that in large measure characterizes intellectual and academic life in the country and the nationalizing theorization based on an “subtraction” of all that would be foreign, but that also escapes the false solution to this dichotomy represented by the influential discourse of “Antropofagia”, this essay outlines, based in Derrida, the perspective of ex-appropriative translation in Brazilian Portuguese as a counter-hegemonic discursive practice.

Key-words

Brazilian Portuguese; Monolingualism; Ex-appropriative translation; Deconstruction.

Preâmbulo: do direito à teorização

Em um célebre, e hoje clássico, ensaio de meados dos anos 1980, Roberto Schwarz registra a impressão generalizada no meio acadêmico brasileiro de que “a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero”, isso em função não de uma pujante produção intelectual local que incessantemente se renovasse, e sim do “apetite pela produção recente dos países avançados” (SCHWARZ, 1987, p. 30). Seu exemplo privilegiado na ocasião era a vertiginosa sucessão de teorias estrangeiras no campo dos estudos literários no país ao longo de vinte anos. Aos adeptos desta ou daquela teoria estrangeira devidamente assimilada e acomodada em português para fins acadêmicos, pedagógicos, político-ideológicos se contraporiam aqueles que, em nome de uma suposta teorização genuinamente brasileira, professam o que Schwarz chamou de “nacional por subtração”, isto é, o nacional como aquilo que sobra da operação de eliminação de tudo o que não seria genuinamente nativo (Cf. SCHWARZ, 1987).

Como não há pretensa filosofia ou teoria autóctone que não possa ser remetida, ao menos neste ou naquele de seus aspectos importantes, a um fundo ou substrato alóctone – restando sempre a pergunta acerca do ponto em que se deveria, afinal, interromper a operação de subtração, e por que –, pode-se perguntar se o traço diferencial que se procura demarcar, via de regra, tão apressadamente, pelo mero emprego do gentílico “brasileiro”, não haveria de emergir, na verdade, em função de um *outro modo* de recepção do texto teórico estrangeiro, um que não se confundisse com uma importação aculturadora de ideias, conceitos e métodos. É de se perguntar se não passaria necessariamente por aí o reconhecimento de um direito “nosso” no trato com as teorias estrangeiras, com o legado teórico ocidental, algo que não se conformasse ao velho vínculo reprodutivo com a teorização “metropolitana”, confundindo-se, portanto, com “nosso” próprio direito à teorização.

Este é o problema de que aqui se ocupará. À guisa de uma primeira aproximação, acompanhemos o que argumenta Derrida sobre *Le droit à la philosophie du point de vue cosmopolitique* [O direito à filosofia do ponto de vista cosmopolítico], título de uma conferência que ele proferiu em 1991, sob os auspícios da UNESCO, e cujo texto foi publicado em 1997.

Com Derrida: teorizar = ex-apropriar

Derrida pondera que o discurso eurocêntrico da “tradição da modernidade europeia” – de Kant a Heidegger e Valéry, passando por Hegel e

Husserl – incita a perguntar “se, hoje, nossa reflexão sobre a extensão sem limite e a reafirmação de um direito à filosofia não deve a um só tempo *levar em conta e de-limitar* a atribuição [*assignation*] da filosofia à sua origem ou à sua memória greco-europeia” (DERRIDA, 1997, p. 30). Não se deveria, assim, contentar-se nem “em reafirmar uma certa história, uma certa memória das origens ou da história ocidental (mediterrânea ou centro-europeia, greco-romana-árabe ou germânica) da filosofia” nem em “opor-se ou opor a denegação a essa memória e a essas línguas”, e sim: “tentar deslocar [*déplacer*] o esquema fundamental dessa problemática dirigindo-se para além da velha, fatigante, gasta, desgastante oposição entre o eurocentrismo e o antieurocentrismo” (DERRIDA, 1997, p. 30-31).

Um e outro, eurocentrismo e antieurocentrismo, “em filosofia como em outros lugares”, explica Derrida – no que poderíamos intervir: em filosofia e nos estudos literários –, “são sintomas da cultura missionária e colonial”. Assim: “Um conceito do cosmopolitismo que fosse ainda determinado por essa oposição não somente limitaria concretamente o desenvolvimento do direito à filosofia mas não daria mesmo conta do que se passa em filosofia” (DERRIDA, 1997, p. 33-34).

Aludindo à sua própria experiência, Derrida remete, então, a certos “modos de apropriação e de transformação do filosófico, em línguas e culturas não-europeias” (mas também, poder-se-ia perguntar, em usos não-europeus de línguas europeias?), que, segundo ele, não redundam (a) “nem no modo clássico da apropriação – que consiste em fazer seu o que é do outro (aqui, em interiorizar a memória ocidental da filosofia e em assimilá-la em sua própria língua)” (b) “nem na invenção de novos modos de pensamento que, estranhos a toda apropriação, não teriam mais nenhuma relação com isso que se crê reconhecer sob o nome de filosofia” (DERRIDA, 1997, p. 31-32). E ainda: “O que acontece hoje, e eu creio desde há muito tempo, são formações filosóficas que não se deixam encerrar nessa dialética de fundo cultural, colonial ou neocolonial, da apropriação e da alienação” (DERRIDA, 1997, p. 32).

Derrida (1997, p. 34) lembra que, para “refletir na direção disso que se passa e poderia ainda se passar sob o nome de filosofia”, deve-se “refletir sobre o que podem ser as condições concretas do respeito e da extensão do direito à filosofia”. Um primeiro ponto a ser levado em conta, nesse sentido, é o da “concorrência entre vários modelos, estilos, tradições filosóficas ligados a histórias nacionais ou linguísticas, mesmo se não se reduzem jamais a efeitos de nação ou de língua” (DERRIDA, 1997, p. 35). O exemplo “mais canônico” disso, lembra Derrida, é o da “oposição entre a tradição da filosofia dita continental e a filosofia dita analítica ou anglo-saxã”, e acrescenta:

“Uma certa história, notadamente mas não somente uma história colonial, constituiu esses dois modelos em referências hegemônicas no mundo inteiro” (DERRIDA, 1997, p. 35). Daí:

O direito à filosofia passa não apenas por uma apropriação desses modelos concorrentes [...], [mas] também pela reflexão, pelo deslocamento [*déplacement*] e pela desconstituição [*déconstitution*] dessas hegemônias, pelo acesso a lugares e eventos filosóficos que não se esgotam nessas duas tradições dominantes nem nessas línguas (DERRIDA, 1997, p. 35-36).

O direito à filosofia suporia também, segundo Derrida (1997, p. 37), a apropriação e o “transbordamento” [*débordement*] das línguas ditas fundadoras ou originárias da filosofia (o grego, o latim, o alemão, o árabe), devendo a filosofia ser praticada “segundo caminhos não simplesmente anamnésicos, em línguas que são sem relação de filiação com essas raízes”. E ainda:

Se a extensão, o mais frequentemente hegemônica, de tal ou tal língua e de modo quase todo-poderoso, quero dizer o inglês, pode servir de veículo à penetração universal do filosófico e da comunicação filosófica, a filosofia exige no mesmo lance, e por isso mesmo, que nos libertemos de fenômenos de dogmatismo e de autoridade que a língua pode produzir (DERRIDA, 1997, p. 37). [...] Com uma só língua, é sempre uma filosofia, uma axiomática do discurso e da comunicação filosóficos, que se impõe sem discussão possível (DERRIDA, 1997, p. 38).

Tratar-se-ia, pois, em suma, de *deslocar* e *desconstituir* a hegemonia de modelos linguístico-nacionais de pensamento que autoritária e dogmaticamente convertem o filosofar num monopólio “metropolitano” a ser colonialmente reproduzido pelo restante do mundo. Ora, nem é preciso insistir que esse gesto de deslocamento/desconstituição não se confundiria, não poderia se confundir com o “modo clássico da apropriação” de que fala Derrida. Para além da “apropriação como expropriação”, isto é, “perder sua memória assimilando a memória do outro, uma se opondo à outra”, é possível uma “ex-apropriação”, *ex-apropriação*, aliás, “a única chance possível”, sentencia Derrida (1997, p. 32). Pode-se dizer que a problemática da ex-apropriação atravessa a obra de Derrida, que dela oferece a seguinte fórmula lapidar (num livro seu a propósito de Jean-Luc Nancy): “L’appropriation interminable d’un non-propre irréductible”, *a apropriação interminável de um não-próprio irreduzível* (DERRIDA, 2000, p. 218).

Com Derrida: da apropriação à ex-apropriação da língua

A língua, a língua dita “materna” ou a “própria língua”, seria o grande exemplo de *não-próprio irreduzível* do qual buscamos ininterruptamente nos apropriar. Sobre a questão da ex-apropriação da língua, em nenhum ponto Derrida terá se manifestado mais incisivamente do que em *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine* [O monolingüismo do outro ou a prótese de origem] (1996), sobretudo no quarto capítulo, no trecho que começa pela observação: “O que tenho dificuldade de entender é todo esse léxico do ter, do hábito, da possessão de uma língua que seria ou não seria sua, a tua, por exemplo. Como se o pronome e o adjetivo possessivos fossem, aqui, quanto à língua, proscritos pela língua” (DERRIDA, 1996, p. 44).

A “dificuldade” em questão adviria da consciência derridiana de que “Do lado de quem fala ou escreve a dita língua, essa experiência de solipsismo monolíngue nunca é de pertença, de propriedade, de poder de domínio [*pouvoir de maîtrise*], de pura ‘ipseidade’ (hospitalidade ou hostilidade) de qualquer tipo que seja” (DERRIDA, 1996, p. 44). E isso valeria para quem quer que fale a língua, dominador ou dominado, senhor ou escravo, não importa quem. Referindo-se ao “não-domínio [*non-maîtrise*] de uma linguagem apropriada” de que fala Édouard Glissant acerca do “discurso antilhano”¹, Derrida observa que se isso, de fato, “qualifica em primeiro lugar, mais literalmente, mais sensivelmente, situações de alienação ‘colonial’ ou de subjugação histórica”, a mesma definição, entretanto, há de valer “também para isso que se chamaria a língua do senhor, do *hospes* ou do colono” (DERRIDA, 1996, p. 44). Por quê?

Porque o senhor não possui como próprio, *naturalmente*, o que, no entanto, ele chama sua língua; porque, o que quer que ele queira ou faça, não pode estabelecer com ela relações de propriedade ou de identidade naturais, nacionais, congênitas, ontológicas; porque ele não pode propagar e dizer essa apropriação a não ser no decurso de um processo não-natural de construções político-fantasmáticas; porque a língua não é seu bem natural, por isso mesmo ele pode historicamente, através do ato violentador [*le viol*] de uma usurpação cultural, ou seja, sempre de natureza colonial, fingir apropriar-se dela para impô-la como “a sua”. Tal é a sua crença, que ele quer fazer partilhar pela força ou pela astúcia, na qual ele quer fazer crer, como num milagre, pela retórica, pela escola ou pelo exército. Basta-lhe, por qualquer meio que seja, fazer-se ouvir, pôr em ação seu “*speech act*”, criar as condições para tanto, para que ele [o “ato de fala”] seja “feliz” [...], e a partida está ganha [*et le tour est joué*], uma *primeira partida*, em todo caso, estará ganha (DERRIDA, 1996, p. 45-46).

1 “A ‘falta’ não está no desconhecimento de uma língua (o francês), mas no não-domínio de uma linguagem apropriada (em crioulo ou em francês). A intervenção autoritária e prestigiosa da língua francesa não faz senão reforçar os processos da falta” (GLISSANT *apud* DERRIDA, 1996, p. 11).

O primeiro movimento desse jogo é, pois, o de uma usurpação da língua, o de fazer passar por sua, à guisa de uma propriedade privada, à guisa de um pretense vínculo ou direito natural de posse, aquilo mesmo de que, na verdade, não se pode nunca apoderar. Uma “usurpação cultural” – isto é: uma usurpação “de natureza colonial”, enfatiza Derrida, que relembrará mais à frente: “Toda cultura é originariamente colonial” (DERRIDA, 1996, p. 68). E ainda:

Não contemos apenas com a etimologia para lembrá-lo.² Toda cultura se institui pela imposição unilateral de alguma “política” da língua. O domínio [*maîtrise*], sabe-se, começa pelo poder de nomear, de impor e de legitimar as designações. Sabe-se o que foi do francês na própria França, na França revolucionária tanto quanto ou mais do que na França monárquica. Essa imposição soberana pode ser aberta, legal, armada ou bem astuta, dissimulada sob os álibis do humanismo “universal”, por vezes da hospitalidade a mais generosa. Ela segue ou precede sempre a cultura como a sua sombra (DERRIDA, 1996, p. 68).

Em vista dessa usurpação cultural/colonial implicada pelas diversas “políticas” da língua, impor-se-ia um segundo movimento no jogo: “A libertação, a emancipação, a revolução, isso será necessariamente a segunda partida” (DERRIDA, 1996, p. 46). Nada mais natural do que querer confundir, aí, a princípio, a libertação/emancipação em questão com algo como reintegração de posse, como reapropriação (do que foi usurpado). Mas aquilo mesmo que não permite a apropriação colonial da língua a não ser como fingimento – por mais graves que venham a ser as consequências desse fingimento – impediria, também, de antemão, qualquer pretensa reapropriação contracolonial da mesma língua; em suma: “não há jamais apropriação ou reapropriação absolutas” (DERRIDA, 1996, p. 46). E ainda: “Porque não há propriedade natural da língua, ela não dá lugar a não ser à raiva apropriadora, ao ciúme sem apropriação” (DERRIDA, 1996, p. 46).

A libertação/emancipação de que aí se fala implicaria, então, em uma outra postura. “A ruptura com a tradição, o desenraizamento, a inacessibilidade *das* histórias, a *amnésia*, a indecifrabilidade, etc., tudo isso desencadeia a pulsão genealógica, o desejo do idioma, o movimento compulsivo em direção à anamnese, o amor destruidor pelo interdito”, explica, com efeito, Derrida (1996, p. 116), acrescentando que a “ausência de um modelo de identificação estável para um *ego* – em todas as suas dimensões: linguísticas, culturais, etc., – provoca movimentos que, encontrando-se sempre à

2 Derrida refere-se aí, é certo, à etimologia comum das palavras *cultura* e *colonização* – mas também *culto*: como lembra Alfredo Bosi, as três derivam “do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*” (BOSI, 1992, p. 11).

beira do desmoronamento, oscilam entre três possibilidades ameaçadoras” (DERRIDA, 1996, p. 116). Derrida fala, então, primeiramente, de “uma amnésia sem recurso, sob a forma da desestruturação patológica, da desintegração crescente: uma loucura”; em segundo lugar, de “estereótipos homogêneos e conformes ao modelo francês ‘médio’ ou dominante, uma outra amnésia sob a forma integrativa: uma outra espécie de loucura” (1996, p. 116); e, finalmente, de uma terceira possibilidade, a qual, diferentemente das duas anteriores e dos dois tipos de amnésia por elas implicados, colocaria em jogo, antes, um tipo muito especial de *anamnese*:

a loucura de uma hipermnésia, um suplemento de fidelidade, um acréscimo, e até uma excrescência da memória: empenhar, no limite das duas outras possibilidades, em direção a traçados – de escrita, de língua, de experiência – que conduzem a anamnese para além da simples reconstituição de uma herança dada, para além de um passado disponível. Para além de uma cartografia, para além de um saber ensinável. Trata-se, aqui, de uma anamnese completamente outra [*d'une tout autre anamnèse*], e mesmo de uma anamnese do completamente outro [*d'une anamnèse du tout autre*] (DERRIDA, 1996, p. 116-117).

Ora, essa descrição de uma anamnese *para além* da anamnese (isto é, da “simples reconstituição de uma herança dada”), não se pode deixar de reconhecê-la como uma descrição possível daquilo mesmo a que se querieira chamar “desconstrução”. Como reconhecerá, aliás, o próprio Derrida, no epílogo de *Le monolinguisme de l'autre*:

Certamente, tudo isso que me tem, digamos, interessado desde há muito tempo – a título da escrita [*écriture*], do rastro [*trace*], da desconstrução do falocentrismo e “da” metafísica ocidental [...] –, tudo isso não pôde proceder senão dessa estranha referência a um “algures” [*ailleurs*] de que o lugar e a língua me eram a mim mesmo desconhecidos ou interditos, como se eu tentasse *traduzir* na única língua e na única cultura franco-ocidental de que disponho, na qual fui lançado no nascimento, uma possibilidade a mim mesmo inacessível, como se eu tentasse traduzir na minha “monolíngua” uma palavra que eu não conhecia ainda, como se eu tecesse ainda algum véu às avessas (o que fazem, aliás, muitos tecelões), e como se os pontos de passagem necessários dessa tecelagem às avessas fossem lugares de *transcendência*, logo de um “algures” [*ailleurs*] absoluto em relação à filosofia ocidental greco-latina-cristã, mas ainda *nela* (DERRIDA, 1996, p. 131-132).

Essa afirmação incita o retorno ao próprio *corpus* dos escritos derridianos, aos atos de leitura desconstrutiva lá performados, no sentido de reconhecê-los como exemplos maiores do gesto de “deslocamento” e de “desconstituição” dos modelos linguístico-nacionais hegemônicos de

pensamento a que conclama Derrida em sua conferência de 1991, neles reconhecendo, com isso, o funcionamento do princípio explicitado por um comentarista de Derrida ao afirmar que “a desconstrução é a fidelidade à lei da ex-apropriação” (VERGANI, 2006, p. 70-71). Mas cada um de tais “exemplos”, se assim insistíssemos em chamá-los, mostrar-se-ia, na verdade, irreduzível à apropriação em jogo nesse pretenso reconhecimento, sua exemplaridade mesma configurando um *não-próprio irreduzível* do qual, em vão, nos esforçaríamos por nos apropriar para fins acadêmicos, pedagógicos, político-ideológicos.

Seria preciso, pois, ressaltar a *potência de futuro*, por assim dizer, da conclamação derridiana, em nome dos deslocamentos, das desconstituições ex-apropriadoras *ainda por vir, ainda por acontecer*, em línguas diversas, em campos discursivos diversos, “em filosofia como em outros lugares”, sobretudo numa época em que a cristalização e a difusão acríticas de certa ideia de “globalização” acabam por obliterar a percepção das novas políticas linguísticas – e de seus efeitos (neo)coloniais – em jogo no âmbito da geopolítica da informação e do conhecimento.

Por uma tradução ex-apropriadora

“A globalização declina-se preferencialmente em inglês” – lembra-nos lapidarmente Renato Ortiz na introdução a seu *A diversidade dos sotaques: o inglês e as ciências sociais* (2008). “Digo preferencialmente”, prossegue Ortiz (2008, p. 9), “pois a presença de outros idiomas é constitutiva de nossa contemporaneidade; mesmo assim uma única língua, entre tantas, detém uma posição privilegiada”. E ainda:

Há razões objetivas para que as coisas tenham se passado desta maneira, e elas nada têm que ver com os fundamentos fonéticos ou gramaticais, seria tolice pensar a existência dos idiomas de forma substancialista (embora muitos o tenham feito). Os linguistas nos ensinam que toda língua é capaz de exprimir em conceitos a experiência humana, assim, nenhuma delas é superior às outras. Sabemos ainda que somente os humanos possuem uma linguagem coerentemente articulada num sistema complexo de signos, e que a diversificação da linguagem é um fenômeno antigo nas sociedades passadas. Entretanto, na situação de globalização, os idiomas encontram-se submetidos a novas hierarquias e relações de força. Ironicamente, no momento em que o mito da diversidade linguística descola-se de sua versão bíblica, Babel, no âmbito da modernidade-mundo, uma língua adquire um sentido e uma posição hegemônica inquestionável. Isso possui inúmeras implicações, particularmente no domínio da ciência. Os que

se dedicam a pensar as sociedades sabem disso, pois a língua é o instrumento através do qual se elabora o discurso escrito. Em que sentido ele não seria afetado pelo domínio do inglês? Seria assim tão natural substituímos nossos idiomas por outros, ou não haveria nesta operação ingênua um empobrecimento da própria reflexão? (ORTIZ, 2008, p. 9-10).

Ortiz sugere, aí, portanto, em relação às ciências sociais, o que Derrida já havia sugerido em relação à filosofia (“Com uma só língua, é sempre uma filosofia, uma axiomática do discurso e da comunicação filosóficas, que se impõe sem discussão possível”). O enfrentamento da “posição hegemônica” do inglês para Ortiz (como para Derrida) implica a não aceitação “da forma como habitualmente se desenrolam certos debates” (ORTIZ, 2008, p. 10): seja a caracterização do inglês como uma “dominação imperialista”,³ seja o recurso “às formulações de tipo ‘essencialista’ e ‘identitária’, ou seja, a valorização de ‘meu’ idioma, com sua idiosincrasia e autenticidade modal”; essa perspectiva, explica Ortiz “me encerraria nos limites de meu território, quando a proposta das Ciências Sociais, mesmo aceitando-se sua historicidade, é de constituir um saber, se não universal, ao menos cosmopolita” (ORTIZ, 2008, p. 10).

É do *cosmopolitismo*, pois, que se trata, em Ortiz como em Derrida, de um *direito cosmopolítico à formulação e veiculação de discursos*, mas de um cosmopolitismo que realmente escape à oposição entre eurocentrismo e antieurocentrismo, entre imperialismo e anti-imperialismo, bem como ao essencialismo identitário, isso “em filosofia como em outros lugares”: nas ciências sociais, sem dúvida, mas também, quiçá, nos estudos literários.

Nos estudos literários, tanto quanto ou mais do que em filosofia, modelos teórico-metodológicos ligados a histórias nacionais ou linguísticas constituíram-se colonialmente em referências hegemônicas no mundo inteiro. Nos séculos XVIII e XIX e ao longo de boa parte do século XX, a França figurou como a matriz preferencial desses modelos hegemônicos, tendo sido eventualmente ameaçada, nessa posição, pela Alemanha e pela Grã-Bretanha; das décadas finais do século XX para cá, essa função matricial tem sido preferencialmente desempenhada pelos EUA – apesar da influência ininterrupta dos teóricos franceses ditos “pós-estruturalistas”, cujo legado, não obstante, difunde-se no campo literário internacional em larga medida através de uma mediação anglófona (o próprio conceito de “poststructuralism”, aliás,

3 “Não creio que o conceito de imperialismo seja realmente útil para se apreender as questões do mundo globalizado. Ao utilizá-lo consigo nomear com facilidade o ‘agressor’, mas termino por enredar-me nas teias de uma categoria conceitual que possui pouco rendimento teórico quando aplicada à modernidade-mundo” (ORTIZ, 2008, p. 10).

é uma invenção americana, e não francesa).⁴ O Brasil pareceria encarnar, nesse contexto, um exemplo típico de como todo um campo disciplinar vem a periféricamente instituir-se, profissionalizar-se e sustentar-se com base na importação periódica, na tradução ou adaptação mais ou menos sistemática, para fins de reprodução local, de modelos teórico-metodológicos internacionalmente hegemônicos.⁵

Ora, se a tradução parece mesmo ser o horizonte incontornável de nossa relação com a produção teórico-metodológica nos estudos literários, é preciso admitir que a desmobilização ou a “desconstituição”, entre nós, das referidas hegemonias linguístico-nacionais não pode se dar através de uma tradução meramente *apropriadora*, isto é, que se limita a assimilar e a acomodar, em português, um modelo estrangeiro, para fins acadêmicos, pedagógicos, político-ideológicos. Impor-se-ia, antes, uma tradução inerentemente *ex-apropriadora*, isto é, que lograsse dismantelar a aparência de posse plena da língua pelo sujeito do discurso teórico-metodológico hegemônico, posse que faria a língua e o discurso, na verdade a *língua-em-discurso*, estabilizarem-se e coincidirem-se, harmonicamente, com o conteúdo propositivo intencional do qual ela estaria a serviço; uma tradução que lograsse dissociar, enfim, a *língua em funcionamento* no discurso hegemônico, ou o *funcionamento da língua* nesse discurso, da instância identitária (subjativa, nacional) da qual alegadamente o discurso em questão emana e que lhe garantiria unidade e coerência interna em vista de um núcleo semântico intencional, revelando, na verdade, com isso, à medida que esse funcionamento linguístico-discursivo escapa ao ímpeto de apropriação e controle da língua por uma intencionalidade plena de si. “Vossa língua materna, isso que assim chamais, um dia, vereis, ela não mais sequer vos responderá” (DERRIDA, 1996, p. 61).

Essa tradução *ex-apropriadora* não se confundiria, não poderia confundir-se, é claro, com um movimento de tomada ou retomada de posse, de expropriação do que quer que seja, de uma língua, a língua “do outro”, fazendo-a “sua” e “própria”: primeiramente, porque a tradução, o traduzir (*tradūcĕre, ūbersetzen*: transportar de um lado a outro, transferir...) a rigor é o que ocorre *entre* duas (ou mais) línguas, na *passagem* ou *travessia* de uma

4 Cf. quanto a isso: CUSSET, François. *French Theory*: Foucault, Derrida, Deleuze & Cie. et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unies. Paris: La Découverte, 2003 [Ed. bras.: CUSSET, François. *Filosofia francesa*: a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia. Trad. de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008], livro no qual se trata, a certa altura, justamente de “L’invention du poststructuralisme (1966)”.

5 Lembre-se, quanto a isso, do depoimento de Roberto Schwarz em meados dos anos 1980: “Nos vinte anos em que tenho dado aula de literatura assisti ao trânsito da crítica por impressionismo, historiografia positivista, *new criticism* americano, estilística, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo e agora teorias da recepção.” (SCHWARZ, 1987, p. 30).

a outra (vale lembrar também a única definição ou formulação explícita, segundo o próprio Derrida (1996, p. 2), por ele alguma vez arriscada da desconstrução: “plus d’une langue”, *mais de uma língua*); além disso, observe-se que a língua de chegada da tradução em questão, a língua em que se forjará o resultado ou o produto, por assim dizer, da tradução em questão, a língua portuguesa, a rigor não é nem nunca foi “nossa”: sim, seria preciso atentar, aqui, para a medida em que nossa língua, essa em que agora escrevo e em que você me lê, que essa nossa pretensa língua própria não é *nossa* e não é *própria*, algo que o arranjo mal arranjado do acréscimo de um segundo gentílico (o “nosso”) ao gentílico de origem (o do “outro”) – “português brasileiro” – antes acentua do que atenua.

O monolinguismo do outro

“Com o seu enorme território (mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e a sua população de 120 milhões de habitantes, o Brasil não está em proporção com Portugal (92.000 km² e 9 milhões de habitantes)”, afirmava o linguista francês Paul Teyssier na abertura do quarto capítulo de sua *Histoire de la langue portugaise* [História da língua portuguesa] (1980), dedicado, justamente, ao “português do Brasil” (cito aqui a primeira edição brasileira do livro, de 1997, constituída pela tradução de Celso Cunha do texto original revisto e aumentado pelo autor). “A língua desse imenso país é no entanto o português”, prosseguia Teyssier, e concluía: “Essa massa de lusófonos brasileiros contribui de uma forma decisiva, na altura do século XX em que vivemos, para fazer do português uma língua de importância internacional” (TEYSSIER, 1997, p. 93).

De lá para cá, a desproporção demográfica entre Brasil e Portugal tornou-se ainda mais gigantesca: caminhando para os 200 milhões de habitantes, a quinta mais populosa nação do planeta tem cerca de 20 vezes a população de sua antiga metrópole, o que parece tornar ainda mais impactante a constatação de Teyssier de que “a língua desse imenso país é no entanto o português”. Mais do que uma “contribuição decisiva”, reconhecer-se-ia, hoje, definitivamente, o protagonismo inquestionável do Brasil na consolidação da “importância internacional” do português, protagonismo esse calcado não apenas numa absoluta superioridade demográfica, mas também, na altura do século XXI em que vivemos, numa proeminência de natureza econômica e política na nova ordem global. Essa língua, no entanto, que logramos, cada vez mais, tornar importante internacionalmente, a rigor *não é nossa*, e é preciso não se esquecer disso, da artificialidade violenta com que seu uso exclusivista foi

historicamente imposto por decreto no país. Como lembra, resumidamente, Paul Teyssier, ao tratar do período colonial no Brasil:

Os “colonos” de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígena, africana ou mestiça aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. Ao lado do português existe a *língua geral*, que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras [...]. Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1694, dizia o Pe. Antônio Vieira que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”. Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Várias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibia-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa. A expulsão dos jesuítas, em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinquenta anos mais tarde o português eliminaria definitivamente esta última como língua comum, restando dela apenas um certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos (TEYSSIER, 1997, p. 94-95).

Eis a origem nada natural de nosso monolingüismo: o golpe de uma interdição linguística. É de se imaginar que a escola, outrora lugar de ampliação do horizonte linguístico-cultural, aquele onde as crianças falantes da “língua geral” iam aprender o português, tenha se convertido, então, a partir do Diretório pombalino, no *locus* por excelência da legitimação e consolidação do interdito, da castração do potencial bilingüismo dos brasileiros em favor de um monolingüismo absoluto.⁶ Pode-se aquilatar, talvez, o impacto desse trauma sobre aqueles que diretamente o sofreram por analogia com uma

6 Sem se deter na questão da língua, Falcon (2003) oferece um instrutivo panorama do impacto do reformismo ilustrado pombalino sobre o sistema educacional brasileiro no período colonial. Segundo Falcon (2003, p. 281), as reformas pedagógicas levadas a cabo a partir de 1759, ano em que Pombal decreta a expulsão dos jesuítas do Brasil – eles que até então haviam ditado as regras do ensino no país –, “dão seqüência a uma política guiada pelo propósito de afirmar e fortalecer a autoridade monárquica e o poder do Estado; era imprescindível a submissão do sistema educacional na sua totalidade ao controle estatal efetivo”. E ainda: “A imposição de novos métodos de ensino/aprendizagem, por decreto, entrou em choque com velhos hábitos e atitudes docentes e discentes; não foram poucos os casos de revolta, quer de alunos, quer de professores, contra a nova gramática de latim, a nova tabuada, os novos livros de história, ciências naturais, etc. Do mesmo modo, no capítulo da disciplina, muitas seriam as queixas contra o autoritarismo, os caprichos punitivos, a violência de mestres que faziam a muitos sentir saudades da firmeza e da ‘mansidão’ dos antigos mestres jesuítas” (FALCON, 2003, p. 284).

outra situação colonial de castração linguística, aquela de que nos fala Derrida a respeito da interdição francesa do árabe (e do berbere) na Argélia de sua infância, a qual assumiu, ele nos relata, “formas sociais e culturais para alguém da minha geração” (DERRIDA, 1996, p. 65). Tal interdito, explica Derrida, “foi em primeiro lugar uma coisa *escolar*, alguma coisa que te acontece ‘na escola’, menos uma medida ou uma decisão do que um dispositivo pedagógico”; procedia, em suma, de um “sistema educativo” (DERRIDA, 1996, p. 65-66). Assim:

Estando dadas todas as censuras coloniais – sobretudo no meio urbano e suburbano em que eu vivia –, estando dadas as divisões sociais, os racismos, uma xenofobia de rosto ora careteiro [*grimaçant*] ora “pândego” [*“bon vivant”*], por vezes quase convivial ou alegre, estando dado o desaparecimento em curso do árabe como língua oficial, cotidiana e administrativa, o único recurso era ainda a escola; e, na escola, a aprendizagem do árabe, mas a título de língua estrangeira; dessa estranha sorte de língua estrangeira como língua do outro, certamente, ainda que, eis o estranho e inquietante, do outro como o próximo o mais próximo. *Unheimlich*. Para mim, ele foi a língua do vizinho. Pois eu morava na orla de um bairro árabe, numa dessas fronteiras da noite, a um só tempo invisíveis e quase intransponíveis: a segregação era aí tão eficaz quanto sutil (DERRIDA, 1996, p. 66).

O estudo do árabe era então tolerado como *facultativo*. “Nós o sabíamos autorizado, quer dizer, tudo menos encorajado”, relata Derrida (1996, p. 66), concluindo que esse interdito “representava massivamente a causa, tanto quanto o efeito – o efeito buscado, portanto – da inutilidade crescente, da marginalização organizada dessas línguas, o árabe e o berbere”, línguas cuja “extenuação foi calculada por uma política colonial que fingia tratar a Argélia como o conjunto de três departamentos franceses” (1996, p. 68).

Se um dos claros efeitos dessa política colonial foi o de tornar o próximo, na verdade “o próximo o mais próximo”, estrangeiro e estranho, um outro efeito, simultâneo ao primeiro, na verdade sua contraface indissociável, foi o de tornar familiar, na verdade o mais familiar possível (“materno”) aquilo mesmo cuja obrigatoriedade era imposta por um centro de decisão externo: a língua francesa. “Para os alunos da escola francesa da Argélia, fossem eles argelinos de origem, ‘nacionais franceses’, ‘cidadãos franceses da Argélia’, ou fossem nascidos nesse meio de judeus da Argélia, que eram ao mesmo tempo ou sucessivamente uma coisa e outra”, explica Derrida (1996, p. 71-72), “para todos o francês era uma língua supostamente materna, mas de que a fonte, as normas, as regras, a lei estavam situadas alhures. [...] Alhures, isto é, na Metrôpole”. Ora, também aí, mas

de outra maneira, residiria uma interdição fundamental. “A partir do lugar insubstituível desse Além mítico, era preciso tentar, em vão, é claro, medir a distância infinita ou a proximidade incomensurável do foco invisível mas radiante de onde nos chegavam os paradigmas da distinção, da correção, da elegância, da língua literária ou oratória”, relata Derrida (1996, p. 73-74) a propósito, e sintetiza: “A língua da Metrópole era a língua materna, na verdade o substituto de uma língua materna (haverá, alguma vez, outra coisa?) como língua do outro”.

Daí o que Derrida, a certa altura, define como *o monolinguismo do outro*: “essa soberania, essa lei vinda de alhures, sem dúvida, mas também, e em primeiro lugar, a língua mesma da Lei. E a Lei como Língua” (DERRIDA, 1996, p. 69). E ainda: “Sua experiência seria aparentemente autônoma, já que devo falá-la, essa lei, e dela me apropriar para ouvi-la *como se eu próprio a desse a mim*; mas ela permanece necessariamente, assim o quer no fundo a essência de toda lei, heterônoma” (DERRIDA, 1996, p. 69). Tratar-se-ia, em suma, de um “não-próprio irreduzível” do qual se procura indefinidamente apropriar.

Quando quer, pois, que uma tradução ex-apropriadora venha a ter lugar em “nossa” língua “materna”, isto é, em “português brasileiro”, devemos ser capazes de repetir com Derrida: “eu não tenho senão uma língua e ela não é a minha, minha língua ‘própria’ me é uma língua inassimilável. A minha língua, a única que eu me ouço falar e me ouço a falar, é a língua do outro” (DERRIDA, 1996, p. 47). Isso nos impediria de mais ou menos inadvertidamente promover alguma forma de (re)apropriação do inapropriável, seja numa dicção subjetivista: eis a *minha* teoria, enunciada na *minha* língua; seja numa dicção nacionalista: eis, finalmente, uma teoria brasileira, enunciada na *nossa* língua.

Derrida (1996, p. 47) chega a falar, a esse respeito, de uma “alienação” que “parece constitutiva” mas “que não aliena nenhuma ipseidade, nenhuma propriedade, nenhum *si* que tenha alguma vez podido representar sua véspera [*veille*]”. Na verdade:

Essa estrutura de alienação sem alienação, essa alienação inalienável não é apenas a origem da nossa responsabilidade, ela estrutura o próprio e a propriedade da língua. Ela institui o *fenômeno* do ouvir-se-falar para querer-dizer. Mas, é preciso dizer aqui, o *fenômeno* como *fantasma*. Refiramo-nos, por ora, à afinidade semântica e etimológica que associa o fantasma [*phantasme*] ao *phainesthai*, à fenomenalidade, mas também à spectralidade do fenômeno. *Phantasma* é também o fantasma [*fantôme*], o duplo, a (re)aparição [*le revenant*]. Nós aí estamos (DERRIDA, 1996, p. 48).

“Que estejamos aqui num elemento cuja fantasmaticidade espectral não possa em nenhum caso ser reduzida”, pondera, então, Derrida (1996, p. 48), “a realidade do terror político e histórico não se encontra por isso atenuada, pelo contrário. Porque há situações, experiências, sujeitos que estão justamente em *situação* [...] de o testemunharem exemplarmente”. Mas de que exemplaridade, afinal, se trataria aí? Uma que “não se reduz mais simplesmente àquela do exemplo numa série”, e sim, antes, a “que dá a ler de modo mais fulgurante, intenso, até *traumático*, a verdade de uma necessidade universal” (DERRIDA, 1996, p. 48-49). Seria preciso deter-se, aqui, justamente nesse ponto em que *situacionalidade, exemplaridade e necessidade universal* entrecruzam-se no discurso derridiano.

Perturbar a identidade

Como explicita Derrida na passagem acima traduzida, a constatação, à guisa de uma “necessidade universal”, de certa alienação fantasmática constitutiva da experiência linguística não se dá *a despeito* da “realidade do terror político e histórico”; ao contrário, ela é mesmo possibilitada pelo “testemunho exemplar” de um sujeito “em situação” de fazê-lo; ou ainda: “A estrutura aparece na experiência da ferida, da ofensa, da vingança e da lesão. Do terror” (DERRIDA, 1996, p. 49). É óbvio que nesse ponto o discurso derridiano encontra-se como que dobrado sobre si mesmo, pois o sujeito-em-situação em questão não é ninguém mais senão o próprio Derrida, e o testemunho exemplar em questão aquele que lemos em *Le monolinguisme de l'autre*. A declaração, por Derrida, da “estrutura colonial de toda cultura” não se institui, pois, à guisa de uma “perspectiva universal” *a priori*, mas emerge como constatação *a posteriori* ou *in media res* no âmbito de um testemunho alegadamente *exemplar* justamente porque *situado* numa “experiência colonial particular”, a do “franco-magrebino” Jacques Derrida:

Não se trata de apagar assim a especificidade arrogante ou a brutalidade traumatizante disso que se chama a guerra colonial moderna e “propriamente dita”, no próprio momento da conquista militar ou quando a conquista simbólica prolonga a guerra por outras vias. Pelo contrário. Da crueldade colonial, alguns, dentre os quais eu, fizeram a experiência dos dois lados, se se pode dizer. Mas sempre ela revela exemplarmente, aí ainda, a estrutura colonial de toda cultura. Testemunha-a como mártir, e “ao vivo” (DERRIDA, 1996, p. 69).

O fato é que em Derrida a situacionalidade proporcionada pela “experiência colonial” não se impõe como dada (ao modo de alguma essência

identitária pré-discursiva à qual se pudesse confiar a própria origem – e a legitimidade – do discurso testemunhal), e, não sendo dada, deve necessariamente ser *performada* discursivamente. Tratar-se-á, então, de uma performance em negativo, ou, antes, *diferencial*, o antagonista em questão devendo figurar, à primeira vista, como um igual ou um semelhante, alguém com quem se compartilharia, a princípio, a mesma “situação”, a *diferença* avultando, na sequência, por um efeito de desestabilização das certezas, ou, se se quiser, de desconstrução.

Sobre si mesmo e o escritor marroquino Abdelkibir Khatibi, Derrida afirma, com efeito, ainda no começo de *Le monolinguisme de l'autre*, “que, para além de uma velha amizade, [...] partilham também um certo destino. Vivem, quanto à língua e à cultura, num certo ‘estado’: têm um certo estatuto”; a esse estatuto, “se lhe dá o título de ‘franco-magrebino’ [*franco-maghrébin*]” (DERRIDA, 1996, p. 26). Dito isso, Derrida logo indaga: “O que é que isso pode bem querer dizer, eu te pergunto, a ti que celebras o querer-dizer? Qual é a natureza desse traço de união? O que é que ele quer? O que é franco-magrebino? *Quem é ‘franco-magrebino’?*” (DERRIDA, 1996, p. 26). Maiores dúvidas quanto ao próprio estado linguístico-cultural não pareceriam assombrar Khatibi, que, diferentemente de Derrida, permite-se falar de *sua* língua materna:

Sim, o meu amigo não hesita em dizer, então, “a minha língua materna”. Ele não fala dela sem tremor, pode-se ouvi-lo, sem esse discreto sismo da linguagem que assina a vibração poética de toda a sua obra. Mas ele não parece recuar diante das palavras “língua materna”. É a confiança que eu encontro nessa confiança. Ele afirma mesmo, o que é outra coisa, o possessivo. Ele ousa. Afirma-se possessivo como se nenhuma dúvida insinuasse aqui sua ameaça: “minha língua materna”, ele diz (DERRIDA, 1996, p. 63).

“Eis o que corta” – sentencia, então, Derrida: “Com doçura sem dúvida e quase em silêncio, mas o que corta”. E então: “O cortante desse traço distingue justamente a história que eu conto, a fábula que eu me conto, a intriga da qual eu sou aqui o representante, a testemunha, outros dirão, muito rapidamente, o queixoso” (DERRIDA, 1996, p. 64).

Eis a verdadeira gênese, poder-se-ia dizer, do testemunho derridiano em *Le monolinguisme de l'autre*: seu desconforto, sua desconfiança diante da confiança plena, testemunhada por seu amigo Khatibi, na *posse* de uma língua materna – e naquilo que essa posse pareceria implicar em termos de *identidade*, pessoal e coletiva. “Nossa questão é sempre a identidade”, admite, com efeito, Derrida, para então indagar: “O que é a identidade, esse conceito de que a transparente identidade a si é sempre dogmaticamente

pressuposta por tantos debates sobre o monoculturalismo ou sobre o multiculturalismo, sobre a nacionalidade, a cidadania, a pertença em geral?” (DERRIDA, 1996, p. 31-32).

O testemunho derridiano erige-se, pois, na contramão de uma narrativa muito tranquilamente apoiada numa pretensa identidade “franco-magrebina” e na suposta experiência colonial a ela inquestionavelmente associada. “Ser franco-magrebino”, afirma, com efeito, Derrida (1996, p. 32), “sê-lo ‘como eu’, não é, não sobretudo, sobretudo não, um acréscimo ou uma riqueza de identidades, de atributos ou de nomes. Trairia, antes, em primeiro lugar, uma *perturbação da identidade*”. Eis, pois, uma boa definição para o que está em jogo em *Le monolinguisme de l'autre*: a performance diferencial de uma “experiência colonial particular” não como *afirmação* de uma identidade mas como *perturbação* da identidade: ex-apropriação. A lição que aí, então, se enuncia, a do “monolinguismo do outro”, figura, em sua exemplaridade mesma, a um só tempo definitiva e inapropriável.

Dupla fantasmaticidade do “português brasileiro”

Haveria prova maior de que a situacionalidade proporcionada pela experiência colonial nunca é dada do que o destino das línguas coloniais nas Américas?

Nada, a princípio, pareceria estar em melhores condições de proporcionar o testemunho exemplar da fantasmaticidade espectral no coração da práxis linguística a que se refere Derrida do que a experiência do monolinguismo no continente americano. “Monolinguismo do outro” em sua máxima exponencialidade: centenas de milhões de falantes que, em função da violência histórica de políticas culturais/coloniais, têm por língua materna um idioma europeu – o inglês, o espanhol, o português – sem serem europeus. Um idioma europeu falado maternalmente por não-europeus num alegado “Novo Mundo” concebido, não obstante, como extensão ou desdobramento de um “Velho Mundo” não deveria necessariamente, e justamente em função desse desdobrar-se nada natural, assumir-se em sua óbvia condição de *phantasma*: de “duplo”, de “(re)aparição”, de “fantasma”?

Se pensamos no que ocorreu com o inglês nos – e a partir dos – Estados Unidos, a resposta, evidentemente, será *não*. Nenhum país contribuiu mais efetivamente do que a maior das ex-colônias britânicas – e nenhuma cultura mais do que a estadunidense – para o processo de globalização da língua inglesa: sua reconfiguração, primeiramente, de língua nacional-colonial em língua internacional, e, então, em língua transnacional mundial. Esse

processo tem sido interpretado por alguns como algo em que a crescente desterritorialização do inglês implicaria sua crescente neutralização político-ideológica, sua desvinculação e autonomização definitivas em relação a interesses nacionais específicos.⁷ Poder-se-ia alegar, na verdade, justamente o contrário, como o faz Renato Ortiz quando observa que, ao se desterritorializar, o inglês “assume a posição de língua hiper-central do planeta”; e ainda: “Foi necessário que suas raízes tivessem sido ceifadas para que ele pudesse se reterritorializar no espaço da modernidade-mundo. Longe de adquirir uma posição de neutralidade, ele concentra agora um poder do qual não desfrutava antes” (ORTIZ, 2008, p. 80). Explorando a analogia com bens econômicos, Ortiz (2008, p. 82) lembra que “quanto mais locutores [uma língua] possui, mais leitores potenciais existem aumentando a demanda de autores e textos nela veiculados” – o que necessariamente reforça, em plano transnacional, o capital simbólico dessa mesma língua:

Isso significa que a prática do inglês, seja como meio de comunicação, afirmação de prestígio ou expressão literária, reforça a existência do padrão. Sua autoridade é reiterada quando as pessoas o empregam nas tarefas cotidianas (do pós-colonialista que publica seu livro crítico em inglês ao empresário brasileiro em suas viagens internacionais). Quando alguém o estuda, na tentativa de melhorar sua posição no mercado mundial de bens linguísticos, à sua revelia está se fortalecendo a posição de todos aqueles que o utilizam. O padrão reproduz-se e amplia-se (ORTIZ, 2008, p. 83).

A esse crescente processo de inter e transnacionalização do inglês em nível mundial rumo à sua atual estandarização como língua franca globalizada correspondeu, desde meados do século XIX, a consolidação e a legitimação, em nível local, intracontinental, do espanhol como meio de expressão por excelência da “latinidade”, melhor dizendo: da *Latinidad*, como traço identitário transnacional (“latino-americano”) de cuja reafirmação dependeria a própria resistência ao ímpeto hegemônico dos EUA nas Américas. “Enquanto na Europa a ‘Latinidad’ permitiu a políticos e intelectuais franceses estabelecerem a diferença imperial em relação às forças competidoras do mundo anglo-saxão na Europa (Inglaterra e Alemanha)”, explica Mignolo (2005, p. 89), “na América do Sul a ideia de ‘Latinidad’ foi útil para intelectuais e políticos *criollos* espanhóis definirem a si mesmos em confrontação com a força competidora do mundo anglo-saxão nas Américas – os EUA”.

⁷ Renato Ortiz sintetiza essa hipótese interpretativa da seguinte maneira: “Enquanto o inglês cumpria a função de língua nacional ele encontrava-se vinculado à cultura, e, poderíamos acrescentar, aos interesses britânicos (ou norte-americanos), contudo, ao internacionalizar-se teria se libertado de suas amarras ‘étnicas’. Ao constituir-se em língua franca, sua funcionalidade asseguraria apenas a comunicação entre as pessoas” (ORTIZ, 2008, p. 80).

Mignolo observa que, nesse esforço latino-americanista de autoafirmação por contraposição, “a diferença colonial que ideólogos do Império Espanhol construíram para justificar a colonização da América (por exemplo, a inferioridade dos índios e a não-humanidade dos escravos africanos) foi mantida e intensificada pelos ideólogos das novas, independentes repúblicas” (MIGNOLO, 2005, p. 89). A ‘Latinidad’ teria contribuído, assim, para “disfarçar a diferença colonial interna sob uma identidade histórica e cultural que aparentemente incluía a todos, enquanto produzia, na realidade, um efeito de totalidade que silenciava os excluídos” (MIGNOLO, 2005, p. 89). Em suma: “A ‘Latinidad’ produziu um novo tipo de invisibilidade para os índios e para as pessoas de ascendência africana na América ‘Latina’” (MIGNOLO, 2005, p. 89).

Esse estado de coisas começaria a mudar significativamente apenas na última década do século XIX, quando, lembra Mignolo (2005, p. 91), “José Martí, um escritor, ativista e ideólogo cubano que viveu uma porção considerável de sua vida em Nova York, lançou uma nova e mais aberta versão da ‘Latinidad’ com sua famosa proclamação política ‘Nuestra América’”; voltando as costas para as matrizes europeias do primeiro latino-americanismo, Martí erigirá as civilizações mesoamericanas (Maia, Inca, Asteca) como os grandes emblemas das fundações históricas da “Nuestra América”. E a mudança prossegue:

Depois de Martí, e depois do intelectual e líder político peruano José Carlos Mariátegui nos anos 1920, a ideia de América Latina sofreu uma mudança radical nos anos 1960 devido à filosofia da libertação e à teoria da dependência tal como elaboradas pelo filósofo Enrique Dussel. Também nos anos 1960, a descrição de Fanon do colonialismo [...] mudou os termos das conversações nas quais os projetos imperiais franceses moldaram a ideia de “Latinidad”. A ideia de América “Latina” que emergiu durante a Guerra Fria e a partir da perspectiva histórica da colonialidade desvinculou-se radicalmente da ideia francesa de “Latinidad” (MIGNOLO, 2005, p. 91).

A partir da inflexão conceitual e ideológica implicada pelas obras de Martí e Mariátegui, “América ‘Latina’ transformou-se numa reflexão crítica para a descolonização intelectual que abandonou suas fundações imperiais”, aproximando “*criollos* de ascendência europeia branca [...] do discurso crítico e descolonizador contemporâneo dos afro-caribenhos e aimarás andinos”, sintetiza Mignolo (2005, p. 45). Isso posto, o fato de que, nem entre os ideólogos do primeiro latino-americanismo, o “restrito” (“intelectuais e políticos *criollos* espanhóis”), nem entre os ideólogos do latino-americanismo “estendido”, não é mencionado, por Mignolo, nenhum teórico

brasileiro aponta, por um lado, para uma identidade compartilhada, ou, no mínimo, um sentimento identitário comum aos teóricos hispanófonos do continente, sejam eles cubanos, peruanos ou argentinos (como Enrique Dussel e o próprio Mignolo), *criollos* ou não, e, por outro lado, para a invisibilidade do Brasil e da língua portuguesa no âmbito de uma “Latinidad” (ou de uma “Latinoamericanidad”) declinada, via de regra, em espanhol.

Isso talvez se torne ainda mais evidente para alguém que estude e avalie a situação a partir de fora. O luso-hispanista Robert Patrick Newcomb,⁸ por exemplo, num artigo intitulado “José Enrique Rodó: ‘Iberoamérica’, the *Magna Patria*, and the Question of Brazil”, procura mostrar de que forma um dos maiores ideólogos da Latinoamérica como *magna patria*, isto é, unidade supranacional definida pelo compartilhamento de língua, história colonial e cultura, o escritor uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), tende a generalizar em seus textos termos como *América Latina* ou *nuestra América* de modo a estender retoricamente os domínios da América Espanhola a ponto de englobar a totalidade do espaço dito latino-americano, incluindo o Brasil. Newcomb mostra como esse imperativo de incorporar retoricamente o Brasil na *magna patria* latino-americana torna-se um grave complicador para a terminologia e os argumentos de Rodó, forçando-o a contradições lógicas e leituras equivocadas (Cf. NEWCOMB, 2010).

Se a obra de Rodó pode ser aventada como um caso paradigmático nesse sentido, é claro que o tipo de assujeitamento cultural e linguístico por ela promovido não poderia ser exclusivo deste ou daquele autor ou obra, encontrando-se em jogo, na verdade, mais ou menos explicitamente, no conjunto do pensamento latino-americanista hispanófono, seja em sua versão “restrita”, seja em sua versão “estendida”. Num livro em que retoma e amplia a investigação levada a cabo no referido artigo sobre Rodó, sugestivamente intitulado *Nossa and Nuestra América: inter-American dialogues* (a insólita irrupção do possessivo português “nossa” trazendo, aí, à tona, aquilo mesmo que a expressão espanhola tornada célebre por Martí – *Nuestra América* – necessariamente recalca por não poder subsumir como gostaria), Newcomb toma parte na longa discussão acerca do nome e da ideia de América Latina, propondo-se a focar a relação “frequentemente conflituosa” do Brasil com seus vizinhos hispanófonos, de modo a “iluminar os desafios associados a projetos identitários como aqueles aglomerados em torno do termo *América Latina*” (NEWCOMB, 2011, p. 5). O autor procede, então, à demonstração de

8 Professor assistente de “Luso-Brazilian Studies” na University of California, Davis.

como o Brasil tem continuamente ocupado uma posição *necessariamente problemática* nas Américas, [...] consistentemente desafiando a coerência da retórica continentalista que tem tipificado uma boa parte do discurso nacionalista-exegético hispano-americano, da “Carta de Jamaica” (1815) de Simón Bolívar em diante, bem como a viabilidade da própria categoria “América Latina” (NEWCOMB, 2011, p. 5).

Já há algum tempo, notadamente desde o início dos anos 1990, que um forte interesse na “América Latina” – para todos os efeitos motivado por um forte desejo de integração transnacional – tem caracterizado parcela significativa da produção nos estudos literários no Brasil, mais especificamente no campo da Literatura Comparada. Seria de se esperar que o Brasil e a língua portuguesa continuassem a ocupar aquela “posição *necessariamente problemática*” de que fala Newcomb, continuando a desafiar, assim, a “coerência da retórica continentalista”.

Ao instituir-se como *não-próprio irredutível* do latino-americanismo hispanófono, o “Brasil”, objeto *necessariamente fantasmático*, figuraria, dessa forma, como ponto de resistência à constituição de uma nova hegemonia, em nível local, intracontinental, e declinada em espanhol, diante da desconstituição de hegemonias outras, em nível mundial ou global, declinadas seja em francês, seja em alemão, seja, sobretudo, em inglês. Eis, assim, o que se poderia chamar a *dupla fantasmaticidade* do “português brasileiro”: (i) aquela associada à espectralização de um idioma europeu quando de sua “(re)aparição”, ao modo de língua materna, num contexto de fala não-europeu; (ii) aquela associada à incontornável irredutibilidade desse idioma-fantasma ao idioma oficial de uma “Latinidad” ou “Latinoamericanidad” com feições homogeneizantes.

A capitulação antropofágica

É essa dupla fantasmaticidade que se vê, não obstante, obliterada, toda vez que se cede, em português, a um discurso que já conta com longa duração entre nós: o da Antropofagia. Sua forma paradigmática remonta ao “Manifesto Antropófago” (1928) de Oswald de Andrade, cuja influência crescente ao longo dessas mais de oito décadas que dele nos separam logrou consolidar o mais intelectualmente prestigiado dos mitos identitários brasileiros (com frequência estendido ao todo da “América Latina”). O trecho

⁹ Como no trecho mais citado do mais citado dos ensaios de Silviano Santiago (datado de 1971), o trecho final em que, justamente no chamado *entre-lugar* do “discurso latino-americano” – “Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão [...]” – “nesse lugar aparentemente vazio” do *entre*, Santiago localiza nada menos do que um “ritual antropófago” (SANTIAGO, 2000, p. 26).

a seguir de um célebre ensaio de Haroldo de Campos originalmente publicado nos anos 1980 é duplamente representativo desse estado de coisas, seja em sua dimensão, digamos, mais passiva, de exegese do texto oswaldiano, seja em sua dimensão francamente ativa, a da proposição haroldiana de uma “razão antropofágica” *a partir* de Oswald (então suplementado por Nietzsche e Derrida):

Creio que, no Brasil, com a “Antropofagia” de Oswald de Andrade, [...] tivemos um sentido agudo dessa necessidade de pensar o nacional em relacionamento dialógico e dialético com o universal. A “Antropofagia” oswaldiana [...] é o pensamento da devoração crítica do legado cultural universal, elaborado não a partir da perspectiva submissa e reconciliada do “bom selvagem” [...], mas segundo o ponto de vista desabusado do “mau selvagem”, devorador de brancos, antropófago. Ela não envolve uma submissão (uma catequese), mas uma transculturação; melhor ainda, uma “transvalorização”: uma visão crítica da história como função negativa (no sentido de Nietzsche), capaz tanto de apropriação como de expropriação, desierarquização, desconstrução. Todo passado que nos é “outro” merece ser negado. Vale dizer: merece ser comido, devorado. Com esta especificação elucidativa: o canibal era um “polemista” (do grego *pólemos*: luta, combate), mas também um “antologista”: só devorava os inimigos que considerava bravos, para deles tirar proteína e tutano para o robustecimento e a renovação de suas próprias forças naturais... (CAMPOS, 1992a, p. 234-235).

Pontos cruciais da proposta oswaldiana tal como retomada por Haroldo: (i) conversão da prática antropofágica real em *metáfora* para certa prática cultural: “devoração crítica do legado cultural universal”; (ii) determinação do *sujeito* da antropofagia cultural como sendo: o “mau selvagem”, “devorador de brancos, antropófago”, “canibal ‘polemista’ e ‘antologista’”. A proposta oswaldiana está imbuída, segundo Haroldo, da “necessidade de pensar o nacional em relacionamento dialógico e dialético com o universal”. Mas onde residiria, aí, afinal, o elemento de nacionalidade?

Não, certamente, no primeiro ponto: nem a prática em si mesma da antropofagia cultural poderia ser uma prerrogativa brasileira – “Escrever, hoje, na América Latina como na Europa, significará, cada vez mais, reescrever, remastigar”, admite, de fato, Haroldo (CAMPOS, 1992a, p. 255); nem mesmo o emprego deliberado da metáfora antropofágica para definir a referida prática cultural, como o comprova, por exemplo, Silviano Santiago, em seu mencionado ensaio de 1971, remetendo à “voz profética e canibal de Paul Valéry” e citando a célebre formulação do poeta francês: “Nada mais original, nada mais intrínseco a si que se alimentar dos outros. É preciso, porém, digeri-los. O leão é feito de carneiro assimilado” (VALÉRY *apud* SANTIAGO, 2000, p. 19).

Explicitasse Valéry, em sua primeira sentença, a figura do canibal, do antropófago, para aquele-que-se-alimenta-dos-outros, isto é, para o sujeito da antropofagia cultural, e o efeito disso haveria de ser, no contexto francês/europeu, tão claramente metafórico quanto a menção explícita de Valéry ao leão na última sentença. Em outras palavras, ninguém pressuporia algum vínculo identitário, muito menos nacional, entre Valéry e o canibal/antropófago que ele viesse a mencionar, da mesma forma que ninguém o faz no que se refere a Valéry e o leão devorador de carneiros de que ele fala. Ora, justamente quanto a isso é que parecem diferir os ideólogos brasileiros da antropofagia cultural dos demais: no *vínculo identitário de cunho histórico* (e, mesmo, *racial*) que eles postulam entre a figura do antropófago evocada em seus manifestos e eles próprios (por extensão, todos os seus pares “brasileiros” ou “latino-americanos”) como defensores/praticantes da antropofagia cultural.

Isso é muito claro no “Manifesto Antropófago”: diferentemente do canibal metafórico de Valéry, a coletividade ou comunidade antropofágica evocada por Oswald desde o início na primeira pessoa do plural – “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (ANDRADE, 1995, p. 142) – é por ele identificada à figura *histórica* dos antropófagos caraíbas que habitavam as terras “brasileiras” quando da chegada dos portugueses – “Queremos a revolução Caraíba” (p. 143); “O contato com o Brasil Caraíba” (p. 143); “O instinto Caraíba” (p. 144). Todas as reivindicações em nome dessa comunidade antropofágica e de seus valores próprios ou autóctones são então feitas em franca oposição às perniciosas consequências civilizatórias da colonização portuguesa/europeia no Brasil, como se, por um efeito de discurso indireto livre, *a própria subjetividade caraíba* viesse a se manifestar no manifesto oswaldiano :

Foi porque nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental (ANDRADE, 1995, p. 142); Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo (p. 143); Mas nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós. Contra o Padre Vieira. Autor do nosso primeiro empréstimo, para ganhar comissão (p. 143); Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da Magia (p. 143); Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval (p. 144); Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de ouro (p. 144); Tínhamos a relação e a distribuição dos bens físicos, dos bens morais, dos bens dignários. E sabíamos transpor o mistério e a morte com o auxílio de algumas formas gramaticais (p. 144); Não tivemos especulação. Mas tínhamos adivinhação. Tínhamos Política que é a ciência da distribuição (p. 145).

A certa altura, como se por suspensão do efeito de discurso indireto livre, eis a identificação do “nós” caraíba ao modo de uma terceira pessoa: “É preciso partir de um profundo ateísmo para se chegar à ideia de Deus. Mas o caraíba não precisava. Porque tinha Guaraci” (ANDRADE, 1995, p. 145). Isso não anula o laço identitário estabelecido entre o enunciador do “Manifesto” e o povo canibal de que ele fala, antes o explicita e o reforça. A continuidade entre um passado e um presente caraíbas – isto é, entre o passado caraíba propriamente dito e um presente modernista-antropofágico autoidentificado com o passado caraíba – é atestada pela declaração da recalitrância de uma única e mesma prática antropofágica, sob a forma de um presente contínuo: “Mas não foram os cruzados que vieram. Foram fugitivos de uma civilização que estamos comendo, porque somos fortes e vingativos como o Jabuti” (ANDRADE, 1995, p. 145).

É nesse pretense *lastro histórico* que residiria, pois, o diferencial da nossa antropofagia cultural em relação às demais manifestações do mesmo fenômeno, a prática da “devoração crítica do legado cultural universal” revestindo-se, com Oswald e a partir dele – diferentemente do que ocorre, por exemplo, com Valéry ou os “canibalistas” europeus contemporâneos de Oswald¹⁰ – de um caráter de *identidade nacional*. Tratar-se-ia, é certo, e para retomar as palavras de Haroldo de Campos, não de um nacionalismo “ontológico”, mas de um nacionalismo “modal”, isto é, do nacionalismo não como “unção platônica da origem” mas como “movimento dialógico da diferença” (CAMPOS, 1992a, p. 237). Assim, entre, de um lado, a rasura do autenticamente nacional pela impostura das “ideias fora do lugar” e, de outro, o essencialismo ingênuo do “nacional por subtração”, insinua-se, aí, algo como um “nacional por devoração”, cuja grande divisa Oswald teria nos oferecido logo na primeira sentença de seu manifesto: “Só a antropofagia nos une”.

Isso posto, seria preciso deter-se na determinação do *sujeito* da antropofagia cultural oswaldiana como sendo, nas palavras de Haroldo, o “mau selvagem”, “devorador de brancos, antropófago”; ou, ainda, nesse mesmo sentido, nas palavras de Jorge Schwartz: “mau selvagem, devorador de europeu” (SCHWARTZ, 1995, p. 140). Como se vê, ela remete ao antropófago como um ser a um só tempo *exterior* e *anterior* em face daquilo ou daqueles que hão de se tornar suas vítimas: os “brancos”, o “europeu”. O “Manifesto” oswaldiano é, com efeito, repleto de sugestões da exterioridade/anterioridade desse “eu” ou desse “nós” antropofágico em relação aos invasores a

10 “A imagem oswaldiana do antropófago e o conceito respectivo de assimilação” – poder-se-ia afirmar, aqui, com Benedito Nunes, com uma ênfase diferente da dele – subordinam-se “a uma forma de concepção que os vários canibalismos literários da época reunidos não podem preencher” (NUNES, 1979, p. 36).

serem devorados, todas elas convergindo para a postulação de algo como um Brasil *anterior* ao Brasil (oficial): “Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade” (ANDRADE, 1995, p. 145). Justamente por ser ele um *absolutamente outro* (exterior/anterior) em relação ao invasor europeu, é que o “mau selvagem” em questão pode ser percebido como “capaz de assimilar o outro [europeu] para inverter a tradicional relação colonizador/colonizado” (SCHWARTZ, 1995, p. 140).

Ora, justamente nesse ponto reside o grande equívoco do vínculo identitário postulado por Oswald e disseminado a partir dele: se a exterioridade/anterioridade do antropófago em face do branco/português/europeu a ser por ele “assimilado” antropofagicamente é mais do que factível no que se refere às tribos canibais que povoavam o território “brasileiro” quando da chegada dos invasores portugueses, no que se refere, em suma, aos habitantes do “Brasil Caraíba” de que fala Oswald, o mesmo não se pode, definitivamente, dizer desses ideólogos *brancos* da antropofagia cultural brasileira, Oswald, Haroldo, entre outros, escrevendo (e sendo lidos) nessa sua maternal monolíngua europeia: o *português* – em relação à qual, se não há, de fato, nesse caso, uma interioridade absoluta, também não há uma exterioridade, uma alteridade absoluta, e sim, na verdade, um vínculo materno/filial, ainda que, por assim dizer, bastardo: exprimem-se em “português brasileiro”.

O vínculo parental reclamado por Oswald em seu “Manifesto” é evidentemente outro: “Filiação. O contato com o Brasil Caraíba” (ANDRADE, 1995, p. 143). Ele o faz, contudo, *em português* – língua à qual, mesmo, a rigor, não sendo sua, é obrigado a chamar “materna” – e não em alguma língua ou dialeto indígena, digamos, em tupi. Parafraseando Shakespeare, Oswald diz, em inglês, na mais célebre e citada sentença do “Manifesto”: “Tupy, or not tupy that is the question” (ANDRADE, 1995, p. 142). Com ela em vista, poder-se-ia querer revisitar criticamente a cena histórica da instituição violenta do monolinguismo no Brasil, aquela na qual, por um ato oficial de castração linguística, o uso do tupi como “língua geral” do país é, então, proibido em favor de uma lusofonia exclusivista. Poder-se-ia querer, em suma, de alguma forma *resgatar* o tupi. Seria o tupi a verdadeira língua antropofágica brasileira? Mas *qual* tupi afinal? A língua geral do Brasil antes do Diretório pombalino “é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras”, explica, com efeito, Teyssier (1997, p. 94), acrescentando: “mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum”. Tal como Oswald postulando um Brasil *anterior* ao Brasil (oficial), seria preciso, então, tentar resgatar um tupi, o verdadeiro, anterior ao tupi “generalizado” pelos jesuítas portugueses? Mas até onde,

afinal, recuar nesse resgate? Como ter certeza de que se chegou, finalmente, à origem *original*? Velho problema do nacionalismo por subtração: quando e onde parar de subtrair? E por quê?

“A Antropofagia”, sentença, altissonante, Augusto de Campos, “[é] a única filosofia original brasileira e, sob alguns aspectos, o mais radical dos movimentos literários que produzimos” (CAMPOS, 1978, p. 124). Pode ser. O que não se pode negar é que a Antropofagia acabou por implicar, também, para além de qualquer grande feito que se lhe queira atribuir, uma decisiva capitulação em face do desafio lançado por nossa incontornável condição monolíngue, por nosso “monolinguismo do outro”.

Suplementando Oswald com o Nietzsche da segunda das *Unzeitgemässe Betrachtungen* [Considerações intempestivas], Haroldo afirma que a Antropofagia envolve “uma visão crítica da história como função negativa” – e mais à frente erige em epígrafe da última seção de seu ensaio o trecho em que Nietzsche, referindo-se ao que chama espécie *crítica* de história, afirma: “É uma tentativa de, por assim dizer, nos outorgarmos um passado *a posteriori*, do qual poderíamos provir, em lugar daquele outro, do qual efetivamente somos provenientes” (NIETZSCHE *apud* CAMPOS, 1992a, p. 250). Nessa sua dimensão crítico-negativa, a Antropofagia revela-se capaz, prossegue Haroldo, “tanto de apropriação como de expropriação, desierarquização, desconstrução”. Ora, seria preciso, aqui, pôr o pé no freio, reconsiderando a série que levaria, assim, tão naturalmente, de Nietzsche, ou da suplementação nietzschiana de Oswald, à “desconstrução”, a Derrida, sobretudo em vista do que se permitirá afirmar, mais tarde, Haroldo, com base nessas suas aproximações um tanto apressadas:

A incorporação da tradição, por um escritor latino-americano, se faz, segundo me parece, pela lógica do “terceiro excluído”, ou seja, pela lógica expropriatória e devorativa do *ex-cêntrico*, do descentrado. Para nós não é nova a ideia da “desconstrução” do orgulhoso logocentrismo ocidental, europeu, à maneira preconizada por Derrida, uma vez que já tínhamos a antropofagia oswaldiana, que é, por si mesma, uma forma “brutalista” de “desconstrução”, sob a espécie da devoração, da deglutição crítica do legado cultural universal (CAMPOS, 1992b, p. 261).

“Deglutição *crítica* do legado cultural universal”, “visão *crítica* da história como função *negativa*”... Inúmeras são as advertências derridianas contra a costumeira associação da “desconstrução” com “crítica” (ou “negatividade”). “Tarefa infinita: a desconstrução [...] relança interminavelmente a crítica dos instrumentos da crítica. E a ideia mesma de ‘crítica’, observa, com efeito, Derrida, numa intervenção feita em 1996 – quando

de um encontro sobre sua obra, no Marrocos – no espírito, ainda, de *Le monolinguisme de l'autre*. “Frequentemente procurei mostrar”, conclui, “que a desconstrução, que não é negativa em sua essência ou em seu processo, também não é simplesmente uma ‘crítica’, uma simples modernidade da grande tradição ou da grande ideia de ‘crítica’” (DERRIDA, 1998, p. 261).

Essa definição em negativo, por assim dizer – “a desconstrução *não é* uma crítica” –, não atestaria algo como a intraduzibilidade da desconstrução: esta é, explica Derrida (DERRIDA, 1998, p. 253), “não intraduzível, mas ligada à questão do intraduzível”, sempre ligada que está *ao idioma*, “mas não ao idioma como uma singularidade intacta, antes ao idioma em curso de tradução, operando a alteridade nele mesmo, num inelutável movimento de ex-apropriação” (DERRIDA, 1998, p. 253). Assim, se a “deglutição crítica” que Haroldo tem em vista sob o signo da antropofagia oswaldiana pareceria mesmo implicar a *apropriação/expropriação* do “legado cultural universal” (e, mesmo, sua *desierarquização*, no sentido de, como o quer Jorge Schwartz, se “inverter a tradicional relação colonizador/colonizado”), a desconstrução passaria, antes, por uma *tradução ex-apropriadora* desse mesmo legado.

Conclusão/projeção...

Vislumbre-se, pois, na contramão do reconhecimento orgulhoso de alguma pretensa “filosofia original brasileira”, algum pretense “pensamento social original brasileiro”, alguma pretensa “teoria literária original brasileira”, o acontecimento de uma tradução ex-apropriadora em português brasileiro (monolíngua duplamente fantasmática) implicando a desconstituição da hegemonia de modelos linguístico-nacionais de pensamento, “em filosofia como em outros lugares”: nas ciências sociais, nos estudos literários – e esse acontecimento se revelará indissociável de uma ex-apropriação do próprio conceito e do próprio termo *desconstrução*, tal como estabilizados e difundidos, aqui e ali, para fins acadêmicos, pedagógicos, político-ideológicos.

Antes de mais nada, justamente lá, onde, para todos os efeitos, limita-se a evocar Derrida ele próprio, revestindo-se, com isso, da autoridade emanada por um nome de autor então convertido em grife intelectual ou em franquia acadêmica, lá, justamente, antes de mais nada, é que se deveria proceder à interrupção, à suspensão, à reversão ex-apropriadoras de um movimento de apropriação (terminológica, conceitual, metodológica) claramente favorecedor de novas hegemonias do homogêneo, novas homogeneidades (nesse caso, em nome “da” desconstrução).

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago [1928]. In: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: EdUsp/Iluminuras/Fapesp, 1995. p. 142-147.

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 11-63.

CAMPOS, Augusto. Revistas re-vistas: os antropófagos. In: _____. *Poesia, antipoesia, antropofagia*. São Paulo: Cortez, 1978. p. 107-124.

CAMPOS, Haroldo. Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira. In: _____. *Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992a. p. 231-255.

CAMPOS, Haroldo. Minha relação com a tradição é musical. In: _____. *Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992b. p. 257-267.

DERRIDA, Jacques. *Le droit à la philosophie du point de vue cosmopolitique*. Paris: Éditions Unesco/Verdier, 1997. [Ed. bras.: DERRIDA, Jacques. O direito à filosofia do ponto de vista cosmopolítico. Trad. de Jaime Guinsburg. In: GUINSBURG, Jaime (Org.). *A paz perpétua: um projeto para hoje*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 11-29.]

DERRIDA, Jacques. Fidélité à plus d'un – Mériter d'hériter où la généalogie fait défaut. In: FORTÉ, Jean-Jacques (Org.). *Idiomes, nationalités, déconstructions*. Rencontre de Rabat avec Jacques Derrida. Casablanca: Les Éditions Toubkal, 1998. p. 221-265. [Ed. bras.: DERRIDA, Jacques. Fidelidade a mais de um – Merecer herdar onde a genealogia falta. Tradução de Paulo Ottoni. In: OTTONI, Paulo. *Tradução manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp/São Paulo: Edusp, 2005. p. 167-198.]

DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Paris: Galilée, 1996. [Ed. port.: DERRIDA, Jacques. *O monolinguisismo do outro ou a prótese de origem*. Trad. de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.]

DERRIDA, Jacques. *Le toucher, Jean Luc-Nancy*. Paris: Galilée, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. As reformas pombalinas e a cultura colonial. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade, 2003. p. 261-290.

MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Oxford (UK): Blackwell, 2005.

NEWCOMB, Robert Patrick. José Enrique Rodó: "Iberoamérica," the *Magna Patria*, and the Question of Brazil". *Hispania*, v. 93, n. 3, p. 368-379, 2010.

NEWCOMB, Robert Patrick. *Nossa and Nuestra América: inter-American dialogues*. West Lafayette (Indiana): Purdue University Press, 2011.

NUNES, Benedito. *Oswald Canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ORTIZ, Renato. *A diversidade dos sotaques: o inglês e as ciências sociais*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 [1978]. p. 9-26.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.

SCHWARTZ, Jorge. O manifesto antropófago. In: _____. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: EdUsp/Iluminuras/Fapesp, 1995. p. 140-141.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VERGANI, Mario. Ex-appropriation. In: ANTONIOLI, Manola (Dir.). *Abécédaire de Jacques Derrida*. Bruxelles/Paris: Sils Maria/Vrin, 2006. p. 70-72.

Aspectos de crenças de tradutores em formação

[Aspects of beliefs from translation students]

DÉBORA MENDES NETO

Mestranda em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil; CAPES.

[deboramn@hotmail.com]

RESUMO

Este artigo apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa que procurou identificar algumas das crenças características de tradutores em formação do curso de Bacharelado em Tradução, de uma universidade pública brasileira, buscando as possíveis relações de tais crenças com a formação específica que esses aprendizes vêm recebendo, tendo como base as teorias e conceitos propostos pela literatura especializada da área de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras e à Tradução.

Palavras-chave

Formação de tradutores; Crenças em tradução; Ensino-aprendizagem de tradução.

ABSTRACT

This paper presents some of the results of a research that has tried to identify some of the characteristic beliefs of translators who are attending a course in Translation in a Brazilian public university. It aims to investigate the possible relations between beliefs and the specific formation that these learners have received, based on some theories and concepts proposed by the Applied Linguistics specialized literature on Second Language Teaching and on Translation.

Key-words

Translators' training; Beliefs in translation; Translation teaching/learning.

Introdução

Ao longo de meu processo de formação como tradutora, tenho observado que muitas de minhas ações e das de meus colegas são baseadas em conceitos e/ou preconceitos que não possuem um embasamento científico; ou seja, elas se baseiam em crenças provenientes de um contexto sociocultural muitas vezes externo ao ambiente acadêmico.

Felix (1998, p. 26) define o termo crenças como sendo “opiniões adotadas com fé e convicção baseadas em pressuposições e elementos afetivos que se mostram influências importantes para o modo como os indivíduos aprendem com as experiências e caracterizam a tarefa de aprendizagem”.

Segundo Pajares (1992), os teóricos, em sua grande maioria, concordam que as crenças são criadas pelo acultramento e pela construção social aos quais as pessoas são submetidas ao longo de suas vidas. Assim, as crenças tanto podem ter sua origem em experiências pessoais quanto em generalizações de cunho social e cultural.

Desta forma, podemos constatar que a todo o momento somos submetidos a muitos processos que podem nos levar à formação e/ou substituição de nossas crenças, tidas até então como estáticas. As crenças são mutáveis, sendo assim submetidas a avaliações e análises críticas durante toda a vida do indivíduo e, logicamente, isso também se aplica às crenças que temos acerca da tradução.

Segundo Pagano (2000, p.11), “no caso do aprendiz de tradução, essas percepções [as crenças] filtram as formas de pensar e abordar a tradução”, resultando em um efeito bastante significativo no desempenho do tradutor-aprendiz e nos trabalhos que ele irá desenvolver ao longo de sua formação.

Pode-se dizer então que as crenças sobre tradução desempenham um papel social, uma vez que, “além de influenciar o desempenho do tradutor, elas também determinam a forma como a sociedade em geral tende a avaliar a tradução como profissão e o tradutor como agente dessa atividade” (PAGANO, 2000, p. 11).

Desta forma, a análise das crenças de tradutores em formação representa uma ferramenta de grande relevância para compreensão das inúmeras variáveis que permeiam o processo tradutório, contribuindo assim para os estudos da Tradução.

Neste artigo, descrevo a pesquisa por meio da qual busquei investigar as crenças recorrentes de alunos de um curso de Bacharelado em Tradução, bem como as possíveis influências que tais crenças podem exercer sobre a visão desses futuros tradutores acerca do processo tradutório. Tais reflexões partem dos dados obtidos por meio de um questionário respondido

pelos aprendizes contendo questões dissertativas e de múltipla escolha sobre aspectos diversos da tradução e desenvolvem-se com base nos estudos de autores como Arrojo (1986), Pagano (2000), Venuti (2002), Gonçalves e Machado (2006), entre outros.

1 Considerações teóricas

Pagano (2000) afirma que todo aprendiz possui uma série de crenças a respeito do processo de aprendizagem, e são esses pressupostos que determinarão as estratégias e os recursos que ele utilizará para resolver os problemas que surgirem ao longo de seu aprendizado. Desta forma, as crenças sobre a tradução e o tradutor seriam “todas aquelas percepções que se tem sobre o que seja traduzir, o que é uma boa tradução, o papel do tradutor, etc.” (PAGANO, 2000, p.11).

Pode-se afirmar que, ao longo do processo tradutório, o tradutor se depara com diversas dúvidas e perguntas que são solucionadas de diferentes maneiras. Muitas dessas questões são resolvidas de forma automática, com base nos conhecimentos prévios e experiências anteriores do tradutor. Há, ainda, algumas que são solucionadas de maneira semiconsciente e outras que dependem do planejamento consciente das decisões a serem tomadas. Assim, verifica-se que “há uma relação estreita entre as crenças do aprendiz, as estratégias que ele escolhe e utiliza e o maior ou menor sucesso de seu desempenho” (PAGANO, 2000, p. 20).

É comum encontrarmos alunos que ingressaram no curso de Tradução baseando-se na crença de que possuem aptidão para o aprendizado de línguas e por acreditarem que a profissão de tradutor será capaz de mantê-los em contato com diferentes culturas e desafios. Pode-se afirmar que esses alunos fizeram uma boa escolha, se considerarmos o importante papel desempenhado pela tradução em nossa sociedade.

Além disso, muitos desses alunos, ao fazerem sua opção, concebem a tradução como um processo de transferência de material textual de uma língua para outra, refletindo assim a visão de teóricos como Catford (1980, p.22), para quem a tradução representava “a substituição do material textual de uma língua pelo material equivalente em outra língua”.

De certo modo, a função do curso de Tradução é levar os alunos a refletirem sobre questões desse tipo, fazendo com que os aprendizes percebam que a tradução vai muito além desta perspectiva que, embora seja de grande valor histórico, limita a tradução a um processo linguístico, no qual, na maioria das vezes, não são consideradas as habilidades e os recursos

utilizados pelo tradutor, tampouco os aspectos contextuais que são extremamente necessários à prática tradutória.

Neste sentido, cabe destacar a afirmação de Martins (2006, p. 39) de que “a única abordagem realista do ensino da tradução envolve o desenvolvimento, nos aprendizes, de um aparato crítico que lhes permita descobrir que tipo de estratégia deve ser empregado em cada projeto tradutório que decidirem realizar”.

Essa abordagem de ensino da tradução visa à reflexão e à conscientização do tradutor/aprendiz sobre a importância e as dificuldades da atividade tradutória, evidenciando o fato de que não existem fórmulas mágicas para o aprendizado da tradução. Para que se atinja esse “aprendizado reflexivo”, torna-se necessário então que o aluno esteja consciente dos processos que realiza ao traduzir um texto, crença essa que vem sendo bastante difundida pelos teóricos e profissionais desse campo de estudos, tais como Martins (2006) e Pagano (2000).

Apesar dos avanços teóricos no campo do ensino da tradução, observa-se que ainda não existe um consenso em relação às habilidades, conhecimentos e competências necessárias ao tradutor, como afirmam Gonçalves e Machado (2006, p. 46).

Essa falta de consenso também é evidenciada pelas diferentes crenças sobre abordagem teórica e/ou prática do ensino da tradução. Na Literatura da Tradução, encontramos teóricos como Paulo Rónai (1981, p.110), que defendem uma abordagem prática do ofício da tradução, ou seja, “a tradução aprende-se traduzindo”. Outros, como Schäffner (2000), discordam dessa perspectiva e argumentam a favor de uma prática reflexiva, isto é, um ensino que enfatize a reflexão sobre os processos práticos, com base nas teorias.

Arrojo (1986, p. 10) define a tradução como “uma das mais complexas de todas as atividades realizadas pelo homem” e diz que ela “implica necessariamente em uma definição dos limites e do poder dessa capacidade tão ‘humana’ que é a produção de significados”. Tendo em vista a complexidade da atividade tradutória, surgem várias crenças sobre os recursos que o tradutor deve utilizar ao realizar seu trabalho e sobre as habilidades que esse profissional deve possuir e/ou desenvolver ao longo de sua formação e prática cotidiana.

Rónai (1981), dentro de uma concepção tradicionalista da tradução, resume em três as qualidades que um tradutor deve apresentar. Segundo ele, o tradutor deve possuir conhecimento profundo de sua língua materna, conhecimento suficiente da língua estrangeira, para que desconfie de “cada vez que a compreensão insuficiente de uma palavra ou de um trecho obscurece o sentido do conjunto” (p. 28), além de ter *bom senso*, para que esteja sempre

ciente de que o texto de partida tem um sentido original e que, muitas vezes, a solução encontrada para a tradução não corresponde ao sentido da língua-alvo. Robinson (1997) enfatiza que o tradutor deve ser capaz de adquirir conhecimento e desenvolver as habilidades que lhes são necessárias para atingir a eficácia e a automaticidade necessárias à profissão.

Embora essas sejam habilidades importantes para o tradutor, com as mudanças impostas pelas exigências da sociedade contemporânea, percebe-se que elas representam apenas parte dos conhecimentos e habilidades que o tradutor deve possuir. Uma das mudanças mais radicais e irreversíveis na sociedade atual é caracterizada pelo importante papel que a tecnologia passou a desempenhar em todos os campos de estudos. Gonçalves e Machado (2006) destacam que a tecnologia, que antes era considerada apenas como uma ferramenta auxiliar para a tradução, tornou-se um instrumento essencial da profissão, uma vez que “a incapacidade de lidar com tais instrumentos, na maioria das vezes, pode inviabilizar a inserção do tradutor no mercado” (p.58).

Entre as habilidades necessárias ao tradutor, cabe ressaltar a habilidade de leitura, fundamental para a tradução. Eco (1986) afirma existir uma relação dialógica entre o texto e o leitor, enfatizando o fato de que o texto só vai se concretizar realmente a partir da leitura do receptor, que é responsável pela construção do sentido a partir de suas inferências e verificação de hipóteses. Essa visão do processo de leitura apresentada por Eco desmistifica a crença de que o texto é estático, e de que ele se encontra pronto, acabado, cheio de significados e intenções em si próprio. Desta forma, tal qual Benjamin (2000), admite-se que os significados dos textos não são encontrados em frases e palavras isoladas, mas na relação delas entre si, com o leitor e com o contexto no qual o texto se insere.

Outra discussão bastante recorrente nos estudos da tradução é a que envolve a relação entre texto-fonte e texto-alvo. Ao analisar a questão do texto fonte, Arrojo (1986) parte da concepção de tradução de Octavio Paz (1971), para quem a tradução é uma espécie de recriação, constituindo assim um texto único.

Mesmo considerando a tradução como uma atividade de recriação, essa “recriação” parte de um texto-fonte, e para que a tradução seja de fato relevante para o leitor em língua-alvo, torna-se fundamental que todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, sendo, assim, inteligíveis a esse leitor.

Seguindo tal raciocínio, Arrojo questiona a crença tradicional de que a tradução constituiria uma simples transferência de significados, ou seja, uma tarefa meramente mecânica, crença essa difundida por teóricos como

Nida (1975, *apud* Arrojo, 1986), que considera a tradução como o transporte de significados de uma língua para outra, e Tytler (1791, *apud* Arrojo, 1986), para quem as boas traduções deveriam atender a três princípios básicos: a reprodução total das idéias, do estilo e da fluência e naturalidade do texto original. Diante das reflexões propostas pela autora, conclui-se que a tradução não é capaz de recuperar a totalidade do “original”, uma vez que é o fruto de uma leitura interpretativa de um texto. Assim, reafirma-se o conceito de que um texto não possui significado fixo, estável: seus significados sempre vão depender do contexto em que ele ocorre.

No que se refere ao contexto, pode-se dizer que, em seu trabalho, o tradutor lida com idiomas de diferentes povos e esse fato coloca a atividade tradutória na arena dos assuntos ético-políticos, como afirma Spivak (2000), uma vez que, na tradução, a língua desempenha o papel de agente na representação de pensamentos e intenções contidas em um texto originalmente escrito em língua estrangeira. Desta forma, podemos dizer que a tradução envolve não só conhecimentos semânticos e sintáticos, mas também aspectos socioculturais da língua. Além disso, o tradutor deve levar em consideração os aspectos contextuais em que o texto-fonte foi produzido, bem como a possibilidade de uma mesma idéia poder adquirir diferentes significados quando traduzida em outra língua.

Essa relação entre texto e contexto – tanto do texto original e o contexto de sua produção quanto do texto traduzido e o contexto da tradução – remetem-nos a questões relacionadas à autoria. Para Rodrigues (2000, p.205), “o texto traduzido é ‘outro’ texto, que mantém outro tipo de relações entre os elementos, exatamente porque as coerções impostas pelas línguas levam a diferentes possibilidades de contextualizações, de remissões, de encaideamentos, de atribuição de valores entre os elementos”. Venuti (2002) enfatiza que, ao considerarmos o status da tradução em relação ao texto fonte, muitas vezes a autoria é definida como originalidade, enquanto a tradução é encarada como sendo uma “imitação” de outro texto.

Para amenizar a crença socialmente difundida de que a tradução representa uma espécie de imitação do texto-fonte é que, segundo Venuti (2002), em vários casos, o tradutor “domestica” o texto, ou seja, ele procura ocultar as marcas que caracterizam um texto como sendo uma tradução, fazendo com que valores dominantes na cultura da língua-alvo sejam assimilados e o texto traduzido passe a ser encarado como se fosse o original.

Venuti (2002) acredita que a tradução ainda é considerada por vários estudiosos contemporâneos como um texto que não oferece uma compreensão verdadeira do texto estrangeiro e, assim sendo, não oferece contribuições válidas à literatura doméstica e estrangeira. O autor destaca que essa

postura reflete uma espécie de veneração pelas línguas e literaturas estrangeiras e faz com que os erros e imprecisões das traduções sejam corrigidos em conformidade com padrões eruditos, “excluindo outras leituras possíveis do texto estrangeiro e outros públicos possíveis” (VENUTI, 2002, p. 69).

Tendo em vista tais considerações, observa-se o papel importante das crenças na formação do tradutor. A partir das bases teóricas aqui mencionadas é que se deu a observação e análise das crenças encontradas nas respostas dos informantes ao questionário desta pesquisa, a discussão acerca de suas variáveis e as possíveis interferências na formação desses futuros tradutores.

2 Metodologia

A metodologia desta pesquisa encontra-se dividida em duas partes: a primeira parte consiste na investigação das crenças de 15 alunos que se encontram entre o quarto e o décimo períodos de um curso de Bacharelado em Tradução, através de dados coletados a partir de um questionário em que os participantes responderam a questões abertas e de múltipla escolha e comentaram certas afirmações sobre a tradução. Já a segunda parte, incluiu a análise e discussão de tais dados com base em informações bibliográficas.

Foi distribuído aos alunos do curso citado um questionário constituído de quatro diferentes partes: a primeira parte buscava obter dados sobre a formação de cada um dos participantes da pesquisa, para que assim fosse possível delimitar de forma mais detalhada o perfil dos alunos em relação à competência lingüística e experiência em tradução, bem como os parâmetros que seriam utilizados para a avaliação e discussão das diferentes crenças. Na segunda parte, os informantes deveriam responder a questões de múltipla escolha, justificando sempre que possível as alternativas escolhidas. Essas questões abordavam alguns pontos relevantes do processo de ensino/aprendizagem da tradução. Na terceira parte, foi pedido aos alunos que classificassem algumas afirmações acerca do processo tradutório, utilizando-se do seguinte critério: [C] *Concordo*, [CP] *Concordo parcialmente*, [D] *Discordo* e [NS] *Não sei responder*, justificando as respostas sempre que possível. Todas as afirmações contidas no questionário foram cuidadosamente selecionadas a fim de abordar aspectos relacionados diretamente ao processo de formação de tradutores e aos procedimentos próprios utilizados usualmente por cada informante ao traduzir. Na quarta e última parte do questionário, foi pedido aos alunos que definissem a tradução e dissessem se essa definição modificou-se desde que ingressaram no curso.

Assim, encontrei meios que me permitiram detectar algumas crenças dos alunos sobre o aprendizado da tradução, bem como analisá-las e discuti-las, no intuito de que as reflexões propostas pudessem proporcionar, não só aos alunos como também aos professores e a outros profissionais da área, uma visão mais clara das interferências que essas crenças exercem sobre o processo tradutório de forma geral e, também, para que possam servir como fonte de dados para futuras pesquisas na formação de tradutores.

3 Crenças e seus aspectos

Neste momento, apresento a análise e discussão de parte dos dados obtidos através dos questionários respondidos pelos alunos do Bacharelado em Tradução.

Os quinze informantes demonstram em suas repostas acreditar que somente a formação recebida no curso não é suficiente para que se sintam seguros como profissionais da tradução, crença essa que evidencia a necessidade da formação continuada, ou seja, da constante busca por informações que a profissão de tradutor exige.

Neste sentido, as respostas nos mostram que eles acreditam serem necessários diferentes meios para aprimorar os seus conhecimentos acerca da língua com a qual vão trabalhar.

Outro aspecto analisado pelas respostas do questionário é que a grande maioria dos participantes da pesquisa (13 dos 15) considera que o ensino da tradução deve ter um caráter abrangente, tanto prático como teórico. Eles acreditam que prática e teoria completam-se e estão intimamente relacionadas, partilhando, assim, da mesma perspectiva apresentada por Martins (2006) e Pagano (2000), que se posicionam a favor de um aprendizado da tradução que proporcione meios para que os alunos reflitam sobre suas práticas, tendo como base a teoria.

Apenas dois informantes apresentaram respostas totalmente divergentes dessa posição, afirmando acreditar que o ensino da tradução deve ter um caráter mais prático. No caso de um desses alunos, pode-se constatar que essa crença parece estar baseada em experiências anteriores, uma vez que ele próprio relata conhecer tradutores que fazem seu trabalho sem o auxílio da teoria e que acredita que com ele também acontecerá da mesma forma. Já o outro informante afirma que a teoria contribui, mas só a prática traz a experiência necessária.

Esse tipo de crença também pode ser encontrado no trabalho de Rónai (1981, p. 19), que afirma que o ensino da tradução deve se basear em

exemplos concretos, visando a “flexibilizar a mente do tradutor e mantê-la em estado de alerta para que saiba lembrar precedentes ou, se for o caso, inventar novas soluções”.

Cabe ressaltar aqui que, como bem afirma Pagano (2000, p. 27), a tradução é uma tarefa que requer “reflexão consciente do tradutor, acerca das etapas que são percorridas ao longo do processo tradutório, as decisões que devem ser tomadas e as ações que devem ser executadas para se garantir um bom desempenho”. Assim, torna-se fundamental que o estudo da teoria seja combinado à prática, no intuito de se obter uma formação consciente e abrangente.

No que se refere às habilidades consideradas necessárias ao tradutor, os informantes, de forma unânime, afirmaram que o tradutor deve possuir vários conhecimentos lingüísticos em língua materna: conhecimentos sintáticos, semânticos e gramaticais, domínio dos diferentes gêneros de linguagem e gêneros textuais, além de conhecimentos socioculturais (SCHÄFFNER, 2000).

Entre essas habilidades, ao discutir a competência linguística, um dos participantes destaca que para ser um bom tradutor é necessário “ser um bom leitor em língua materna”. Sobre esse aspecto, Vizioli e Ascher (1993, p. 18) afirmam que “seria ingênuo e simplista estabelecermos normas de leitura que contassem com a possibilidade do resgate total dos significados ‘originais’ de um texto, ou das intenções do autor”.

Seguindo o conceito apresentado por Ducrot (1972) de que um texto distingue-se de outros tipos de expressão por sua maior complexidade, que se encontra justamente no fato do texto ser entremeado por lacunas (não ditos), partilho da mesma concepção expressa por Eco (1986, p. 37) nos seguintes termos: “o texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico), que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu”. Desta forma, pode-se afirmar que esse informante que enfatizou a necessidade do aperfeiçoamento por parte dos tradutores da habilidade de leitura em língua materna apresenta a crença de que a leitura é um processo interativo no qual o leitor não apenas busca sentidos, mas também, como afirmam Vizioli e Ascher (1993, p. 18), produz sentidos a partir de informações que lhe são únicas – crenças pessoais, representações, conhecimentos de mundo, etc.

Observando as informações fornecidas, percebe-se que os alunos têm bem clara a noção de que, para se traduzir bem, somente os conhecimentos de uma língua estrangeira não são suficientes, mas deve-se conhecer bem a língua para a qual se traduz, nesse caso a língua materna, crença esta que é extremamente positiva na atividade tradutória. Ao considerar os conhecimentos em língua estrangeira, a maioria dos alunos afirma que são

necessários os mesmos conhecimentos já assinalados como necessários em língua materna.

Quanto aos conhecimentos relacionados a aspectos psicofisiológicos – que, segundo Gonçalves e Machado (2006, p.65), seriam “componentes menos sistematizáveis, como a intuição, o bom senso, a sensibilidade artística, entre outros” –, um grande número de informantes (sete) não os consideraram como necessários ao tradutor. Essas respostas corroboram a crença explicitada por Gonçalves e Machado (2006, p. 66) de que

aspectos dessa natureza talvez precisem de maior aprofundamento e sistematização nos estudos da cognição e, especificamente, da Psicologia, sendo ainda bastante difícil e complexo para os cursos de tradução desenvolverem em seus alunos características tão subjetivas quanto essas.

Entre aqueles informantes que consideram os conhecimentos psicofisiológicos como necessários, foram mencionados os aspectos relacionados ao controle emocional, demonstrando que esses alunos acreditam que a profissão de tradutor é estressante e que os tradutores devem saber trabalhar sob pressão. Essa crença se justifica ao observarmos o mercado da tradução: na maioria das vezes, exige-se que do tradutor uma eficiência sobre-humana, como afirma Venuti (1993).

Embora não sejam considerados como aspectos psicofisiológicos, um dos informantes da pesquisa cita “imparcialidade e ética” como sendo conhecimentos fundamentais ao tradutor. O conceito de imparcialidade na tradução pode ser questionado se tomarmos como procedentes crenças como aquela explicitada por Arrojo (1986, p. 44) ao mencionar que o tradutor “será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos ser o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos”. Assim, o tradutor inevitavelmente fará inferências e transferências e imputará à obra, mesmo que de forma inconsciente, parte de seus próprios valores e concepções (BODERNAVE, 1991).

Nas respostas dos participantes é recorrente a crença de que para se tornar tradutor não é preciso “dom” especial, mas sim prática, dedicação e treino. Neste sentido, eles acreditam que algumas pessoas têm maior facilidade para realizar o trabalho de tradução, embora, ainda assim, seja preciso estudar e aprender determinadas técnicas.

Essas respostas refletem a crença de que a tradução não representa uma arte, tampouco um dom, mas sim uma atividade que requer diversos conhecimentos e habilidades do tradutor, que “precisa estar sempre se qualificando e se aprimorando” (PAGANO, 2000, p. 27).

Alguns dos informantes (oito alunos) parecem entender a tradução como uma atividade de transferência e/ou substituição de significados, uma vez que afirmam que o tradutor necessita apenas de conhecimentos lingüísticos e o auxílio de um bom dicionário para realizar seu trabalho.

As respostas dos demais alunos corroboram a crença de que o bom tradutor deve saber buscar informações nas mais diversas fontes, além de saber se documentar para facilitar futuros trabalhos. Percebe-se também que muitos dos alunos acreditam que os conhecimentos lingüísticos nas línguas de trabalho e a própria habilidade de pesquisa são apenas parte das múltiplas habilidades e instrumentos dos quais o tradutor deve dispor. Eles afirmam serem necessários também os conhecimentos teóricos, além do conhecimento das tecnologias disponíveis, tais como softwares, computadores, fóruns de discussão, etc.

Quanto ao tempo gasto na realização das traduções, a grande maioria dos alunos (12) acredita que ela não deve ser necessariamente um processo rápido, sem demanda de esforço. Ao observarem-se as razões apresentadas, destaca-se a justificativa de que a tradução, assim como afirma Arrojo (1986), é uma atividade complexa, e, assim sendo, demanda esforço, tempo, pesquisa e revisões. Verifica-se aqui que os aprendizes estão conscientes do importante papel desempenhado pelo tradutor e das inúmeras variáveis que estão envolvidas no processo tradutório.

Para esses aprendizes, a qualidade e confiabilidade das traduções parecem estar diretamente relacionadas ao tempo que foi gasto em sua realização. Um dos informantes afirma que “o tradutor pode até traduzir com certa rapidez, mas ele deve continuar sendo sério e honesto”. Aparentemente, não existe relação direta entre a velocidade com que a tradução é realizada e a não confiabilidade de uma tradução. O que se percebe é que a velocidade de uma tradução vai depender de certos aspectos, como grau de experiência e conhecimentos do tradutor acerca do assunto abordado pelo texto fonte, prazos de entrega estabelecidos pelo cliente, etc. A meu ver, seriedade e honestidade são características que todos os tradutores devem desenvolver em sua formação, independentemente do tipo de tradução que realizam e/ou pretendem realizar.

A maioria dos alunos (10 dos 15) acredita que o fator “equivalência” na tradução depende de aspectos muitas vezes externos ao texto como, por exemplo, os objetivos que se tem ao se realizar determinada tradução. Os informantes acreditam também que essa equivalência não se restringe aos aspectos lingüísticos e textuais, abrangendo também aspectos socioculturais.

Tal crença parece corroborar a perspectiva apresentada por Arrojo (1986, p. 12), quando esta afirma que “o fundamental no processo de tradução é que

todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, de tal forma que possam ser usados pelos receptores”. A esse respeito, Pagano (2000, p. 15) acrescenta que

podem ser realizadas diferentes traduções de um mesmo original de acordo com os objetivos pretendidos, o público-alvo, a função que se busca atribuir ao texto traduzido e outros fatores mercadológicos ou não que participam das decisões a serem tomadas na recriação de um texto numa nova língua e cultura.

Desta forma, observa-se que, ao questionarem o conceito de equivalência, esses aprendizes demonstram acreditar que a tradução não é uma atividade de mera transferência de significados e que “nenhuma tradução pode ser exatamente fiel ao ‘original’ porque o ‘original’ não existe como um objeto estável, guardião implacável das intenções originais do autor” (ARROJO, 1986, p. 19).

Ao serem questionados sobre o reconhecimento recebido do tradutor em relação ao do autor do texto-fonte, sete dos informantes afirmaram que o tradutor merece reconhecimento pelo trabalho que realiza (muito mais do que vem recebendo atualmente), mas que esse seria um reconhecimento totalmente diferenciado do da autoria, afirmação que reforça a crença de que o tradutor nem sempre recebe reconhecimento pelo seu trabalho e muitas vezes nem é notado.

Apesar desse estado de “invisibilidade” ser incômodo a muitos tradutores, no outro extremo encontram-se aqueles profissionais e leitores que consideram a falta de marcas características em uma tradução como sinônimo de um trabalho bem realizado. Este é o processo de “domesticação”, descrito por Venuti (2002), em que o tradutor procura apagar as diferenças linguísticas e culturais do texto-fonte, fazendo com que o texto traduzido pareça ter sido escrito originalmente na língua-alvo.

Oito informantes acreditam que o tradutor merece o mesmo reconhecimento do autor do texto-fonte, uma vez que o trabalho de tradução é tão complicado quanto o de escrita. Essa é uma crença evidente no trabalho de Arrojo (1986, p.76), pois ele considera a tradução como uma atividade produtora de significado e o trabalho do tradutor “tão complexo quanto o do escritor de textos ‘originais’”.

Outra consideração relevante encontrada na justificativa de um dos participantes é a de que o reconhecimento é justo, uma vez que o tradutor responde pelos “efeitos” de sua tradução, assim como o autor pelos “efeitos” do texto fonte. Tomando como base os comentários feitos por Venuti (1993), pode-se dizer que, quando o tradutor deixa o papel de mero transportador de significados, ele passa a assumir a responsabilidade autoral que lhe cabe,

ou seja, ele passa a admitir e a tomar para si a responsabilidade das interferências que inevitavelmente produz e os direitos que lhe cabem pela autoria da tradução. Contudo, para que este reconhecimento seja atingido, é preciso que o tradutor lute pela maior profissionalização dos agentes desta atividade, buscando a regulamentação efetiva da atividade tradutória. Os informantes da pesquisa parecem conceber que a tradução não deve ser uma “cópia” do original, mas, sim, harmônica em relação a ele, destacando que ela deve constituir um processo criativo governado pelos objetivos aos quais se destina.

Dentre as várias crenças encontradas no que se refere ao status do texto traduzido em relação ao texto-fonte, pode-se destacar a crença no princípio de que a tradução representa um derivado do original e também de que a tradução só merece o mesmo status “se for tão boa quanto o original”. Nesse aspecto, Venuti (2002, p. 68) destaca que muitas vezes uma tradução é julgada com base em padrões eruditos, “excluindo outras leituras possíveis do texto estrangeiro e outros públicos possíveis”. Cabe ressaltar aqui que podem existir opiniões divergentes sobre a qualidade das traduções, uma vez que tal julgamento pode ser fruto de interpretações subjetivas e das crenças que cada indivíduo possui do que seja traduzir e de como esse processo deve ser realizado.

Considerações Finais

Neste trabalho, a partir do conceito de crenças apresentado por Felix (1998), Pagano (2000) e Barcelos (2001), foi possível perceber o quanto as crenças interferem no aprendizado do tradutor e a importância de seu conhecimento e análise crítica para o campo da tradução.

Assim, pode-se observar, a partir dos dados coletados, que os informantes da pesquisa se percebem não só como aprendizes de tradução, mas também aprendizes de línguas e culturas, na medida em que valorizam o contato e a constante busca por informações que a profissão de tradutor pode lhes proporcionar.

Esses aprendizes também possuem uma visão bastante realista da atividade tradutória e de seu mercado de trabalho, uma vez que admitem o estresse característico da profissão do tradutor, que é, na maioria das vezes, sobrecarregado de uma grande demanda de trabalho a ser realizado em um curto espaço de tempo, além da questão salarial, que, devido à falta de regulamentação da profissão, faz com que esse profissional nem sempre seja remunerado como deveria.

Outro aspecto positivo observado é que esses alunos acreditam que, para ser um bom tradutor, é preciso se aperfeiçoar constantemente, não só através da prática, mas também através da teoria. Essa visão demonstra de forma clara a necessidade de que os cursos de formação de tradutores proporcionem o contato com essas duas orientações didático-pedagógicas uma vez que, em seu dia a dia, esses profissionais precisarão de experiência nesses dois aspectos.

A crença no aprendizado reflexivo também proporciona ao profissional da tradução a possibilidade de entender melhor a atividade que realiza, os caminhos percorridos nessa tarefa e a razão das escolhas que efetua durante todo o processo tradutório. Somente a partir da reflexão e da tomada de decisões consciente é que se desenvolverá nesses aprendizes a segurança tão necessária (e que muitos informantes acreditam ainda não possuir) para a realização do trabalho de tradução.

Quanto às habilidades e conhecimentos necessários ao tradutor, vale ressaltar o importante papel exercido pela capacidade de leitura e análise crítica dos textos na tradução. O tradutor deve ser antes de tudo um bom leitor, não só em língua materna, mas também nas línguas para as quais traduz. Como bem afirma Arrojo (1986, p. 76), “aprender a traduzir significa necessariamente aprender a ‘ler’”, o que implica a produção de significados que sejam compreensíveis para o público alvo das traduções.

Soma-se a essa noção de contexto, a crença na equivalência linguística e contextual relatada pelos aprendizes. Observa-se que a maioria dos informantes, pelo menos em alguma das suas respostas, menciona a equivalência como sendo uma característica necessária às boas traduções. A meu ver, essa visão do conceito de equivalência é bastante positiva para os tradutores, uma vez que fará com que eles busquem diferentes alternativas para fazer com que sua tradução chegue aos leitores da forma mais inteligível possível.

É interessante notarmos que os chamados aspectos psicofisiológicos (GONÇALVES; MACHADO, 2006) ainda não constituem uma preocupação aparente nas crenças da maioria dos alunos pesquisados, fato este que explicita a necessidade de uma maior conscientização desses futuros tradutores quanto a essas características que, embora sejam de cunho subjetivo, mostram-se na prática essenciais ao bom desempenho do tradutor.

A grande maioria dos participantes da pesquisa (12) acredita que a tradução constitui uma atividade complexa. Essa é uma crença muito positiva, no sentido de que, ao admitir os esforços necessários e característicos da atividade tradutória, esses aprendizes deixam de buscar as tão sonhadas “fórmulas mágicas” para se traduzir, passando a buscar diferentes soluções, através da constante reflexão, para os problemas que encontram.

Esses mesmos participantes demonstram acreditar que a qualidade das traduções está diretamente relacionada ao tempo gasto em sua realização. A meu ver, essa é uma crença que tende a ser desmistificada com a prática e a reflexão, através das quais esses alunos perceberão que as complexidades da tradução se encontram, na maioria das vezes, não no texto-fonte em si, mas no perfil do tradutor, nas suas afinidades e nos conhecimentos e habilidades que esse possui mais ou menos desenvolvidos.

Os quinze informantes também acreditam que o tradutor e a tradução devem receber um reconhecimento e valorização maior do que vêm recebendo na atualidade. É importante que esses aprendizes tenham bem definidas as diferenças entre texto-fonte e tradução e suas respectivas autorias, para que possam reivindicar seus direitos e melhorias nas condições que lhe são impostas pelo mercado de trabalho.

Com base em todas as informações apresentadas aqui, pude perceber que o curso de tradução pesquisado contribui muito para a formação de tradutores mais reflexivos e conscientes do importante papel social que desempenham. Neste sentido, volto a afirmar que o estudo das crenças muito tem a contribuir para a tradução, principalmente para a área de formação de tradutores, uma vez que o reconhecimento e a análise crítica de tais crenças podem levar alunos, professores, pesquisadores e demais profissionais da área a refletirem sobre seus próprios conceitos, expectativas e posturas, possibilitando assim a expansão e o aprimoramento de suas habilidades e conhecimentos.

Referências bibliográficas

- ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.
- BENJAMIN, W. The task of the translator. 1968. In: VENUTI, L. (Ed.). *The translator studies reader*. Londres: Routledge, 2000. p. 15-25.
- BORDENAVE, M. C. R. Tradução: encontro de linguagens e ideologias. In: COULTHARD, M.; CALDAS - COULTHARD, C. R. (Org.). *Tradução: teoria e prática*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. p. 47-54.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1972.
- ECO, Umberto. *Lecto in fabula: a cooperação narrativa dos textos interpretativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FÉLIX, A. *Crenças do professor sobre o melhor aprender de uma língua estrangeira na escola*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

GONÇALVES, José Luiz V. R.; MACHADO, Ingrid T. N. Um panorama do ensino de tradução e a busca da competência do tradutor. In: PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. *Cadernos de Tradução*. PGET/ UFSC: n. 17, 2006/1. p. 45-70.

MARTINS, Márcia A. P. Novos desafios na formação de tradutores. In: PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. *Cadernos de Tradução*. PGET/ UFSC: n. 17, 2006/1. p. 25-44.

NIDA, Eugene. *Language structure and translation*. California: Stanford University Press, 1975.

PAGANO, A. S. Crenças sobre a tradução e o tradutor. In: PAGANO, A. S., MAGALHÃES, C; M.; ALVES, F. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-28.

PAJARES, F. M. Teachers' beliefs and educational research: cleaning up a messy construct. *Review of Educational Research*, v. 62, n. 3, 1992.

PAZ, Octavio. *Traducción: literatura e liralidad*. Barcelona: Tusquests Editor, 1971.

ROBINSON, D. *Becoming a translator: an accelerated course*. London: Routledge, 1997.

RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RÓNAI, P. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SCHÄFFER, C.; ADAB, B. (Ed.). *Developing translation competence*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2000.

SPIVAK, G. H. The politics of translation, 1992. In: VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. Londres: Routledge, 2000. p. 394-416.

VENUTI, L. As relações perigosas entre teorias e políticas de tradução. In: ARROJO, R. *Tradução, construção e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 27-33.

VENUTI, L. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Bauru: EDUSC, 2002.

VIZIOLI, P.; ASCHER, N. A que são fiéis os tradutores e críticos de tradução? In: ARROJO, R. *Tradução, construção e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 15-26.



Subvertendo a gramática

[*Subverting the grammar*]

BÁRBARA AMARAL DA SILVA

Mestranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

[babisamaral@yahoo.com.br]

RESUMO

A partir das noções de paródia, credibilidade e legitimidade, vindas principalmente dos estudos em Análise do Discurso e de ideias da Sociolinguística, pretendemos desenvolver uma breve comparação entre a *Grammatica Expositiva – Curso Superior* (46ª ed.:1926), de Eduardo Carlos Pereira, que a princípio se coloca como uma gramática apenas descritiva, e a *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*, escrita por Mendes Fradique (4ª ed.: 1985). Observamos que a primeira afirma ser expositiva quando é claramente prescritiva. A obra de Mendes Fradique, por sua vez, parodia as gramáticas prescritivas, criticando esse bom uso. Para isso, utiliza-se do humor e da ironia. Com o objetivo de comprovar o que foi dito acima, selecionamos alguns conceitos apresentados pelas obras em questão, verificando o posicionamento que cada uma assume. Entre eles estão os próprios conceitos de gramática e de língua.

Palavras-chave

Gramática; Subversão; Paródia; Crítica.

ABSTRACT

From the notion of parody, credibility and legitimacy, coming mainly from studies in discourse analysis, and ideas from the sociolinguistic we intend to develop a brief comparison between the Expositive Grammar – Advanced Course (46st ed.:1926) of Eduardo Carlos Pereira, who initially presents itself as a merely descriptive grammar, and the Portuguese Grammar by the Confused Method, written by Mendes Fradique (4st ed.: 1985). We observed that the first one claims to be “expositive” when it is clearly prescriptive. The work of Mendes Fradique uses humor and irony to parody prescriptive grammars, criticizing the “good use”. In order to prove the above statement, we selected some of the concepts presented by those works, checking the position taken by each one. Among them is the very concept of grammar, language etc.

Key-words

Grammar; Subversion; Parody; Criticism.

Introdução

Uma das questões mais discutidas quando o assunto é o estudo de gramática é a diferença entre uma gramática prescritiva e uma expositiva. No primeiro caso, vale a regra que dispõe sobre o certo e o errado, tomando por base a norma culta da língua. No segundo caso, o que está em pauta é o que as pessoas, de fato, falam. Esse segundo posicionamento é mais recente, resultando do surgimento da Linguística. Para entendermos melhor os conceitos de gramática prescritiva e gramática expositiva, seguem algumas definições apresentadas por Travaglia. Segundo o autor, a gramática prescritiva é

aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. (TRAVAGLIA, 2001, p. 30).

A partir dessa definição, vemos que há um estabelecimento de normas que devem ser seguidas, ou seja, essas normas significariam, também, o correto, o culto. Ainda segundo a definição, esse tipo de gramática, ao privilegiar a norma culta, deixa de valorizar as variações linguísticas. Percebe-se então que há um julgamento entre o que seria certo e o que seria errado.

Em contrapartida, existe a chamada gramática expositiva ou descritiva, que, como mostra Travaglia (2001), pode ser definida como:

a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto uma abordagem sincrônica) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos. (TRAVAGLIA, 2001, p. 32).

Dessa forma, é possível perceber que esse tipo de gramática tem como objetivo descrever a língua sem fazer julgamentos do que é certo ou errado, uma vez que o certo e o errado variam de acordo com a situação de comunicação levada em conta, ou seja, não é uma regra geral. Apesar de as gramáticas prescritivas apresentarem partes descritivas relevantes, ainda é possível perceber que, na maior parte do tempo, elas ditam o que seria falar e escrever “corretamente”. Tudo isso poderá ser verificado e devidamente comprovado na proposta e na análise que se segue.

Neste trabalho, pretendemos desenvolver uma breve comparação entre a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira

(46ª. ed. 1926)¹, que a princípio se coloca como uma gramática apenas descritiva, e a *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso* (4ª. ed. 1985), desenvolvida por Mendes Fradique². Veremos que a primeira afirma ser expositiva quando é claramente prescritiva, exigindo o uso das regras do bem falar/escrever. Isso será percebido pela análise dos prólogos da 1ª, da 2ª e da 8ª edição. A análise da segunda gramática mostra que ela parodia as gramáticas prescritivas, criticando esse “bom uso”; para tanto, utiliza-se do humor e da ironia. Além disso, discutiremos sobre o momento histórico em que essas gramáticas foram produzidas e as condições que permitiram o surgimento de uma paródia da gramática.

Com o objetivo de comprovar o que foi dito acima, selecionamos algumas noções apresentadas pelas obras em questão, a fim de verificarmos o posicionamento que cada uma assume. Entre essas noções, estão o conceito de língua e ainda as noções de substantivo e adjetivo (classes de palavras) e de sujeito e complemento (funções sintáticas).

A presente pesquisa situa-se no âmbito dos estudos linguísticos, buscando contribuições da sociolinguística, a partir da noção de variação, como apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, e da Análise do Discurso de linha francesa, a partir das noções de paródia (apresentada por Maingueneau), credibilidade e legitimidade (apresentadas por Charaudeau), como se verá na análise do *corpus*. Além disso, são feitas algumas rápidas incursões por autores, como Magda Soares, que abordam questões históricas do surgimento da escola, da disciplina Português e do livro didático (LD), categoria em que se encontrava a *Grammatica*, de Eduardo Carlos Pereira, à época da publicação de sua primeira edição (1907) e mesmo muito tempo depois, ou seja, até o advento dos LDs modernos em meados do século XX, quando, então, passou a ser tomada como obra de referência.

1 A *Grammatica*, de Eduardo Carlos Pereira, foi uma das obras de maior longevidade no cenário escolar brasileiro, apresentando, no total, 114 edições (de 1907, data da 1ª edição, até os anos 1950). Para o presente estudo, tomaremos a 46ª edição (1926), contemporânea, portanto, da 1ª edição da *Grammatica* de Mendes Fradique (1928). Lembramos que Pereira publicou duas *Grammaticas expositivas* – uma para o curso elementar e outra para o curso superior – sendo apenas essa última nosso objeto de estudo.

2 Pseudônimo de José Madeira de Freitas (1893-1944) era desenhista, caricaturista, médico, escritor e pintor. Trata-se de um dos primeiros humoristas capixabas (quicá brasileiros) a se preocupar com a sátira da própria cultura. Atuou na imprensa carioca na Revista Rio Ilustrado e na Revista Dom Quixote, apresentando caricaturas de vultos locais, nacionais e internacionais. O escritor publicou, em 1927, o livro *História do Brasil pelo método confuso*, que, assim como a obra abordada neste trabalho, é uma paródia de um livro didático, em que Fradique conta de forma sarcástica e caótica a história nacional, fazendo referências a episódios históricos e políticos daquele tempo. Outras obras do autor são *A lógica do absurdo* (1926), *Ideias em zig-zag* (1927) e *O bom senso da loucura* (1928).

1 Um pouco de história: o surgimento da escola, do Português como disciplina e do livro didático

Começaremos com uma noção geral do surgimento das escolas e principalmente do ensino da disciplina Português. Como veremos, foi um começo difícil, um conflito com a própria língua. Para Soares,

extrair de uma área de conhecimento uma ‘disciplina curricular’ é, fundamentalmente, escolarizar esse conhecimento, ou seja, é instituir um certo saber a ser ensinado e aprendido na escola, um saber para educar e formar através do processo de escolarização. (SOARES, 2002, p. 155).

No século XVI, foi criado um lugar de aprendizado: a escola. Nesse lugar surgiu uma organização hierárquica na qual os alunos submetiam-se aos professores, os quais, por sua vez, selecionavam que saber(es) deveria(m) ser ensinado(s) e qual(is) deveria(m) ficar de fora do processo educacional. Surgiram, assim, as séries, as classes, as matérias, ou seja, a essência da escola estava criada.

Ainda segundo Soares (2002), nos primeiros tempos do Brasil, o português, apesar de ser falado pelos colonizadores, não era o idioma que prevalecia. Outras duas línguas conviviam naquele mesmo espaço, sendo elas: a língua geral, que era, de certa forma, uma mistura das línguas indígenas existentes, e o latim, no qual era baseado o ensino feito pelos jesuítas. Estes acreditavam que não era possível ensinar diretamente o latim, de forma que o português era usado como mera ferramenta de auxílio para o ensino daquele idioma.

Entretanto, a reforma promovida por Pombal, em meados do século XVIII, tornou obrigatório o uso do português no Brasil. Com isso, Pombal queria “desterrar dos povos rústicos a barbaridade de seus costumes [...] introduzir neles a língua do príncipe que os conquistou.” (SOARES, 2002, p. 159). Nesse trecho, é possível perceber que a língua portuguesa foi imposta e inicialmente usada como forma de dominação e de marcação territorial. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, nessa mesma época, o Português entrou para a escola como disciplina. A gramática latina continuou a ser usada, mas a gramática do Português foi introduzida.

No século XIX, com o surgimento da Imprensa Régia, várias gramáticas foram publicadas. Nesse período, começou o ensino de uma única variedade da língua portuguesa, em busca de uma única gramática, surgindo, assim, uma luta acirrada contra suas variações até de pronúncia.

Nessa época, a Retórica e a Poética eram estudadas em conjunto. No final do império, passaram a constituir disciplinas distintas. Embora escritores

latinos ainda fossem estudados, escritores portugueses também começaram a ser considerados. O estudo da Retórica se baseava em “preceitos relativos à arte de falar bem, à arte de elaboração dos discursos, à arte da elocução.” (SOARES, 2002, p. 163). Vemos aí a valorização do “bem falar/escrever”, que só seria atingido através do estudo da gramática. Uma delas foi a *Gramática Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira.

Até 1940, as coletâneas que, em geral, acompanhavam as gramáticas (utilizadas como manuais didáticos), eram poucas e não possuíam exercícios ou questões sobre os textos. O professor de Português da época era “aquele a quem bastava que o manual didático lhe fornecesse o texto, cabendo a ele, e a ele só, comentá-lo, discuti-lo, analisá-lo, e propor questões e exercícios aos alunos.” (SOARES, 2002, p. 166).

Dos anos 50 em diante, ocorreram mudanças culturais e sociais que também acarretaram transformações nos livros didáticos, na disciplina Português e na própria importância atribuída ao professor. Até então, somente os filhos da burguesia tinham acesso à escola. Nesse período, porém, devido a reivindicações populares, os filhos dos trabalhadores também passaram a ter acesso ao ensino. Esse fato provocou um considerável aumento do número de alunos nas escolas, o que fez com que ocorresse grande recrutamento de professores, recrutamento esse que, no entanto, foi feito sem muito critério.

A partir de 1950/1960, gramática e texto se constituem como disciplinas e “ou se estuda a gramática a partir do texto ou se estuda o texto com os instrumentos que a gramática oferece.” (SOARES, 2002, p. 167). É nessa época que os manuais didáticos passam a incluir exercícios que atendem aos diversos conteúdos estudados. Portanto, já não é mais do professor a responsabilidade de propor exercícios; o livro didático assume também essa tarefa, o que provoca o início da depreciação da função do professor.

De acordo com Molina (2004), foi no final do século o XIX/início do século XX que o processo de gramatização brasileira do português ocorreu. Em outras palavras: os autores brasileiros tomaram para si a responsabilidade de produzir gramáticas, antes restritas a autores portugueses. Isso devido a vários fatores, tais como a busca por registrar a “nova forma” do português usado no Brasil, as necessidades de um aparelho escolar em franca expansão e a formulação do Programa de Ensino de Fausto Barreto, que levou nomes laureados no magistério a elaborar compêndios que atendessem à nova orientação. Foi um período tão profícuo no surgimento de manuais de estudo da língua que chegou a ser chamado por Antenor Nascentes de *período gramatical*. Nesse contexto, a noção “ser autor de gramática no Brasil” sofreu um deslocamento: não se tratava mais de assumir um saber linguístico como mero reflexo do saber gramatical português, mas de tomar para si a responsabilidade e a autoridade de descrever o português do Brasil. Foi nessa época que surgiu a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*

(1ª. edição: 1907), de Eduardo Carlos Pereira, aqui tomada como nosso objeto de estudo em sua 4ª. edição.

Lembramos que o final do século XIX foi um período conturbado e importante para a construção do Estado Brasileiro. Nele, ocorreram mudanças, tais como o crescimento da industrialização e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos centros urbanos, o aumento das instituições escolares, grandes descobertas tecnológicas e o fortalecimento dos ideais socialistas e positivistas de Darwin e de Mendel. Em relação ao contexto brasileiro, foi a época da Proclamação da República (1889), acontecimento que, juntamente com a Independência (ocorrida em 1822), contribuiu, decisivamente, para concretizar a questão da língua. A República, por exemplo, propiciou o desenvolvimento das instituições (escolas, projetos de ensino, dicionários, gramáticas). A formação do Novo Estado ocorreu, paralelamente, com a construção da unidade da língua, dos saberes sobre ela e sobre seu ensino. Nesse sentido, a gramática foi um ponto de apoio para a construção da identidade Língua/Nação/Estado.

Com essa breve história, podemos perceber que os livros didáticos passaram a ter muita importância, mais do que simplesmente servir de apoio à aula, o que seria sua função original. Já as gramáticas, usadas inicialmente como manuais didáticos, tornaram-se, com o surgimento dos livros didáticos modernos (décadas de 1960-70), obras de referência, utilizadas como complemento ao ensino. Nessa perspectiva, a escola, com a utilização dos livros didáticos e das gramáticas, sempre foi a principal instituição a propagar o discurso do que seria a forma correta de falar e escrever, o “bom uso” da língua.

Para refletir sobre esse discurso do “certo” e do “errado”, tomaremos as duas gramáticas selecionadas (vide Introdução): a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira (46. ed, 1926), e a *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso*, de Mendes Fradique (1. ed., 1928, reproduzida integralmente em 1985). Buscaremos verificar a posição que cada uma delas assume em relação à boa norma, selecionando, para tanto, alguns termos/conceitos que serão confrontados, ressaltando, sobretudo, suas diferenças, já que a obra de Mendes Fradique se constitui como uma paródia da gramática normativa. Ainda verificaremos duas estratégias discursivas que contribuem para que a normatividade da *Grammatica* de Pereira seja aceita pelos interlocutores.

Esclarecemos que, embora a *Grammatica portugueza pelo methodo confuso* seja dividida em duas partes: uma gramática propriamente dita e um apêndice antológico, restringiremos a presente pesquisa apenas à primeira parte, dados os limites (principalmente de tempo) de um projeto de Iniciação Científica.

2 Examinando as duas gramáticas

2.1 A Gramática Expositiva – Curso Superior, de Eduardo Carlos Pereira

Como dissemos anteriormente, a gramática de Eduardo Carlos Pereira foi publicada inicialmente em 1907. A partir dessa 1ª edição, surgiram outras 114, sendo a última a de 1958. Tal obra passa a impressão de ser uma gramática descritiva ou expositiva, como o próprio título indica, mas, na verdade, é prescritiva, ditando as regras de como falar e escrever bem. Isso pode ser percebido já nas primeiras páginas (3 e 4), quando o autor nos apresenta as seguintes definições de gramática:

1) “Grammatica Expositiva, descritiva ou prática, é a que expõe ou descreve methodicamente os factos actuaes de uma lingua determinada.”

2) “Grammatica expositiva portugueza é a exposição methodizada das regras relativas ao uso correcto da língua portugueza.” (PEREIRA, 1926, p. 3-4).

A primeira definição corresponderia a de uma gramática descritiva, que expõe os fatos da língua, sem apresentar juízos de valor sobre o que estaria certo ou errado. Já a segunda definição é própria da gramática normativa, que valoriza somente um modo de se expressar: aquele que segue as regras, que é tido como “correto”, distinguindo-se, claramente, do “errado”. Com isso, desqualificam-se as outras formas, ou seja, as variações, considerando-as indesejáveis, inadequadas, desprestigiadas e inferiores.

Começamos, então, com uma apresentação breve deste conceito que dará base à análise que se segue. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, que já apresentam uma definição baseada na Sociolinguística, uma vez que consideram a relação entre língua e sociedade, verificaremos o conceito de variação linguística:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa, está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em

diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998, p. 29).

O documento segue expondo que

[...] o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1998, p. 82).

Nesses trechos, é possível perceber a importância que é dada ao estudo da variação, ao contrário do que ocorre na *Grammatica*, de Eduardo Carlos Pereira, que valoriza apenas o estudo da norma, sendo esta a única forma considerada correta, como será comprovado a seguir.

Com a intenção de desvelar esse caráter prescritivo da obra de Eduardo Carlos Pereira, que não aceita as variações linguísticas, analisaremos os prólogos da 1ª, da 2ª e da 8ª edição, incluídas na publicação de 1926 (46ª ed.). No prólogo da 1ª edição, o autor expressa seu ponto de vista em relação ao conflito existente entre a escola tradicional e a nova corrente, que, segundo ele, estaria prejudicando o ensino da língua de seu tempo. A dita corrente moderna seria aquela que dá enfoque ao elemento histórico da língua. Já a corrente tradicional se preocuparia com o elemento lógico na expressão do pensamento. Ainda segundo o autor, o erro estaria em prestigiar uma abordagem em detrimento da outra. Para solucionar essa questão, Pereira propõe: “basta ministrar a dosagem historica ao alcance do alumno.” (PEREIRA, 1926, p. 7).

Após essa explicação, o autor ressalta que ampara suas teorias gramaticais na autoridade de “mestres de reconhecida competencia, taes como – F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer.” (PEREIRA, 1926, p. 8) e que utiliza os discursos de locutores de prestígio, de autoridades que estão “acima de qualquer contestação”, entre os quais estão os escritores portugueses Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho. Com isso, vemos que o autor usa autoridades (autores consagrados) para validar o discurso do bom uso. Nesse momento, assim como em vários outros, como será comprovado no decorrer da análise, Pereira faz uso do que foi chamado, por Charaudeau, de estratégias discursivas. Ao citar esses “mestres”, Pereira utiliza-se da credibilidade para “determinar uma posição de verdade, de maneira que ele possa [...] ser levado a sério.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 143), de forma que o que ele diz também esteja “acima de qualquer contestação”. Ao mesmo tempo, Pereira conquista sua legitimidade, que, ainda segundo o teórico do discurso, é adquirida a partir de outra estratégia, a

legitimação, em que o sujeito, no nosso caso, Pereira, teria então autoridade para tomar a palavra, uma vez que, ao citar os autores renomados, passaria a ideia de que sabe do que está falando e que entende do assunto. Dessa forma, o que for dito por Pereira será mais facilmente acatado pelos interlocutores, que, muito provavelmente, adotarão, também, sua prescrição, ou seja, “o certo” e “o errado” da língua.

Ainda no prólogo da 1ª edição, o autor da gramática justifica a escolha de provérbios, máximas e sentenças morais para figurar em sua gramática, pelas seguintes razões:

- a) a fixação fácil da regra pelo frisante e agradável exemplo; b) o enriquecimento do espírito da mocidade com o legado venerável da boa e velha linguagem; c) a influencia salutar dos princípios moraes. (PEREIRA, 1926, p. 7).

Tais razões não deixam dúvida quanto ao caráter prescritivo e moralizante da obra de Pereira, que faz, sim, uma distinção entre a “boa” linguagem e aquela que não o é, ressaltando ainda o interesse de influenciar as pessoas a utilizarem essa “boa” linguagem.

Já no final desse primeiro prólogo, o autor faz referência à sua gramática como “um corpo harmonico e symetrico de doutrinas.” (PEREIRA, 1926, p. 7), entendendo-se por doutrina aquilo que deve ser seguido ao pé da letra e sem contestações, o que mostra, mais uma vez, sua intenção de fazer das regras expostas a forma “natural” de falar e escrever das pessoas, recusando, assim, as variações linguísticas.

Já no prólogo da 2ª edição, observamos que é a “lingua viva das pessoas cultas” (PEREIRA, 1926, p. 12) que é estudada e valorizada, o que reforça o caráter prescritivo dessa gramática. O autor volta a citar os “modernos escritores de incontestável competência” (PEREIRA, 1926, p. 12) para validar seu discurso. O final do prólogo adquire um certo tom apelativo, quando se afirma que ter o conhecimento perfeito da língua é sinal de patriotismo, buscando-se, dessa forma, fazer com que os alunos (e professores), destinatários da gramática, demonstrassem interesse em aprender as regras do português culto, uma vez que isso lhes daria o sentimento de pertencimento à nação amada.

No prólogo da 8ª edição, mais uma vez se faz referência ao valor da língua para a pátria: “o amor ao estudo da língua vernácula, rica herança de nossos avós...” (PEREIRA, 1926, p. 12). No trecho em questão, conhecer a língua equivale a ter amor pela pátria. No final do prólogo, entende-se que conhecer bem a língua contribuirá para a “futura grandeza de nosso paiz.” (PEREIRA, 1926, p. 12).

A partir da análise dos prólogos comprovamos que a gramática de Eduardo Carlos Pereira, ao contrário do que ele afirma, promove o discurso da boa norma, ou seja, trata-se de uma gramática prescritiva e não expositiva/descritiva, como se vê no título.

Partiremos agora para a apresentação da *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*, de Mendes Fradique. Constatamos que ela pode ser considerada uma paródia, uma vez que satiriza a vida cultural do país e, principalmente, a língua portuguesa, já levantando um questionamento sobre o que seria o “falar/escrever bem”, se seria o que a gramática (normativa) propõe ou se seria a verdadeira forma como as pessoas falam.

2.2 A Grammatica Portugueza Pelo Methodo Confuso, de Mendes Fradique

Segundo Hutcheon (1989, p.54), “paródia é [...] repetição, mas repetição que inclui diferença; é imitação com distância crítica, cuja ironia pode beneficiar e prejudicar ao mesmo tempo.”

Sabemos que, em várias palavras da língua portuguesa, o prefixo *para-* traz a ideia de “contra” ou de “oposição”. É isso que acontece em *paródia*. De acordo com Hutcheon (1989, p.48), “a paródia torna-se uma oposição ou um contraste entre textos.” Nesse caso, confronta-se um texto com outro, com a intenção de se zombar dele ou de torná-lo caricato. A análise da gramática de Mendes Fradique nos permitirá constatar que um de seus objetivos é zombar do discurso das gramáticas tradicionais, como a de Eduardo Carlos Pereira, que pregam a utilização da “boa norma”, ao mesmo tempo em que condenam o(s) “mau(s) uso(s)”.

Ainda de acordo com Hutcheon, existe uma distanciação crítica entre o texto original e o novo texto criado, distância essa que é, normalmente, marcada pela ironia. No decorrer da análise da obra de Mendes Fradique, veremos o quão frequentemente esse recurso é utilizado.

A paródia muitas vezes é confundida com o pastiche. Entretanto, enquanto este marca a semelhança, aquela acentua a diferença. Sua função é, portanto, a separação e o contraste. A paródia também é vista como uma importante forma de autorreflexão, no caso em questão, autorreflexão sobre a língua portuguesa e sobre as regras gramaticais (prescritivas) que a sustentam. Assim, ao longo de sua obra, Mendes Fradique vai refletindo sobre a “boa norma”, sobre o que é considerado (in)correto pela gramática tradicional e, ao mesmo tempo, vai questionando esses usos. Tudo isso de forma criativa, bem humorada e irônica.

Já no âmbito da chamada Análise do Discurso de linha francesa (AD), Maingueneau (1993), entre outros autores, reconhece o texto como um objeto fundamentalmente heterogêneo, em que diferentes vozes dialogam. Ora, entre os fenômenos classificados como mais representativos dessa heterogeneidade, encontra-se a “imitação”. Segundo o autor, a imitação recobriria a noção de paródia, codificada desde a retórica. Entretanto, na sua opinião, esse último termo sempre foi utilizado de modo depreciativo, o que o leva a preferir o termo “imitação”, que pode assumir duas configurações: a captação (imitação servil) e a subversão. Nesta, ocorre a desqualificação da estrutura imitada no próprio movimento de sua imitação (o que remeteria à paródia).

Levando-se em conta as definições apresentadas acima, é possível caracterizar a *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso* como sendo uma paródia (ou uma imitação pela subversão). Isso porque a obra é dividida nas mesmas partes que as gramáticas tradicionais: a Phonologia, a Lexicologia, a Syntaxe e o Appendice Anthologico, porém faz uso da ironia e do humor, com o objetivo de rebaixar, de desqualificar, o discurso oficial das gramáticas.

Toda essa ironia já é ressaltada no prólogo intitulado “Duas Palavras”, no qual o autor faz agradecimentos a dois dos gramáticos mais renomados dos anos 1920: Mario Barreto e Laudelino Freire, os quais eram estudados nas escolas da época. Mendes Fradique afirma que sua gramática pertence a esse seletivo grupo de obras adotadas nas escolas (“conseguir a adoção deste livro nas casas de ensino publico”) (FRADIQUE, 1985, p. 5), como se seu livro fosse, de fato, estudado nas escolas. Além disso, o autor faz referência aos autores consagrados: segundo ele, “nada ha que mais illustre os estudiosos e mais lhes enriqueça o conhecimento da língua, do que a leitura dos bons autores” (FRADIQUE, 1985, p. 6). Sendo este outro trecho irônico, uma vez que entendemos, aqui, a ironia como um efeito “que consiste em dizer o contrário do que se quer fazer o destinatário compreender.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 291).

Ao adentrarmos o conteúdo da gramática, no entanto, não temos dúvida quanto ao seu caráter paródico: ou seja, ela imita uma gramática tradicional, desqualificando-a no próprio movimento de imitação, o que já fica claro na exposição do conceito de gramática:

Grammatica é a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua. Segundo affirmam os grammaticos, a grammatica é o conjunto de regras tiradas do modo pelo qual um povo falla usualmente uma lingua. Ora, o povo falla sempre muito mal, e escreve ainda peormente; logo, não é de estranhar que seja a grammatica a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua. (FRADIQUE, 1985, p. 7).

Nessa definição de gramática, Mendes Fradique afirma que, de acordo com os gramáticos (observe-se que ele não se inclui nessa categoria: “Segundo afirmam os grammaticos...”), a gramática é a forma como as pessoas falam. Sendo essa forma incorreta, também o é a gramática. É possível concluir disso que Mendes Fradique coloca em discussão, primeiro se as pessoas realmente falam seguindo as regras da gramática e, posteriormente, se essa forma de falar seria mesmo a correta. Assim, ao se excluir dessa definição, o autor já mostra seu ponto de vista contrário à função normativa das gramáticas, aderindo a uma concepção mais descritiva/expositiva dos fatos linguísticos.

Com a análise que segue, veremos mais explicitamente a crítica feita à gramática normativa e os recursos utilizados por Mendes Fradique para levá-la a cabo. Para tanto, utilizaremos as noções de *língua*, *substantivo*, *adjetivo*, *sujeito* e *complemento* propostas pelo autor, que serão comparadas aos mesmos conceitos presentes na gramática de Eduardo Carlos Pereira, de modo a reforçar os contrastes existentes entre o discurso dito sério de Pereira e o discurso paródico, assumido por Mendes Fradique.

3 Comparação de algumas noções

3.1 Língua

Eduardo Carlos Pereira (1926, p. 1) define língua como “um systema natural de palavras de que se servem os agrupamentos de homens para entre si communicarem seus pensamentos.” Vemos aí uma conceituação tradicional do que seria a língua: aquela que a toma como “expressão do pensamento”, herança de Port-Royal, e como “instrumento de comunicação”, comunicação essa que se pressupõe harmônica.

Já a primeira noção de língua apresentada por Mendes Fradique (1985, p. 10) é a seguinte: “chama-se lingua, em Philologia, o processo vocal que se entendem ou desentendem os elementos da collectividade humana”. Com isso, o autor desfaz a ideia de uma comunicação harmônica (implícita na definição de Pereira), mostrando que a língua se presta tanto ao entendimento quanto ao desentendimento entre os falantes.

A partir daí, Mendes Fradique apresenta-nos outras definições, utilizando-se de trocadilhos³ a partir dos diversos sentidos possíveis da palavra

³ Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009, p. 1884), trocadilho é um “jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados” ou ainda “uso de expressões que dá margem a diversas interpretações.”

língua, o que provoca comicidade. As línguas são então subdivididas em: vivas, semi-mortas e mortas, sendo conceituadas da seguinte forma:

São vivas as línguas que estão em uso actual e vulgar entre os homens.

São semi-mortas as línguas que, embora não estejam verdadeiramente mortas, passam, todavia, annos, lustros e decennios, sem que dêem sequer um ar de sua graça.

São mortas as que já se não fallam entre as collectividades nacionaes, mas apenas atravancam as estantes dos letrados e as prateleiras das mercearias (FRADIQUE, 1985, p. 11).

É importante notar que as definições de línguas vivas e semi-mortas não estão de todo erradas; mas foram apresentadas de forma menos séria, engraçada e com a utilização de uma linguagem mais colloquial, quando, por exemplo, o autor usa a expressão “um ar de sua graça”.

A definição das línguas mortas, por sua vez, faz referência ao fato de que somente os letrados ainda possuem livros nas línguas mortas, como o latim e o grego, e que ninguém mais as estuda. Em seguida, o autor continua caracterizando as línguas mortas como sendo: “as linguas que se não fallam, mas que se encontram fóra da bocca e da cultura literaria dos senadores-coronelões.” (FRADIQUE, 1985, p. 12). Ele ainda as subdivide em “orientaes, classicas e linguas mortas comestíveis.” (FRADIQUE, 1985, p. 12). Essas últimas, no seu entender, são usadas muito nas feijoadas, o que o leva, logo em seguida, a apresentar ao leitor uma receita de feijoada. Nesse ponto, vemos que o humor, característico das paródias, beira o *nonsense*: o autor satiriza a vida cultural da época em notas de rodapé, que nada têm a ver com o conteúdo de uma gramática. A título de ilustração, apresentamos uma dessas notas, na qual ao falar sobre as “línguas mortas comestíveis” nos é apresentada a receita de uma feijoada:

Fórmula empyrica da feijoada completa:

Feijão X entulho

Fórmula racional

Feijão X agua

Toucinho, lingua do Rio Grande, bacon, 1 ou 2 latas de lixo, tripas, orelheira, rabada, carne verde ou amarella, mocotó, entrecosto, presunto, paio, sal, pimenta do reino, cravo, ceboulla, alho, vinagre, eventro, salsa, louro, moreno, couve, repolho, abobora, banana da terra, cenoura, nabo, brócolos, tomate, ponta de cigarro bem lavadinha, pimentão. (FRADIQUE, 1985, p. 13).

Para finalizar a apresentação do que seria a língua, Mendes Fradique (1985) afirma:

A língua, sob o ponto de vista da pathologia, está sujeita a várias affecções. As enfermidades mais communs e felizmente mais benignas da lingua são o solecismo, a aphtose, o sapinho, o nephelibatismo, as placas luéticas e a maledicencia. As mais graves doenças da lingua são o futurismo e o cancer. (FRADIQUE, 1985, p. 14).

O autor mistura, ironicamente, os problemas da língua (órgão do corpo humano), como a aftose e o sapinho, com problemas da gramática da língua, como o solecismo. É importante notar que o solecismo, entendido como uma inadequação na estrutura sintática da frase, é encarado como benigno, comprovando mais uma vez a crítica feita por Mendes Fradique em relação ao “certo” e ao “errado” das gramáticas normativas.

3.2 Substantivo

Na *Grammatica Expositiva*, de Pereira, encontramos a seguinte definição de substantivo: “é a palavra com que nomeamos seres animados ou inanimados, por ex: Paulo, mulher, leão, arvore, alma, anjo, rei” (1926, p. 59). Após essa definição, encontramos a classificação dos substantivos: concreto/abstrato, próprio/comum, primitivo/derivado, simples/composto, coletivo. O autor nos apresenta esses conceitos de forma tradicional e bem semelhante ao que ainda encontramos na maioria das gramáticas prescritivas da atualidade.

É interessante notar que pouco a pouco o autor vai deixando a prescrição evidente. Isso começa a ficar claro quando ele diz que “devemos distinguir no substantivo a compreensão e a extensão” (PEREIRA, 1926, p. 60). A utilização do verbo *devemos* já mostra uma obrigação sobre aquilo que deve ser feito.

Após a classificação dos substantivos, Pereira nos apresenta as flexões como sendo “accidentes de genero, numero e grau.” (1926, p. 61). Quanto ao gênero, os substantivos podem ser classificados, em português, como feminino ou masculino. “O gênero gramatical corresponde, em regra, ao sexo natural dos seres vivos” (PEREIRA, 1926, p. 61). Em seguida o autor continua, explicando que para os seres inanimados, que não têm sexo, foi inventado o gênero neutro, mas que essa classificação foi repelida pela língua. Nesse momento, o autor cita o latim e o grego, afirmando que, nessas duas línguas, o gênero neutro existiu. O latim é chamado de “lingua-mãe”, o que revela sua importância e sugere a necessidade de que ele seja seguido e respeitado. Isso leva Pereira (1926), por tabela, a se posicionar contra a mudança linguística e a valorizar a tradição.

O autor afirma ainda quanto ao gênero dos substantivos: “Nota-se em bons escriptores incerteza generica nos seguintes nomes: farroupilha, personagem, trama...”. (PEREIRA, 1926, p. 61). Portanto, ele convoca, novamente, os “bons escriptores” para validar sua explicação.

Ao tratar da classificação dos substantivos quanto ao número, o autor nos apresenta as “regras para a formação do plural”. A título de ilustração, citaremos algumas:

1ª regra – Aos nomes terminados em vogal pura ou nasal junta-se simplesmente um s. Exs.:

| | | | |
|-------|--------|-------------|--------------|
| banco | bancos | paletó | paletós |
| sofá | sofás | tribu | tribus |
| lei | leis | grau | graus |
| irmã | irmãs | iman (=imã) | imans (imãs) |

2ª regra – Aos nomes terminados em ão correspondem respectivamente tres fórmulas pluraes -ãos, ões, ães:

| | | | |
|-----------|------------|----------|-----------|
| 1. -ãos | | | |
| mão | mãos | cidadão | cidadãos |
| christão | christãos | pagão | pagãos |
| 2. -ões | | | |
| botão | botões | lição | lições |
| melão | melões | portão | portões |
| sermão | sermões | garrafão | garrafões |
| 3. -ães | | | |
| pão | pães | capitão | capitães |
| ermitão | ermitães | capellão | capellães |
| tabellião | tabelliães | escrivão | escrivães |

(PEREIRA, 1926, p. 65).

Nesse momento, ao ditar regras, o autor deixa explícito o caráter prescritivo de sua gramática. A regra é aquilo que deve ser seguido, a que se deve obedecer, pois é o que se considera “certo”.

Ao apresentar a 7ª regra, o autor volta a fazer referência às “boas autoridades, como A. Cortesão, Gonçalves Viana, etc.” (PEREIRA, 1926, p. 67), com isso, pretende, mais uma vez, validar seu discurso por meio dos “locutores de prestígio”.

Na nota 156, relativa ao ô tônico, o autor dá a seguinte explicação: “Quando ao ô tônico segue-se m ou n, conserva-se elle FECHADO.” (PEREIRA, 1926, p. 71), e continua: “E’ sem duvida esta a pronuncia em Portugal.” (PEREIRA, 1926, p. 71). Vemos aí uma supervalorização do português de Portugal que deve ser seguido aqui no Brasil pelo fato de ser considerado o português correto. A referência ao português de Portugal volta a aparecer na observação de nº 164 (p. 73).

Já em seu *Methodo Confuso*, Mendes Fradique nos apresenta o substantivo como: “a palavra que designa o ser” (1985, p. 53). Vemos aí que a definição não se diferencia muito daquela que foi apresentada por Eduardo Carlos Pereira. Entretanto, o autor continua: “As vezes designa também o não ser.” (FRADIQUE, 1985, p. 53) e, como exemplo, cita as palavras “nada” e “zero”. Trata-se, pois, de palavras que designam a não existência, algo sem valor, nulo, que seriam, portanto, caracterizados como “não ser”. Vemos nesses exemplos, mais uma vez, o efeito cômico provocado pelo autor em suas (não) definições.

Mendes Fradique continua a classificação do substantivo como podendo ser “proprio” ou “de aluguel”, “real” ou “abstracto”, sendo os últimos dois assim definidos:

É real quando se relaciona com o rei ou quando serve de padrão monetário⁴.

Ex: Real Gabinete Portuguez de leitura

É abstracto quando não passa de conversa fiada.

Ex: Cambio estavel, plataforma governamental, opinião pública, soberania popular, Democracia, sorte grande, camarão de empada, Thesouro Nacional, etc (FRADIQUE, 1985, p. 54)

Os exemplos de substantivos abstratos mostram a crítica feita à sociedade e ao governo da época, deixando claro que “cambio estavel” e “Democracia” são conceitos utópicos, que, de fato, não existem, assim como a “opinião publica” e o “Thesouro Nacional”. Após essas definições, que, como vimos, passam pela mordaz ironia do autor, são apresentados os conceitos de substantivo simples/composto, primitivo/derivado, sendo os dois últimos assim definidos:

⁴ Trata-se da moeda *real* – plural: *réis* – que foi herdada dos colonizadores e utilizada no Brasil mesmo depois da Independência (século XIX).

É primitivo quando já se não usa mais.

Ex: roupa feminina, cabellos penteaveis, decencia horeographica, probidade politica, direito de voto, tilbury, bacamarte, pudor literario, pão ao domingo, café de café, peixe fresco, vassoura, etc.

É derivado quando procede de outro substantivo.

Ex: queijo, que deriva do leite (FRADIQUE, 1985, p. 55)

Vemos, na definição do substantivo primitivo, mais críticas a respeito do comportamento e dos costumes da sociedade da época, entre os quais a falta de integridade política, de pudor literário etc. Já no exemplo de substantivo derivado, o sentido da palavra “derivado” não se refere à língua, mas à culinária, apresentando-nos a origem do leite.

Mendes Fradique continua o estudo do substantivo apresentando suas variações de gênero, número, caso e grau. Em relação ao número, diz:

Numero é o resultado da comparação da grandeza com a unidade. Os substantivos variam segundo os numeros: singular que se applica ao numero 1; e plural que dá idéa de mais de um.

O plural dos substantivos forma-se por varios modos.

1)Forma-se, geralmente, com o accrescimo de um s ao vocabulo.

Ex: livro, livros

2)Antigamente formava-se com o casamento:

Ex: varão, que com o casamento dava: filhos, genros, noras, sobrinhos e netos. Modernamente o casamento não leva ninguem ao plural; leva muito ao dual; e isso mesmo...sabe Deus como.

3)Forma-se também o plural com o papel carbonico, que pôde pluralisar varias copias da mesma pagina. (FRADIQUE, 1985, p. 59-60).

Vemos que até o item 1, acima, o autor nos apresenta a noção de número referente aos substantivos de forma semelhante à das gramáticas tradicionais. Já no item 2, Mendes Fradique parte novamente para o *nonsense* e o humor baseado na crítica à sociedade. Nesse caso, é ressaltado o fato de que, com a modernização da sociedade, os casais tendem a ter menos filhos ou a não ter filhos, ou seja, não ocorre plural ou aumento do número de integrantes da família. O item 3 também beira o *nonsense*, uma vez que a formação de plural apresentada nada tem a ver com a gramática. O que nos é apresentada é a utilidade do papel carbônico, que seria o de aumentar ou “pluralisar” as cópias de uma mesma página.

Em relação à variação de grau, o substantivo pode dar “uma idéa de augmento no augmentativo; de diminuição no diminutivo; e de patuscada no pejorativo.” (FRADIQUE, 1985, p. 61). Quanto à formação do grau do substantivo, a explicação é a seguinte:

Augmentativo se fôrma com a terminação inho.
Ex: Moinho – mó grande
Fossinho – fossa grande (nasal)
O diminutivo se fôrma com a terminação ao.
Ex: cartão – carta pequena
Cordão – corda fininha
Pontilhão – ponte pequena
Limão – lima pequena (e azêda)
O pejorativo se fôrma á bessa.
Ex: baitarra, caraça, poestastro, etc. (FRADIQUE,1985, p. 61-62)

Nesses casos, as definições 1 e 2 estão invertidas, pois as palavras terminadas em “inho” representam o diminutivo, enquanto as terminadas em “ão”, o aumentativo. Além disso, como exemplo, o autor escolheu justamente aquelas palavras em que as definições tradicionais não se aplicam, como quando diz que “cartão” é uma “carta pequena” ou que “limão” é uma “lima pequena”, acrescentando entre parênteses “e azêda”, o que é característica da fruta e não do substantivo, que é a classe de palavras em estudo.

3.3 Adjetivo

Pereira assim define adjetivo:

é a palavra que tem por função modificar o substantivo, indicando-lhe as qualidades ou determinando alguma circunstancia externa da sua existencia, taes como: homem alto, magro, pallido, intelligente e bom – estes homens, quelles homens, dois homens (PEREIRA, 1926, p. 76).

Ao explicar, em seguida, o fenômeno da substantivação do adjetivo e a adjetivação do substantivo, o autor cita os “grammaticos latinos” que acreditavam na semelhança entre o substantivo e o adjetivo e davam-lhes a denominação geral de “nome”, que até hoje é utilizada. Notamos aí o aparecimento da referência aos “grammaticos latinos” que são considerados, ainda nessa época, a verdadeira fonte dos conhecimentos sobre a língua, razão por que são citados. Com essa referência, novamente Pereira dá credibilidade ao que diz e, conseqüentemente, valida e reforça o discurso do certo e do errado em relação à língua.

Ao explicar a flexão do adjetivo quanto ao gênero, Pereira nos apresenta um conjunto de regras, da mesma forma como havia feito com os substantivos, mostrando, claramente, a prescrição da sua gramática. Por exemplo, a segunda regra diz que os adjetivos masculinos terminados em “ez, ol, or, e u”

recebem um “a”, assim formando o feminino. Como exemplo, cita: “portuguez” que, no feminino, se transforma em “portugueza”. Em uma nota referente a esse caso, o autor afirma: “seguindo a analogia dos nomes em *or*, *senhor* faz *senhóra* no feminino, e não *senhóra*, como vulgarmente se pronuncia no Brasil”. (PEREIRA, 1926, p. 84). Nesse exemplo, percebemos uma desvalorização do português brasileiro frente ao português de Portugal.

Mais adiante (p. 86-87), encontramos novamente referência à boa e velha tradição latina quando o autor discorre sobre os adjetivos que adquirem formas especiais para exprimir o comparativo de superioridade, entre os quais estariam: bom, mau, grande e pequeno. A referência aos latinos também surge para mostrar o que seria o correto.

Já para Mendes Fradique “adjectivo é a palavra que exprime uma qualidade ou um estado” (1985, p. 62), definição essa que, em princípio, não destoa daquela que foi dada por Pereira nem daquela(s) que encontramos ainda hoje em nossas gramáticas. Porém, os exemplos dados são as palavras “bom” e “Maranhão”. Aqui, como é possível perceber, faz-se um trocadilho com o significado de *Estado*, “divisão territorial de certos países”, e o de *estado*: “modo de ser ou estar” (cf. *Dicionário Michaelis Uol*), o que gera humor.

O autor prossegue na caracterização dos adjetivos que podem determinar substantivos sendo eles: qualificativos e determinativos. Os qualificativos “servem para uso das redações de jornaes governistas e para casos de poetas vazios” (FRADIQUE, 1985, p. 62). Nesse caso vemos que o autor ironiza o fato de os jornais usarem muitos adjetivos para promover ou criticar alguns governos. Ainda são citados os “poetas vazios”, como vimos, uma vez que estes, por não terem nada a dizer, só usam adjetivos para compor/preencher um poema.

Os adjetivos são então subdivididos em: “demonstrativos, possessivos e quantitativos, numeraes e articulares” (FRADIQUE, 1985, p. 63). Os adjetivos demonstrativos são “os que designam o logar e o tempo” (FRADIQUE, 1985, p.63). Entre os exemplos temos: “o mappa das promoções no Exercito, o relógio, a bussola, etc.” (FRADIQUE, 1985, p. 63). Vemos que Mendes Fradique, mais uma vez, se vale do humor para exemplificar a classificação dos adjetivos: nesse caso, ele cita objetos (instrumentos) que podem ser usados para determinar o lugar e o tempo, e não palavras (adjetivos) que deveriam figurar em uma gramática.

Os Possessivos “são os que dão a idea de posse” (FRADIQUE, 1985, p. 63). Entre os exemplos, temos o “governo nos dinheiros públicos”⁵ (FRADIQUE, 1985, p.63), mostrando, novamente, que Mendes Fradique mais

⁵ Embora possa parecer que falta algum elemento no Sintagma Nominal, ele foi copiado fielmente do original.

do que criticar a gramática normativa, satiriza a própria cultura, a própria sociedade em que viveu, o que faz dele “um antecipador de estilos”, como vimos na Introdução (nota 2).

Para exemplificar os Quantitativos o autor também não faz uso de elementos gramaticais, citando, ao contrário, expressões informais que dão ideia de quantidade como, por exemplo: “A bessa, pr’a burro” (FRADIQUE, 1985, p.63), etc. O mesmo acontece com os “numeraes”: ao invés de apresentar adjetivos que dão ideia de número, ele cita os lugares em que encontramos os números como “nas casas, no bicho, nos programmas etc.” (FRADIQUE, 1985, p. 63).

3.4 Sujeito

Pereira define sujeito como “o membro da proposição do qual se declara alguma cousa, p.ex.: eu vivo - tu vives - elles vivem.” (1926, p. 185). Em seguida, afirma:

Embora, em regra, o pronome só em caso recto possa funcionar como sujeito, com tudo casos há em que o pronome obliquo representa o sujeito do infinito. Dá-se isto com os verbos – fazer, deixar, ver ouvir, mandar e synonymos destes, quando o sujeito do infinito se põe para com elles em relação complementar... (PEREIRA, 1926, p. 185).

Após dar exemplos de uso correto do pronome em função de sujeito, cita casos do que, para ele, seria “erro vulgar”, como dizer “Fazei elle sentar, deixae elle vir” (PEREIRA, 1926, p. 185), etc, deixando transparecer, novamente, o carácter prescritivo da sua gramática, uma vez que condena certos usos.

Continua ditando regras quando, em seguida, diz que “o sujeito *não póde* ser regido de preposição...” (grifos do original) (PEREIRA, 1926, p. 185). Também nesse momento Pereira cita frases retiradas da obra de bons escritores, como este trecho, de Gonçalves Dias, utilizado para exemplificar a noção de Sujeito Composto e também para validar o discurso da *Grammatica*: “pos-sas tu, isolado na terra, sem arrimo e sem pátria vagando, ser das gentes o espectro execrando.” (PEREIRA, 1926, p. 187). Em uma observação posterior, ainda cita o teórico Mason, confirmando a validade do que diz “Alguns gram-maticos, seguindo a Mason, chamam ampliado ao sujeito complexo, e reser-vam esta designação para o phraseologico ou oracional.” (PEREIRA, 1926, p. 187). Para finalizar a parte dedicada ao estudo do sujeito, Pereira apresenta outras definições, como as de sujeito complexo, grammatical e lógico.

Vejamos agora a perspectiva de Mendes Fradique sobre o sujeito: “chama-se sujeito um typo qualquer capaz ou incapaz de exercer uma acção ou manter um estado.” (1985, p. 78). O autor distingue vários tipos de sujeito: “logico ou grammatical”, “simples ou composto”, “complexo ou incompleto”.

“O sujeito é logico quando (*) não faz asneiras. Pedro II, por exemplo, foi sempre um sujeito muito logico.” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Nesse trecho, reencontramos o humor provocado por um exemplo que nada tem a ver com a gramática. Em outras palavras: o termo “sujeito” adquire estatuto de pessoa e a palavra “logico” passa a fazer referência ao modo coerente de governo desse indivíduo, no caso, D. Pedro II, que foi muito admirado no cenário nacional, sendo sempre lembrado pela preocupação com a integridade da nação, pelo incentivo à educação e à cultura e pela defesa da abolição da escravatura.

Nesse trecho, aparece um asterisco que remete à seguinte nota de rodapé: “para as pessoas que soffrem dyspepsia, um pouco de mostarda na comida é um bom remédio.” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Vemos aí, mais uma vez, o *nonsense* presente na grande maioria das notas de rodapé do livro, que, a exemplo das definições e classificações, também se responsabilizam pelos efeitos de humor.

O autor prossegue com o conceito de “sujeito grammatical”: “o sujeito que se mette a palmatoria do mundo.” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Como exemplo, cita Candido Lago, Idem de Figueiredo, Assis Cintra, Laudelino Freire etc, renomados escritores/ gramáticos. Aqui, o sujeito também seria sinônimo de pessoa e aqueles que são citados seriam os responsáveis por corrigir os “erros” gramaticais, sendo, por isso, os donos da palmatória. Percebe-se novamente que Mendes Fradique não fornece uma definição gramatical do termo e se vale de trocadilhos para construir o humor, parodiando uma gramática considerada séria.

O “sujeito simples”, por sua vez, é aquele que “não tem luxos nem cerimônias” (FRADIQUE, 1985, p. 78), como, por exemplo, “Alberto I, da Belgica” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Nesse caso, o termo sujeito é, novamente, tomado como uma pessoa e não como um componente sintático da oração. O autor também não nos fornece uma explicação gramatical para o termo: o “simples” aqui se refere ao fato de não ser ornado ou elegante, de possuir hábitos comuns, como “toma[r] banho de mar de cambulhada com toda a gente.” (FRADIQUE, 1985, p. 78-79).

Mendes Fradique caracteriza o “sujeito composto” como sendo, “segundo a definição de Alfredo Gomes, aquele que representa mais de um ser.” (1985, p. 79). Mais uma vez, sua definição não segue a de uma gramática tradicional e é dada de acordo com a lógica do sujeito como pessoa.

Como exemplo, cita o embaixador britânico que representa dois seres, a Grã Bretanha e a Irlanda. O mesmo tom humorístico, construído pela identificação sujeito/indivíduo, pode ser encontrado nas definições de “sujeito complexo”, “incomplexo” (termo cunhado pelo autor), “claro” e “oculto”, aos quais não são atribuídos, em nenhum momento, características sintáticas ou gramaticais.

3.5 O complemento

Pereira (1926, p. 191) define complemento da seguinte forma: “completivo ou adjuncto é o termo ou membro accessorio da proposição, que serve para inteirar, limiar ou determinar a significação da palavra a que se junta.” Segundo o autor, os complementos podem ser divididos em “directos e indirectos”. Afirma ainda que adotará a teoria do “illustre philologo E. Bourciez [...] theoria que não só prima pela clareza, como pela lógica.” (PEREIRA, 1926, p. 192). Nesses trechos vemos que Pereira, novamente, busca apoio em “locutores de prestígio” (escritores e teóricos renomados) para validar seu discurso. Isso remeteria, mais uma vez, ao que Charaudeau considera como estratégias de discurso, sendo elas a credibilidade e a legitimidade, como já foi apresentado anteriormente.

Os complementos podem ser “essenciaes e accidentaes”, sendo que o primeiro tipo subdivide-se em “objectivo” e “terminativo”. O autor afirma que “ao complemento objectivo dá-se o nome de complemento directo ou objecto directo, que corresponde ao accusativo latino, por opposição ao complemento ou objecto indirecto, que corresponde ao dativo latino.” (PEREIRA, 1926, p. 192). Percebemos aí que novamente são feitas comparações com o latim, resgatando-se, dessa forma, a tradição e o que era, na época, considerado correto, assim como na perspectiva da gramática de Pereira, comprovando, portanto, seu caráter prescritivo a partir da distinção entre certo e errado.

Após essas explicações, Pereira diz que alguns pronomes oblíquos podem funcionar como “objecto directo”: *me, te, se, o, a, os, as, nos, vos* e, mais uma vez, cita os “bons escriptores” que autorizam também as formas dativas *lhe* ou *lhes*. Na segunda observação (p. 193), o autor continua a ditar o que é certo e que é errado ao afirmar que “É erro vulgar no Brasil dar ao caso recto dos pronomes substantivos funcções objectivas.” (PEREIRA, 1926, p. 193). Prosseguindo, conceitua objeto direto simples, composto, complexo, “incomplexo”, depois explica o complemento terminativo e os complementos “accidentaes”.

Já para Mendes Fradique, “complemento é, na oração, o termo sobre o que recahe a acção do verbo” (1985, p. 82-83). O exemplo é: “Pedro está novamente na cama.” (FRADIQUE, 1985, p. 83). O termo “na cama” seria o complemento em que Pedro recaiu “provavelmente em virtude de alguma imprudência ou de algum trocadilho inopinado.” (FRADIQUE, 1985, p. 83). Vemos, de novo, que a explicação dada pelo autor não tem a ver com questões gramaticais, provocando o humor.

Ainda de acordo com Mendes Fradique, o complemento pode ser “directo” ou “indirecto”, os quais são conceituados da seguinte forma:

E’ directo quando não pára em todas as estações.

Ex: L.P (*)

É indirecto em caso contrário.

(*) Luxo Paulista, E.F.C.B (FRADIQUE, 1985, p. 83)

Uma vez mais, vemos que o autor não fornece explicações gramaticais; nesse caso, faz referência ao “luxo paulista”, mostrando um pouco da sociedade de sua época que também é satirizada em sua obra.

Conclusão

A realização do trabalho nos possibilitou de forma breve verificar duas estratégias de discurso presentes na gramática de Eduardo Carlos Pereira, a credibilidade e a legitimidade, conforme o que foi proposto pelo analista do discurso Patrick Charaudeau. Verificamos como essas estratégias contribuem para a aceitação do discurso do certo e do errado presente na *Grammatica*, o que favoreceria a propagação de um estudo prescritivo da língua. Ainda fizemos a comprovação teórica de que a *Grammatica Expositiva - Curso Superior*, ao contrário do que é afirmado no título, é, sim, uma gramática prescritiva, uma vez que faz distinção entre o “certo” e o “errado” e desconsidera o valor das variações linguísticas. É uma das gramáticas que, segundo Perini (2009, p. 20) propaga “a crença de que os fatos da língua estão consignados nas gramáticas e nos dicionários, de maneira exaustiva e totalmente correta. Assim, para conhecer realmente a língua seria mais importante estudar a gramática do que observar diretamente o funcionamento da língua na escrita ou na fala.”

Ainda segundo o linguista, essas gramáticas desprezam a observação dos fatos e favorecem “uma ilusória confirmação de expectativas preestabelecidas.” (PERINI, 2009, p. 21). Na gramática de Eduardo Carlos Pereira,

vemos momentos em que até mesmo a pronúncia é corrigida. Um exemplo que demos e que deve ser lembrado é pronúncia do “õ” tônico que, quando seguindo de “m” ou de “n”, deve ser fechado, assim como é em Portugal. Nos dias de hoje, as diferentes pronúncias decorrentes, por exemplo, da variação regional e/ou da variação sociocultural, já são mais aceitas. Trata-se, no entanto, de uma questão ainda complexa e sujeita ao preconceito.

A *Grammatica portugueza pelo methodo confuso*, por sua vez, desconstrói parodicamente esse discurso do “certo” e do “errado”, uma vez que, como comprovamos, ela rebaixa e desqualifica a autoridade do texto ou do gênero fonte, o que foi demonstrado à luz das reflexões de Linda Hutcheon e do teórico do discurso Dominique Maingueneau. Além disso, o autor da paródia questiona a tradição de ainda se tomar o uso do Latim e do Grego como parâmetro do bom uso, o que, de certa forma, nega a ideia de evolução das línguas. O fato de diferentes línguas terem se originado do Latim e do Grego comprova justamente que as línguas evoluem de diferentes formas e pelos mais variados motivos, o que remete ainda à necessidade de repensar as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, sem que uma variedade linguística seja considerada melhor do que a outra. Afinal, são países que se separaram há séculos e que evoluíram econômica, política, social e linguisticamente de formas bem diferentes. Tudo isso mostra Mendes Fradique como uma espécie de precursor de questões linguísticas atuais, além de um crítico mordaz da sociedade de sua época.

Aliás, o caráter de paródia da *Grammatica* de Fradique tem seus momentos máximos de *nonsense* nas numerosas notas de rodapé que, como vimos, abordam assuntos da vida doméstica – como, por exemplo, receitas de cozinha – que nada têm a ver com os (pretensos) conteúdos gramaticais abordados. O livro dialoga, portanto, humoristicamente, com as gramáticas sérias em que todos nós estudamos um dia, tomando-as como um espaço para rupturas, deslocamentos e transgressões. Assim, vemos que a *Grammatica portugueza pelo methodo confuso* é, de fato, um espaço de subversão da gramática escolar tradicional (daí o cotejo com a obra de Eduardo Carlos Pereira), mas, também, um espaço de sátira aos costumes da época.

Como já foi dito, atualmente as variações estão sendo mais estudadas e mais aceitas, tendo sido a questão do “certo” e do “errado” deslocada para a do mais/menos adequado à situação de comunicação. Concordamos, pois, com Perini, quando ele afirma que “o gramático vai precisar aprender a dizer o que a língua é, não o que (segundo ele) deveria ser.” (2009, p. 56). Mendes Fradique, possivelmente, concordaria com essa opinião.

Referências bibliográficas

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTCHEON, Linda. *A Theory of Parody – The Teachings of Twentieth-Century Art Forms*. Londres: Routledge, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora UNICAMP/Pontes, 1993.

MENDES FRADIQUE. *Grammatica portugueza pelo methodo confuso*. 4. ed. Vitória: Rocco – Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1985.

MOLINA, Márcia A. G. *Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*, 2004, 2 v. Tese (Doutorado em Linguística Geral), FFLCH/USP, São Paulo.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva – curso superior*. 46. ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Nacional, 1926.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a Gramática*. 3. ed. São Paulo, 2009.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**A categorização e a recategorização do
frame Acre no processo de referenciação
de uma desnotícia**

*[The frame Acre's categorization and
recategorization in a desnotícia
referention process]*

KARINE SILVEIRA

Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES,
Vitória, Espírito Santo, Brasil; CAPES.
[karineletras@bol.com.br]

RESUMO

Com base na visão sociocognitiva de língua e na abordagem linguístico-conceitual de *frame*, analisamos, neste artigo, a desnotícia *Google nega ter apagado o Acre do serviço GoogleMaps*. Nosso objetivo foi desvelar o *frame* ACRE a partir das recategorizações que o objeto de discurso *o Acre* sofreu por meio das expressões nominais referenciais. Além disso, verificamos qual o *frame* ACRE nos textos da história desse estado e comparamos com o *frame* evocado na desnotícia, pois, segundo a abordagem da semântica de *frames*, a constituição de um *frame* é baseada nas experiências e conhecimentos de mundo das pessoas. Portanto, quando a desnotícia trata do Acre, ela faz com que o leitor conceba um *frame* para o Acre com base no que ele sabe sobre esse estado.

Palavras-chave

Frame; Recategorização; Desnotícia; Acre.

ABSTRACT

This paper presents, in a sociocognitive perspective and based upon frame linguistic-conceptual approach, an analysis about the desnotícia Google nega ter apagado o Acre do serviço GoogleMaps. Our aim was reveal the frame ACRE from recategorizations that discourse objects had through the nominal referential expressions. Besides it, we check how the frame ACRE is built in its historic texts and we compare with the frame ACRE in the desnotícia. According to the semantic frame approach, the frame constitution is based upon people experiences and world knowledge. Thus, as the desnotícia is about Acre, it gets the reader conceive a frame to Acre with base upon what he/she knows about this state.

Key-words

Frame; Recategorization; Desnotícia; Acre.

Introdução

Este estudo objetiva desvelar o *frame* ACRE na desnotícia *Google nega ter apagado o Acre do serviço GoogleMaps*, a partir do modo como o objeto de discurso *o Acre* (introduzido no título da desnotícia por meio de expressão nominal definida, sendo também a primeira categorização desse objeto) foi categorizado e recategorizado ao longo do *corpus*. Para tanto, tornou-se necessário nos embasarmos em um dos muitos conceitos para *frame*, que podem se dividir em duas abordagens: interacionista e sociocognitivista. Dessas duas, a que melhor respondeu aos nossos interesses de análise foi a segunda.

A abordagem sociocognitiva de *frame* é estudada por Fillmore (1982) no texto *Frame semantics* e por Petruck (2006) no seu texto homônimo. Para essa abordagem, o *frame* é visto como hipóteses feitas pelos indivíduos a respeito do mundo ou dos estados de coisas no mundo, baseando-se na experiência de mundo dos sujeitos. É relevante ressaltar que trabalharemos com a noção de *frame* para compreendermos também a categorização e a recategorização do mesmo ao longo do *corpus* a ser analisado, haja vista que a compreensão do *frame* depende tanto do conhecimento de mundo quanto do processo de categorização. Além disso, ambos nos dão informações para interpretarmos quais *frames* o *corpus* evoca para o objeto de discurso *o Acre*.

O foco de análise deste estudo foram as expressões nominais referenciais que constituem o processo de referenciação do objeto de discurso *o Acre*. Acreditamos que as expressões nominais referenciais nos mostram como ocorreu a categorização e a recategorização desse objeto e nos fornecem dados para desvelar o *frame* ACRE na desnotícia, pois os autores fazem escolhas intencionais do léxico para compor o seu projeto de dizer.

Não obstante, consideramos relevante levar em conta o *frame* ACRE fora da visão da Desciclopédia (*site* no qual se encontram as desnotícias). Por isso, foi necessário fazer um estudo sobre a história desse Estado para sabermos qual o *frame* (ou os *frames*) possível(is) de ser(em) evocado(s) para ele na sociedade brasileira. Esse estudo foi feito nos sites UOL e Terra, que oferecem material de estudo específico para vestibulandos e são *sites* confiáveis, pois estão *online* há algum tempo e com informações bem aceitas pelos internautas. Os outros *sites* pesquisados foram o Portal do Governo do Acre, por ser por meio dele que o governo do Acre se divulga e divulga o Estado, e o *site* da Wikipédia, por ser a partir das informações contidas nela que a Desciclopédia existe.

1 Referencial Teórico

A partir da concepção sociocognitiva de linguagem, buscamos compreender o conceito de *frame* segundo a perspectiva de Fillmore (1982) e Petruck (2006) e o conceito de categorização a partir dos trabalhos de Mondada e Dubois (2003). Além disso, trabalhamos com o Processo de Referenciação, com ênfase nas expressões nominais referenciais que integram a estratégia de retomada.

Amparados na leitura de Koch e Cunha-Lima (2004), percebemos que, para se chegar a uma abordagem sociocognitiva da língua, foi preciso superar o pensamento dos cognitivistas clássicos, que se preocupavam com aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais. Para eles, a mente era algo separado do corpo, ou seja, havia a separação entre processos internos e externos. Porém, desde o final da década de 80, as pesquisas em cognição passaram a considerar que é impossível separar a mente do corpo e a mente do meio onde os processos acontecem. Fenômenos mentais não devem ser desvinculados dos fenômenos sociais. A partir dessa forma de pensar, passou-se a pregar que a cognição não acontece só dentro da mente, mas fora dela também.

A abordagem sociocognitiva concebe a língua como uma ação e como uma ação conjunta. Uma ação, pois ela, a língua, não é somente um sistema de regras; e uma ação conjunta porque o falante pressupõe o conhecimento prévio de seu ouvinte e as influências que ele trará ao seu projeto de dizer. Dizer que a língua é uma ação conjunta é afirmar que a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece em coordenação com os outros. Dessa forma, segundo Koch e Cunha-Lima (2004), as ações conjuntas se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Por isso, é preciso abordar a língua também como uma ação social e dar atenção ao estudo do contexto. Segundo as autoras, muitos autores, interessados no processamento cognitivo, estão procurando integrar perspectivas contextuais ao tratamento da cognição humana.

Um dos temas que os cognitivistas se interessaram em estudar foi o processamento textual, pois os textos são um material rico para análises. Quando se tentou explicar o processamento textual por meio do cognitivismo clássico, a partir de métodos automáticos, percebeu-se a ineficiência desse cognitivismo. Tornou-se necessário, então, conceber uma visão social da cognição, pois ficou evidente que o processamento de textos envolvia diversos aspectos interacionais e também conhecimentos sociais. A partir do momento em que a Linguística Textual incorporou os estudos das ciências cognitivas, foi possível que aquela desenvolvesse uma de suas principais

formulações: a de que nenhum texto é, ou poderia ser, completamente explícito. Isto é, a compreensão de um texto está quase totalmente apoiada nos conhecimentos partilhados:

Ativamos modelos de situação, expectativas sobre estados de coisas que nos guiam no processo de compreensão. Estes modelos, estruturas complexas que organizam o conhecimento, despertaram muita atenção da Linguística Textual e nas ciências cognitivas, recebendo nomes diversos, como, por exemplo, esquemas (Bartlett, 1933; Rumelhart, 1980); *frames* (Minsky, 1975); cenários (Sanford e Garrod, 1985), scripts (Schank e Abelson, 1977); modelos mentais (Jonhson-Laird, 1983); modelos experiências, episódicos ou de situação (Van Dijk, 1989, 1997). (KOCH; CUNHA LIMA, 2004, p. 292).

Esses modelos, segundo as autoras, nos permitem fazer as inferências necessárias ao longo do processamento textual. Entre todas essas nomeações para as estruturas complexas que organizam o conhecimento, neste trabalho, focaremos nos *frames*, segundo a concepção de Fillmore (1982) e Petruck (2006).

Fillmore (1982) concebe *frame* a partir da semântica de *frames*, baseado em uma abordagem conceptual. A Semântica de *Frames* é uma abordagem semântica, mas não da Semântica Formal, pois esta não considera nosso conhecimento de mundo e nossas experiências para a descrição de léxico. A abordagem de Fillmore (1982) oferece um modo particular de conceber o significado das palavras, pois uma palavra representa uma categoria de experiências, além de estar relacionada com esquemas de conhecimento ou padrões prototípicos e estereotípicos ou, ainda, hipóteses feitas pelos indivíduos a respeito do mundo ou estados de coisas no mundo. Logo no início de seu texto, Fillmore trata de *frame* da seguinte maneira:

By the term 'frame' I have in mind any system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits; when one of the things in such a structure is introduced into a text, or into a conversation, all of the others are automatically made available. I intend the word 'frame' as used here to be a general cover term for the set of concepts variously known, in the literature on natural language understanding, as 'schema', 'script', 'scenario', 'ideational scaffolding', 'cognitive model', or 'folk theory'. (FILLMORE, 1982, p. 373).

Além dessa passagem, devemos salientar outra consideração importante sobre *frame*: como um sistema de categorias estruturadas de acordo com um contexto motivador. Esse “contexto motivador” é definido por Fillmore (1982) como alguma instância de entendimentos, um padrão de

práticas, que é relevante para a compreensão das categorias, pois o significado da palavra pode não ser completamente compreendido por alguém que não tenha conhecimento do que levou o autor a categorizar a palavra daquela forma. Ainda, percebemos a importância do *frame* no processo de compreensão de um texto, pois nesse processo estão envolvidas a recuperação ou percepção dos *frames* evocados pelo conteúdo lexical do texto.

A partir do que já foi exposto, daremos sequência aos conceitos que ainda precisamos abordar neste referencial, lembrando que, para se compreender o significado das palavras, além dos *frames* evocados por elas, é necessário se pautar no contexto de produção, nas experiências e nos conhecimentos das pessoas. Com base nesses pressupostos, portanto, concebemos a definição de categorização e recategorização dos objetos de discurso.

A partir da abordagem sociocognitiva de língua, definida no início deste texto, já não se fala mais em referentes, mas em objetos de discurso. Não se postula que o significado das palavras tenham relação direta com os objetos a que fazem referência no mundo; a língua não é mais vista como um sistema de etiquetagem. Com efeito, vê-se que o sentido vai sendo construído ao longo do discurso, por meio das categorizações que o objeto de discurso recebe e que são pautadas nas experiências de mundo e contextos em que o sujeito está inserido. Nas palavras de Marcuschi:

[...] a realidade mundana não está segmentada da forma como a concebemos e as coisas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos outros. As coisas ditas são coisas discursivamente construídas e a maioria de nossos referentes são “objetos de discurso.” (MARCUSCHI, 2007, p. 89).

Por isso, Mondada e Dubois (2003) concebem as categorias como instáveis, variáveis e flexíveis, mudando sincrônica e diacronicamente, pois as pessoas selecionam uma categoria ao invés de outra, dependendo do contexto, marcando, assim, a instabilidade delas. Fazendo referência a Sacks (1972; 1992), as autoras afirmam que:

A questão não é mais avaliar a adequação de um rótulo “correto”, mas de descrever em detalhes os procedimentos (linguísticos e sociocognitivos) pelos quais os atores sociais se referem uns aos outros – por exemplo, categorizando qualquer um como sendo um “homem velho”, em vez de um “banqueiro”, ou de um “judeu” etc., tendo em conta o fato de algumas destas categoriais poderem ter eventualmente consequências importantes para a integridade da pessoa. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23).

Outro exemplo de categorização interessante usado pelas autoras é o do piano que “pode ser categorizado como um instrumento musical no contexto de um concerto, ou como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 24). No processo de categorização dos objetos, o que percebemos, então, é que o locutor seleciona entre as tantas opções lexicais possíveis aquela que melhor se adequa ao que ele quer dizer sobre o objeto na situação em que ele se encontra. Assim, Mondada e Dubois asseveram:

Em termos de processos de categorização, pode-se dizer que uma categoria prototípica ou estereotípica é primeiro considerada como a base mais disponível e compartilhável para a comunicação; em seguida, são operadas modificações que fazem a entidade passar de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico, ou que provoca uma recategorização radical. Aqui ainda, a descrição adequada corresponde menos à última denominação proposta que ao percurso que liga as diferentes soluções propostas. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 32).

Entendemos, portanto, que o objeto de discurso vai sendo categorizado e recategorizado ao longo do processo de referenciação cada vez que o objeto é retomado; no caso deste estudo, retomado por meio de expressões nominais referenciais. Isso posto, é relevante entender como se manifestam e como são definidas as expressões nominais referenciais.

As expressões fazem parte dos estudos da Linguística Textual no que tange ao Processo de Referenciação. A Referenciação é definida como uma atividade discursiva que se desenvolve “no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 22). Segundo Koch (2007), a referenciação consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso que dão origem às estratégias de referenciação. São elas: introdução, retomada/remissão e desfocalização. O nosso interesse é investigar as expressões que constituem a estratégia de retomada e/ou remissão.

As expressões nominais referenciais são definidas “pelo fato de o locutor operar uma seleção, dentre as propriedades atribuíveis a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para a viabilização de seu projeto de dizer.” (KOCH, 2007, p. 132). Quanto à forma como essas expressões se manifestam, podemos citar duas. A primeira tem como núcleo um nome, podendo ou não vir precedida por um determinante (exemplo: “Acre” ou “o Acre”). A segunda é precedida pelo determinante, seguida de modificador, nome e finalizada por outro modificador (exemplo: “aquela suposta região”). Esse determinante pode ser o artigo

definido (no caso de expressões nominais definidas), o pronome demonstrativo ou uma elipse. Já os modificadores podem ser adjetivos, sintagma preposicional e oração relativa, segundo Koch (2002).

A partir do que foi exposto, detalharemos a nossa metodologia de análise e em seguida procederemos à análise do nosso *corpus*.

2 Metodologia

A desnotícia *Google nega ter apagado o Acre do serviço GoogleMaps* foi selecionada a partir de um *corpus* de 42 desnotícias sobre o Acre, que fazem parte do *corpus* do projeto de pesquisa *Desnotícias sobre o Acre: a construção de humor e de identidades sociais*¹. O texto em questão atende ao objetivo deste estudo de desvelar o *frame* ACRE na desnotícia por meio do processo de (re)categorização do objeto de discurso *o Acre*.

O primeiro passo da análise foi entender qual(is) *frame(s)* ACRE é (são) possível(is) de ser(em) evocado(s) fora da visão do *site* da Desciclopédia, a fim de o contrastarmos com o *frame* evocado na desnotícia, o que nos possibilitou perceber diferenças e/ou semelhanças. Em vista disso, realizou-se uma pesquisa em textos de *sites* da internet sobre a história do estado do Acre (como já explicitado na introdução deste trabalho), como UOL e TERRA, que são destinados aos vestibulandos; no Portal do Governo do Acre e no *site* satirizado pela Desciclopédia, a Wikipédia. A partir deles, construímos uma tabela com os principais excertos que levam o leitor a conceber um *frame* ACRE e uma análise do *frame* construído a partir desses excertos.

Como se percebe, focamos nosso estudo no *frame* ACRE constituído por meio de textos históricos, já que o *frame* socialmente dissociado dele demandaria outras pesquisas, pois, acreditamos que a história desse estado ou outras informações sobre ele não são tão comuns entre as pessoas. Em seguida, esclarecemos para o leitor o que é a Desciclopédia, e o que são as desnotícias, para que, assim, ele identifique as características do texto que será lido. Se o leitor não conhecer o propósito da Desciclopédia, o leitor pode acreditar nas informações veiculadas por ela.

A terceira parte de nosso estudo contempla a análise efetiva da desnotícia, tendo como foco o objeto de discurso *o Acre*, introduzido no título, e as retomadas por meio das expressões nominais referenciais. Atentamos para as expressões nominais referenciais, porque cremos que propiciam mais

¹ Projeto de Pesquisa desenvolvido pela autora deste artigo no Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, financiado pela CAPES.

informações sobre o *frame* ACRE na desnotícia. Porém, isso não excluiu a possibilidade de selecionarmos outras informações importantes acerca desse objeto de discurso.

Por fim, temos as considerações finais, nas quais procuramos mostrar o que há de diferente ou não no *frame* ACRE na história do estado e na desnotícia, além de discutir a relevância das expressões nominais na análise da constituição de *frames*.

3 O Acre, a Desciclopédia e as desnotícias

3.1 O Acre

Para conhecermos um pouco mais da história do estado do Acre e a fim de verificarmos o *frame* construído nos textos sobre sua história, recorreremos à internet, pois acreditamos ser mais fácil encontrar pesquisas sobre esse estado do que definir qual o *frame* socialmente dissociado dele. Com isso, achamos os seguintes textos *on line* sobre a história desse estado: *História Política do Acre (I)* (para o site UOL), de Marcos Vinícius Neves, que faz parte do projeto de pesquisa *Levantamento Preliminar da História Político-Administrativa do Estado do Acre e Município de Rio Branco*, que recebeu financiamento do CNPq; uma coletânea de textos sobre o Acre escritos por Rodrigo Gurgelm (para o site TERRA), o artigo *Acre*, da Wikipédia, e a *História do Acre*, no Portal do Governo do Acre. Desses textos, selecionamos algumas partes que consideramos importantes para a construção do *frame* ACRE para a sociedade brasileira e construímos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Excertos sobre a história do estado Acre

| SITES PESQUISADOS | CONSTITUIÇÃO DO FRAME ACRE (excertos importantes que ajudam o leitor a constituir o frame Acre) |
|-------------------|---|
| Site UOL | “Uma das principais características da sociedade acreana é o gosto que por aqui se cultiva pela política.” “O longo período como Território Federal [...]” |

Site
TERRA

“[...] os poderes judiciário e legislativo foram sendo implantados de forma muito lenta e irregular aqui no Acre, sendo a esfera executiva o único poder ativo desde a criação do Território Federal do Acre, em 1904 [...]”.

“[...] havia sido anexado ao Brasil em novembro de 1903 [...]”.

“Entre fevereiro e abril de 1904 o Acre se viu organizado como Território Federal, ao invés de Estado como esperavam os acreanos [...]”.

“[...] o Território foi dividido em três Prefeituras Departamentais independentes entre si. O Departamento do Alto Acre, o Departamento do Alto Purus e o Departamento do Alto Juruá.”.

“Entre 1899 e 1903, o Brasil e a Bolívia, em vista da Questão do Acre - território boliviano penetrado por brasileiros que vinham atrás das seringueiras no tempo do ciclo da borracha - , por pouco não entraram em guerra aberta.”.

“[...] o caso do Acre fora a princípio de geografia e história, depois, uma questão de ordem política e econômica.”.

“Trinta e cinco anos antes de eclodir o problema do Acre, território que o Brasil reconhecia ser da Bolívia, o governo do império do Brasil assinara o Tratado de Ayacucho, em 1867, com aquele país no sentido de mais ou menos fixar áreas limítrofes em comum.”.

“Em 1882, fundaram o Seringal Empresa que mais tarde veio a ser a capital do Acre, rebatizada de Rio-Branco [...]”.

“A revolução dos transportes que andava a galope nos países Europeus e nos Estados Unidos, paralela à expansão da eletricidade, tinha fome por borracha, que naquela época saía toda ela da Amazônia, sendo que 60% era extraída do território acreano.”.

“[...] chega ao Acre o aventureiro Luís Galvez, dito “o Imperador do Acre” (apoiado por Ramalho Júnior, o governador do Estado do Amazonas), que decidiu proclamar um estado independente do Acre no dia 14 de julho de 1901.”.

“[...] os bolivianos estavam em tratativas de passar o controle do território do Acre para o Anglo-Bolivian Syndicate de Nova York, que tinha o milionário Withridge como seu acionista principal.”.

“O governador Silvério Nery, do Amazonas, o apoiou na sua intenção de organizar uma resistência efetiva contra os bolivianos e na conseqüente proclamação da segunda independência do Acre, anunciada no arraial de Xapuri no dia 7 de agosto de 1901.”

“Nos finais de janeiro de 1903, depois de um demorado sitio, Puerto Alonso, a última resistência boliviana no Acre, rendeu-se ao caudilho vindo do sul, proclamador da terceira independência do Acre.”

“Acordou-se então que o Brasil indenizaria a Bolívia com 2 milhões de libras esterlinas em troca de um território que incorporaria não somente o Acre inferior (142.000 km²), como o Acre superior (48.000 km²), rico em florestas e reservas de seringais.”

“As negociações, entre os legatários bolivianos e os brasileiros, iniciadas em julho de 1903, enceraram-se quatro meses depois com a assinatura solene do Tratado de Petrópolis no dia 17 de novembro de 1903. Consagrou-se como uma das maiores vitórias diplomáticas do Brasil visto que conseguiu incorporar ao território nacional, sem deflagrar guerra, uma extensão de terra de quase 200.000 km², que foi entregue a 60 mil seringueiros e suas famílias para que lá pudessem exercer as funções extrativas da borracha.”

Site
WIKIPÉDIA

“O Acre é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado no sudoeste da região Norte e tem como limites os estados do Amazonas a norte, Rondônia a leste, a Bolívia a sudeste e o Peru ao sul e oeste. Ocupa uma área de 152.581,4 km², sendo pouco menor que a Tunísia.”

“O Acre possui alguns apelidos: Extremo do Brasil, Estado das Seringueiras, Estado do Látex e Extremo Oeste.”

“Até o início do século XX o Acre pertencia à Bolívia. Porém, desde o princípio do século XIX, grande parte de sua população era de brasileiros que exploravam seringais e que, na prática, acabaram criando um território independente.”

“Em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil recebeu a posse definitiva da região. O Acre foi então integrado ao Brasil como território, dividido em três departamentos. O território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de terras de Mato Grosso e do acordo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.”

“Tendo sido unificado em 1920, em 15 de junho de 1962 foi elevado à categoria de estado, sendo o primeiro a ser governado por uma brasileira, a professora Iolanda Fleming.”

“Em 4 de abril de 2008, o Acre venceu uma questão judicial com o Estado do Amazonas em relação ao litígio em torno da Linha Cunha Gomes, que culminou no anexo de parte dos municípios de Envira, Guajará, Boca do Acre, Pauini, Eirunepé e Ipixuna. A redefinição territorial consolidou a inclusão de 1,2 milhão de hectares do complexo florestal Liberdade, Gregório e Mogno ao território do Acre, o que corresponde a 11.583,87 km².”

“Malgrado tal política, alguns poucos sertanistas brasileiros exploravam aquela região agreste e despovoada, desconhecendo se pertenciam ao Brasil, ao Peru ou à Bolívia.”

“O desejo da elite regional amazônica de incorporar essas terras ao Brasil desencadeou os conflitos armados que resultaram na criação passageira de um “Estado Independente do Acre”, sob o comando do espanhol Luis Galvez e o conflito conhecido como “Revolução Acreana”, liderado pelo gaúcho Plácido de Castro. O desfecho desta história se deu através da habilidade diplomática do Ministro das Relações Exteriores Barão do Rio Branco, com a anexação do Acre ao Brasil em 1903.”

“O Território do Acre permaneceu nessa condição política até a sua elevação a Estado em 1962.”

“O Acre é um dos 27 estados brasileiros. Ele é o 15º em extensão territorial, com uma superfície de 164.221,36 Km², correspondente a 4,26% da Região Norte e a 1,92% do território nacional.”

“Os primeiros habitantes da região eram os índios, até 1877, quando imigrantes nordestinos arregimentados por seringalistas para trabalhar na extração do látex, devido aos altos preços da borracha no mercado internacional, iniciaram a abertura de seringais. Este território, antes pertencente à Bolívia e ao Peru, foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros.”

“A revolta dos brasileiros diante destas medidas resultou em conflitos que só tiveram fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, no qual o Brasil adquiriu o território do Acre.”

“Unificada a partir de 1920, a administração do Acre passou a ser exercida por um governador nomeado pelo Presidente da República. Até que em 15 de Junho de 1962 foi sancionada pelo Presidente da República João Goulart a Lei 4.070, que elevou o Acre a categoria de Estado. E em Outubro de 1962 foi eleito o primeiro governador do Estado do Acre, José Augusto de Araújo.”

3.1.1 Análise do frame Acre

Como já havíamos mencionado, segundo Fillmore (1982), o *frame* é um sistema de conceitos que se relacionam e, para compreendê-los, é preciso entender a estrutura na qual eles se encaixam, sendo que, quando um desses conceitos é introduzido no texto, todos os outros ficam automaticamente disponíveis. A partir disso, seguem abaixo algumas afirmações sobre o Acre nos textos que retomam a sua história:

- a) território boliviano penetrado por brasileiros que vinham atrás das seringueiras no tempo do ciclo da borracha;
- b) rico em seringais;
- c) área de imigrantes nordestinos arregimentados por seringalistas para trabalhar na extração do látex.
- d) território federal em 1903;
- e) a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil recebeu a posse definitiva da região;
- f) proclamado estado independente três vezes;
- g) elevado a Estado em 1962;
- h) a sua população gosta de política;
- i) uma das 27 unidades federativas do Brasil;
- j) apelidado de Extremo do Brasil, Estado das Seringueiras, Estado do Látex e Extremo Oeste.

Essas são informações que todos os *sites* pesquisados compartilham. Acreditamos que tais informações serão ativadas quando se falar do Acre para alguém que conheça o estado.

3.2 A Desciclopédia e as desnotícias

A Desciclopédia, *site* onde se encontram as desnotícias, é uma enciclopédia virtual² e consiste em uma sátira (como ela mesma sugere) da enciclopédia virtual Wikipédia³. Ambas são enciclopédias que podem ser editadas pelos usuários a qualquer momento, basta que estes estejam cadastrados e respeitem algumas normas de utilização. A Desciclopédia considera-se uma “enciclopédia livre de conteúdo e que qualquer um pode editar” e caracteriza as desnotícias como

[...] uma fonte de notícias livre e de grátis, feita por pessoas e animais como você em mais de 25 mil idiomas. Esta é a versão em língua portuguesa, falada em países subdesenvolvidos, no oeste da China, Isengard e por diversas pessoas em todo o mundo. O seu conteúdo pode ser modificado, impresso e distribuído livremente para os seus amigos, ou para que você possa os colorir, saiba como!⁴

Quando a Desciclopédia se denomina como “a enciclopédia livre de conteúdo e que qualquer um pode editar”, mostra-nos, por meio do jogo de palavras “livre de conteúdo”, como ela utiliza o humor para satirizar o *site* original, Wikipédia, que tem como slogan “a enciclopédia livre”. Porém, mesmo sendo o objetivo da Desciclopédia satirizar a Wikipédia, em muitos pontos ela mantém as características da sua fonte, principalmente no *layout*.

A Desciclopédia, então, apresenta-se da seguinte maneira: do lado direito da página encontramos o logotipo e o menu com os seguintes *links*: pesquisa, navegação (página principal, babel, página aleatória); colaboração (criar artigo, ajuda, página de testes, mudanças recentes, portal comunitário e ferro velho); (f)utilidades (boteco, A.A (ajuda), mesa de truco, regras, chat); destaques mensais; correlatos (desnotícias, descionários, deslivros, despoesias, desentrevistas, descitações, deslistas, desinopses, fatos, uncommons, unmeta); ferramentas (páginas afluentes, alterações relacionadas, páginas especiais, versão para impressão, link permanente, principais contribuidores) e outras línguas (um total de 52).

No topo da página, há o *link* de acesso ao cadastro do usuário, em seguida os *links*: artigo, discussão, ver código-fonte, histórico e atualizar. Em seguida as boas vindas ao *site* com a seguinte frase: “Bem-vindo(a) à Desciclopédia, a enciclopédia livre de conteúdo e que qualquer um pode editar”. Do lado esquerdo desse enunciado, encontram-se a hora, que não é compatível com

² www.desciclopedia.org

³ www.wikipedia.org

⁴ DESCICLOPÉDIA. *Desnotícias*: página principal. Disponível em: <www.desciclo.pedia.ws/wiki/Desnoticias:Página_principal>. Acesso em: 2 dez. 2013.



Figura 2: Layout da página inicial das desnotícias⁶

Como já mencionado, as desnotícias fazem parte da seção correlatos, tendo como objetivo satirizar as notícias já publicadas por mídias de renome. A desnotícia selecionada para este estudo é sobre o apagamento ou não do estado do Acre do serviço GoogleMaps da Google. Vale ressaltar que essa desnotícia faz parte de um *corpus* de 42 desnotícias sobre o Acre, presentes no *site* Desciclopédia, no período de 4 de abril a 13 de abril de 2011. O interesse pelas desnotícias relacionadas ao Acre é de ordem quantitativa, o que se justifica na medida em que, das 27 unidades da federação, foi o único a ter 42 textos⁷.

4 Desnotícia: Google nega ter apagado o Acre⁸ do serviço Googlemaps⁹

CHICAGO, BOSTON, OHIO, EUA – Ufólogos diziam que o Google Maps teria omitido informações sobre o *[hipotético] território do Acre*. Diretor do Google diz que a empresa nunca teve dados “suficientes” sobre a região.

⁶ Copiado do site no dia 28 de abril de 2011 às 23h21min

⁷ Esse dado é resultado da contagem das 3.077 desnotícias presentes na Desciclopédia no período de 04 de abril de 2011 a 13 de abril de 2011.

⁸ Os termos em itálico são todas as expressões nominais que fazem retomadas ao objeto de discurso *o Acre* introduzido no título da desnotícia.

⁹ Disponível em: <http://desciclopedia.org/wiki/Desnot%C3%ADcias:Google_nega_ter_apagado_o_Acre_do_servi%C3%A7o_GoogleMaps>. Acesso em: 21 abr. 2011.

O Google desmentiu ter apagado do aplicativo Google Maps dados dos mapas do Acre, como afirmam vários sites de Ufologia, e explicou que, na realidade, o Google nunca teve informação suficiente sobre *aquela suposta região*.

“Por que o Google Maps não mostra nenhuma *cidade ou estrada no Acre* ou nos vizinhos Bolívia e Santa Cruz? Bem, é que nunca lançamos cobertura *destes hipotéticos territórios* porque não estávamos satisfeitos, nem plenamente convencidos, dos dados disponíveis”. afirmou John Nomapper, gerente de produto do Google, no blog corporativo do site de buscas.

“Alguns de nossos clientes perguntaram se eliminamos informação *desse território*, em resposta às recentes ondas de pesquisas para saber se realmente *ele* existe, e posso assegurar que não é o caso. Os dados nunca estiveram no Google Maps”. acrescentou John Nomapper.

Mapa virtual

O Google Maps é um serviço que ~~quer dominar o mundo~~¹⁰⁸ oferece mapas online muito detalhados de quase todas as regiões do mundo.

Entre as poucas áreas que o Google Maps não cobre está *a região do Acre*, países pequenos como Krakozhia, outros fechados aos estrangeiros como a China, e algumas surpreendentes exceções, como Coréia do Sul ou Argentina.

No entanto, o Google Earth, outro serviço da empresa que ~~quer dominar o mundo~~ oferece imagens aéreas de grande parte do mundo, mostra fotos da República das Bananas e permite, inclusive, distinguir edifícios de algumas de suas cidades, embora *a cidade de Rio Branco* realmente nunca tenha sido vista no software.

Provas de que o Acre não existe

Agora pense você mesmo:

– Quantos Amazonenses você conhece? (responda essa pergunta considerando o tamanho do Amazonas)

– Agora quantas pessoas que vieram do “Acre você conhece”?

– Qual é o prato típico do “Acre”? (Seria o prato de Acrílico?)

– Quem vem do Acre é o que? (Acreditável?)

Muito provavelmente você já percebeu onde queremos chegar... Não, *o Acre não existe, ele* é apenas uma invenção do governo a fim de esconder

10 Esse tipo de marcação é um recurso do texto da desnotícia.

uma area secreta onde estão mantidas as tampas de caneta bic (perdidas), os politicos honestos e os Chesters

Muitos usuários do Software google Maps disseram econtrar uma tarja preta em cima *do suposto local onde deveria estar o “Acre”* ... o governo brasileiro foi quem pagou uma grande fortuna para colocarem essa tarja preta para não acabar com essa mentira que vem sendo mantida a anos.

“A verdade sobre o “Acre”!” Funcionario Google sobre a existencia do “Acre”

4.1 A Constituição do frame Acre na desnotícia

A fim de desvelarmos o *frame* evocado para o Acre na desnotícia acima, tomamos como foco de análise as expressões nominais referenciais que constituem o processo de referenciação do objeto de discurso *o Acre*. Para tanto, temos como ponto de partida a introdução e também primeira categorização do objeto de discurso *o Acre* no título da desnotícia e todas as retomadas a ele por meio das expressões nominais, dando origem ao seguinte processo de referenciação: O Acre → o [hipotético] território do Acre → a região → aquela suposta região → cidade ou estrada no Acre → destes hipotéticos territórios → desse território → ele → a região do Acre → a cidade de Rio Branco → o Acre não existe → o suposto local onde deveria estar o “Acre” → A verdade sobre o “Acre”

Observamos, nesse processo de referenciação, que a primeira categorização do objeto de discurso aconteceu por expressão nominal definida sem conter nenhum modificador, somente o artigo definido e o nome do estado. Porém, no corpo da desnotícia o(s) autor(es) recategoriza(m) o objeto de discurso, acrescentando modificadores, possibilitando a constituição do *frame* ACRE para os leitores desse texto. Esses leitores irão ativar outros *frames* (pois *frames* evocam *frames*) sobre o estado do Acre e, assim, começarão a fazer as comparações pertinentes entre o que eles já sabem sobre o estado e o que está sendo posto pela desnotícia.

Além das expressões nominais referenciais, que nos mostram como o objeto de discurso foi categorizado e recategorizado, consideramos relevante levar em conta outros dados sobre esse objeto, também presentes no *corpus* analisado, mas que não integram a estratégia de retomada ao objeto *o Acre*. Estes dados são: *Agora quantas pessoas que vieram do “Acre” você conhece“?*, *Qual é o prato tipico do “Acre“?* (Seria o prato de Acrílico?), *Quem vem do Acre é o que?* (Acreditável?), *A verdade sobre o “Acre”*, além de, na desnotícia, ser evidente que quem está questionando o Google Maps quanto às informações

sobre o Acre são ufólogos: *Ufólogos diziam que o Google Maps teria omitido informações sobre o [hipotético] território do Acre.* Novamente o leitor ativará seus conhecimentos prévios sobre o Acre e evocará os *frames* necessários para a interpretação desses dados, refletindo não apenas sobre as perguntas e respostas que a desnotícia faz, mas também sobre a questão de serem ufólogos a questionarem a existência do estado; pois, como se sabe, a ufologia estuda os extraterrestres que ninguém sabe ao certo se realmente existem.

A partir, portanto, das expressões nominais referenciais e dos outros dados considerados importantes, podemos asseverar que a desnotícia analisada evoca o seguinte *frame* para o Acre:

- a) hipotético território;
- b) suposta região;
- c) Rio Branco, como não sendo a capital, simplesmente uma cidade como as outras;
- d) o Acre não tem um local definido para estar;
- e) o Acre não têm habitantes, nem prato típico;
- f) a procura pela verdade sobre esse estado;
- g) o Acre não existe.

Após essa constituição do *frame* ACRE para a desnotícia, questionamos o porquê de ora o Acre ser categorizado como território, ora como região. A fim de responder a essa nossa dúvida, nos embasamos nas definições do Dicionário Houaiss e nos textos presentes no anexo sobre a história desse estado.

Definição de território para o Dicionário Houaiss:

1. grande extensão de terra
2. área de município, distrito, estado, país etc.
3. área de uma jurisdição
4. a própria jurisdição
5. no Brasil e nos E.U.A., região que, não constituindo um estado, é administrada pela União
6. Rubrica: termo jurídico.

Extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías, portos e tb. a faixa do mar exterior que lhe banha as costas e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondente ao próprio território

7. Rubrica: ecologia.

Área que um animal ou grupo de animais ocupa, e que é defendida contra a invasão de outros indivíduos da mesma espécie

Definição de região para o dicionário Houaiss:

1. vasta extensão de terreno

2. grande extensão do território de um país, de um continente etc., que se distingue das demais por suas características físicas, administrativas, econômicas, políticas

3. Rubrica: biogeografia.

Qualquer grande território mundial caracterizado por um alto percentual de flora ou fauna endêmica

4. Rubrica: fitogeografia.

conjunto de províncias que apresentam vegetação semelhante em aspecto ou fisionomia

5. Rubrica: anatomia geral.

Cada uma das partes em que se considera dividido o corpo humano

6. Rubrica: matemática.

Porção de uma superfície (ou do espaço) limitada por linhas (ou por superfícies)

7. Rubrica: geofísica.

Cada uma das partes em que se divide a atmosfera

De todas as definições elencadas para a definição de território, a que melhor responde ao nosso questionamento é: “no Brasil e nos E.U.A., região que, não constituindo um estado, é administrada pela União”, pois, como relatam os textos sobre a história do Acre, ele foi anexado ao Brasil no começo do século XX, permanecendo como território federal até 1962, quando foi elevado a estado. Já a definição de região que consideramos relevante é: “qualquer grande território mundial caracterizado por um alto percentual de flora ou fauna endêmica”, que faz jus ao estado do Acre, que tem grande presença da Floresta Amazônica. Percebemos, então, que as duas definições se diferenciam e só fazem sentido para aqueles que, além de saberem disso, também têm acesso à história e à geografia do estado do Acre, porque, como é sabido, para a semântica de *frames*, tudo depende das experiências e conhecimentos de mundo das pessoas, pois *frames* evocam outros *frames*.

Considerações finais

Chamaremos esta seção de “Algumas considerações finais”, pois acreditamos que seja necessário realizar ainda a análise de todas as desnotícias que compõem o *corpus*¹¹⁹ a fim de verificarmos se o *frame* evocado na desnotícia analisada se confirma nas outras desnotícias, mas isso vai além do objetivo deste estudo. Mesmo sem analisarmos todo o *corpus*, foi possível constituir o *frame* ACRE a partir da visão dos textos históricos sobre esse estado e a partir da visão da Desciclopédia por meio de uma desnotícia.

Com o processo de referenciação, com as (re)categorizações do objeto e com os dados extras que identificamos, percebemos que a desnotícia tende a desqualificar o estado do Acre, concebendo-o como o estereótipo de um estado não existente, sem importância para a sociedade brasileira. Isso acontece, primeiro, porque ela é um texto humorístico e, segundo, porque a desnotícia pode ser escrita por pessoas que desconheçam realmente a história do Acre e, por isso, tomam seus conhecimentos sobre ele como verdadeiros, constituindo, portanto, tal *frame* para o estado. Acreditamos, ainda, ser pouco provável alguém acreditar no que é posto pela desnotícia, já que ela se apresenta como um *site* de humor. Isso é bem diferente do pretendido pelos textos históricos, que relatam os conflitos entre o Brasil e a Bolívia para tomarem posse do Acre e, mais tarde, a luta do Acre para deixar de ser um Território Federal e ser elevado a estado, ou seja, esses textos evocam um outro *frame* para o Acre, com um *status* de importância bem maior.

Outra constatação importante deste nosso estudo foi verificar que as expressões nominais referenciais são um material linguístico rico em informações para a constituição de um *frame*, pois, na sua formação, o(s) autor(es) seleciona(m) o léxico intencionalmente, deixando, na maioria das vezes, suas experiências e conhecimentos sobre o objeto que está retomando. Isso se justifica, pois a expressão nominal não é constituída só de artigo definido ou indefinido e o nome, mas vem acompanhada por modificadores, como percebemos na categorização e recategorização no processo de referenciação da desnotícia, o que nos permite resgatar, via análise, o *frame* do objeto que está sendo construído discursivamente.

11 *Corpus* do projeto de mestrado em andamento da autora deste artigo

Referências bibliográficas

DESCICLOPÉDIA. *Google nega ter apagado o Acre do serviço GoogleMaps*. Disponível em: <http://desciclopedia.org/wiki/Desnot%C3%ADcias:Google_nega_ter_apagado_o_Acre_do_servi%C3%A7o_GoogleMaps>. Acesso em: 2 nov 2011.

FILLMORE, Charles. Frame semantics. In: ____: *The Linguistic Society of Korea*. Soeul: Hanshin, 1982. p. 111-137.

GURGELM, Rodrigo. *Brasil X Bolívia: a guerra evitada*. Educação Terra. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/11/12/001.htm>>. Acesso em: 1 nov 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva. Versão 1.0, dezembro de 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação. In: _____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. A. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Antônio Luiz. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-51.

NEVES, Marcos Vinícius. *História Política do Acre (I)*. Página 20. Disponível em <http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10205&Itemid=24>. Acesso em: 1 nov. 2011.

PETRUCK, M. *Frame semantics*. Berkeley: University of California. s/d.

Sobre o Acre. Portal do governo do Acre. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/sobre-o-acre>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

WIKIPÉDIA. Acre. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Acre> Acesso em: 1 nov. 2011.

**O que fazer com o seu dinheiro:
o discurso prescritivo em manchetes de
capa de jornais sobre finanças pessoais**
*[What to do with your money:
the prescriptive discourse in newspaper
headlines about personal finances]*

LEUSA CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS

Mestre em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife,
Pernambuco, Brasil; Jornalista.
[leusa.santos@gmail.com]

RESUMO

Saia do vermelho. Pague as contas em dia e evite entrar no cheque especial. Essas são algumas questões trazidas pela mídia em geral quando o assunto são finanças pessoais. Mas para quem são endereçadas? Como é construído o leitor nesse tipo de abordagem? A quais discursos elas remetem? Este artigo visa a responder a esses questionamentos e investiga, à luz da análise do discurso de linha francesa, os sentidos que emergem desses tipos de enunciados em manchetes de capa de jornais e como esses sentidos ligam-se, simultaneamente, ao discurso de autoajuda. A mídia precisa de audiência e é vista como uma transmissora da verdade e detentora de credibilidade. Valendo-se dessa constituição ideológica, os enunciados jornalísticos de primeira página sobre a vida financeira das pessoas inscrevem-se em formações discursivas que remetem à imposição velada do discurso de autoajuda e também à relevância construída através do discurso midiático. No meio dessa arena ideológica de dizeres híbridos, estão o sujeito-autor e o sujeito-leitor, que convivem através dos sentidos emergentes dos enunciados.

Palavras-chave

Jornalismo; Manchetes de jornais; Autoajuda; Análise do discurso.

ABSTRACT

Get out of debt. Pay your bills on time and avoid need of the special cheque. These are some points gave by the media when the subject is personal finances. But, for those who are directed? How is seen the reader in this kind of approach? What discourses they refer? This article aims to answer these questions and investigate, from the discourse analysis of the french line, the directions that emerge from these types of utterances of newspaper headlines and how these directions connect simultaneously to self-help discourse. The media needs of audience and is seen as mere conduit of truth and with credibility. Using this ideological constitution, the journalistic newspaper headlines utterances about the personal financial of the people are classified in discursive formations that lead to see the self-help discourse and also to relevance of the media discourse. In the middle of the ideological saying hybrids arena, are the subject-author and the subject-reader, that coexisting concurrently through the directions that emerging of utterances.

Key-words

Journalism; Newspaper headlines; Self-help; Discourse Analysis.

Introdução

Antes de um determinado assunto virar a manchete principal na capa de um jornal, ele passa por uma espécie de avaliação, cujo primeiro critério é saber se é ou não notícia e, sendo, qual o seu grau de noticiabilidade. Existe um conjunto de valores que os jornalistas consideram para atribuir a um assunto a condição de notícia. São os valores-notícia.

Segundo as considerações de Traquina (2008), esses valores-notícia são os critérios de noticiabilidade “que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia.” (p. 63). Há uma classificação desses valores e resumimos a seguir os principais critérios considerados pelo autor, visto que atendem a nossa necessidade de situar o *corpus* deste trabalho no seu campo de atuação.

São valores-notícia, entre outros: morte (critério considerado como fundamental), notoriedade (dos atores principais da notícia), proximidade (proximidade do acontecimento em termos geográficos e culturais), relevância (acontecimentos que têm um impacto na vida das pessoas), novidade (o que há de novo sobre determinado assunto ou o que de novo o assunto transmite), tempo (atualidade/aniversário do acontecimento); notabilidade (qualidade de ser visível e também o contrário do que é normal); inesperado (aquilo que surpreende a expectativa); conflito (violência física ou simbólica); infração (transgressão das regras).

Para chegar a essa classificação de valores-notícia, Traquina (2008) baseou-se nas teorias de Galtung e Ruge (1965/1993, apud TRAQUINA, 2008) sobre noticiabilidade e também em algumas considerações de Bourdieu (1997, apud TRAQUINA, 2008) acerca do trabalho dos jornalistas. Segundo Bourdieu, os valores-notícia são os óculos particulares dos jornalistas e, através desses óculos, eles “operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado.” (apud TRAQUINA, 2008, p. 77). Um assunto pode reunir todos esses valores ou alguns deles, dependendo do tipo de informação.

A tarefa de informar é o que move a mídia em geral. Mas informar não é apenas transmitir algo a alguém, de acordo com determinados critérios. Até mesmo quando olhamos o que é colocado por Traquina (2008) sobre a instabilidade dos valores-notícia, entendemos que existe algo além que move essa maquinaria de informar. O autor coloca que “os valores-notícia não são imutáveis.” (p. 95). E completa afirmando que eles podem mudar de uma época histórica para outra, de uma localidade para outra, de uma empresa jornalística para outra.

A notícia não é uma fórmula. É um elemento inacabado, em constante construção. Recorremos, então, ao domínio da Análise do Discurso de linha

francesa (AD), com base nas ideias de Michel Pêcheux e de outros autores representativos dessa teoria, como Courtine (1999) e Orlandi (2009), para enveredar nesse mundo da notícia e estudar o foco do nosso trabalho, que são as manchetes de capa de jornais sobre finanças pessoais.

E sob a ótica da AD podemos começar a discutir que informar é enunciar discursos para alguém que é construído, visto que é impossível conhecer o leitor, telespectador ou ouvinte real. Baseados na AD francesa, podemos afirmar que, mesmo no diálogo entre duas pessoas, o outro sempre é uma construção. A partir das reflexões em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux (1969) nos mostra que a percepção do outro é sempre uma relação imaginária.

Dissemos anteriormente neste item que informar não é apenas aplicar os valores-notícia a um acontecimento e que mesmo esses valores-notícia são mutáveis. E agora, com base nas reflexões da AD, podemos dizer que informar é, sobretudo, discursivizar. Esse é o “algo mais” que faz com que os critérios noticiosos mudem ao sabor da história, das circunstâncias da contemporaneidade, da natureza política do veículo midiático e também do jornalista, que, afetado por ideologias diversas, enuncia inconscientemente discursos outros, enquanto sujeito do discurso.

Vamos analisar essa conjuntura recortando desse universo midiático manchetes de capa que abordam a gestão de finanças pessoais. Partimos para esse estudo com três hipóteses a investigar:

- a) as manchetes de capa de jornal referentes a assuntos de finanças pessoais enxergam o leitor como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso financeiro;
- b) nessas manchetes, há um discurso prescritivo e de suposição de que o interlocutor não sabe o que fazer com o seu dinheiro e, por isso mesmo, usa-o inadequadamente, adquirindo dívidas;
- c) pelo caráter prescritivo, essas manchetes estão inscritas no discurso da autoajuda.

Observamos, a partir das leituras, que o discurso de autoajuda está pulverizado nas mais diversas plataformas de comunicação. É o que consideraremos no próximo tópico.

1 O discurso de autoajuda: contextualização

Segundo Rüdiger (1996), o termo “autoajuda” teve origem na literatura com a publicação do escocês Samuel Smiles intitulada *Self-help*, em 1859. A obra marcou o século e tornou-se um dos livros mais vendidos nos Estados Unidos na época. O trabalho tinha o objetivo de mostrar que a felicidade individual depende do alcance de um bom caráter. Assim, nesse cenário, Smiles dizia que “self-help” significava, essencialmente, força de vontade aplicada ao cultivo dos bons hábitos. (*apud* RÜDIGER, 1996, p. 33).

Com o passar dos anos e das transformações sociais e econômicas, o sentido do termo foi se modificando, até que o foco deixou de ser o cultivo do caráter e voltou-se para os poderes mentais do indivíduo. O advento do capitalismo foi o principal impulsionador dessa mudança, como analisa Rüdiger:

a preocupação com a formação do caráter e o enfraquecimento da consciência moral vinculam-se ao progresso da democracia, mas sua principal causa, de fato, é a falência do sistema de artes mecânicas e o avanço do sistema fabril criado pelo capitalismo. (1996, p. 45)

Essa mudança só fez ganhar força, até que, no século 21, o conceito de autoajuda distanciou-se ainda mais da sua forma original de desenvolvimento do bom caráter para ser apreendido como “o moderno culto do sucesso e do cuidado cosmético com a personalidade.” (RÜDIGER, 1996, p. 35). A partir desse contexto, a literatura de autoajuda como conhecemos hoje explodiu para o mundo nos anos 30 e isso se deve a outros dois autores representativos: Dale Carnegie e Napoleon Hill.

O primeiro lançou, em 1937, o famoso *Como fazer amigos e influenciar pessoas*. Segundo reportagem de Marthe (2002), publicada na *Veja* online, até 2002 essa obra já tinha vendido 50 milhões de exemplares e é considerada como precursora da literatura de autoajuda. Hill também contribuiu para a disseminação do gênero, primeiramente com o seu *Pense e enriqueça*. A primeira edição foi lançada também em meados dos anos 30 e até hoje essa obra, revisitada, ainda permanece atual com os conselhos de como realizar as aspirações pessoais e ganhar dinheiro.

Assim como Hill e Carnegie, vários autores entraram na seara da autoajuda e se tornaram *best sellers*. Na atualidade, vários títulos são representativos do gênero e, ao observá-los, constatamos uma regularidade: linguagem acessível e uso de verbos no imperativo – que não expressam abertamente uma ordem, e sim, um conselho. Destacamos trechos de alguns dos 100 títulos de autoajuda pesquisados por Marthe (2002) para demonstrar essa evidência:

1930

Pense e enriqueça (Napoleon Hill): “Fixe na mente a importância exata de dinheiro que quer ter. Não basta dizer ‘Quero um bocado de dinheiro’. Seja definido quanto à importância que quer. [...] “Determine exatamente o que tenciona dar em troca do dinheiro que quer.”

1980/1990

O sucesso não ocorre por acaso (Lair Ribeiro): “Tente perceber como está se sentindo neste exato momento. Como estão indo aqueles sonhos acalentados há tantos anos? Foram realizados plenamente? Parcialmente? Foram ‘arquivados’? [...] Você se sente satisfeito com o que já conquistou na vida? Almeja mais? Acredita nas suas chances? O que está faltando, afinal, para que você consiga ser realmente bem-sucedido?”

2000/2002

Você: A Alma Do Negócio (Roberto Shinyashiki): “Agora o jogo está nas suas mãos. Não haverá ninguém acima de você para motivá-lo. Agora é a sua vez de incendiar o time. A energia terá de começar dentro de você. Não adianta ficar esperando que alguém apareça para fornecer o gás extra de que você precisa. Ou cria o pique para fazer o que precisa ser feito, ou as coisas não vão acontecer...”

Podemos observar que é constante o uso de expressões motivadoras: “Seja definido quanto à importância que quer” (Hill). E também provocadoras: “Não adianta ficar esperando que alguém apareça para fornecer o gás extra de que você precisa” (Shinyashiki). Também é fortemente marcante a utilização de verbos no imperativo: “fixe, determine, tente perceber”¹.

Conceitualmente, os verbos no modo imperativo podem exprimir ordem, proibição, conselho, pedido ou interação. Os autores se valem dessa gama contraditória de sentidos e recorrem ao imperativo como forma de aconselhamento, de aproximação com o leitor, embora seja inevitável o atravessamento, no discurso, dos significados opostos relativos à prescrição. A essência dos títulos de autoajuda obedece a dois critérios básicos, segundo Marthe (2002): oferecer teorias complexas através de uma linguagem acessível ou traduzir, através de metáforas, sentimentos que as pessoas, na sua maioria, não conseguem articular.

O discurso de autoajuda alcançou outras fronteiras além da literatura. Basta observar as promessas de emagrecimento rápido a que assistimos nos programas de TV que vendem remédios “milagrosos” para perder peso.

¹ Ver grifos em itálico nos trechos acima.

Os cartazes afixados na frente de templos religiosos que prometem livrar o indivíduo da depressão, de doenças ou de um casamento infeliz. Em qualquer meio de comunicação – desde panfletos entregues na rua até a mídia de massa – é comum ver conselhos sobre o modo como podemos viver melhor, como podemos amar melhor, ter sucesso na carreira, ter cabelos mais sedosos, economizar dinheiro etc. Sempre a certeza ilusória de que apenas nós somos os responsáveis pelo nosso sucesso ou fracasso. Temos que ser bons o mais rápido possível.

Sobre esse cenário em que vivemos na contemporaneidade, o sociólogo Zygmunt Bauman (2009) diz que a sociedade é “líquido-moderna”. Segundo ele, vivemos em um mundo onde as coisas acontecem com tamanha rapidez que não há tempo para consolidá-las, para transformá-las em modelos de vida. Ele define a sociedade líquido-moderna como aquela “em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.” (p. 7).

E essa urgência na satisfação pessoal faz com que se procurem modos mais rápidos de conseguir êxito. É a corrida obsessiva às academias de ginástica, a necessidade urgente de beleza e vitalidade propagada pela mídia, as próteses de silicone, as cirurgias plásticas etc. “A vida líquida é uma vida de consumo.” (BAUMAN, 2009, p. 16).

Essa caracterização do mundo moderno feita pelo sociólogo nos oferece um ponto de reflexão que nos liga ao foco deste artigo. A urgência de uma vida altamente impositiva de costumes, de atitudes, também se reflete nos diversos discursos que são postos em circulação através da mídia. É cada vez mais comum nos depararmos com enunciados midiáticos do tipo “como fazer”, ou “como alcançar” algo. Para entender esse fazer jornalístico discursivamente, vamos discutir agora alguns dos principais pontos do aparato teórico da AD francesa.

2 Uma rede discursiva de conceitos

Quando se olha para um objeto de estudo tomando como base os conceitos da AD francesa, chega-se ao entendimento de que o mutável é uma regularidade constitutiva dos discursos. Nenhum dito é acabado. Está sempre por se constituir em diferentes universos com os quais entra em contato. Os sujeitos que os articulam não inauguram dizeres. Inscrevem o que é dito assujeitando-se inconscientemente a dizeres outros, já ditos em outros lugares.

Essas reflexões são resultado de uma rede de conceitos acerca do discurso e tudo que o envolve. Rede essa tecida inicialmente por Michel Pêcheux e que, ao longo do tempo, vem sendo rearticulada e reafirmada por vários outros teóricos utilizados neste trabalho. Vamos mobilizar neste estudo alguns conceitos-chave da AD francesa que, acreditamos, vão nos possibilitar analisar o caráter prescritivo e de orientação das manchetes sobre finanças pessoais.

O interdiscurso é um representativo conceito da teoria de Michel Pêcheux (1975), que o definiu como “um todo complexo com dominante”. Ele afirma que o interdiscurso mantém sob sua dependência as formações discursivas que, por sua vez, sustentam sob seus domínios os discursos. É como se esse “todo” fosse um grande complexo de discursos, abrigados em formações discursivas diversas, às quais os sujeitos recorrem para construir os dizeres.

Segundo Pêcheux (1975), o discurso está sempre “já lá”, existe na exterioridade do sujeito. É no interdiscurso que se constituem os saberes esquecidos e repetíveis por enunciações diversas. Orlandi (2009) afirma que o interdiscurso é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.” (p. 12). Os dizeres que o interdiscurso disponibiliza, resultados de uma série de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas, afetam a maneira pela qual o sujeito produz um enunciado.

O interdiscurso abriga as formações discursivas (FDs). Na elaboração feita por Pêcheux (1975), a formação discursiva determina o que deve e pode ser dito a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada. A significação que Courtine (2009) da à FD nos permite entender que ela não possui fronteiras, não é fechada em si. Seus limites são porosos, fluidos, e se comunicam com outras formações discursivas. Orlandi (2009) cita Courtine quando explica que o fechamento de uma FD não é estável. Diz Courtine que “ela (a FD) se inscreve entre diversas formações como uma fronteira que se desloca em função da luta ideológica”. (*apud* ORLANDI, p. 12).

Courtine (1999) explica que é o interdiscurso que arquiva os saberes nos quais a enunciação se sustenta. Uma vez recortados no interdiscurso, esses saberes são formulados no nível do discurso, no intradiscurso, que é o campo da formulação, o fio do discurso. O sujeito se identifica com uma FD quando recorta um saber do interdiscurso que a abriga e formula o seu discurso no intradiscurso.

Para fechar essa conceituação sobre os saberes das FD’s inscritos no interdiscurso, é importante olhar para a instância ideológica. O controle do interdiscurso e das FD’s se dá nas formações ideológicas (FI’s). Pêcheux (1975) coloca que o sujeito é interpelado pela ideologia e a ela se assujeita sem perceber. Ele foi buscar na psicanálise as bases para

essa reflexão e em Althusser o entendimento acerca do assujeitamento às instâncias ideológicas.

A formação ideológica, portanto, constitui-se em um conjunto de forças contraditórias e que lutam entre si, regulando os saberes mobilizados no interdiscurso e nas formações discursivas. Pêcheux (1975) coloca que as FI's comportam as FD's, que são interligadas e determinam o que deve ser dito.

Orlandi (2009) faz uma interpretação desse conceito e afirma que as formações ideológicas são representadas no discurso pelas formações discursivas. “Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.” (p. 43).

Podemos entender o discurso, nesse contexto, como o meio através do qual atuam os saberes do interdiscurso regulados pelas formações ideológicas. O discurso é, para a AD, o seu objeto teórico-ideológico. Pêcheux (1975) o coloca como um dos três elementos do quadro epistemológico geral da Análise do Discurso, junto ao materialismo histórico e à linguística.

O que interessa à AD é explicar o funcionamento discursivo levando em conta esses três pilares. O discurso, nesse sentido, articula-se com a língua, tomando-a como sua materialidade. É através da língua que o discurso se manifesta. Sendo assim, a linguística nos permite alcançar o discurso e este nos possibilita enxergar nos dizeres os processos históricos e ideológicos que os constituem.

Os dizeres que os interlocutores produzem são mais do que meras mensagens (ORLANDI, 2009). O que é dito traz consigo também pistas sobre crenças, valores e conceitos nos quais os interlocutores acreditam. Ou seja, os dizeres contidos no discurso dão pistas das FDs a que recorrem. O sujeito, ao enunciar algo, se apropria e é apropriado por ideias outras, exteriores a si. Entre suas palavras o falante traz palavras de outros.

E o sujeito, ao enunciar dizeres, traz para o fio do seu discurso dizeres outros porque são afetados por esses dizeres. Segundo Pêcheux (1975, p. 214), “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.”

Courtine (1999) reflete sobre essa noção de sujeito e desenvolve outro pensamento, que vem mostrar como funciona essa interpelação. Ele afirma que há rituais discursivos de continuidade aos quais o sujeito se submete, apagando o processo histórico de construção do seu dizer. Esses rituais, segundo o autor, apagam o passado, presente e futuro de uma enunciação e a faz existir como se estivesse sendo dita pela primeira vez.

No entanto, marcas na enunciação possibilitam ao analista descobrir esse apagamento nos processos de análise dos enunciados. Essas pistas aparecem através da retomada de um verbo, do uso de advérbios etc. Isso nos possibilita perceber, através da superfície linguística de um enunciado, as marcas que nos levam aos rituais discursivos, descortinando-os na sua origem e evidenciando nuances até então apagadas pelo sujeito enunciator.

E esse sujeito, para Courtine (1999), ressoa na memória desse dizer como “uma voz sem nome”, uma vez que os dizeres que ele mobiliza não são seus, já foram ditos em outro lugar, antes, e estão sendo recortados através de movimentos discursivos possibilitados pela memória. Esta é o último conceito-chave da AD que vamos trazer nesse tópico. Para Pêcheux (1999):

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc., de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Esses implícitos de que fala Pêcheux (1999) são os dizeres ocultados que, ora ou outra, afloram no discurso ou são percebidos por marcas na superfície linguística. Courtine (1999) faz uma leitura desses implícitos e desenvolve a concepção de memória discursiva, buscando também relacioná-la ao constante movimento com o esquecimento. Segundo ele, há um processo de apagamento da memória histórica que é produzido na ordem do discurso, deixando marcas do seu desaparecimento.

E o discurso possui uma ordem própria de atuação, que não é determinada pela língua, mas que nela se realiza. O discurso acontece através da língua. A partir desse raciocínio, o autor se propõe a discutir como a memória se constitui através do discurso. Ele parte de dois pressupostos: o primeiro, baseado em Pêcheux (1975), é que há “sempre já” um discurso e o que é enunciável está na exterioridade do sujeito enunciator. O outro pressuposto ele constroi a partir do conceito foucaultiano de enunciado, quando concorda que este é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar a enunciações muito dispersas.

Esses dois pressupostos são o fio condutor para a construção do conceito de memória discursiva, articulada com o esquecimento. Para Courtine (1999), esses dizeres esquecidos são retomados através do processo de assujeitamento, no qual o sujeito, inconscientemente, tem a ilusão de ser a origem do dizer² e de que o seu dito só o pode ser feito daquela forma e

2 Trata-se do esquecimento n 1. (PÊCHEUX, 1975).

não de outra³. Ele pensa esse assujeitamento em dois níveis de descrição: o da enunciação e o do enunciado.

Na enunciação, Courtine (1999) explica que o sujeito enunciador, inserido numa situação de enunciação, tem a ilusão de ser o “eu”, “aqui” e “agora” do que está sendo dito. No nível do enunciado, articulam-se formas linguísticas que se citam, se repetem, se parafraseiam, se opõem entre si. Essas articulações ocorrem em um espaço interdiscursivo no qual atua o domínio de memória, conceito também foucaultiano que foi apropriado pelo autor. E é por conta de todo esse processo de assujeitamento no dizer que o sujeito não tem nome, é uma “voz sem nome” que ecoa no domínio da memória.

A partir daí, podemos compreender como o autor vê funcionar essa engrenagem discursiva da memória, que é articulada pelo sujeito na produção dos dizeres. Courtine (1999) parte da ideia de que há o que ele chama de formulações-origem. São como origens de discursos esquecidos, são lembrados em outros discursos através da recorrência inconsciente do sujeito a determinadas FD's. Ele diz que:

As formulações-origem derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso elas se transformam; [...] truncam-se; escondem-se para reaparecer mais à frente, atenuam-se ou desaparecem, misturando inextricavelmente memória e esquecimento. (p. 19)

E é através desse constante movimento entre memória e esquecimento que os discursos são construídos em um espaço repetível, onde a retomada de discurso a discurso é uma constante. E essa retomada infinita dá origem a formulações diversas, também apagando as marcas dos discursos de origem. Através da citação, da recitação e da formação de pré-construídos “os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrências das formulações.” (COURTINE, 1999, p. 20).

Orlandi (1998) converge nessa reflexão de Courtine (1999) e acrescenta que o sujeito, quando toma como suas as palavras de uma voz sem nome, apropria-se de discursos filiando-se a eles e, conseqüentemente, aderindo a determinada memória discursiva. E completa afirmando que “na memória do dizer não é indiferente você filiar-se a um sentido ou a outro. Os lugares diferem significativamente.” (p. 22).

É pela memória discursiva, portanto, que se percebe a circulação de enunciações anteriores. A memória é um instrumento que permite identificar no

3 Trata-se do esquecimento n. 2. Segundo Pêcheux (1975), esse esquecimento é da ordem da enunciação. Dá conta de que, ao falarmos, produzimos em nós a ilusão da realidade do pensamento.

intradiscurso elementos do interdiscurso. E esses elementos ressurgem com outras significações, pois a cada recorrência a eles, os sentidos são outros porque as conjunturas também são outras.

O que discutimos até aqui sobre a memória discursiva nos possibilita antever que no discurso midiático ela é atualizada constantemente. E, além disso, essa memória leva o sujeito discursivo a se apropriar de dizeres que não são seus, em um processo inconsciente no qual a ilusão de autoria e de discurso puro são reais. E essa apropriação é feita tomando por base um leitor também enquanto sujeito. Um sujeito-leitor antecipado pelo sujeito do discurso, no caso o jornalista.

A relação entre esses sujeitos é muito próxima na arena midiática. Os discursos mobilizados para a construção de enunciados noticiosos trazem posições de um e de outro. Para entender esse ponto, vamos discutir a natureza imbricada da relação entre sujeito-autor, que é o sujeito do discurso, e sujeito-leitor.

3 O sujeito-autor e o sujeito-leitor no mundo midiático

O jornalista, quando se inscreve no discurso e passa a ser um sujeito discursivo, um sujeito-autor, está afetado inconscientemente por ideologias e discursos diversos, que vão se manifestar nos enunciados. Esse atravessamento discursivo do jornalista enquanto sujeito-autor do discurso entra em confronto com a regra básica do jornalismo, que é não opinar e, sim, apenas informar.

O discurso jornalístico se define no senso comum, ou pelo menos busca se afirmar, como um discurso comprometido com a verdade dos fatos. Mas isso já encontra sinais de impossibilidade quando nos defrontamos com conceitos como assujeitamento e interpelação do sujeito. Dessa forma, o sujeito-autor está determinado por uma prática discursiva que é constituída de diferentes movimentos de leitura. E esses movimentos constituem uma prática que, segundo Orlandi (1998), está “historicamente determinada de atribuição de sentidos a partir de uma perspectiva não-subjetiva da subjetividade.”(p. 199).

Com isso, a autora abre espaço também para a caracterização do sujeito-leitor. Essa prática não subjetiva da subjetividade permite ao jornalista fazer com que o enunciado seja ocupado por um leitor virtual, por um sujeito-leitor que não é real, mas, sim, construído discursivamente. Isso ocorre porque “há uma leitura historicamente determinada que dá lugar a superfícies discursivas em confronto a partir de uma mesma materialidade textual.” (p. 199).

Percebemos, assim, que as manchetes jornalísticas carregam vários sentidos, embora haja um sentido dominante. Segundo Schons e Grigoletto (2007, p. 3), “a mídia pode ser tomada como um exemplo que representa um espaço de coerção, já que pelas relações de poder impõe um sentido dominante em detrimento de sentidos que são silenciados”.

Ao elaborar uma manchete, o jornalista se inscreve numa posição-sujeito. Esta é o resultado de uma identificação com um saber que regula determinada formação discursiva, saber este classificado na AD como forma-sujeito. A cada manchete elaborada, essa posição pode variar. Essa é uma característica inerente à tarefa mental de pensar sobre um assunto que vai ocupar o principal destaque na capa de um jornal. Isso se deve ao fato de que somos atravessados por discursos e pela ideologia. Como diz Pêcheux (1975), “não existe discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia”.

Contudo, não há, em Análise do Discurso, sentidos estáveis e nem um leitor estável, que assimile o que está sendo dito apenas de uma forma. Nas manchetes de jornais sobre finanças pessoais há “já lá” um efeito-leitor projetado pelo jornalista que elabora o enunciado. Ele pode pensar esse leitor como alguém que não sabe gerir as finanças pessoais, por exemplo, e essa preconceção vai afetar diretamente a elaboração do enunciado.

O leitor, por sua vez, pode se identificar com essa perspectiva e se inscrever no discurso de autoajuda, que também está imbricado no enunciado. Ele faz isso acreditando que aquele assunto é tratado pelo jornal como um modo de ajudá-lo, uma maneira de orientá-lo a gerir suas finanças. Mas esse leitor também pode reagir diferentemente. Ele pode se inscrever em discursos outros que o levem a interpretar essa manchete como uma subestimação da sua capacidade de gerir o próprio dinheiro.

Schons e Grigoletto (2007, p. 5) refletem sobre isso afirmando que “é possível ao leitor resistir construindo sentidos outros para um texto, diferentes daqueles impostos pela mídia”. É o que chamam de processo de desidentificação do sujeito-leitor. Isso leva o leitor a ter, como nomeia Birman (1996), uma leitura irruptiva, pois “desarticula os sentidos instituídos e codificados, entreabrindo a possibilidade para a produção de outros sentidos.” (p. 56).

No entanto, essa ruptura com o sentido dominante tem uma força menor do que a do gênero midiático. Isso porque a mídia é constituída da ilusão da verdade e essa ideia é cristalizada socialmente no senso comum, conferindo-lhe força ideológica. O gênero midiático guia os sentidos e os impõe sob a aura da verdade ao seu leitor.

Corroborar essa visão o que Indursky (*apud* Schons e Grigoletto, 2007, p. 11) fala sobre o sentido dominante que um sujeito discursivo impõe ao leitor:

no processo discursivo, não estamos mais face a um locutor, mas diante de um sujeito historicamente determinado que, por esta razão, diz apenas o que sua posição-sujeito lhe determina/permite dizer, ignorando/silenciando os argumentos de outro sujeito histórico, desqualificando, por este viés, os saberes deste outro, que é seu antagonista ideológico.

Refletindo sobre essa cristalização dominante da verdade midiática, sem deixar de lado a possibilidade de interpretações outras pelo leitor, nossas análises vão focalizar os vários discursos que emergem das manchetes sobre finanças pessoais. E nessa interpretação sobre as significações pretendemos achar o fio discursivo que nos levará a ligar a origem desses enunciados a um discurso de autoajuda e de prescrição ao leitor construído.

O discurso midiático e o de autoajuda são incorporados pelo jornalista, enquanto sujeito-autor, sujeito do discurso. Os dizeres discursivos jornalísticos criam a ilusão de verdade, assim como os dizeres do discurso de autoajuda, que julgam orientando e orientam julgando. O jornalista, enquanto sujeito-discursivo, que enuncia, adere a esses discursos de forma mais ou menos evidente.

Esse movimento de identificação pode ser observado através da importância dada às fontes entrevistadas para a construção da notícia. O sujeito-autor do discurso pode se identificar mais com o discurso do economista que julga negativamente a atitude financeira dos outros ou com o de um chefe de família que está atolado em dívidas porque ganha pouco e reclama que o governo só faz aumentar os preços. Essas identificações vão determinar o direcionamento da reportagem e, conseqüentemente, da manchete de capa, que estará mais ou menos solidária a quem está com problemas financeiros.

Nessa teia de relações há o sujeito-leitor. Conforme aponta Grigoletto (2005), o sujeito-leitor é uma figura discursiva que é apropriada pelo sujeito-autor, no caso o jornalista que se inscreve em determinadas FDs para construir a manchete ou a reportagem. O sujeito-autor antecipa e projeta respostas e posições do seu leitor em potencial e as transfere para dentro da cadeia discursiva em que ele se inscreve na produção do enunciado. O sujeito-leitor, nesse caso, é uma posição tomada pelo autor e é, portanto, um efeito, o efeito-leitor.

Quando saímos do terreno de sujeito-leitor como uma posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor, vemos que, assim como o sujeito-autor não é totalmente livre e é assujeitado pelas ideologias, o sujeito-leitor também é afetado. A própria construção da notícia, a tomada de posição discursiva em relação ao que é enunciado determina ao sujeito-leitor algumas

interpretações em detrimento de outras. Ou seja, o sujeito-leitor será pre-determinado tanto se for tomado como uma posição pelo sujeito-autor quanto se sua constituição e reações forem antecipadas e influenciarem na construção do enunciado.

Mas e o leitor real? Onde fica nessa teia de relações? Tendo por base as reflexões em Grigoletto (2005), vamos transpor essa rede de relações para o *corpus* deste trabalho, as manchetes jornalísticas sobre finanças pessoais. O sujeito-leitor projetado nesses enunciados e tomado por eles é aquele que tem problemas financeiros. É o endividado, o afogado em contas para pagar. Esse é um leitor ideal projetado pelo sujeito-autor, que é o jornalista.

Para dar vida a esse sujeito-leitor, o sujeito-autor se inscreve na posição-sujeito do leitor. Já o leitor real, aquele que lê uma manchete sobre o controle do dinheiro, o faz afetado discursivamente pela ideia que o sujeito-autor construiu sobre ele através da manchete publicada. Esse leitor real pode se identificar ou não com o que está sendo construído. Essas caracterizações de sujeito-autor e sujeito-leitor serão importantes nas análises porque vão nos levar a identificar se os discursos são pró ou contra aos endividados. E integra esse cenário o discurso de autoajuda, que é colocado sob duas formas contraditórias: orientando e julgando, como veremos nas análises do *corpus*.

4 Análises do *corpus*

Selecionamos para este artigo duas manchetes de capa de jornais que serão analisadas à luz das teorias apresentadas até agora. São elas:

Amostra 1

Manchete: *Seu Natal longe do vermelho (Diário de Pernambuco, 15.11.2010)*

Subtítulo⁴: Marido, ou mulher, filhos, sobrinhos, pais, sogros, irmãos e os colegas do trabalho. É possível comprar todos os presentes de fim de ano e não ficar pendurado em dívidas. O Diário traz hoje dicas de um especialista em produtividade para calcular quanto gastar com boas “lembrancinhas” sem ninguém ficar insatisfeito. Economia A10

⁴ Texto em letras vermelhas que está abaixo da manchete. Também é chamado de *sutiã*, no jargão jornalístico (TRAQUINA, 2008).



Figura 1

Ao examinarmos primeiramente a superfície linguística, percebemos, através do uso do demonstrativo “Seu”, que o enunciado traz explicitamente o leitor para o centro de uma discussão: “*Seu* natal...”. O leitor é, então, convocado e provocado a saber como passar as festas de fim de ano agradando a todos com presentes, mas sem se endividar. O jornalista, que é o sujeito-autor do enunciado, se posiciona aparentemente favoravelmente ao leitor, quando diz que é possível gastar sem se endividar trazendo para o fio do discurso a expressão “longe do vermelho”, no enunciado principal.

No entanto, essa expressão também remete à ideia de que o leitor não sabe como controlar os gastos de fim de ano quando afirma, de forma subentendida, que ele já pode estar no vermelho. Essa ideia só é percebida quando ultrapassamos a fronteira do fio do discurso e alcançamos, graças à memória discursiva, os dizeres esquecidos no interdiscurso, dizeres relacionados ao discurso de autoajuda, que abriga o conselho, a orientação, a prescrição do que se deve fazer ou não para resolver problemas financeiros.

Ratifica esse raciocínio o texto que está abaixo da manchete. O subtítulo diz que “É possível comprar todos os presentes de fim de ano e não ficar pendurado em dívidas” e diz que a reportagem traz um especialista em produtividade para “calcular” o quanto se deve gastar com os presentes de fim de ano. Ou seja, a presença do especialista significa a de alguém que vai orientar. E quem precisa de orientação não sabe gerenciar o assunto referente a essa orientação.

A reportagem interna também está na linha de orientação assumida na manchete de capa. Já no título *Presente sem susto*, o leitor é remetido à ideia de que ele pode cair na cilada de comprar presentes sem controle e ter um susto quando vir a fatura do cartão. Um texto em destaque corrobora esse discurso: “Atuar com um orçamento previamente conhecido evita ter de fazer cortes ou cometer injustiça quanto aos valores”. Ao afirmar isso, o sujeito-autor está dizendo que quem se planeja nos gastos de fim de ano não corre risco de ter de eliminar o presente de alguém ou de comprar algo de menor valor porque não soube antever os gastos.

principal palavras e expressões que nos levam a entender a que formações discursivas o enunciado remete. Vejamos:

Subtítulo:

“Planeje as compras de Natal para evitar que gastos *saíam do controle* e que você tenha um (*sic.*) péssima surpresa no fim do ano.”

Trechos do texto da reportagem:

“*Não é preciso* declarar guerra às finanças para garantir o ‘mimo’ dos familiares, amigos e colegas de trabalho.”

“...*é preciso evitar* atitudes que contribuem para o descontrole dos gastos, *como ir às compras sem definir quanto pode gastar...*”

“Um *erro comum* é começar escolhendo os presentes que serão dados, e depois somar o valores estimados para ver de ontem iria tirar o dinheiro, ou mesmo para começar a fazer cortes,⁵ afirma Augusto Campos, administrador, especialista em gerenciamento de projetos e autor do blog *Efetividade.net*.”

Nos trechos destacados, observamos o uso do imperativo “Planeje” e da expressão “é preciso”, ambos dando a ideia de imposição, característica do discurso de autoajuda. Esses tipos de expressões no imperativo foram bastante disseminados principalmente a partir dos anos 30, quando houve o *boom* da literatura do gênero⁵. Articulando os discursos midiático e de autoajuda, está a memória discursiva. Inconscientemente, o sujeito-autor busca nesses dois discursos elementos esquecidos no interdiscurso, que vão construir um dizer reelaborado para a apresentação do material jornalístico.

Nesse momento, o sujeito-autor se inscreve na posição-sujeito do leitor, ao trazer para o texto um assunto de interesse para quem está precisando de orientação financeira. Mas não só essa posição. A fonte usada na matéria, o especialista em produtividade, também é assumido como posição-sujeito pelo sujeito-autor à medida que este adere ao discurso prescritivo e de orientação daquele. Como podemos ver nesse trecho da matéria intitulada *Antecipar é o ideal*:

04) “...*antecipar as compras para novembro é o ideal* para quem deseja economizar tempo e dinheiro.”

05) “Fazendo as compras algumas semanas antes do Natal, o consumidor escapa do estresse das lojas lotadas, das dificuldades com prazos de

5 Ver neste artigo o item O discurso de autoajuda: contextualização.

entrega, dos produtos esgotados. Compra o que realmente deseja, pois os estoques ainda não terão acabado. Consegue lugar para estacionar e enfrenta menos filas, que estarão menores, destaca Campos.”

Percebemos no trecho 04 que o sujeito-autor adere ao que está dito no trecho 05, que é um discurso direto do especialista, reproduzido pelo jornalista. Ou seja, o jornalista se identifica com o conselho do especialista, aderindo ao discurso de orientação que permeia o raciocínio, inscrito no discurso da autoajuda.

Fruto dessa adesão ao discurso do especialista, o sujeito-autor elenca no quadro “Economize tempo e dinheiro” uma série de “conselhos” para que o consumidor não tenha problemas nas compras de final de ano. O que chama a atenção nesse material é o frequente uso de verbos no imperativo abrindo os itens: “*una* as duas listas”; “*agrupe* os integrantes da lista...”; “*es-time* o custo dos presentes...”; “*defina* o presente ideal...”; “*crie* um roteiro e uma agenda de compras...”; “*considere* comprar online.”. Está, assim, sempre presente nesse material jornalístico o caráter de orientação e prescrição, aliado à relevância dada ao tema, marcando fortemente a imbricação dos discursos midiático e de autoajuda.

Amostra 2

Manchete: *Use o cartão sem sufoco* (*Diário de Pernambuco*, 15.11.2010)

Subtítulo⁶: A Folha mostra os cuidados que você deve ter com cartões de crédito e débito. Fique de olho no orçamento. As compras parceladas devem ser anotadas. Veja outras dicas importantes para que os cartões não se transformem num pesadelo. Economia Págs. 1 e 2



Figura 3

6 Idem.

O recurso imagético utilizado na manchete - cartões de crédito alternados com cédulas de dinheiro - procura estabelecer a importância do equilíbrio financeiro na vida de um indivíduo. Ou seja, para se ter uma vida tranquila financeiramente, é preciso saber usar o cartão de crédito para ter como pagar a fatura no final do mês.

Alinha-se a esse conceito o subtítulo da manchete. Nesse enunciado, o discurso de orientação e de suposição de que o interlocutor precisa de um guia financeiro emerge através de trechos como: “Fique de olho no orçamento”, “As compras parceladas devem ser anotadas”. Esse posicionamento de orientação ao leitor é arrematado com o enunciado final, que o incentiva a ler o que vem na reportagem interna: “Veja outras dicas importantes para que os cartões não se transformem num pesadelo”.

O sujeito-autor identifica-se, na manchete principal, com a voz do especialista que vai orientar sobre o correto uso do cartão de crédito. Mesmo assim, não deixa de se inscrever na posição do sujeito-leitor, quando enuncia de forma a não condená-lo, e sim, a orientá-lo na tentativa de despertar-lhe o interesse em ler o que diz a matéria na página interna. Podemos inferir, já a partir desse ponto, que a todo o momento o sujeito-autor se inscreve nas posições tanto do seu leitor em potencial quanto na das fontes utilizadas para a construção da notícia. E para isso recorre simultaneamente a dizeres dos discursos midiático e de autoajuda.

Quando examinamos a reportagem interna, essa impressão fica mais evidente.



Figura 4

A disposição espacial da notícia mostra essa preocupação em aliar tanto a orientação dos especialistas quanto o cuidado em atrair o interesse do leitor. Observamos isso ao constatar vários recursos. Um deles é a foto principal em destaque. Trata-se de uma consumidora que usa racionalmente os seus cartões de crédito e consegue ter o orçamento equilibrado. Ou seja, uma realidade que é vendida como ideal para quem está endividado, passando a ideia de que qualquer um pode alcançar esse equilíbrio.

Outro recurso é o quadro com dicas para se ter cuidado no uso do cartão de crédito. A partir de uma fonte especializada, no caso a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito, são dados conselhos para o uso correto e sem riscos do dinheiro de plástico. Notamos nesses itens uma regularidade similar à dos textos de autoajuda: o uso de verbos no infinitivo e o tom de ensinamento, de orientação. Vejamos alguns itens:

- > Guarde e some todos os comprovantes do seu cartão. Não se esqueça de incluir as compras parceladas;
- > Nunca use o cartão como um segundo salário;
- > Estabeleça um limite real de despesas e siga rigorosamente esta meta;
- > Anote sempre as compras que você parcelou para não perder o controle dos gastos.

Notamos, ao examinar os itens acima, a recorrência constante ao discurso de autoajuda, orientada pela relevância que pede o discurso midiático, para que o leitor se sinta orientado, ajudado, ou seja, sinta-se acolhido. Em Rüdiger (1996), vemos que o discurso de autoajuda tem como constantes ensinamentos de como conduzir a vida, como prosperar financeiramente. E isso é fundamentado, continua o autor, “no princípio de que você tem em seu interior todos os recursos necessários para obter sucesso.” (p. 11).

Apesar de ter capacidade interior de obter sucesso em várias áreas da vida, o indivíduo precisa de um guia, uma espécie de guru que vai apontar-lhe os caminhos a seguir. Essa tônica está impregnada em todo momento na reportagem analisada. É dito ao leitor que ele pode controlar o orçamento, bastando, para isso, seguir algumas orientações dadas no texto que está sendo apresentado. E quem precisa de conselhos não pode fazer tudo sozinho.

Percebemos essa assinatura discursiva já na primeira matéria da página, quando o texto trata de uma campanha da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito intitulada “A dica é saber usar”. O título dessa campanha está reproduzido, em outras palavras, no título da reportagem: “Antes de gastar, saiba usar cartão”.

A importância de saber usar o cartão traz nas entrelinhas que não se sabe fazê-lo e que, para aprender, basta seguir as orientações. Para alcançarmos essa interpretação mais uma vez recorreremos à teoria sobre o interdiscurso e

a memória. Através dela, o sujeito-autor recortou na seara de dizeres esquecidos, mas que são lembrados inconscientemente, os não ditos que atravessam os enunciados.

Uma das matérias secundárias da reportagem, intitulada “Pagamento com débito sem taxa adicional”, corrobora essa pressuposição de que o indivíduo não sabe gerir as finanças e precisa de orientação. Na fala da presidente da Associação de Defesa da Cidadania e dos Consumidores, Rosana Grimberg, é dito, através do discurso indireto, que “na hora de usar o débito, o consumidor tem que ficar atento para que não seja cobrada qualquer tipo de taxa em cima da transação”.

Essa nuance é identificada em vários outros trechos da reportagem. Logo no início da matéria intitulada “Consumidor é que deve escolher data de fatura” o sujeito-autor, inscrevendo-se na posição-sujeito do especialista, abre a matéria com uma afirmação: “Ter controle e saber fazer uso do cartão de crédito é a melhor forma de evitar juros e comprometer seu orçamento (lembre-se que, com o cartão nas mãos, perder o controle pode ser fácil)”. Nesse trecho, também é perceptível, no fio do discurso, que o sujeito-autor recorre, através da memória discursiva, ao discurso de autoajuda, pressupondo que o interlocutor não sabe gerir o cartão e precisa de orientação. Ao mesmo tempo, também se inscreve no discurso midiático tornando o assunto palatável e consumível por sua audiência.

Considerações finais

Três hipóteses balizaram este estudo sobre o discurso prescritivo nas manchetes de capa de jornais: 1) as manchetes de capa de jornal referentes a assuntos de finanças pessoais enxergam o leitor como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso financeiro; 2) nessas manchetes, há um discurso prescritivo e de suposição de que o interlocutor não sabe o que fazer com o seu dinheiro e, por isso mesmo, usa-o inadequadamente, adquirindo dívidas; 3) pelo caráter prescritivo, essas manchetes estão inscritas no discurso da autoajuda.

Apontamos que as manchetes de capa de jornal sobre finanças pessoais enxergam o leitor como responsável pelo próprio desempenho no campo financeiro, primeira hipótese dessa investigação. Os enunciados recortados para análise convocam o leitor a perceber que, apesar de precisar de orientação, só ele pode resolver os seus problemas monetários.

A segunda hipótese é consequência da primeira. A necessidade de uma orientação sobre controle financeiro leva o sujeito-autor a enunciar

de forma prescritiva as orientações captadas de especialistas do setor. E nesse movimento é clara a pressuposição de que o interlocutor usa inadequadamente o dinheiro, ou o cartão. No entanto, a forma impositiva de pulverizar esses dizeres é atenuada pelo discurso midiático, que torna a relevância do fato um alibi para ser dito ao interlocutor como ele deve administrar o seu orçamento.

O modo como são enunciadas as manchetes as coloca em um terreno discursivo cujo sentido dominante alterna-se entre ajudar julgando e julgar ajudando. Evidencia-se a inscrição no discurso de autoajuda pelo uso de recursos linguísticos e discursivos sempre voltados a orientar, a ordenar de forma polida, como se fosse um pedido ou um incentivo a melhorar de vida.

Baseando-nos em Courtine (1999), podemos afirmar que o discurso de autoajuda é um espaço a que o sujeito-autor recorre para construir os enunciados jornalísticos sobre finanças pessoais. É, portanto, uma voz sem nome que é apropriada pelo sujeito-autor e ressoada no intradiscurso, imbricada com a voz do discurso midiático. Desse modo, comprovamos também a terceira hipótese deste artigo. Ficamos cientes de que este trabalho não se esgota aqui, mas abre um leque de possibilidades de análises sobre o discurso midiático, principalmente relativo àqueles que se propõem a oferecer à audiência algum tipo de orientação.

Referências bibliográficas

BAUMANN, Zygmunt. *Vida líquida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BIRMAN, Joel. O sujeito na leitura: comentários psicanalíticos sobre a experiência da recepção. In: _____. *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 53-68.

COURTINE, Jean. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2009.

COURTINE, Jean. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

GRIGOLETTO, Evandra. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. 2005. 269f. Tese (doutorado em Letras) - UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <http://migre.me/7pgfs>. Acesso em: 3 jan. 2012.

MARTHE, Marcelo. O alto-astrol da auto-ajuda. *Veja online*. Edição 1.777, 13 de novembro, 2002. Disponível em http://veja.abril.com.br/131102/p_114.html. Acesso em: 22 jan. 2012.

ORLANDI, Eni (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998. 208p.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. (1988). *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre. et al. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. (AAD 69). *Análise Automática do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RÜDIGER, Francisco. *Literatura de auto-ajuda e individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

SCHONS, Carme; GRIGOLETTO, Evandra. O texto como possibilidade de ruptura: análise do funcionamento do gênero midiático. *Revista Desenredo* (Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo), Rio Grande do Sul, v. 3, n. 2, p. 213-226, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://migre.me/7peCn>. Acesso em: 1 jan. 2012.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional – vol. II*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2008.

**Índices linguísticos e para-linguísticos
da gestão da emoção e da projeção de
ethos no discurso de Marina Silva, no
programa *Jô 11/2***

*[Linguistic and paralinguistic marks of the
emotion management and ethos-building
in Ms. Marina Silva's discourse, in the
talk show Jô 11/2]*

CLÁUDIO HUMBERTO LESSA

Prof. Dr. do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

[c-hlessa@ig.com.br.]

RESUMO

Estudos têm mostrado como a mídia transformou profundamente a eloquência política: cf. Rubim (2004) e Courtine (2006). Passou-se a adotar uma retórica marcada por um estilo dialogado e familiar; valorizam-se mais as imagens e a vida privada dos políticos que suas ideias. Neste artigo, apresento o resultado de uma análise de uma entrevista concedida pela ex-ministra Marina Silva ao apresentador Jô Soares em seu *talk show*. Observo como a entrevistada busca, por meio de recursos verbais e para-verbais, exercer um controle de suas emoções, fundamentando-se mais em argumentos baseados no *logos*. Para analisar a diversidade plurissemiótica desse discurso, opero com os conceitos de modalização e modulação abordados por Vion (1992; 2003). Entendo o discurso como uma atividade dialógica de produção textual, determinada por fatores históricos e culturais, sempre relacionada a uma situação de comunicação na qual os sujeitos comunicantes exercem papéis sociais, manifestam posicionamentos, assumem uma atitude *ativa e responsiva* no processo comunicativo: respondem a enunciados anteriores (interdiscursos) e projetam sua comunicação prevendo destinatários potenciais.

Palavras-chave

Ethos, Política, Mídia, Emoções, Modalização.

RÉSUMÉ

De nombreuses études montrent comment les médias ont transformé l'éloquence politique, par exemple, Rubim (2004) et Courtine (2006). Le homme politicus a adopté une rhétorique marquée par un style dialogué et familial aussi. Aujourd'hui, dans les campagnes électorales, on valorise plus l'image et la vie privée des politiciens que leurs idées. Dans cet article, j'analyse l'extrait d'une interview donnée par la ex-première ministre Marina Silva dans le talk show Jô 11/2. J'observe les indices verbaux et para-verbaux dans le discours de Mme Silva qui puissent indiquer comment elle cherche à contrôler ses émotions et à projeter son ethos en se basant sur une argumentation fondée sur le logos. Pour analyser la diversité pluri-sémiotique de ce discours, j'ai utilisé les concepts de modalisation et modulation selon Vion (1992; 2003). Je comprend le discours en tant qu'activité dialogique de production textuelle. Cette activité est déterminée par de facteurs historiques, culturels, elle est produite aussi dans une situation de communication dans laquelle les sujets jouent de rôles sociaux, signalisent de positionnements, exercent une attitude active et responsive dans le processus communicatif: ils répondent à des énoncés antérieurs (les divers interdiscours) et ils projettent ses allocutions en prévoyant des destinataires potentiels.

Mots-clés:

Ethos; Politique; Média; Émotions; Modalisation.

Introdução

Neste artigo, reflito sobre a natureza dos sinais verbais e não verbais passíveis de transmitir ou despertar as emoções no processo de interação. A partir de estudos contemporâneos sobre o fenômeno, no âmbito dos Estudos da Linguagem, da Sociologia e da Filosofia, considero que a expressão dos afetos é determinada e mediada pelas crenças e normas sociais; além disso, para que possamos entender a maneira como os sujeitos vivem e expressam emoções, é preciso considerar as situações específicas de comunicação nas quais se dão as interações: as expectativas das trocas, as possíveis tematizações, os papéis sociais dos parceiros, suas intenções comunicativas e argumentativas; o quadro físico no qual ocorre o processo.

Este trabalho resulta de um seminário apresentado na disciplina *Emoções e Discurso*¹ no qual o grupo de trabalho formado por mim e outros pesquisadores² analisou a gestão das emoções em diversas situações de comunicação midiáticas: o *talk show*; o *reality show* (*Big Brother Brasil*) e o programa *Ratinho*. Optamos por apresentar um referencial teórico único, no qual escolhemos priorizar, principalmente, as reflexões de Robert Vion (1992; 2003) e Cosnier (2003) sobre a pluralidade de meios semióticos que podem expressar e suscitar emoções em interações concretas.

Nosso objetivo foi verificar de que maneira os conceitos apresentados por esses autores podem nos ajudar a entender a gestão das emoções nos gêneros midiáticos citados. Na entrevista de Jô Soares com Mariana Silva, acessada no *Youtube*, tentarei mostrar como a tematização, o papel social de ex-ministra que acaba de deixar o ministério do meio ambiente do governo Lula, sua candidatura à presidência da república pelo Partido Verde fazem surgir um quadro interacional no qual serão mobilizados saberes e crenças pertencentes à ordem do político e do ético. Esses elementos situacionais também determinam um discurso e uma argumentação fundamentada mais na ordem da razão que na ordem da expressão espontânea da emoção; na qual a ministra busca projetar (consciente ou inconscientemente) uma imagem de si associada à mulher política, militante, ponderada, que soube e sabe escolher e agir de maneira reflexiva, ética e em prol dos interesses maiores do meio ambiente e da nação.

1 A disciplina Seminário Tópico Variável em Análise do Discurso: Emoções e Discurso foi ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, pela Profa. Dra. Helcira Lima, a quem muito agradecemos pela oportunidade de participação e pelas inúmeras questões que ela suscitou quanto ao estudo e à abordagem da questão.

2 O grupo de trabalho foi constituído por mim e pelos pesquisadores: Ester Junia da Silva; a Prof. Liliana Cristina Santos; a Prof. Mestra Alcione Aparecida Roque Reis e o doutorando, Prof. Woodson Fiorini.

1 Breves considerações sobre o conceito de emoções

Segundo o dicionário Larousse (1992):

Emoção s.f. (fr. *émotion*) 1. Ato ou efeito de mover moralmente. 2. Abalo moral; comoção. 3. Reação transitória, de grande intensidade, em geral produzida por uma situação ou estímulo do meio ambiente. 4. Alteração súbita ou agitação passageira, causada por um sentimento de medo, de surpresa, etc.

No Le Robert Micro, temos:

émotion [...] État affectif intense, caractérisé par des troubles divers (pâleur, accélération du pouls, tremblements, etc.).

A ideia de emoção associada à expressão de estados físicos, a perturbações, a agitações da alma, a humores, à parte animal do ser humano sempre preponderou no senso comum; restringe-se, como lembra Plantin (2003), a fenômenos motores, semiautomáticos, neurovegetativos (secreções, palpitação, secura da boca) e psíquicos.

Essa visão de emoção ligada a perturbações da alma remonta à Grécia Antiga, aos filósofos estoicos, a Platão, a Sócrates e a Aristóteles. Estes erigiram como ideal de homem (de cidadão perfeito), aquele que seria capaz de controlar suas paixões. A virtude foi definida como a capacidade de se manter instável, de não se deixar influenciar pelas contingências, pelas vicissitudes do destino, das situações. O bom juiz ou o homem virtuoso deveriam agir, deliberar segundo a razão, o *logos*. As suas escolhas deveriam ser orientadas pela capacidade de escolher racionalmente os meios mais adequados para se atingir os fins.

Uma definição negativa de emoção foi também afirmada no fazer científico. Como afirma Nussbaum (1995), os filósofos, tais como Platão, Kant ou Descartes consideram que os julgamentos fundados nas emoções seriam falsos. No âmbito dos estudos da linguagem, a marginalização das emoções, do que é contingente, accidental, também preponderou por muito tempo.

Ferdinand de Saussure, em 1916³, ao propor os fundamentos da Linguística, elege, como único objeto de estudo, o sistema da língua: uma construção teórica, abstrata, que seria inferida, abstraída, a partir da observação das oposições e combinações entre os elementos linguísticos (fonemas e morfemas). O sistema, nessa abordagem, é considerado um código de sinais que sinalizaria recorrências quanto aos modos de combinação e

³ Segundo o prefácio à edição brasileira escrito por Isaac Nicolau Salum, publicado em 2004, a primeira edição francesa do *Cours de Linguistique Générale*, foi publicada em 1916.

de oposição dos diversos elementos linguísticos, sempre de maneira homogênea e autônoma, alheia aos contextos de uso da linguagem.

A fala, as interações concretas e cotidianas, o tom, o timbre, os diversos arranjos sintáticos que poderiam indicar a emoção dos falantes não são levados em conta na abordagem saussuriana. O estudo dos elementos linguísticos que poderiam indicar a emoção sempre foram considerados excrescências, fatos de estilo, de expressão individual. Contudo, estudos contemporâneos no campo da linguagem, da argumentação, da sociologia e de outros campos têm proposto um deslocamento na definição do fenômeno das emoções e da sua importância nas interações verbais.

Os estudos de Elster (1995), Paperman (1995), Nussbaum (1995), Charaudeau (2010) e Plantin (2003)⁴, cada um à sua maneira, contribuem para superar a visão restritiva e negativa de emoções no comportamento e nas interações humanas. Esses autores permitem-nos observar que as emoções i) fazem parte do conjunto de conhecimentos e competências comunicativas partilhados pelos sujeitos; ii) sua interpretação e expressão é regulada e mediada pelas normas sociais, pelas situações de comunicação, pelas crenças e representações de mundo de uma cultura. Assim sendo, é possível postular uma dimensão racional, cognitiva e normativa para o fenômeno das emoções.

Além de uma memória de signos, de maneiras e rituais de se expressar, os membros de uma coletividade partilham uma memória constituída de estados emocionais e de situações que, via de regra, tendem a suscitá-los. É o que postula Elster (1995), para quem há um acordo na sociedade quanto à maneira de sentir, de expressar emoções, conforme convenções e expectativas normativas. Para Paperman (1995), os sujeitos são dotados de um conhecimento partilhado de eventos e de temas dramáticos.

Assim, a presença ou ausência de determinada emoção em uma situação é avaliada em uma cultura, de acordo com seu sistema de crenças, como pertinente ou não; aquele que não expressar emoções conformes a um evento poderá sofrer uma sansão, poderá ser acusado de defeito moral. As emoções seriam, assim, formas sociais esperadas, codificadas nos rituais interacionais de uma sociedade, o que lhes confere função social e importância moral. Na China, por exemplo, faz parte do sistema de crenças do povo, de sua cultura, viver o luto vestindo-se de branco, e os rituais incluem o uso de instrumentos musicais.

Contudo, Paperman (1995) salienta que, nem sempre, a ausência de demonstração de emoção pode ser considerada uma falha moral; não chorar

4 Salientamos que Jon Elster é professor de Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Chicago; Patricia Paperman é mestre em conferências na Universidade de Paris III; Martha Nussbaum é professora de Filosofia na Brown University; Patrick Charaudeau e Christian Plantin pertencem ao campo dos Estudos da Linguagem.

a morte de um ente querido pode se dever a questões psicológicas. Além disso, tanto Paperman (1995) quanto Plantin (2003) lembram que não podemos relacionar de maneira causal a manifestação de uma emoção a uma situação. Portanto, é preciso considerar as especificidades concretas da situação de comunicação para se analisar o fenômeno da expressão dos sentimentos, saber o que causou a emoção, quais são os papéis sociais dos sujeitos, os saberes e crenças partilhados entre eles, os seus objetivos comunicativos e retóricos.

Nessa nova abordagem, é importante observar que os sujeitos possuem, então, uma competência emocional, que os torna capazes de encenar, inferir, interpretar estados emocionais (consciente ou inconscientemente). Como argumenta Plantin (2003), as emoções constituem saberes comuns, culturais, ligados a situações interacionais, e todos somos semiólogos, possuímos a habilidade de gerir nossas paixões, de exprimir e de interpretar um conjunto de signos passíveis de transmitir ou despertar emoções.

2 Da natureza dos signos linguísticos e paralinguísticos sinalizadores das emoções

É possível ao linguista ou ao estudioso do discurso, analisar, então, de que maneira os sujeitos, em determinada situação de interação, expressam signos passíveis de despertar/transmitir emoções; é possível, também, pensar em um conjunto de situações prototípicas⁵ nas quais determinadas emoções podem ocorrer, observar o que as causa, quem as sofre ou as desperta, como, quando e onde aparecem, as normas ligadas aos rituais de expressão emocional.

Já Aristóteles, em seu livro *Retórica*, caracteriza um conjunto de emoções (paixões) que seriam passíveis de sensibilizar o auditório e colocá-lo em uma disposição favorável ao orador e à sua tese. Além disso, para o filósofo, o orador deveria dar prova de sua credibilidade, da honestidade do seu caráter, projetando uma imagem favorável de si, um *ethos*. Essa imagem resultaria do seu discurso e não de sua reputação ou de sua história de vida na comunidade. Assim sendo, na definição aristotélica, a persuasão e o convencimento derivam de três tipos de provas relativas: i) ao *logos*, ao discurso em si, ao encadeamento dos argumentos e raciocínios (silogismos); ii) ao *ethos*, à imagem do falante, ao seu caráter, construída no e pelo discurso e iii) ao *pathos*, ao conjunto de meios utilizados pelo orador para despertar as emoções no auditório.

⁵ Conferir também Plantin (2003) a respeito da possibilidade de se pensar em uma tópica das emoções.

Além de Plantin (2003), Vion (2003) e Cosnier (2003) são autores que têm pensado a natureza dos signos passíveis de transmitir/expressar emoções em interações reais. Para esses dois autores, Cosnier sobretudo, não somente o material verbal, mas também os signos vocais e os mimogestuais (enfim, o corpo) sinalizam estados emocionais e devem ser levados em conta na interação.

Para Vion (2003), os parceiros buscam realizar uma gestão interativa da subjetividade, podem sinalizar ora engajamento, ora distanciamento em relação ao que dizem, trata-se de um processo de *sincronização de estados afetivos*. Um diálogo ou um texto podem oscilar entre *tensão* ou *modulação*: a primeira sinaliza um alto grau de autoimplicação do sujeito diante dos enunciados, há pouco controle das emoções, realizam-se escolhas lexicais marcadas pela subjetividade, afetividade; a troca caracteriza-se, assim, por uma não sincronização interacional. Exemplos desse processo podem ser observados nas interações em *reality shows* (*Big Brother*) e nos discursos polêmicos em geral.

Já a *modulação* aponta para um controle maior da subjetividade, da emoção, resulta em uma gestão coordenada dos afetos. Seriam marcas desse processo de distanciamento: o uso de atenuadores, de eufemismos, de um vocabulário prudente, de uso da fala de outrem para diminuir o grau de auto-implicação. Esse conceito, diz Vion (2003), busca dar conta da distância que o locutor instaura em relação ao seu discurso (de suas proposições ou de proposições relatadas).

Cosnier (2003), por seu turno, chama a atenção para o fato de que os parceiros do ato comunicativo realizam inferências uns dos outros, buscam construir uma representação geral do seu parceiro a fim de realizar com sucesso a troca, fenômeno chamado pelo autor de *empatia*. Essas inferências ocorrem em duas vias: a primeira refere-se ao sistema e aos mecanismos cognitivos da troca comunicativa em si: abrange os sinais diversos – verbais, vocais e mimogestuais; a segunda chama-se *partilha*, pela qual os parceiros buscam aceder ao estado afetivo uns dos outros, constitui um mecanismo menos racionalizável e mais corporalizável.

Cada enunciatador vai, assim, fornecer um *modelo efetuator* que será interpretado pelo co-enunciatador. Essa identificação pode ser manifesta, Cosnier a chama de *ecoização*, abrange sorrisos simultâneos, analogias mímicas, mudanças em espelho de posição corporal, modificações convergentes da melodia frasal; às vezes, a identificação permanece discreta, subliminar. Tal identificação ao *modelo efetuator* propicia a indução no parceiro de um estado afetivo semelhante ao do interlocutor.

Esse autor salienta que, além da atividade motora fonadora, produtora de signos verbais e a produção de signos gestuais, a atividade corporal exerce

um papel facilitador importante para a produção de enunciados; o corpo fornece, assim, localizações e suportes para as representações discursivas, trata-se da *lei do referente presente ou simbolizável*, “[...] a evocação discursiva de um objeto presente ou simbolicamente representável é acompanhada de uma designação motora [...] apontamento com os dedos ou olhar na direção do objeto ou de seu representante.” (COSNIER, 2003, p. 63).

Essas reflexões teóricas oferecem instrumentos para analisar a presença e a função das emoções nas diversas situações comunicativas e institucionais a partir da consideração tanto do material linguístico quanto paralinguístico. Para a análise desses signos, índices de emoção na entrevista de Marina Silva no programa *Jô 11/2*, considerarei, além dos conceitos de *modulação* e *tensão*, outros elementos linguísticos e procedimentos discursivos apresentados por Vion (2003), especificamente: o uso dos modalizadores; da *mise en scène* e da instabilidade enunciativa.⁶

A modalização⁷ refere-se a um comentário avaliativo do sujeito sobre o seu enunciado. Ela pode se manifestar:

- I) na avaliação quanto ao grau de verdade, de certeza ou de necessidade atribuído pelo falante ao conteúdo de seu enunciado; trata-se das modalidades lógicas, manifestam-se em estruturas do tipo: *é necessário que... é preciso que...* (inscrevem o enunciado na ordem do dever, do deontico); *é certo, é provável, é possível que...; eu creio que... tenho certeza de que...; penso que...certamente...*; (são chamadas de epistêmicas.);
- II) As unidades lexicais, lembra Vion (1992), são dotadas de um “peso cultural”, revelam um grau mais ou menos forte de adesão, auto-implicação ou distanciamento dos sujeitos. Assim, integra o fenômeno da modalização o uso de adjetivos, substantivos ou advérbios, com carga afetiva ou axiológica. É preciso salientar que todo termo ou estrutura da língua pode adquirir um valor afetivo/axiológico, dependendo do contexto em que é empregado. E, como diz Vion (1992), cada uma das escolhas lexicais será portadora de um grau mais ou menos forte de adesão, poderá contribuir para maior tensão, para uma dessincronização interativa, o que resultará em uma interação competitiva; ou para uma gestão mais controlada dos afetos, levando, assim, a uma interação com dominante cooperativa.

⁶ No seu trabalho, o autor reflete também sobre o fenômeno da *descontinuidade discursiva* e de *atividades de reenquadramento*.

⁷ Vion (2003), para falar de modalização, retoma, em seu estudo, as distinções de Charles Bally: *modus* e *dictum*, faz referência à abordagem da lógica modal e a Cervoni.

Vion (2003) inclui a relação do enunciador com os outros discursos que ele mobiliza em seu dizer nos fenômenos da modalização e modulação. Esse autor retoma o conceito de polifonia, de Bakhtin⁸. Chama atenção para o fato de que o sujeito procede a uma encenação (*mise en scène*) discursiva na qual introduz outros enunciadores, outras vozes, em seu dizer.

Os sujeitos, salienta Vion (2003), não necessariamente conscientes, valem-se de estratégias para dar a impressão de que não são os únicos responsáveis pelo seu dito, para produzir atos simultâneos, duplos sentidos, para falar com ou contra os enunciadores, para dar a impressão de apagamento, a fim de imprimir ao dizer um tom objetivo, de distanciamento, modulando, portanto, o dizer. Resulta dessa encenação uma instabilidade enunciativa, que indica modificações de posicionamento do sujeito relativamente a essa pluralidade de pontos de vista. Esse processo deixa marcas que sinalizam o dinamismo discursivo e a gestão dos afetos.

Vejam, na sequência, de que maneira se dá a gestão dos afetos na entrevista da candidata à presidência da república e ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, no programa *Jô 11/2*. Observemos de que maneira os recursos linguísticos e para-linguísticos estão a serviço dos processos de modalização, modulação e da projeção do *ethos* discursivo.

3 Modalização, modulação e projeção de *ethos* discursivo na entrevista de Marina Silva

Para analisar a gestão das emoções no discurso de Marina Silva, considerarei três níveis de análise: o situacional, o discursivo e o linguístico e para-linguístico. Sigo as orientações metodológicas de Patrick Charaudeau (1995), para quem o ato de linguagem resulta de um inter-relacionamento entre dimensões *externas* (as dimensões situacionais, psicossociais, os rituais comunicativos que impõem aos sujeitos *contratos de comunicação*, os papéis sociais, as finalidades da troca e intenções comunicativas, objetivos argumentativos, o meio físico no qual ocorre a interação) e *internas* (o dizer em si, a organização do discurso, as sequências discursivas narrativas, descritivas e argumentativas, bem como os índices linguísticos e para-linguísticos, os torneios frasais, o léxico empregado a serviço do engajamento ou distanciamento).

⁸ Lembremos que Bakhtin introduz esse conceito no bojo de seu estudo sobre o romance. A polifonia, nesse contexto, refere-se ao fenômeno pelo qual o autor deixa existir, na narrativa, diversas vozes com seus respectivos pontos de vista e consciências em pé de absoluta igualdade; Bakhtin (1988) mostra, então, que o romance estrutura-se pela recriação artística das diversas linguagens sociais, dos diversos pontos de vista que se polemizam em uma dada formação social.

O *talk show* constitui um dos gêneros da mídia. Lembremos que, segundo Charaudeau (1994), o *contrato de comunicação* midiático funda-se em uma empresa tanto cidadã quanto comercial: objetiva informar, esclarecer a opinião pública, e também persuadir, captar o público, manter a audiência, tendo em vista a competição. Ao convidar Marina Silva para seu programa, Jô Soares parece ter tido como objetivo comunicativo trazer a seu público esclarecimentos sobre os possíveis motivos das mudanças na trajetória política da ex-ministra, agora, candidata à presidência da república.

Marina Silva acaba de deixar o Ministério do Meio Ambiente do Governo Lula, deixa o Partido dos Trabalhadores e filia-se ao Partido Verde. Ocorre uma série de peripécias na trajetória desse ator político que suscita interesse na mídia, esses fatos adquirem relevância na ordem do campo político e passam a integrar as pautas de diversos meios midiáticos. Os questionamentos do entrevistador, seu teor, sua tematização, são determinados por todo esse contexto, pela vontade de esclarecimento, pelos rumores e presunções que então circularam.

Os enunciados da primeira pergunta parecem subentender discursos que atribuem uma mudança radical na ideologia e nas ações políticas do PT; Jô Soares parece partir da hipótese de que a ex-ministra não estaria de acordo com essas mudanças: adoção de uma política macroeconômica neoliberal, as alianças com partidos mais à direita ou à esquerda, dentre outras. Jô indaga se a saída da ministra teria sido “[...] um desabafo político”, se teria resultado do fato de a ex-ministra “ter segurado a barra por tempo demais” em relação a “tudo o que aconteceu com este partido maravilhoso na história política do País”

A tematização que emerge desse quadro faz com que se mobilizem saberes, representações e crenças pertencentes à ordem do político e do ético. Além disso, os questionamentos de Jô Soares fazem com que a ex-ministra fundamente suas respostas em um dizer de justificação; consciente ou inconscientemente, ela utiliza procedimentos relacionados mais à razão do que à emoção para argumentar. Ao longo da entrevista, ela parece se esforçar para conter, controlar as emoções, projetando uma imagem constituída de *ethé*⁹ associados ao caráter de uma mulher política séria, prudente, ponderada, competente quanto aos conhecimentos técnico-científicos sobre o meio ambiente e quanto à maneira de se aplicá-los, traços que são acrescentados ao seu perfil de mulher ambientalista, engajada, nascida na Amazônia e criada nos seringais. Vejamos de que maneira esses limites do quadro situacional determinam as características, as escolhas e as estratégias discursivas, linguísticas e para-linguísticas.

9 Plural de *ethos*.

As respostas de Marina Silva mobilizam sequências discursivas argumentativas, de justificação, de descrição e de narração. No início da primeira resposta, a enunciadora utiliza a narrativa, a fim de projetar uma autoimagem constituída por traços sociais e de caráter associados à mulher humilde, nascida e criada nos seringais, alfabetizada aos 16 anos, ex-empregada doméstica, vencedora das realidades adversas em que viveu. Ela busca reforçar, assim, traços identitários de sua *história discursiva* já conhecida pelo público. Parece-nos que essa estratégia está a serviço da construção de uma imagem favorável da candidata à presidência da república perante os eleitores.

Na primeira resposta, inicia-se, também, a projeção de uma imagem calcada no *logos*, na razão; Marina Silva fundamenta seu dizer em um *fazer crer verdadeiro*, ligado ao factual, à realidade. Nas sequências de justificação, a enunciadora afasta qualquer possibilidade de se pensar que ela teria agido por emoção, impulso ou pressão, como a pergunta de Jô, comentada anteriormente, insinua: “sua saída foi um desabafo”? A ex-ministra, na progressão do diálogo, busca frisar que suas decisões/ações resultaram de reflexão, de ponderação, de um cotejo de opiniões de companheiros, de amigos, de pessoas que constituem sua base política:

(1) [...] me expus a uma série de conversas tinha uma coisa que era recorrente... as pessoas me diziam por que você não permanece para convencer no de que a questão ambiental é estratégica para o partido em termos de sustentabilidade... e eu cheguei à conclusão que não se tratava mais de permanecer para fazer o embate... mas de sair para fazer um encontro... um encontro com aqueles que se dispõem a luta para fazer o desafio que eu acho que é o desafio desse século... integrar desenvolvimento e meio ambiente [...]

No trecho acima, a ministra procura justificar sua decisão em nome de um valor universal: a preservação ambiental e a conservação da vida; busca se mostrar como alguém que agiu em nome de uma ética da convicção, em benefício da nação, de uma coletividade. Predominam, assim, nesse dizer, estratégias ligadas ao processo de modulação, explicado por Vion (2003), tanto em relação ao dito quanto em relação aos discursos reportados. Embora haja um esforço para o controle das emoções, observa-se também, sinais explícitos de auto-implicação, de engajamento emocional da enunciadora. A modulação e a modalização manifestam-se, como vimos na parte teórica deste trabalho, tanto no plano linguístico quanto no para-linguístico. Vejamos como a enunciadora agencia esses níveis.

No nível para-linguístico, chamaram-me atenção, inicialmente, as características do vestuário e da compleição física de Marina. Ela porta um

modelo sóbrio, um xale jogado sobre os ombros, e usa coque no cabelo. Além disso, busca mostrar suas origens ligadas à Amazônia com o uso de adereços que lembram a região. Essa indumentária apoia e reforça seus enunciados iniciais e toda a construção de imagem, que resulta de seu discurso, associada à mulher séria, reflexiva e ponderada. O coque é marca de seriedade, de comedimento, associa-se também à marca da mulher executiva, em situação de trabalho, e ao fato de Marina ser evangélica.

Para aprofundar a análise do *modelo efetuator* (o conjunto de traços verbais, mimogestuais, faciais, corporais, cf. Cosnier (2003), sinalizador dos estados emocionais, eu necessitaria de realizar um exame detalhado do vídeo, o que excederia o espaço deste trabalho. Contudo, essa breve descrição física da ex-ministra parece corroborar a tese de Cosnier (2003), para quem o corpo fornece as localizações e os suportes das representações discursivas. Além disso, durante a entrevista, a enunciativa mantém uma postura rígida, usa as mãos para indicar assertividade diante do que diz; mesmo quando Jô Soares usa de algum toque de humor, os risos são poucos, e, logo, se retorna ao clima sério e expositivo, justificatório da conversação.

No plano linguístico e enunciativo, então, elenco alguns traços que ilustram a argumentação fundada no *logos*, na escolha de um dizer mais modulado, que concorrem para a construção de uma imagem da mulher política ponderada, conhecedora das realidades e dos saberes técnico-científicos do meio ambiente:

- 1) o uso dos advérbios modalizadores: *obviamente, na verdade, na realidade* parecem indicar um esforço da enunciativa para inscrever seus enunciados na ordem do factual, do inevitável, do que só pode ser assim e não de outra maneira, e que, portanto, não deixaram escolhas para o agir; Ex.: “[...] mas obviamente que existiu também contradições [...]”;
- 2) O uso de termos ligados a um dizer mais técnico: “em termos de sustentabilidade [...]”; “[...] nós detectamos no final de 2007 que o desmatamento corria o risco de voltar a crescer [...]”;
- 3) a *mise en scène* enunciativa: Marina Silva busca dar a impressão de objetividade ao seu discurso, ancorando-se no dizer do outro para buscar sustentar/justificar o seu dizer/agir. Como lembra Vion (2003), trata-se de uma estratégia de apagamento que sinaliza também o dinamismo discursivo da gestão interativa dos afetos. Observamos essa estratégia i) quando a enunciativa reporta o ponto de vista dos outros que foram tomados como base para sua decisão, como mostro na citação (1); e ii) quando reproduz o clamor da opi-

não pública para justificar as ações que tinha tomado para conter o desmatamento em 2007, tais como a moratória para os municípios onde mais havia desmatamento, vedação do crédito para os ilegais, entre outras:

(2) [...] obviamente existe uma parte que gostaria que a sociedade brasileira tivesse aplaudido... e que as medidas tivessem sido revogadas... mas a opinião pública nacional se levantou favoravelmente às medidas... os formadores foram muito importantes nesse processo todo... o presidente Lula sentiu a sustentação da sociedade... aquilo que eu chamo de sustentabilidade política para manter as medidas e elas foram mantidas [...]

- 4) o uso do pronome nós: a enunciadora alterna o uso do EU e do NÓS, evidencia, assim, a mistura dos papéis sociais, ela como ex-ministra, candidata à presidência e ela como ministra. Quando ela fala sobre as medidas contra o desmatamento, ela usa NÓS (ou seja, refere-se a si mesma e à sua equipe);
- 5) outro índice do dizer objetivante, técnico, modulado, encontra-se no agenciamento das sequências referentes aos dados estatísticos relacionados ao meio ambiente.

Ao lado desse3 dizer mais objetivo, modulado, como disse, encontram-se índices de um engajamento maior da enunciadora diante de suas proposições. Índices dessa autoimplicação manifestam-se, principalmente:

- a) no uso de modalidades deônticas: ao falar do desafio do século, a enunciadora usa verbos no infinitivo para elencar as ações que constituem esse desafio; esses verbos indicam uma modalidade implícita do tipo: *é preciso que...* que coloca o conteúdo dos enunciados em uma perspectiva da ordem do necessário. Em outros trechos, a modalidade é explicitada em estruturas do tipo Il (unipessoal) + *é preciso que P*.

(3) [...] e eu cheguei à conclusão que não se tratava mais de permanecer para fazer o embate... mas de sair para fazer um encontro... um encontro com aqueles que se dispõem a luta para fazer o desafio [...] desse século... integrar o desenvolvimento e meio ambiente... e meio ambiente a desenvolvimento... melhorar a qualidade de vida das pessoas... mas ao mesmo tempo preservar as bases naturais do nosso crescimento [...]

b) no discurso ou ponto de vista reportado de outrem que é refutado e avaliado negativamente (nossos os grifos):

(4) [...] não é verdade essa visão de que o meio ambiente é uma parte que se coloca em oposição ao desenvolvimento não é verdade... é... os países em desenvolvimento... sobretudo Jô... eles dependem em cerca de 50% dos recursos naturais para o seu Produto Interno Bruto [...]

Nesse excerto, o enunciado de negação em destaque encena dois pontos de vista, o da enunciativa e o daqueles que acreditam na oposição entre meio ambiente e desenvolvimento. Trata-se de uma estratégia de refutação do discurso do adversário. Com esse procedimento, Marina Silva marca sua autoimplicação. A maneira como a enunciativa incorpora o discurso do outro permite-nos observar a *instabilidade enunciativa* de que nos fala Vion (2003); por meio dela, pode-se acompanhar as modificações dos pontos de vista de Marina Silva relativamente à pluralidade de vozes que atravessam seu dizer; essa negociação com o outro, com o discurso do outro, ora de maneira concordante, ora discordante, constitui sinal fundamental para entendermos a gestão dos afetos e a orientação argumentativa do discurso.

Considerações finais

As reflexões que realizo neste artigo parecem corroborar uma das premissas fundadoras da Análise do Discurso, a de que as condições de produção, os quadros institucionais e a situação histórica determinam as trocas comunicativas; como lembra Charaudeau (1995), as situações de comunicação dão instruções ao como dizer, à maneira de se organizar o discurso. Após os estudos contemporâneos sobre o fenômeno da emoção feitos pelos autores aqui citados, podemos dizer, então, que as condições de produção, as situações, as crenças e os objetivos dos parceiros, a tematização esperada pelo ritual linguageiro em que estão implicados ou que é determinada *ad hoc*; todos esses fatores impõem uma determinada forma de se exprimir/gerenciar as emoções.

Se Marina Silva fosse convidada para falar sobre outros assuntos, se fosse chamada para falar sobre a vida pessoal, se estivesse exercendo outro papel social, por exemplo, ela expressaria suas emoções de maneira diferente na entrevista em um *talk show*? E se estivesse em um palanque, na Amazônia, diante de seringueiros? As análises da entrevista de Ivete

Sangalo a Jô Soares, realizadas por Fiorini, outro pesquisador do nosso grupo, parecem nos mostrar o quanto o papel social, o estatuto do sujeito e a tematização que surge no quadro interativo determinam e medeiam o processo de gestão dos afetos.

No discurso de Marina Silva, nesta situação específica analisada, espero ter mostrado como predominaram estratégias que sinalizam um esforço para o controle, para a modulação das emoções, tanto no plano verbal quanto mimogestual e corporal, embora índices de engajamento, de autoimplicação também estejam presentes. É preciso salientar que esse esforço parece estar a serviço da construção de um *ethos* da mulher política séria, competente, que se pauta pela ética da convicção; e tal construção parece ter produzido o efeito esperado para alguns telespectadores, se consideramos, por exemplo, o seguinte comentário de um internauta que assistiu à entrevista pelo *Youtube*: “Se puede notar ética y mucho profesionalismo en la vida política de esta Senadora Marina Silva, felicitaciones! A análise motiva-me, também, a continuar estudando outras interações verbais, outros gêneros discursivos, a fim de observar de que maneira são agenciados os recursos linguísticos e para-linguísticos na expressão/provocação de emoções em interações com dominante cooperativa ou competitiva, como postula Vion (1992; 2003).

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988.

CHARAUDEAU, P. Le contrat de communication de l'information médiatique. In: *Le Français dans le Monde: médias faits et effets*. Paris: Hachette, 1994.

CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: _____. *Langages*, nº 117. Paris: Larousse, 1995.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília et al. (Org.) *As emoções no discurso*. Vol. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.

COSNIER, Jacques. Les deux voies de communication de l'émotion (en situation d'interaction de face à face). In: COLLETTA, Jean-Marc; TCHERKSSOF, Anna. *Les émotions: cognition, langage et développement*. Paris: Margada, 2003. p. 59-63.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.

ELSTER, Jon. Rationalité, émotions et normes sociales. In: _____. *La couleur des pensées*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995. p. 33-64.

NUSSBAUM, Martha. Les émotions comme jugements de valeur. In: PAPERMAN, P; OGIEN, R. (dir.). *La couleur des pensées*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995. p. 19-32.

PAPERMAN, Patricia. L'absence d'émotion comme jugements de valeurs. In: PAPERMAN, P; OGIEN, R. (dir.). *La couleur des pensées*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995. p.175-196.

PLANTIN, C. Structures verbales de l'émotion parlée et de la parole émue. In: COLLETTA, Jean-Marc; TCHERKSSOF, Anna. *Les émotions: cognition, langage et développement*. Paris. Margada, 2003. p. 97-130.

PLANTIN, C. As razões das emoções. In: MENDES, Emília *et al.* (Org.) *As emoções no discurso*. Vol. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 57-80.

RUBIM, Antonio A.C. Visibilidades e estratégias nas eleições presidenciais de 2002: política, mídia e cultura. In: RUBIM, Antonio A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004. p. 7-28.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antonio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1994.

VION, Robert. *La Communication Verbale: Analyse des Interactions*. Paris: Hachette, 1992.

VION, Robert. Expression et gestion des émotions dans les interactions verbales. In: COLLETTA, Jean-Marc; TCHERKASSOF, Anna. *Les émotions, cognition, langage et développement*. Belgique: Mardaga, 2003. p. 153-158.

Anexo

Entrevista de Jô Soares com Marina Silva acessada no *Youtube*,

Jô Soares: como é que é essa, essa separação, saída do Partido dos Trabalhadores que foi uma coisa... que quase que um desabafo político ou foi o resultado de ter segurado a barra por tempo demais? Em relação a tudo que aconteceu com este partido maravilhoso na história política do do país.

Marina: eu acho que tempo necessário Jô... eu tenho 30 anos de militância no Partido dos Trabalhadores... e eu sempre digo que a minha cidadania política foi construída junto com a constituição do PT porque com a minha origem... tendo nascido e me criado no seringal... ex-empregada doméstica... alfabetizada aos 16 anos pelo Mobral... na realidade do meu estado...

seria impossível imaginar que um percurso desse viesse a ser senadora... ministra ou qualquer ... enfim.... uma dessas funções que eu ocupei... mas obviamente que ao longo desse percurso foi muito importante e eu reconheço isso... eu não tenho uma visão destrutiva desse partido... ele faz parte do meu passado... ele integra minha vida... minha trajetória... eu tenho inclusive tenho uma honra muito grande de ter sido a ministra do presidente Lula... mas obviamente que existiu também as contradições...e foram essas contradições que me levaram agora a essa reflexão de ter que eu cheguei a conclusão que eu deveria sair do Partido dos Trabalhadores e acabei de me filiar ao PV... e foi um processo em que eu me expus a uma série de conversas com várias pessoas... amigos... companheiros... parceiros e algo que também pra mim muito sofrido ... mas durante essas conversas tinha uma coisa que era recorrente... as pessoas me diziam por que você não permanece para convencer no de que a questão ambiental é estratégica para o partido em termos de sustentabilidade ... e eu cheguei à conclusão que não se tratava mais de permanecer para fazer o embate... mas de sair para fazer um encontro... um encontro com aqueles que se dispõem a luta para fazer o desafio que eu acho que é o desafio desse século... integrar desenvolvimento e meio ambiente.... e meio ambiente a desenvolvimento... melhorar a qualidade de vida das pessoas... mas ao mesmo tempo preservar as bases naturais do nosso crescimento porque nós estamos em crise... chegamos à era dos limites do planeta...

Jô Soares: Marina, quer dizer que você ... fala-se muito em você candidata a presidente pelo Partido Verde... será que você deixou de ser ministra do meio ambiente para ser presidente do ambiente todo?

Marina: olha Jô você agora deu um mote fantástico... risos... na verdade essa essa visão de que meio ambiente é uma parte que se coloca em oposição ao desenvolvimento não é verdade... é... os países em desenvolvimento... sobretudo Jô... eles dependem em cerca de 50% dos recursos naturais para o seu Produto Interno Bruto... no caso da biodiversidade... e nós fazemos um esforço muito grande para crescer 5%... 6%... na realidade dos países em desenvolvimento ... a biodiversidade é responsável por 50% do PIB dos países... quem em sã consciência destruiria 50% de seu Produto Interno Bruto... no entanto.... as pessoas quando destroem a Amazônia... o cerrado... a Mata Atlântica... a caatinga... quando inviabilizam a continuidade dos recursos hídricos que são abundantes ... o Brasil já tem 11% de água doce disponível no planeta... e 86% dessa água doce... 11% fica na Amazônia ... Nosso território tem ainda 60% de cobertura florestal... a maior floresta tropical do planeta está no Brasil.. são 180 povos falando mais de 129 línguas ... isso é uma riqueza fantástica... o Brasil é uma potência ambiental... e precisa fazer

jus à potência climática em que os países precisarão mudar o modelo de desenvolvimento e partir para as economias de baixo carbono... ou seja... com baixa emissão de CO2... criar novas práticas... criar nova base de conhecimento... apostar na inovação tecnológica ... e esse será um esforço de todos nós ... como diz a música ao mesmo tempo agora...

Jô: Muito bem... muito bem senadora... eu queria perguntar em termos pessoais em que mudou a sua relação com o presidente Lula antes e depois da presidência?

Marina: na verdade eu tenho...

Jô: eu digo... relacionamento pessoal entre vocês dois... mudou muito depois que ele passou a ser presidente?

Marina: existe uma diferenciação de papéis... uma coisa é o presidente Lula... o companheiro... a pessoa que temos essa trajetória de de 30 anos... outra coisa é o presidente que deve ser respeitado ... que ocupa o lugar de tomador de decisão... e eu como sua ministra... então obviamente... que eu procurei sempre e ele também separar as duas coisas... na relação com o presidente Lula ... ele arbitrou muitas coisas difíceis a meu favor... outras obviamente... que no governo você não não faz tudo como você pensa da forma como você pensa... e quando chegou o momento que eu percebi que já não reunia as condições políticas para permanecer no governo fazendo as políticas estruturantes que eu juntamente com a minha equipe havíamos nos proposto a fazer... então eu pedi para sair... pedi para sair ... acho que foi uma contribuição ao governo e ao país porque nós detectamos no final de 2007 que o desmatamento corria o risco de voltar a crescer... depois de ter caído por volta de 57 %... voltar a crescer em torno de 30 a 40%... e tomamos medida muito fortes... uma moratória para municípios que mais desmatam... uma resolução do conselho monetário que vedava o crédito para todos os ilegais... e a criminalização da cadeia produtiva... os que desmatavam... os que produziam... os que compravam... os que transportavam... e quase chegando aos que consumiam... e isso levou uma pressão muito grande por parte dos setores da sociedade por parte do setor ligado à agricultura ainda predatória... e dentro do próprio governo... e naquelas circunstâncias ... eu pedi para sair... e obviamente existia uma parte que gostaria que a sociedade brasileira tivesse aplaudido... e que as medidas tivessem sido revogadas... mas a opinião pública nacional se levantou favoravelmente às medidas... os formadores de opinião foram muito importantes nesse processo todo... e o presidente Lula sentiu a sustentação da sociedade... aquilo que eu chamo de sustentabilidade política para manter as medidas e elas foram mantidas... e aconteceu um fenômeno interessante Jô... que pela primeira vez na história desse país como gosta de dizer o nosso presidente

... é o governo teve que falar à sociedade que nada ia mudar na política ambiental e isso só acontecia na época da inflação alta... daquele desequilíbrio econômico e que sempre estava saindo é ministro da fazenda... e o governo era obrigado de dizer que não ia mudar nada que tudo ia continuar como estava que o mercado não ficasse nervoso ... e eu percebi que na saída do ministério do meio ambiente que o próprio Lula disse para a sociedade que a política seria mantida e em parte foi mantida por que as medidas de combate ao desmatamento continuaram e o desmatamento continua caindo até hoje com risco de crescer agora que o país voltou a crescer...





Título Caletroscópio, Ano 2, Nº 2
Revisão Grupo REVER – Empresa Júnior de Revisão e Tradução
Projeto gráfico Júlio Abreu + Leonora Weissmann/ Jiló Design
Imagem de capa Luciana Carneiro (*Fluidez 2 – Tríptico*, 2012)
Formato 17 x 24 cm
Papel Pólen Soft 80 g/m²
Impressão e acabamento O Lutador